

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE LETRAS
CURSO DE DOUTORADO
Área de Concentração: Estudos Lingüísticos
Linha de Pesquisa I: Descrição Lingüística

MARIA BERNADETE CARVALHO DA ROCHA

O PENSAMENTO GRAMATICAL DE
MANUEL PACHECO DA SILVA JÚNIOR

Niterói
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIA BERNADETE CARVALHO DA ROCHA

**O PENSAMENTO GRAMATICAL DE
MANUEL PACHECO DA SILVA JÚNIOR**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Letras da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor.
Subárea de Estudos Lingüísticos.

Orientador: Prof. Dr. RICARDO CAVALIERE

Niterói
2007

Rocha, Maria Bernadete Carvalho de
O pensamento gramatical de Manuel Pacheco da Silva
Júnior. Instituto de Letras da UFF/Maria Bernadete
Carvalho da Rocha. – Niterói: [s.n.], 2007.

f., cm.

Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal
Fluminense, 2007.

Bibliografia: f.

1. Estudos Lingüísticos. I. Título.

MARIA BERNADETE CARVALHO DA ROCHA

**O PENSAMENTO GRAMATICAL DE
MANUEL PACHECO DA SILVA JÚNIOR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: Estudos da Linguagem, subárea de Estudos Lingüísticos.

Defendida em Março de 2007

BANCA EXAMINADORA

TITULARES

Prof. Dr. Ricardo Stavola Cavaliere – Orientador

Prof^a Dr^a Maria Cristina Altman

Prof. Dr^a Sigrid Castro Gavazzi

Prof. Dr. Evanildo Cavalcante Bechara

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo

SUPLENTES

Prof^a Dr^a Bethânia Mariani

Prof^a Dr^a Maria Emília Barcellos da Silva

Niterói
2007

Para o tio Lauro, que me
ensinou a gostar de estudar.

Para Marcelo, que tem sido
meu companheiro incansável
nesta vida de tantos estudos.

RESUMO

Manuel Pacheco da Silva Júnior, gramático brasileiro do século XIX, desempenhou importante papel no panorama dos estudos lingüísticos daquele período. Como Julio Ribeiro, Maximino Maciel e Ernesto Carneiro Pereira, viveu os primeiros momentos do período científico da gramática brasileira, quando aqui se implantava o comparativismo histórico. Este trabalho tem como objetivo analisar os estudos da linguagem feitos por Pacheco da Silva Júnior para traçar uma síntese do modelo descritivo praticado por ele em relação à fonética, morfologia, sintaxe, semântica e etimologia. As obras selecionadas são a *Grammatica Historica da Lingua Portugueza* (1878), *Phonologia* (1877), *Noções de Semantica* (1903), *Grammatica da Lingua Portugueza* (1907) – esta em co-autoria com Lameira de Andrade. O presente estudo filia-se à linha de pesquisa *Descrição Lingüística* do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense e segue os princípios da Historiografia da Lingüística, em especial os defendidos por Konrad Koerner, Pierre Swiggers e Sylvain Auroux. Pretende-se, assim, que seja uma contribuição à historiografia da ciência lingüística praticada no século XIX, período importante para essa área mas ainda pouco explorado.

ABSTRACT

Manuel Pacheco da Silva Júnior, a Brazilian grammarian of 19th century, performed an important role in the linguistic studies panorama of the time. Like Julio Ribeiro, Maximino Maciel e Ernesto Carneiro Pereira, he lived the first moments of the scientific period of Brazilian grammar, when historical comparativism was being implanted here. The purpose of this work is to analyze the language studies accomplished by Pacheco Silva Júnior in order to scribe a synthesis of the descriptive model he applied to phonetics, morphology, syntax, semantics and etymology. The selected works are *Grammatica Historica da Lingua Portugueza* (1878), *Phonologia* (1877), *Noções de Semantica* (1903), *Grammatica da Lingua Portugueza* (1903) – this one as co-author with Lameira Andrade. The present study is part of the research line *Linguistic Description* of the Post-Graduation Program of the Arts Institute of the Federal Fluminense University, and it follows the principles of Linguistics Historiography, specially the ones defended by Konrad Koerner, Pierre Swiggers and Sylvain Auroux. It is intended, thus, to contribute to the historiography of the linguistic science practiced in the 19th century, which was an important period for this area, though still barely explored.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1.1 Apresentação	10
1.2 Justificativa	13
1.3 Objetivos	15
1.3.1 Objetivo geral	15
1.3.2 Objetivos específicos	15
1.4 Bases teóricas	16
1.4.1 A Historiografia da Linguística	16
1.4.2 Os saberes lingüísticos	21
1.4.3 A busca da prática científica na HL	26
1.4.3.1 A especificidade do trabalho na Historiografia da Linguística	29
1.4.3.2 A História e a Historiografia da Linguística	31
1.4.3.3 Contribuições à História da Linguística	33
1.4.3.4 A busca de um caminho próprio para a Historiografia Linguística	34
1.4.3.5 O perfil do historiógrafo em Linguística	38
1.5 Metodologia	39
2. PANORAMA EPISTEMOLÓGICO DOS NOVECENTOS	40
2.1 Uma breve retomada de aspectos históricos	40
2.2 O século XIX	45
2.3 A trajetória dos estudos lingüísticos	47
3. PARADIGMAS DA LINGUISTICA NO SÉCULO XIX	51
4. GRAMÁTICA CIENTÍFICA DO SÉCULO XIX	59
4.1 A questão da periodização dos estudos filológicos no Brasil	59
4.2 O período científico	62
4.3 A formação dos gramáticos brasileiros do século XIX: modelos e influências	69
4.3.1 Grammaire Générale et Raisonnée	69
4.3.2 Encyclopédie ou dictionnaire raisonnée des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres	71
4.3.3 Influências da Grammaire de Port-Royal em Portugal	72
4.3.3.1 Antônio José dos Reis Lobato	73
4.3.3.2 Jerônimo Soares Barbosa	73
4.3.4 Ecos da Gramática Racionalista no Brasil	77
4.3.4.1 Moraes Silva	77
4.3.4.2 Francisco Sotero dos Reis	80
4.4 Fontes teóricas e influências estrangeiras	82
4.4.1 Influências européias	82
4.4.2 Influências de gramáticos e literatos portugueses e brasileiros	97
4.5 Os prefácios como ideário lingüístico	103
5. PACHECO DA SILVA JÚNIOR: BIOGRAFIA E DADOS BIBLIOGRÁFICOS ..	123
6. A ARQUITETURA GRAMATICAL DA OBRA DE PACHECO	127

7. FUNDAMENTOS DA SINTAXE	132
7.1 A escolha e a apresentação da fonte	132
7.2 A análise	134
7.3 Analyse lexică	135
7.4 Descrição dos termos da oração e do período	140
7.5 Analyse logica	147
7.5.1 Tipos de proposições	147
7.5.2 A ordem das palavras	153
7.5.3 As funções e as palavras	156
8. FUNDAMENTOS DA MORFOLOGIA NA OBRA DE PACHECO JÚNIOR	189
8.1 Conceitos morfológicos: palavra, elemento mórfico, valores dos afixos	194
8.1.1 Palavra e raiz	194
8.1.2. Tema ou radical	196
8.1.3 Afixos	197
8.1.4 Terminação ou desinência	199
8.1.5 Vogal temática	200
8.1.6 Vogal de ligação	200
8.2 Descrição dos processos de flexão e derivação	201
8.2.1 A flexão de gênero	201
8.2.2 A flexão de número	205
8.2.3 A flexão de grau	207
8.2.4 A flexão dos pronomes pessoais	210
8.2.5 A flexão verbal	211
8.3 Os processos de formação de palavras	212
8.3.1 O processo de composição	213
8.3.2 O processo de derivação	215
8.4 Hibridismo	217
8.5 Derivação imprópria	217
9. FUNDAMENTOS DA FONOLOGIA	219
9.1 Conceitos fonológicos: vozes, vogais, consoantes e semivogais	223
9.1.1 As vozes	223
9.1.2 As vogais	224
9.1.3 As consoantes	225
9.2 A prosódia	227
10. OS ESTUDOS SEMÂNTICOS	230
10.1 Os estudos de Michel Bréal	230
10.2 Os estudos de Pacheco da Silva Júnior	241
10.3 Os estudos de Maximino Maciel	266
10.4 Uma comparação entre três estudos sobre semântica	270
10.4.1 A linha teórica de Bréal e Pacheco	271
10.4.2 A forma adaptada para a sistematização das idéias	272
10.4.3 O povo como sujeito coletivo	273
10.5 A importância dos estudos semânticos de Pacheco	275
10.5.1 A controvérsia Bréal X Pacheco	275
10.5.2 A contribuição de Pacheco para os estudos semânticos no Brasil	276
11. A QUESTÃO ETIMOLÓGICA	280
CONCLUSÃO	289
BIBLIOGRAFIA	293

INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

A pesquisa historiográfica tem sua importância reavaliada nos últimos anos, no Brasil. O interesse acadêmico pela discussão de temas relacionados ao percurso histórico do pensamento gramatical não está somente nos corredores dos Cursos de Letras. Pesquisadores da História, da Antropologia e da Sociologia também se ocupam dessa área do conhecimento, tendo em vista as contribuições que o estudo das idéias lingüísticas pode oferecer aos interessados nas Ciências Humanas.

Em 1994, o projeto *Historiografia da Lingüística Brasileira* iniciou-se como atividade do Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo. Reuniu um grupo de alunos e a professora doutora Cristina Altmann sob a denominação informal de “Grupo de estudos em Historiografia Lingüística” (*Historiografia da Lingüística Brasileira*, Boletim VII, 2004:7).

Esse projeto tinha como objetivo inicial a implantação e desenvolvimento de uma linha de pesquisa em História da Lingüística; hoje abrange um corpo de pesquisas e atividades acadêmicas de diversas áreas que almejam uma historiografia da pesquisa lingüística no Brasil, a partir dos mesmos princípios metodológicos.

Em dez anos, muito foi produzido: dezessete projetos de Iniciação Científica, oito Mestrados, quatro Doutorados, aproximadamente sessenta publicações, promoção de

eventos, exposições e seminários ligados à ANPOLL, ALFAL, GEL e ABRALIN, além da publicação periódica dos *Boletins* do Centro de Documentação em Historiografia da Lingüística (CEDOCH). Tal produção atesta o crescimento dos estudos historiográficos no Brasil. Também atua de forma intensa na área de Historiografia da Lingüística, em São Paulo, a professora doutora Leonor Fávero. À frente de um grupo de pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, publicou – dentre outros trabalhos – *As concepções lingüísticas no século XVIII: a gramática portuguesa* (1996) e *As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil* (2006), este com Márcia A. G. Molina.

Além da professora Fávero, outro grupo de pesquisadores da PUC/SP e Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo (UPM/SP) tem produzido obras importantes para todos que se interessam pela Historiografia da Lingüística. As professoras pesquisadoras Neusa Barbosa Bastos, Dieli Vesaro Palma e Nancy dos Santos Casagrande fazem parte do Instituto de Pesquisas Lingüísticas *Sedes Sapientiae* para estudos de língua portuguesa da PUC/SP. Atuam no Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa, integrante do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua portuguesa da PUC/SP e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPM/SP. Bastos e Palma foram as organizadoras de *História Entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do Século XVI ao XIX* (2004); Casagrande publicou *A implantação da língua portuguesa no Brasil do século XVI: um percurso historiográfico* (2005).

No Estado do Rio de Janeiro, Ricardo Cavaliere, da Universidade Federal Fluminense, publicou, em 2000, “Fonologia e Morfologia na Gramática Científica Brasileira”. Nessa obra, oferece à comunidade acadêmica e ao público em geral detalhado estudo e valiosos comentários acerca do tratamento gramatical no período da Gramática Científica, que surge em 1881 com a publicação da “Gramática Portuguesa”. Foi uma época muito proveitosa pelo grande interesse acerca da investigação científica da Língua

Portuguesa. Momento tão propício às Letras no Brasil abriu as portas para a Ciência Lingüística entre nós. Filólogos, lingüistas, pesquisadores e escritores produziam um amplo legado. Foram feitos inúmeros estudos em teorias doutrinárias européias, estudos nos quais se conjugam o método histórico-comparativo e a criteriosa fundamentação das hipóteses teóricas em textos representativos do padrão culto. Destacam-se também os nomes das professoras Carlota Rosa, com relevantes pesquisas sobre as gramáticas missionárias do século XVI e XVII; Antônio Martins de Araújo, com diversos trabalhos dentre os quais se destaca a “Herança de João de Barros e outros estudos” (2003); e Hilma Ranauro, com a publicação de dois livros de grande valor para a Historiografia da Lingüística do Brasil: um sobre João Ribeiro e Silvio Elia e outro dedicado inteiramente à obra de Soares Barbosa.

É importante destacar que a leitura das principais obras do final do século XIX indica a existência de uma doutrina baseada em fontes definidas, claras mas diversificadas. Alguns estudiosos seguem autores estrangeiros - principalmente alemães -, e outros concentram seu trabalho na linha defendida por brasileiros e portugueses contemporâneos e de outros ramos da Lingüística dos novecentos.

Outro aspecto importante a ressaltar refere-se a uma característica filológica desse período em que surgiam as gramáticas descritivas. O pesquisador ocupava-se do fato lingüístico em si, abandonando a análise de valores metafísicos. A análise sintática, ou a *análise lógica*, era a base dos estudos vernáculos. Servia para estudos analíticos da língua, conferia denominação clara às partes da proposição e descrevia as relações entre elas. A análise era “em síntese, um exercício de anatomia lingüística” (CAVALIERE, 2000:135).

Entretanto, as obras filológicas publicadas no Brasil não costumavam mostrar uma sistematização no tocante à referência às fontes bibliográficas e, assim, à linha teórica adotada. Eram exceções Maximino Maciel e Julio Ribeiro que revelavam o apoio científico

nos lingüistas europeus por meio de fartas referências. Os demais autores, como Alfredo Gomes, por exemplo, não adotavam tal prática e apresentavam textos que se supõem essencialmente subjetivos. Eduardo Carlos Pereira, em sua *Gramática Expositiva*, por exemplo, apresenta um texto com rápidas alusões aos teóricos da Europa. Por todas essas peculiaridades, há necessidade de um estudo sistematizado desse período da Gramática Científica no Brasil.

Este trabalho pretende atuar em duas linhas de ação. Inicialmente, proceder a um levantamento sobre o momento histórico-científico no qual Manuel Pacheco da Silva Júnior escreveu sua obra e, após, à análise crítica do seu pensamento gramatical. Pretende-se elaborar um trabalho que possa ser útil posteriormente a todos os interessados na área de estudos historiográficos, especialmente nos do final do século XIX.

1.2 Justificativa

O interesse crescente pelos estudos historiográficos hoje registrados revela que os pesquisadores brasileiros passaram a preocupar-se com temas vinculados ao percurso histórico do pensamento gramatical bem como a criação de arquivos com originais de textos nessa área. Tais originais configuram um legado de documentos históricos, indispensáveis para a preservação da memória científica nacional. Daí a importância da elaboração de trabalhos de pesquisas que possam servir de suporte acadêmico-científico a essas atividades.

A escolha do tema *O pensamento gramatical de Manuel Pacheco da Silva Júnior* deve-se, portanto, ao desejo de contribuir para a visão mais detalhada de um importante momento dos estudos lingüísticos no Brasil.

Na segunda metade do século XIX, os estudos e trabalhos de descrição da língua portuguesa passaram a seguir as linhas européias de pesquisa sobre a linguagem humana

baseadas no método histórico-comparativo. Nessas investigações, outras ciências foram envolvidas, como a História Natural, a Biologia, a Antropologia e a Psicologia. Nessa nova modalidade de pesquisas lingüísticas, a maior preocupação era o fazer científico, e não o fazer pedagógico.

Foi um período muito profícuo no qual a investigação lingüística voltou-se ao estudo dos fatos fonéticos, morfológicos e sintáticos e no qual os pesquisadores brasileiros evidenciaram estar em sintonia com os novos rumos da Glotologia vividos na Europa.

Acredita-se que Pacheco faça parte de um grupo de pesquisadores-professores que demonstraram clara preocupação em atuar no desenvolvimento da Ciência Lingüística e, paralelamente, na reformulação dos métodos de ensino da língua materna.

Julgavam esses professores que os estudos vernáculos ligados ao ensino passassem, aos poucos, a absorver as novas idéias lingüísticas na preparação de seus compêndios, o que contribuiria para a reformulação dos métodos de ensino e para um estudo da língua materna baseado na análise, reflexão e sistematização dos fatos lingüísticos.

Para proceder a uma análise da obra de Pacheco, servirão de objeto quatro obras. Sabe-se que o ideal, em uma pesquisa científica, é escolher a edição considerada como a “melhor” (geralmente a última publicada enquanto o autor ainda estava vivo). No caso de Pacheco, entretanto, as edições usadas são aquelas a que se teve acesso devido à dificuldade de encontrá-las. Sabe-se, também, que o ideal seria um cotejo entre as que estão disponíveis, mas nem isso foi possível. Por isso, as edições abaixo relacionadas constituem o material que foi possível obter para a presente pesquisa: *Estudos da lingua vernacula: phonologia*. Rio de Janeiro: Imp. Industrial, 1877; *Grammatica da lngua portugueza para uso nos gymnasios, lyceus e escolas normaes*. Rio de Janeiro : Livraria Clássica de Alves, 1907 (em co-autoria com Lameira de Andrade); *Noções de Semantica*. São Paulo : Livraria F. Alves, 1903.

Pretende-se comprovar, realizada a análise das obras acima elencadas, a hipótese de que a obra de Pacheco Júnior é pioneira na representação da gramática histórico-comparativa no Brasil bem como pretende-se demonstrar que a pesquisa lingüística da época (por não haver cursos superiores de Letras) voltava-se ao ensino de segundo grau.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Este projeto de pesquisa tem como objetivo geral analisar detalhadamente a obra de Manuel Pacheco da Silva Júnior para: **a)** verificar o papel desempenhado pelo autor no chamado Período Científico¹ dos estudos lingüísticos do Brasil; **b)** conhecer o pensamento filológico que norteou a produção acadêmica no Rio de Janeiro nas últimas duas décadas do século XIX; **c)** identificar os desdobramentos dos estudos filológicos e lingüísticos baseados no paradigma histórico-comparativo europeu na obra de Pacheco; **d)** detectar reflexos da nova ordem científica no campo dos estudos lingüísticos, especialmente nas obras destinadas ao alunado.

1.3.2 Objetivos específicos

a) Proceder a um levantamento criterioso das linhas teóricas evidenciadas pelo professor Pacheco Júnior, no período de 1880 a 1905 em que se intensifica a coexistência de autores de linha teórica européia bem definida com outros mais comprometidos com a busca de um perfil mais nacionalista no tocante à abordagem dos estudos lingüísticos;

b) Examinar a arquitetura gramatical da obra de Pacheco Júnior;

¹ Conforme Cavaliere (2002).

c) Definir se seus estudos sobre Semântica são realmente anteriores ao do francês Michel Bréal, mostrando o ineditismo de um trabalho lingüístico de um professor-pesquisador brasileiro;

d) Perceber os aspectos inovadores no conjunto de sua obra bem como a permanência (ou não) da validade de seus estudos lingüísticos;

e) Destacar a relevância e atuação de Pacheco da Silva Júnior no cenário acadêmico nacional.

1.4 Bases teóricas

1.4.1 A Historiografia da Lingüística

Segundo Swiggers (1990:21), a Historiografia Lingüística pode ser definida como uma disciplina que descreve e explica como o conhecimento lingüístico foi obtido, formulado e transmitido, bem como se desenvolveu através do tempo.

A Historiografia surgiu na França, de forma vinculada à História. Tinha como função, a princípio, o registro escrito dos acontecimentos históricos, sem apresentar uma análise crítica sobre os mesmos.

Para a Ciência, a Historiografia tem caráter interdisciplinar por usar a Sociologia, a Geografia, a Psicologia, a Economia e a Lingüística no registro das ações humanas.

Lucien Febvre e Marc Bloch, ao fundarem a revista *Annales*, no início do século XX, introduziram um novo tipo de História e a Historiografia. Desde o século XVIII, havia uma busca por uma nova abordagem da História, isto é, buscava-se não só observar os fatos políticos mas também os sociais, os psicológicos e os lingüísticos – a língua, como fato cultural , é imprescindível na análise mais ampla do processo histórico. Ambos pertencem à “Escola de Annales”, responsável por uma visão mais holística da História. Essa nova maneira de pensar a Historiografia é chamada de a “revolução francesa da

Historiografia” e entre seus defensores estão Antoine Meillet, lingüista francês renomado e discípulo e amigo de Saussure (BASTOS E PALMA, 2004:16).

Somente a partir da década de 60, surgem obras que tentam caracterizar a Historiografia como uma disciplina. Kuhn, com a obra *A Estrutura das Revoluções Científicas* (2000), levou a comunidade científica, em especial a da área da Lingüística, a procurar os próprios paradigmas. Essa obra é considerada como essencial para se entender a mudança de paradigmas na Ciência.

Na visão de Kuhn, cada etapa da evolução científica representa uma ruptura com o conhecimento anterior quanto a teorias, métodos, seleção de problemas e critérios para a busca de solução de problemas. A Ciência não seria feita apenas pela continuidade ou acumulação de saberes. Seria próprio dela apresentar momentos de descontinuidade e ruptura, o que possibilitaria a formação de um novo “paradigma”, que, por sua vez, não poderia ser comparado ou avaliado em relação ao anterior.

Defende vários tipos de paradigma, entre os quais dois se destacam. O primeiro seria uma matriz disciplinar constituindo uma espécie de senso comum dos praticantes de uma disciplina particular e exemplos compartilhados, isto é, teorias e regras nas quais cada membro de uma certa disciplina tem sido iniciado no decorrer de seu aprendizado. O segundo tipo de paradigma seria um conjunto de crenças, valores, técnicas compartilhadas pelos membros de uma dada comunidade.

Kuhn exerceu grande influência não só sobre a Lingüística como também sobre a Antropologia e a Sociologia. Durante os anos 70, foi um nome constante no meio científico. Conceitos como *paradigma*, *matriz disciplinar* e *revolução científica* até hoje ainda são úteis à epistemologia ou estudos epistemológicos. Ocupou-se, entretanto, do progresso científico de uma forma geral. A busca por uma metodologia própria da HL

(Historiografia da Lingüística)² como atividade científica ficou a cargo de nomes como Koerner, Swiggers e De Clerq.

Para Swiggers (1990:21), a HL é uma disciplina que descreve e expõe como o conhecimento lingüístico foi formulado, ampliado e transmitido e como desenvolveu-se através do tempo. Considera que há uma grande diferença entre a história da filosofia da linguagem e a história da gramática ou gramática teórica. Para entender-se tal diferença, devem ser levados em consideração alguns pontos:

a) Há uma oposição entre matéria e contexto orientado no campo da HL.

Teorias científicas não podem ser reduzidas a um inventário de afirmações (afirmações compondo uma teoria sempre carregam outras informações além de seu assunto de análise propriamente dito). Também não devem ser transpostas para uma nova teoria, porque sempre haverá perda de informação, inclusive informação essencial. Essa nova visão tem trazido problemas à HL: qual a natureza do conhecimento lingüístico no seu “status nascendi” e a dimensão de tempo para seu desenvolvimento?

O conhecimento lingüístico, quanto à sua natureza, permite duas análises: uma de característica imanente, que focaliza um caminho específico no qual uma visão lingüística particular é formulada, e uma tipológica, na qual se estudam os tipos de modelo que trazem consigo o conhecimento lingüístico.

Swiggers destaca que, em relação ao último tipo de problema, tem tentado esboçar uma estrutura para estudar a conceituação lingüística e realçar a formulação do conhecimento. Considera que a formação de novos conceitos envolve basicamente uma transferência ou substituição de idéias e, nesse tipo de visão, a constituição do conhecimento lingüístico envolve um processo de metaforização, o qual se realiza de três formas: mera transferência de termos não gramaticais para o domínio da gramática (*flat*

² Adotaremos a sigla HL neste trabalho.

methaphorization); associação de campos (adjacentes) por meio de transferência de termos (corresponderia à “*organic methaphor*” na lingüística comparativa de meados do século XIX); conceitualização termológica baseada na esquematização de estruturas gramaticais.

Aponta, também, problemas que a HL, como atividade científica, tem enfrentado.

O primeiro diz respeito ao modelo expositivo e à visão da história da HL. Para ele, a última faz a história de seus problemas, da busca de suas técnicas e modelos na sua relação com tradições, científicas, contextos socioculturais e descobertas científicas. Afirma que é “bom corromper” a matéria das teorias lingüísticas e aplicar um tipo de estrutura inicial para ver o que poderia ser estudado em relação à sua própria estrutura como disciplina (prática que pode tornar-se inconsistente) e em relação ao contexto científico do período em questão. A HL poderia se perfeitamente desenvolvida apenas sob a ótica lingüística e poderia, assim, atestar a competência do historiógrafo.

Desse modo, a Historiografia Lingüística corresponde, essencialmente, a uma análise que envolve um número de temas, motivos ou problemas; os agentes, que têm a resolver problemas e que podem cooperar ou realizar; uma cronologia de eventos, marcada pelas atividades dos agentes, e uma metacronologia, a qual envolve a relação dos agentes com o passado; um observador, que reconstrói (em um modo selecionado) a cronologia e a metacronologia.

Há, assim, a caracterização de uma continuidade ou descontinuidade de vários interesses que podem assumir diferentes aspectos durante o tempo e a história e que podem até mesmo coexistir. Sob essa ótica, a HL não é uma questão de evolução de idéias ao longo do tempo, mas sim é um complexo de desenvolvimento de idéias e técnicas durante vários períodos.

O segundo problema da HL, vista como uma atividade científica, diz respeito às

fontes.

Swiggers alega que há concentração de análises nas chamadas *fontes valiosas* e que produções consideradas menores como gramáticas escolares, dicionários, informações constantes em enciclopédias e trabalhos de referência costumam ser desprezadas. Pelo contrário, representam fontes importantes porque relatam uma espécie de *cozinha* de idéias e modelos lingüísticos em seu estado de surgimento. Outra contribuição dessas fontes estaria no registro de opiniões dos próprios autores e de colegas bem como a indicação de orientações e práticas científicas, o que muitas vezes não é encontrado nas fontes publicadas e/ou consideradas mais relevantes. Para ele, há três razões para defender a necessidade do historiógrafo reservar espaço para essas fontes: ajudam a compreender a *textura* da produção lingüística, permitem conhecer a situação lingüística e condições textuais; possibilitam perceber o meio de recepção de idéias tanto em fontes publicadas quanto pelo contexto institucional em que a fonte foi gerada; referem-se a correspondências, entrevistas e outras formas de produção consideradas *marginalizadas* que podem auxiliar e muito no conhecimento de um autor.

Swiggers exemplifica com a correspondência entre Boas e Bloomfield, Sapir e Speck e Schuchardt e Meillet. Transcreve-se, abaixo, a “confissão” de Meillet a Schuchardt sobre o problema de estabelecer linhas genéticas entre as línguas:

Cher maître,
 Merci, une fois de plus, de toutes les réflexions que vous m’amener à faire. Je crois depuis longtemps que nos théories sont liées à notre état personnel. Ainsi beaucoup de ce que je pense sur la parenté de langues vient de ce que, n’ayant jamais parté ‘dialekt’, la langue commune exerce sur moi une action dominante. Um sujet qui a parlé patois doit voir les choses autrement (SWIGGERS, 1990:29).

Também no Brasil há registros de cartas entre estudiosos da língua que podem servir de fonte para a HL: a correpondência de Said Ali com Capistrano de Abreu, a de Lefèvre e Julio Ribeiro e a de Meyer-Lübke com Antenor Nascentes.

Segundo Cavaliere (2000:109), Meyer-Lübke costumava corresponder-se com autores portugueses e brasileiros. Enviou elogioso comentário às *Questões filológicas* de Othoniel Motta, autor de ensaio sobre a evolução do gerúndio nas línguas românicas. Esses dados mostram que ainda há muitas fontes a serem utilizadas na Historiografia da Lingüística. Geralmente esse tipo de fonte não é levado em conta, mas deveria sê-lo por se constituir em rico material de análise, em especial por possibilitar a exploração da dimensão pessoal e, conseqüentemente, social do autor e da obra sob análise. Além disso, o conhecimento lingüístico é uma espécie de produto de uma interação entre pesquisadores que aceitam ou não um dado conhecimento pertencente a um contexto histórico. Meyer-Lübke, ao elogiar o trabalho de um brasileiro, revela aceitação do mesmo; tal aceitação (em especial por Lübke ser conhecido como pesquisador rigoroso) dá peso ao conhecimento produzido por Othoniel Motta. Assim, cartas, rascunhos e documentos pessoais produzidos por estudiosos poderão ser fontes complementares da pesquisa da HL.

1.4.2 Os saberes lingüísticos

Auroux (1989:13) afirma que, no início do século XIX, surgem muitos trabalhos dedicados à história dos conhecimentos lingüísticos. Explica a multiplicação de trabalhos, a partir dessa data, pelo desenvolvimento institucional da pesquisa nessa área. A HL passa a ser uma forma de saber e de prática teórica, em um determinado contexto, com objetos determinados, no caso, com o estudo da aparente genética das línguas e a explicação histórica. Defende a idéia de que os trabalhos daquela época podem ser divididos em três categorias: trabalhos que visam constituir uma base documental para a pesquisa empírica; trabalhos que são homogêneos à prática cognitiva da qual se originam (por exemplo, o trabalho de um filólogo de línguas clássicas sobre a gramática, a filologia ou a lógica

grega); e trabalhos que têm um papel fundador, isto é, voltam ao passado com objetivo de legitimar uma prática cognitiva contemporânea.

Considera as obras pertencentes às duas primeiras categorias como de grande interesse por apresentarem riquezas factuais e afirma que as pertencentes à terceira categoria têm valor epistemológico evidente. Cita as obras *Gerchichte der Sprachwissenschaft und orientalischen Philologie in Deuschland, seit dem Anfange des 19. Jarhunderts mit einem Rückblick auf fruhere Zeiten* (1869), de Theodor Benfey e *Cartesian Linguistics* (1966), de Noam Chomsky como obras pertencentes à terceira categoria, isto é, legitimadoras de uma prática cognitiva contemporânea.

Auroux evidencia que toda análise necessita de uma certa historicidade, própria da retrospecção, mas que a historicidade presente na obra de um historiador da lingüística deverá ser aprofundada, pois cabe a ele questionar de um ponto de vista mais global a mudança e a essência dos objetos submetidos à mobilidade *em si* e *para si*. Considera Arens, Mounin, Robins, Coseriu como pesquisadores cujas obras têm o mesmo anseio: fazer a história da lingüística como uma ciência, isto é, uma forma de saber dotada de organização e propriedades estáveis.

Auroux diz que, para construir respostas para duas grandes questões da HL (sob quais formas constitui-se o saber lingüístico e como são citadas, evoluem ou desaparecem essas mesmas formas), é preciso adotar três princípios: a definição puramente fenomenológica do objeto, a neutralidade epistemológica e o historicismo moderado.

Em relação ao primeiro princípio, defende que é preciso afastar-se da idéia de que para fazer a história de uma ciência é necessário possuir uma visão definida da natureza de seu objeto. Acredita que é preciso situar o objeto da HL em relação a um campo de fenômenos somente compreensíveis quando aproximados da consciência cotidiana. Depois, é preciso compreender a constituição das disciplinas em suas relações umas com

as outras, sem adotar fronteiras ou limitações pré-concebidas. Por fim, é preciso considerar o aspecto sociológico institucional do saber lingüístico, do contexto social dos interesses práticos que se encontram na origem de sua produção e que frequentemente explicam as diferenças constatadas.

Quanto ao segundo princípio, o da neutralidade epistemológica, o lingüista francês afirma que não há nenhuma razão para que saberes situados em tempo e espaço diferentes sejam organizados do mesmo modo, escolham os mesmos fenômenos ou traços desses fenômenos, tampouco que línguas diferentes, inseridas em práticas sociais diferentes sejam consideradas como fenômenos idênticos. É preciso, segundo ele, reconhecer esse princípio na busca de uma HL, pois fornece o interesse heurístico de todo trabalho de cunho histórico.

Reconhece ser necessária a explicação sociológica, mas não aceita o princípio de que as produções de conhecimento se devem às mesmas causas, independentemente de seus valores. Julga que o próprio valor dos conhecimentos é uma causa na história dos mesmos:

Ainsi les Mayas tzetal ont-ils développé une terminologie métalinguistique (STROSS, 1974) qui n'a jamais abouti à la constitution de règles de construction de l'énoncé. Si on classe les éléments du discours en mots qui sont utilisés la nuit, mots qui ont été prononcés l'année dernière, etc., classification du type de celle des Mayas (Harris, 1980: 19), on pourra donner des prescriptions d'emploi pragmatique, pas des règles de correction morphologique. Cela n'implique pas qu'une telle stratégie soit absurde ou idiosyncrasique (ibidem:17).

Em relação à riqueza do historicismo (que tem utilidade na descoberta científica), defende que não se deve cultivar o mito da incompatibilidade de conhecimentos que pertencem a paradigmas específicos. Embora as estratégias cognitivas sejam múltiplas e diferentes, não variam ao infinito, e daí a necessidade de reconhecer-se a diversidade e as analogias. Para ele, as últimas devem ser consideradas como um processo que afeta a

relação entre as situações cognitivas e a realidade dos fenômenos descritos.

O terceiro princípio de que Aroux se ocupa é a questão do historicismo: alerta que é preciso ter cuidado com o seu uso. Define-o como “un réalisme méthodologique qui accorde consistance au savoir et indépendance e aux phénomènes, dans leur existence, par rapport à ce savoir” (1989:17).

Considera, ainda, que o saber lingüístico é múltiplo, espontâneo e epilingüístico³ antes de ser metalingüístico⁴. A seqüência entre a epilingüística e a metalingüística pode ser comparada à seqüência que há entre a percepção dos fenômenos e a representação física nas ciências naturais. A partir de Galileu, as ciências naturais afastaram-se da mera percepção dos fenômenos; a ciência lingüística, entretanto, rompeu, em poucas ocasiões, com a consciência epilingüística.

Um exemplo disso ocorre quando as gramáticas do século XIX adotam elementos não manifestos para explicar fenômenos observáveis ou, então, na área do comparativismo, com o uso das leis fonéticas ou reconstruções de línguas.

A história dos saberes lingüísticos é feita do desenvolvimento e interação desses saberes; é feita também pela alternância da tematização de certos fenômenos que podem passar de um tipo a outro. Um exemplo é a permeabilidade entre dois tipos de saberes (lógica – domínio da enunciação – e gramática – domínio das línguas) os quais apontam para uma peculiaridade do mundo ocidental. A tendência de deslocar todos os saberes lingüísticos em direção a um tipo de saber especulativo contribuiu para essa especificidade que os estudos lingüísticos ocidentais parecem privilegiar. Essa tendência leva a questionar o caráter científico de um ou outro saber lingüístico.

O desenvolvimento dos diferentes saberes lingüísticos deve-se a complexas causas, entre elas, a administração de grandes estados, a expansão colonial, a questão religiosa, a

³ Opera na produção de linguagem.

⁴ Opera na representação da linguagem.

formação de uma literatura e sua relação com a identidade nacional, o contato entre línguas, o comércio, o intercâmbio cultural pelas viagens ou o desenvolvimento de outras ciências.

Antes do século XIX e do desenvolvimento da fonética experimental, não houve uma inovação tecnológica que tenha influenciado significativamente no conhecimento lingüístico. Com o aparecimento das técnicas de impressão, em um ambiente de capitalismo mercantil, há um processo franco de descrição gramatical dos idiomas vernaculares da Europa. Isso comprova a afirmação corrente de que as grandes transformações são decorrência de fenômenos culturais que influem diretamente na forma de vida da sociedade de onde provêm tais fenômenos.

Esse momento representou, para a área dos saberes lingüísticos, um acontecimento bastante abrangente e complexo. As línguas vernaculares da Europa foram sistematicamente descritas sob a orientação da tradição greco-latina e essas gramáticas passaram a funcionar como instrumento de conhecimento das línguas. Logo depois, com o aparecimento do livro impresso, esse fenômeno de descrição gramatical difundiu-se de forma única. Com o fato histórico da expressão e exploração de novos territórios, o livro impresso constituiu uma espécie de rede de distribuição dos saberes lingüísticos.

Auroux aborda também a questão da temporalidade. Na área cultural, a relação com o tempo representa um fracasso de historização, expresso em várias modalidades. Um exemplo disso é como as sociedades mais tradicionais e as modernas se comportam em relação ao tempo. Naquelas, como na China e na Índia, o presente não supera o passado e, pelo contrário, há um processo de coexistência entre ambos. Nas sociedades modernas, os homens vivem ocupados com as exigências do progresso e, para isso, crêem que é preciso ultrapassar o tempo passado. Ao buscar o novo e a mudança, consideram-no como ruptura com aquilo que já existe. Daí a necessidade da HL ocupar-se da questão da temporalidade.

Um último ponto a destacar, ainda conforme Auroux, é que “écrire une histoire consiste à homogénéiser les divers” (1989: 33). A natureza do trabalho de um historiógrafo exige projetar os fatos em um conceito amplo de espaço, com três dimensões: uma cronológica universal, uma geográfica e um conjunto de temas. A primeira dimensão propicia ao conjunto de fatos uma pré-ordenação que facilitará o entendimento dos mesmos. Ao se construir uma ordem, selecionar um tema, reconstituir em série obtém-se, verdadeiramente história.

Todo trabalho histórico tem por base uma ou mais escolhas que se pretende correspondam a uma estruturação intrínseca a um conjunto de fatos. No campo da HL, Auroux considera que a tarefa não é nada simples. O objetivo da HL não é descrever os progressos dos conhecimentos lingüísticos; o que aconteceu na história da humanidade, em relação ao saber lingüístico resulta de um estado definido que explica como se chegou lá. A HL considera os conhecimentos lingüísticos como sendo *res gesta*.

1.4.3 A busca da prática científica na HL

A afirmação de Auroux que “sans mémoire et sans projet, il n’y a tout simplement pas de savoir” (ibidem:14) parece resumir a preocupação em torno da constituição de uma historiografia da Lingüística como a principal atividade de registro dos estados da linguagem ao longo dos tempos bem como levantamento e discussão de questões referentes à metodologia e epistemologia.

Koerner, em sua obra *Professing Linguistic Historiography* (1995:3), afirma que é necessário distinguir Historiografia da Lingüística da História das Ciências da Linguagem. A primeira é mais específica e diz respeito à atividade da escrita da História. Seu campo de ação possui uma característica naturalmente histórica, mas é distinto de história no sentido de fatos do passado.

É dessa busca que a Historiografia da Lingüística tem-se ocupado. Como campo de estudo relativo ao desenvolvimento da ciência da linguagem que o é, a HL tem procurado esclarecer questões sobre método e epistemologia as quais devem envolver a prática madura da abordagem do seu objeto de estudo.

Como já mencionado, a partir dos anos 60, surgiram vários grupos de pesquisas voltados para a Lingüística tanto na Europa quanto na América do Norte. A primeira discussão organizada sobre esse método e epistemologia da década de 60 ocorre com Thomas S. Kuhn, em seu *The structure Scientific Revolution* (1962). Para ele, uma evolução científica representa a proposta de uma outra visão de mundo, caracterizada por anomalias que a diferem da anterior. Defende a idéia de que os membros de uma determinada profissão começam pesquisas que conduzem a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência, quando não podem mais furtar-se a enfrentar um grande número de anomalias que subvertem a tradição de determinada prática científica.

Kuhn teve papel significativo ao introduzir a idéia de paradigmas, e suas idéias têm sido adotadas por cientistas sociais e de comportamento embora sua obra seja destinada às ciências naturais. Dá ênfase ao papel da dinâmica social que envolve as mudanças e, provavelmente, essa seja a razão pela qual teve tanta aceitação em outras áreas de trabalho mais voltadas para questões intelectuais. Para ele, paradigma é uma constelação de crenças, valores, técnicas compartilhadas pelos membros de uma dada comunidade, o qual tem uma aplicação social e também uma aplicação mais universal. Defende que há, pelo menos, dois tipos de paradigmas: uma matriz disciplinar que constitui o senso comum dos praticantes de uma disciplina particular; e exemplos compartilhados, isto é, teorias e regras nas quais cada membro de uma certa disciplina tem sido iniciado no decorrer de seu aprendizado.

Koerner (1978:26) afirma que Kuhn recebeu muitas críticas⁵ por não ter sido suficientemente claro em suas afirmações já que fez uso excessivo do conceito de paradigma empregando-o em diferentes sentidos. Considera que se pode aprofundar a definição de paradigma de Kuhn se a contrastarmos com a de “climate of opinion”⁶ de Becker, cujo significado é um ponto de vista epistemológico comum, com a soma total de crenças, pré-conceitos, valores compartilhados por cientistas e pesquisadores de um dado período dentro de um contexto socioeconômico, político e cultural. O autor dá como exemplo os pesquisadores que têm seguido o paradigma de Saussure ou de Schleicher. Adotar um deles significa identificar mudanças relevantes na teoria lingüística e no uso de procedimentos metodológicos de investigação, e não só caracterizar idéias de uma determinada época. Para Koerner, a distinção entre “climate of opinion” e paradigma ajudará também a determinar se uma troca particular de ênfase, induzida por mudança no clima intelectual, envolve, ao mesmo tempo, uma troca significativa no paradigma corrente. Koerner alerta ainda que um historiógrafo da lingüística deve ser cuidadoso para não ser traído por argumentos, muitas vezes tendenciosos, ou avaliações de grupos particulares. Deve investigar, sobretudo, o modo/meio pelo qual os adeptos de uma dada teoria relatam fatos da prática lingüística; deve perceber que uma troca na estrutura filosófica de um paradigma não acarreta, necessariamente, uma troca fundamental de orientação para o pesquisador de uma disciplina ou uma mudança na ciência lingüística, mas poderá anunciar o início de um novo paradigma, uma revolução científica ou somente constituir um período de paradigma posterior.

⁵ Koerner não menciona o(s) autor(es) das críticas. Encontra-se em Percival (1976:285), que atribui a Shapere críticas incisivas ao trabalho de Kuhn.

⁶ Definido como clima de opinião, isto é, “entorno” cultural em que surgem conceitos e idéias. A definição de Becker será detalhada no final deste capítulo.

The historian of linguistics, confronted with the apparent contradictions, must acquaint himself thoroughly with the linguistic literature of the time under investigation in order to establish when and where a momentous change of previous attitudes and practices, a scientific revolution which determined the path of what Kuhn calls 'normal science' for two or more subsequent generations, did actually take place. That these changes should not be analyzed completely in isolation, i.e., exclusively with reference to particular linguistic debates and 'puzzle-solving operations' (Kuhn), but that changes of paradigm should be viewed in conjunction with the climate of opinion characteristic of the period in question, hardly needs to be emphasized... (ibidem:28).

Na década seguinte a Koerner, muitos pesquisadores passaram a ocupar-se da História da Lingüística como uma especialidade acadêmica, buscando meios para conduzir de forma própria a pesquisa historiográfica.

Nos anos 80, a publicação de vários trabalhos nessa área, a formação da Sociedade *Henry Sweet para a História das Idéias Lingüísticas* em Oxford, (1984), a formação da Associação Norte-Americana para a História das Ciências da Linguagem, entre vários outros grupos, atestam o crescimento da HL. Houve uma variedade de estudos que ofereceram linhas alternativas para a pesquisa historiográfica, envolvendo o debate sobre uma abordagem própria para a História da Lingüística.

Não há dúvida de que, durante esse período (e até hoje), há uma variedade de questionamentos sobre os usos metodológicos e epistemológicos na descrição historiográfica da Lingüística. A seguir, serão analisados alguns.

1.4.3.1 A especificidade do trabalho na Historiografia da Lingüística

Os usos metodológicos revelam concepções ou preocupações próprias da procura científica. Há diferenças nos critérios para adotá-los e esses dependem da área do pesquisador, isto é, se for de Filosofia, de História ou Lingüística propriamente dita. Um ponto freqüente nessa discussão é a distinção entre História da Lingüística e Historiografia da Lingüística.

Para Croce (apud KOERNER, 1995:28), poucos tratados históricos de Lingüística

escritos podem servir como guia para um pesquisador neste campo e permitir não repetir erros e distorções provocados por avaliação imprecisa ou precipitada. Menciona, também, a necessidade de haver uma dupla habilidade com a qual o historiador de uma determinada ciência deve estar equipado: deve somar um conhecimento específico de um domínio científico, mas precisa, também, conhecer a História das Idéias cuja matriz está na História Geral.

A História da Lingüística faz parte da Historiografia da Lingüística, e não pode ser estudada descontextualizada, dissociada do cenário intelectual no qual a linguagem foi empregada. É preciso considerar também que outras disciplinas, mais próximas ou não da área lingüística, exercem influência sobre o fazer da História da Lingüística.

As idéias lingüísticas fazem parte da História das Idéias, pois refletem a atmosfera intelectual de um dado período; somente ocupar-se da História das Idéias, entretanto, não é o suficiente para o problema de achar a própria metodologia para a pesquisa historiográfica em Lingüística.

Para Koerner (1995:7), tal discussão não é recente. Aponta haver registro dessa polêmica entre Kvastad e a obra de Lovejoy, em 1977. Kvastad assegurava, à época, que a metodologia da História da Idéias ainda estava em etapa inicial e que suas propostas estavam longe de serem satisfatórias, pois o aparato era pseudoformal e as definições lógicas não pareciam emprestar princípios de pesquisas proveitosas. Lovejoy, por sua vez, considerava a Historiografia Lingüística como parte da História das Idéias. Para Lovejoy, as idéias lingüísticas refletem a extensão da atmosfera intelectual de um dado período e isso é bastante útil à História das Idéias. Enumera várias áreas de investigação que se ocupam da História das Idéias, dentre elas História da Filosofia, da Ciência, da Economia bem como Sociologia, Literatura Comparada e História da Arte. No entanto não menciona a Lingüística e faz somente uma rápida referência a algumas áreas da História da

Linguagem, em especial à Semântica.

Mais tarde, Dominick da Capra, em sua obra “Rethinking Intellectual History” afirma que o foco da polêmica está mais nas questões epistemológicas que nos problemas metodológicos. Conforme Capra, o historiógrafo deve atentar para o diálogo e a reconstrução do passado para que possa efetuar uma pesquisa de teor mais presentificado do que propriamente histórico. Koerner (*ibidem*:8) esclarece que outros autores como Passmore e Kristeller, por exemplo, defendem a idéia de que historiadores e não filósofos devem escrever a história das idéias filosóficas de modo a fazer uma avaliação biográfica e cronológica das escolas filosóficas do pensamento do passado.

1.4.3.2 A História e a Historiografia da Lingüística

Koerner, ainda na mesma obra, assevera que outros autores como Hayden White, autor de “Metahistory”, acreditam no valor da pesquisa histórica em geral e defendem que suas discussões têm algo a oferecer ao historiógrafo da Lingüística. Diz que Hayden valoriza a obra de Jules Michelet, Leopold Von Ranke, Alexis de Tocqueville, Jacob Burakhardt aos quais atribui não só descobertas inéditas na escritura da História mas também modelos alternativos de como fazer uma Historiografia. Mas, em relação ao uso da metodologia, defende que não há como um historiador (ou filósofo ou teórico em análise histórica) avaliar o historiógrafo da Lingüística exatamente porque o objeto de pesquisa deste - teorias sobre linguagem e a linguagem propriamente dita - é bastante distinto, sob o ponto de vista epistemológico dos fatos históricos e de sua descrição e interpretação⁷.

Casagrande (2005:26) define de forma clara a diferença entre a tarefa do historiador e do historiógrafo. Caberá ao primeiro investigar através de uma pesquisa

⁷ Segundo Koerner, White, nesse momento , não estava interessado na Historiografia feita então, mas sim em analisar e criticar o discurso de outros historiadores e teóricos da História, especialmente Michel Foucault e sua predileção por metahistória.

empírica, levando em conta os fatos que podem ter assumido relevância no processo em curso. Ao segundo, caberá trazer tais descobertas empíricas para uma perspectiva objetiva, de modo a dar-lhes uma interpretação e explicação adequadas. O historiógrafo da Lingüística deve, por isso, ter domínio claro não só de sua área de atuação mas também da História Geral.

Na década de 80, a distinção entre História e Historiografia consegue avançar. O filósofo Richard Rorty, em 1984, defendeu quatro passos para a HL: a reconstrução racional, essencialmente presentificada; a reconstrução histórica, propriamente dita; a *Geistesgeschichte*, uma história intelectual compreendida de forma mais ampla e generosa; e a doxografia, entendida por meio de uma formação modelo e manutenção de uma posição particular. Rorty acredita que as três primeiras tenham seus usos, mas que a quarta deveria ser abandonada em caso de pesquisa ou estudo aprofundado. Para ele, a história intelectual trabalha para tornar a *Gesistesgeschichte* honesta, do mesmo modo que a reconstrução histórica, em um trabalho de pesquisa, opera para tornar a reconstrução racional honesta (Koerner, 1995:11).

Em meio a essa divergência de opiniões, um fato é inequívoco para os teóricos: a HL requer do pesquisador um conhecimento enciclopédico em virtude da natureza interdisciplinar que ela apresenta, porém não deve ser orientada pela cronologia, ainda que necessária a leitura das fontes originais e históricas para estabelecer adequadamente os fatos básicos tanto no campo da História quanto no da Linguagem.

Um historiógrafo da Lingüística deve ter conhecimento lingüístico, e não só histórico, de modo a fazer um entendimento adequado a usos peculiares desse campo. Ao mesmo tempo, deve evitar a projeção de interesses pessoais e o entendimento do assunto por teorias passadas, o que poderá trazer como conseqüência a distorção de usos e preceitos teóricos de um certo período. Pelo contrário, deve perguntar a si mesmo o que

outros campos de pesquisa têm a oferecer ao historiógrafo da Lingüística, quais as similitudes presentes no objeto de estudo dos mesmos, em suma, perceber quais as idéias que estão presentes sobre linguagem bem como analisar as propostas de descrição e explanação metodológica. Essa observação ajudará a compor uma abordagem particular do pesquisador.

1.4.3.3 Contribuições à Historiografia da Lingüística

Outras ciências, além da História e da Filosofia da Ciência parecem ter o que oferecer ao historiógrafo da Lingüística, especialmente pelos avanços na epistemologia e na metodologia. O paradigmatismo de Laudan; o indutivismo tradicional e sua oposição à Filosofia da Ciência; o refutacionalismo de Popper; e o trabalho de teóricos como Foucault, Hesse, Kuhn e Lakatos têm trazido contribuições para o trabalho do historiógrafo (*ibidem*:11). Além disso, o intercâmbio entre as ciências sempre existiu, gerando um intercâmbio bastante produtivo.

Também na Sociologia da Ciência conceitos como o de acumulação, de Bourdieu, noções como dominação de certos campos científicos, valor, interesse, visibilidade, legitimidade podem ser utilizados na composição da HL. Bourdieu apresenta ainda uma distinção que, segundo Koerner, poderia ser útil a essa escritura. É a diferenciação entre “subversion strategy” e “succession strategy”, possíveis estratégias de discurso seguidas por cientistas mais jovens enquanto tentam estabelecer-se em um dado campo.

Além das ciências em geral, a educação, como um processo em expansão, traz contribuições à HL. A expansão considerável da educação pós-secundária depois da Guerra Franco-Prussiana de 1870 e da educação colegial nos Estados Unidos e na Europa durante os anos 60 teve reflexos significativos na recepção das teorias de Noam Chomsky, tanto naquele período quanto nas décadas seguintes. Porém, mesmo com o reconhecimento

das contribuições de outras áreas do conhecimento como das abordagens sociológicas para a ciência, a HL continua a enfrentar problemas como a falta de um modelo próprio, metodológico ou filosófico.

Além disso, as teorias lingüísticas não podem ser desenvolvidas em total isolamento do clima intelectual ao período ou das atividades de uma sociedade; é esse clima que fornece elementos para o rumo a ser tomado por uma atividade científica.

1.4.3.4 A busca de um caminho próprio para a Historiografia da Lingüística

A HL não deve ser tratada como uma ramificação da História das Idéias especialmene depois do advento da Linguística Histórico-Comparativa no início do século XIX. A Lingüística, ao contrário da Filosofia, por exemplo, é uma ciência feita sobre fatos verificáveis empiricamente, e dispõe de teorias e práticas de pesquisa rigorosas.

Os anos 80 proporcionaram um debate ativo sobre os problemas da metodologia historiográfica, especialmente por Dutz e Kaczmarek, por Schmitter e Ayres – Bennett (KOERNER, 1995:15). Naquele período, frente à ausência de linhas de ação concretas à HL, várias tentativas foram feitas no sentido de desenvolver princípios de pesquisa e metodologia para a Historiografia da Linguística. Conceitos como matriz disciplinar, clima de opinião, continuidade / descontinuidade, evolução / revolução buscaram uma forma mais unânime a respeito do sentido e da aplicabilidade de princípios à HL já que havia problemas metodológicos e epistemológicos como questões de periodização, contextualização e procedimento de pesquisa em geral, identificação de diferentes fases de desenvolvimento dentro de um modelo particular ou períodos de tempo maiores, e regras dos fatores externos pela situação sociopolítica, na aceitação ou rejeição de um modelo teórico específico.

Koerner mostra, dentre esses problemas, a questão da metalinguagem e o argumento da influência. Para ele, um dos maiores exemplos de que a metalinguagem pode acarretar equívocos está em Chomsky. Não que esse tenha cometido identificação imprópria de termos ou conceitos de séculos anteriores. O uso particular de Chomsky para (to) *generate*, em sua obra *Cartesian Linguistics* (1966), ao ser empregado na história da linguagem, causou distorções e polêmica nos anos 60 e 70 (o trabalho de Chomsky apoiava-se no trabalho da matemática e no método da tradução dos anos 50).

O uso de *generate* em Chomsky, ainda segundo Koerner, não tem similitude à idéia de *erzeugen* de Humboldt. Embora termo advindo da Psicologia e Filosofia da Linguagem do século XVIII, é empregado de forma original e satisfatória por Humboldt. Ambos tinham um ponto em comum: não criam no discurso como uma produção mecânica de sentenças por uma máquina humana cuja capacidade ainda precisaria ser construída, mas sim como um esforço criativo e inerente ao homem. Chomsky tinha em mente a produção espontânea do falante e Humboldt referia-se à criação intelectual do artista ou pensador. Mesmo separados por um espaço de tempo de cerca de cento e cinquenta anos, essa divergência ainda pode ser considerada mínima.

O exemplo acima mostra que a linguagem empregada para descrever idéias ou teorias lingüísticas deve ser alvo de preocupação de um historiógrafo criterioso com seu trabalho. Um historiógrafo deve tender a usar um vocabulário técnico em suas análises.

Koerner, na mesma obra, afirma que muitos são os exemplos equivocados de análise de idéias, conceitos e procedimentos dos séculos passados em decorrência da falta de cuidado no uso da metalinguagem. Menciona, por exemplo, que as noções de Saussure sobre arbitrariedade do signo têm sido utilizadas para discutir a semiótica dos estóicos, com se os pensadores gregos tivessem lido o *Cour de linguistique generale*; menciona também análises que se ocupam dos autores (anônimos) de tratados ortográficos

finlandeses do século XII e XIII sob a ótica da fonologia estrutural de Trubetzkoy (século XX).

Para solucionar esse problema, Koerner (*ibidem*:17) aponta três princípios que crê devem ser adotados por um historiógrafo em busca de uma linguagem técnica da HL. São eles:

1º) princípio da contextualização (concernente ao estabelecimento do “clima de opinião” de um período já que as idéias lingüísticas não são dissociadas por completo de outras correntes intelectuais de sua época). Há necessidade de o historiógrafo levar em conta as influências políticas, sociais e econômicas do período em questão.

2º) princípio da imanência (esforço para estabelecimento de um entendimento completo – histórico, crítico, filosófico – do texto em questão). O historiógrafo deveria ser guiado a partir de uma bagagem lingüística e conceitos atuais da Ciência Lingüística.

3º) princípio de adequação (aplicável após os dois primeiros princípios). O historiógrafo introduziria modernas aproximações do vocabulário técnico e um modelo conceitual que permitisse uma melhor aproximação de um dado trabalho, conceito ou teoria.

Assim, cabe ao historiógrafo ser explícito e alertar os leitores de sua obra sobre o uso da nomenclatura em seu texto.

If and only if these three principles, namely, historical and intellectual contextualization, analysis of the text within its own framework (what German literary historians mean by ‘*werkimmanente Interpretation*’), and a clear identification of the tools employed in the attempt to make the text more easily accessible to the modern reader, are properly taken into account, is there a good chance that serious distortions of ideas and intentions of linguists, philosophers of language, or grammarians of the past will be avoided (*ibidem*:18).

Outro ponto abordado é o argumento da influência. Koerner alega que é preciso ser feita uma distinção entre um tipo de influência advinda de experiências compartilhadas da educação e do clima intelectual generalizado e uma influência direta que poderia ser registrada com base em referências explícitas, paralelos textuais, reconhecimento público e a preferência. Para ele, esse é um problema perene da HL, e freqüentes são os casos em que o uso descuidado do argumento a partir da influência tem trazido dificuldades a ela.

Dá como exemplos desses equívocos a influência de Darwin em August Schleicher e a suposta influência da Sociologia de Durkheim em Saussure.

Schleicher é reconhecido como um defensor do argumento de que a Lingüística seria uma parte das Ciências Naturais. Foi ele quem associou, no século XIX, o que havia de histórico e comparativo bem como a tipologia existente para formar um novo procedimento em análise e reconstrução das línguas. Conseguiu avançar na formulação de uma metodologia e na terminologia da HL e foi o primeiro a extrair princípios metodológicos de ambos.

Schleicher defendeu freqüentemente suas próprias idéias sobre evolução da língua antes de 1863, data em que Darwin publicou a “Origem das Espécies”. O primeiro só se deu conta disso ao ler uma tradução germânica do outro trabalho. Entretanto, até hoje, é comum encontrar-se a referência, na bibliografia especializada, de que Schleicher foi influenciado em seu pensamento lingüístico por Darwin, embora tal idéia já tenha sido comprovada como falsa.

O argumento da influência também pode ser exemplificado na associação equivocada do nome de Saussure ao de Durkheim. Muitos alegam que a caracterização da linguagem como fato social – o conceito de *langue* – seria uma influência de Emile Durkheim, sociólogo contemporâneo de Saussure. Baseiam-se em fracas evidências como o fato de ambos escreverem em francês e terem idéias semelhantes, mas não conseguem

provar essa vinculação entre os dois autores. Antoine Meillet, pupilo de Saussure durante o tempo em que esteve em Paris e seu amigo particular, negou veementemente essa ligação. Outro fato a destacar é que Saussure costumava referir-se a Whitney sempre que falava em linguagem como instituição social, mas nunca citou o nome de Durkheim em suas obras. Koerner afirma ser esse mais um exemplo de um argumento de influências já refutado cientificamente, mas mantido e citado por muitos teóricos da HL (*ibidem*:20).

1.4.3.5 O perfil do historiógrafo em Lingüística

Para Koerner (1978:22), o verdadeiro historiógrafo da ciência lingüística deve ser muito cuidadoso com o uso das evidências em suas alegações. Não deve basear-se no argumento da influência de forma leviana; deve buscar o estabelecimento de uma lista de princípios tanto teóricos quanto práticos que sejam amplos o suficiente para encontrar receptividade entre outros historiógrafos. Esses princípios devem ser adaptáveis a períodos diferentes na HL e também a aspectos particulares sob investigação; devem ser claros para que o produto do trabalho do historiógrafo possa ser compartilhado por todos aqueles que tenham interesse na ciência lingüística e nas ciências sociais.

À parte a esses pré-requisitos que todo pesquisador necessita ter, um historiógrafo em Lingüística deve ter também uma boa capacidade de leitura de línguas usadas por lingüistas e filólogos em seus trabalhos.

Koerner afirma ainda que um historiador da Lingüística deve estar familiarizado com as correntes intelectuais e descobertas científicas do período que intenta descrever. Precisa ler fontes primárias daquele tempo, inclusive as extralingüísticas. Precisa avaliar valores históricos que poderiam levá-lo a defender afirmações equívocas, fazendo-se necessário, para isso, conhecer a “*res gestæ*” do período sob estudo.

Carl Becker chamou esse “entorno cultural” de *climate of opinion*, o qual em

português convencionou-se chamar “clima de opinião”. É o conjunto de fatores lingüísticos e extralingüísticos necessários para que se possam efetuar pesquisas sobre o conhecimento humano em uma dada área e em um dado período. A evolução dos fatos lingüísticos pertence a um conjunto maior e mais complexo de desenvolvimento de idéias e técnicas; é o resultado de uma interação dos agentes de história de uma dada região ou nação. Daí a necessidade do historiógrafo conhecer detalhadamente os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais do período sob estudo para poder reconhecer o clima intelectual da época e realizar um trabalho de pesquisa rigorosamente científico.

1.5 Metodologia

Na metodologia da pesquisa em estudos historiográficos, as fontes de informação devem ser entendidas não apenas como fatos isolados, mas sim como componentes de uma tendência ideológica, para que possam revelar um olhar crítico sobre esses fatos. Para isso ocorrer, é preciso atentar a três princípios metodológicos: a) percepção clara das bases do pensamento científico da época; b) avaliação crítica dos textos sobre a linguagem; c) vinculação da terminologia técnica e do aparato conceptual aos estudos modernos para que o leitor de hoje possa perceber as teses defendidas ou assumidas pelos estudiosos de outra época.

O primeiro princípio metodológico justifica-se pelo fato de que as teorias lingüísticas jamais se desenvolveram de forma isolada em relação a outras áreas de investigação intelectual contemporâneas.

O segundo princípio refere-se a uma metodologia de análise de textos, associada sempre ao discurso que lhe dá sentido. Ou seja, o método de leitura dos documentos históricos compreende não apenas os fatos, mas o próprio texto para que o processo de construção textual se revele. Outro ponto referente ainda ao princípio de avaliação crítica

de textos diz respeito à escolha e organização das fontes documentais, com a adequada percepção do que era um senso comum entre os estudiosos da época. Nesse sentido, a periodização dos estudos historiográficos comporta-se como um elemento indispensável na organização dos dados históricos. Tal periodização deve ater-se a dois pontos: a) aos que foram decisivos para as tendências mostradas no percurso histórico; e b) a critérios homogêneos que levem à ciência metodológica no decorrer do trabalho

O terceiro e último princípio – da metalinguagem usada nos estudos filológicos e lingüísticos, vinculada a recursos da terminologia de hoje – permite ao usuário da pesquisa perceber o verdadeiro sentido que os termos tinham em dado período. É também extremamente importante para que se evitem falsas interpretações para termos técnicos usados em vários momentos do percurso historiográfico, mas com significados diferentes.

Pretende-se, no presente trabalho, adotar esses três princípios para que a análise das obras atinja os objetivos propostos em 1.3.

2. PANORAMA EPISTEMOLÓGICO DOS NOVECENTOS

2.1 Uma breve retomada de aspectos históricos

Para se entender o cenário epistemológico do século XIX, é preciso retomarem-se alguns fundamentos históricos, especialmente a partir do século XV.

A expansão marítima, a formação dos Estados nacionais, as grandes navegações e o comércio ultramarino, associados a um desenvolvimento científico e tecnológico, provocaram uma grande expansão territorial e comercial. Houve o desenvolvimento da economia monetária e a acumulação de capital, o que mais tarde teve importância decisiva na gestação do processo de industrialização da Europa. Em decorrência, surgiu uma nova estratificação social e um Estado moderno, que vieram a fortalecer a produção de bens e o comércio interno e externo.

No séc. XVI, o movimento da Reforma Protestante, ao entrar em conflito com a autoridade do Papa e com a estrutura da Igreja Católica, gerou uma tendência de valorização do conhecimento racional. Considerou-se que, se havia uma nova maneira de se relacionar com as coisas sagradas, havia também um outro movimento no sentido de se analisar o universo de outra forma. A razão passava a ser considerada soberana e adquiria a condição de elemento essencial para se conhecer o mundo. Criou-se, então, uma nova atitude diante das possibilidades de explicar os fatos sociais. A experimentação e a observação passaram a ser fundamentais na obra dos pensadores da época: Nicolau

Maquiavel, Galileu Galilei, Thomas Hobbes, Francis Bacon, René Descartes. Descartes, por exemplo, acreditava na existência de um Deus criador do universo, para ele um mecanismo extremamente sofisticado e governado por leis eternas. Defendia que caberia ao homem, dotado de razão, desvendar tais leis, ou seja, não acreditava em interferência divina no universo após sua criação.

O séc. XVI também se caracterizou por profundas alterações no processo de produção de mercadorias. Surgiu a máquina a vapor a qual possibilitou a criação de outras máquinas. Intensificou-se o trabalho mecânico e a expansão da indústria; com a Revolução Inglesa, determinaram-se novas formas de organização política.

Em seqüência, o século XVIII foi explosivo. A Revolução Americana e a Francesa alteraram o quadro político mundial e serviram de exemplo para as revoluções políticas posteriores. Foi um período marcado por muitas transformações na esfera de produção, na organização política e na representação popular. Todo esse contexto leva pensadores como Montesquieu, David Hume, Jean-Jacques Rousseau, Adam Smith e Immanuel Kant a refletir sobre a realidade, na tentativa de explicá-la.

Dos meados do século XVIII ao terceiro quartel do século XIX, dois grandes movimentos modificaram as concepções vigentes: o Iluminismo e o Romantismo.

A burguesia, não mais suportando o regime absolutista e suas contradições, buscou armas teóricas para questionar o poder dos reis absolutistas, justificar uma revolução e criar uma nova ordem política. As bases para tal ideologia estão no séc. XVII, nas reflexões de René Descartes (1596-1650), que lançou as bases do racionalismo como a única fonte de conhecimento. Defendia a existência de uma verdade absoluta e, para testá-la, desenvolveu o método da dúvida. Com o tempo, convenceu-se de que a única verdade era a capacidade de duvidar, reflexo da capacidade de pensar, típico do homem. Sua teoria ficou resumida e conhecida pela frase: “Penso, logo existo”.

Descartes acreditava na existência de um Deus criador do universo, mecanismo complexo e regido por leis eternas. Julgava que caberia ao homem, por ser dotado de razão, desvendar essas leis, mas não acreditava na interferência de Deus no universo após a sua criação.

Isaac Newton (1642-1727), com trabalhos no campo da Física, confirma as concepções de Descartes e afasta a crença de interferência divina no universo. Newton deu um grande passo no que se referia à interpretação do mundo natural, sob a ótica da razão. Newton interpretava as leis da natureza e as expressava de forma matemática, lançando a idéia de que a própria sociedade poderia ser regida por leis.

Mas é o inglês John Locke (1632-1704), a quem se atribuem os princípios da Filosofia política iluminista, sobre as quais foram lançadas as bases da investigação das leis da sociedade. Locke escreveu o *Segundo tratado sobre o governo civil*, obra na qual defendia que os homens possuem direitos naturais como a vida, a liberdade e a propriedade.

É importante destacar, ainda, o legado de Adam Smith, no campo da Economia.

A obra de Adam Smith (1723-1790), *A riqueza das nações*, apresentou as razões da burguesia revolucionária para implantar o liberalismo econômico, na chamada teoria da *mão invisível*. Smith defendeu que havia um ordenamento perfeito no funcionamento das atividades econômicas e seria, portanto, dispensável qualquer interferência. Para a burguesia iluminista, a sociedade se civilizaria ao incorporar os valores que defendiam especialmente a liberdade de mercado. Em outras palavras, a sociedade daria condições para a liberdade e a igualdade entre os indivíduos; ao Estado caberia proteger essa situação, zelando pela segurança interna e externa.

Surge, assim, a idéia de um contrato social. A burguesia acreditava que suas transformações revolucionárias na economia, na política, na ciência e na vida social

havia criado uma sociedade racional; a vida social podia ser regulada por leis e essas leis norteavam as relações entre indivíduos e entre esses e o Estado.

A revolução realizada pela burguesia na França, na primeira metade do séc. XIX, trouxe grandes mudanças à sociedade na economia, política, cultura e artes.

Voltaire (1694-1778) foi um dos maiores nomes do Iluminismo. Crítico feroz da Igreja e do Clero, em seu livro *Cartas inglesas* atacou a Igreja, condenando resquícios da servidão feudal ainda existente. Mesmo sendo contrário à Igreja, acreditava na presença de Deus na natureza e no homem. Também cria ser a livre expressão um dos direitos naturais do homem, condenando fortemente a censura.

Voltaire aproximou-se de vários monarcas absolutistas europeus, sugerindo reformas como conselheiro. Criticava a guerra e rejeitava a idéia de revolução, defendia que reformas realizadas por monarcas, sob orientação dos filósofos, poderiam trazer governos “esclarecidos” e progressistas.

O Barão de Montesquieu (1689-1755) também foi um expoente do Iluminismo. Escreveu *O espírito das leis*, no qual propôs a divisão do poder em três instâncias, executivo, legislativo e judiciário. Montesquieu anteviu a estrutura de uma sociedade democrática como hoje a conhecemos. Em “*Cartas persas*”, denunciou os abusos de poder do rei Luís XIV.

O terceiro nome do Iluminismo francês é o de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Em sua obra *Contrato Social*, mostrou acreditar na liberdade dos indivíduos, já que todos nasciam iguais e, por livre vontade e associação, criavam leis e organizavam a vida em sociedade. Foi um grande defensor da democracia, compreendida como expressão da vontade do povo. Criticava o excesso de racionalismo por julgar que reprimiria os sentimentos. Para ele, o conhecimento e a felicidade humana dependeriam do cultivo e expressão dos sentimentos.

Rousseau fez críticas à propriedade privada, ao racionalismo, ao elitismo dos que governam e à opulência, e muitas de suas idéias foram rejeitadas pela burguesia. Teve maior aceitação junto aos setores médios e populares e suas idéias acabaram sendo de grande impacto nos momentos mais radicais da Revolução Francesa.

Ao abordar a importância dos iluministas, é preciso destacarem-se ainda os nomes dos filósofos Diderot (1717-1783) e D'Alembert (1713-1784), responsáveis pela compilação da *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Obra dividida em trinta e cinco volumes, a *Enciclopédia* constituiu-se uma tentativa de apresentar, de forma sistemática, todo o conhecimento humano acumulado até então. Contou com o apoio de cento e trinta colaboradores (dentre eles Voltaire, Montesquieu e Rousseau) e a influência dos mesmos está presente na defesa de valores como racionalismo (em substituição à fé), estímulo à ciência, deísmo (crença em Deus como força propulsora do universo), idéia de um contrato social entre governantes e governados.⁸ A *Enciclopédia* foi fundamental como instrumento de divulgação dos ideais liberais para a política e a economia.

As idéias iluministas, em decorrência do sucesso da Revolução Francesa e sua expansão, bem como a vitória do movimento de independência dos Estados Unidos, deixaram de ser consideradas meras propostas e passaram a fundamentar o sistema político que viria a se consolidar em grande parte do Ocidente, a partir do início do século seguinte: o liberalismo econômico.

⁸ No item 4.3.2, referente às influências recebidas pelos gramáticos brasileiros do século XIX, a *Enciclopédia* será abordada mais detalhadamente.

2.2 O século XIX

No aspecto histórico, no século XIX, ocorreu a promoção do Estado à condição de objeto da produção histórica. Poder, nessa época, é sempre o poder do Estado – instituições, aparelhos, dirigentes. O progresso capitalista europeu foi, pouco a pouco, consolidando o aparecimento de um Estado liberal burguês, marcado pelo imperialismo e pelo sentimento nacionalista. A busca pela sobrevivência e novas oportunidades, associada às crises políticas encontradas à época, favoreceu o deslocamento de grande volume populacional para América, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Essa grande migração não só contribuiu para aliviar a questão social europeia como também favoreceu a globalização econômica do mundo.

Toda essa movimentação política no mundo causava repercussão na América Latina e, especialmente, no Brasil.

O processo de independência das colônias latino-americanas resultou em dependência em relação aos centros do movimento capitalista, inicialmente à Inglaterra e, a seguir, aos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, no Brasil, as elites mantiveram-se no poder e isso trouxe implicações à organização sociopolítica do Estado Brasileiro. Dentre elas, é importante destacar o que ocorreu com a vida cultural. A literatura de língua portuguesa apresentou considerável enriquecimento (tanto em Portugal como no Brasil); o jornalismo e o teatro também revelaram efervescência, claramente relacionada ao complexo movimento histórico-cultural de outros países. A distinção acentuou-se entre as variantes do português do Brasil e de Portugal e tornou-se alvo de debates e polêmicas – chamada, à época, “a questão da língua brasileira”. Em Portugal, na segunda metade do século, aumentou consideravelmente o número de gramáticas da língua portuguesa com o claro intuito de manter a tradição clássica no uso literário e no ensino da língua portuguesa. Analisando-se as gramáticas ou manuais escritos entre o final do século XVIII e início do

século XIX, é possível constatar que, em sua maioria, não se ocupavam da língua falada e, sim, da língua ainda baseada em modelos clássicos, sob o foco de um ideal de uso.

Embora fosse o momento forte do Romantismo, que defendia uma renovação e um anticlassicismo, com inovações no manuseio da língua, era comum os próprios autores românticos, como José de Alencar, recorrer a citações de autores clássicos.

Mesmo com essa posição muitas vezes ambígua, o Romantismo ocupou papel importante e é preciso destacar a importância dos estudos lingüísticos naquela época.

O Romantismo, movimento literário do fim do século XVIII, principalmente na Alemanha, não aceitava que os cânones da tradição literária tivessem sido fixados pela tradição clássica e assim deveriam ser mantidos. Os interesses românticos levaram à publicação e ao estudo de textos e glossários das antigas línguas germânicas (gótico, antigo alto alemão e antigo nórdico). Considerava-se detalhar o contexto romântico em que os estudos lingüísticos se desenvolviam. O romantismo defendia não só o papel e a importância do sentimento como também a intuição, o organicismo e a história. Associou povo e nação como idéias constitutivas de uma mesma entidade coletiva expressa ou manifesta na língua, na história e na cultura. Tais pressupostos mostraram exigência metódica, em particular, na Alemanha (CARDOSO, 1997:65). A erudição, a crítica documental rigorosa, a busca de novas fontes, o conhecimento filológico tornaram-se constantes.

No fim do século XVIII, vários lingüistas já haviam descoberto a relação do sânscrito, antiga língua sagrada da Índia com o latim, o grego e outras línguas da Europa. Tal fato, na ocasião, causou surpresa aos estudiosos ocidentais, seguidores da tradição clássica. Embora já conhecessem diferenças entre o latim e o grego, julgavam-nas explicáveis pelos laços culturais e políticos entre as civilizações romana e grega. Frente às

inúmeras constatações de semelhanças entre o sânscrito e essas línguas, perceberam a necessidade de aprofundar tal tipo de estudo.

Até chegar a esse momento, os estudos lingüísticos percorreram caminhos que evidenciaram paradigmas bem diferentes entre si. Merece destaque um breve estudo dos caminhos percorridos nessa área.

2.3 A trajetória dos estudos lingüísticos

Na Antigüidade, mais especificamente na Grécia, os estudos lingüísticos fizeram-se representar pela obra de filósofos como Platão e Aristóteles. Para eles, a língua era um meio de se desvendar a atividade da linguagem, e esta era a contraparte expressa do pensamento do homem. Deve-se a Aristóteles um estudo lógico da linguagem. Fez a primeira distinção entre as partes do discurso (substantivos, verbos e partículas) e a estrutura da oração (nome como sujeito e verbo como predicado).

Em relação à gramática grega, Moura Neves afirma que, na história do pensamento grego sobre a linguagem, existiam várias tendências de uma mesma busca, a de relação entre expressão e conteúdo. Os sofistas buscaram dar conta da eficiência da atuação do homem; os filósofos buscaram ver a essência (ou verdade) do homem; e os gramáticos buscaram preservar e disciplinar o uso lingüístico. Segundo Neves, “todos se move m no domínio da ‘gramática’, no domínio da relação entre a *cadeia sonora* que se emite e o *sentido* que se produz” (2002:33). É relevante destacar que a gramática grega teve influência incalculável sobre as demais.

A gramática latina, por exemplo, manteve o aspecto normativo que havia na gramática grega. São conhecidas as observações de estudiosos latinos quanto a isso. Varrão, no século II a.C., nos vinte e quatro volumes de *De lingua latina*, mostrou-se preocupado com a defesa do *certo* e *errado*. Destacam-se, a exemplo, as recomendações

sobre o emprego adequado do *perfectum* e *infectum*. Em *De sermone latino*, Varrão defendeu que os fundamentos da latinidade seriam *natura*, *analogia*, *consuetudo* e *auctoritas*. Além de Varrão, outros autores, como Quintiliano (séc. I d.C.), Elio Donato (séc. IV d.C.) e Prisciano (séc. V d.C.), ocupavam-se do caráter normativo dos estudos lingüísticos.

Na Idade Média, por sua vez, os estudos lingüísticos revelaram esforços para que o latim fosse a língua de cultura, acima das vernáculas. Manteve-se o enfoque do *certo* e *errado*, daí Donato e Prisciano terem sido usados como modelos para o ensino da língua. Desenvolveu-se também a abordagem filosófica com expansão da corrente escolástica; a gramática, nesse período, foi considerada como um elemento auxiliar da lógica.

Em decorrência, discutiu-se o papel atribuído ao gramático: deveria ou não *melhorar* a língua, buscando dar maior regularidade a seus padrões e conservá-la próxima do mundo do objeto e das idéias?

Nesse período já se acreditava que existia uma estrutura gramatical universal, peculiar a todas as línguas. Aliás, essa é uma das idéias acerca da linguagem registrada nos estudos lingüísticos ao longo de todos os tempos. Havia também curiosidade sobre as línguas faladas e defendia-se a necessidade de estudá-las e conhecê-las para que pudessem ser utilizadas como instrumento de propagação da doutrina cristã aos povos que as falavam.

No Renascimento (séculos XV e XVI), ressurgiu o interesse pelo latim clássico e pelo grego bem como pelos estudos humanistas. Em decorrência da valorização do que diz respeito ao homem, foi dado grande valor às chamadas línguas faladas. No século XVI, é importante destacar que também surgiram trabalhos de etimologia, como forma de buscar a origem da linguagem. Dentre esses, destacou-se Giambullari que pode ser considerado precursor nos estudos etimológicos (CAVALIERE, 2000:64). Ainda naquele século,

destacou-se a aplicação da lógica nos estudos lingüísticos, o que chegou ao ponto máximo com a *Gramatica de Port-Royal*, de Lancelot e Arnaud (CÂMARA JÚNIOR, 1975:24).

A partir do século XVI, em âmbito mundial, surgiram os estudos das línguas modernas com registros do aspecto oral da linguagem e uma espécie de embrião de teoria fonética desenvolveu-se. Em Portugal, os gramáticos e ortógrafos asseguraram a manutenção da tradição intelectual, mas também seguiram a tendência de lutar pelo estudo do vernáculo, evidenciando uma tendência de afirmação nacionalista, com publicação de dicionários e gramáticas, revelando um processo de valorização e até afirmação da superioridade da língua portuguesa, especialmente em relação ao espanhol (FÁVERO, 1996:23).

No séc. XVII, destacaram-se estudos comparativos de línguas e as tentativas de uma tipologia ou classificação, baseada em suas semelhanças. Delineou-se, à época, um estudo histórico das línguas, o qual levaria à Lingüística propriamente dita. Em Portugal, sob domínio espanhol até 1640, destacaram-se Bento Pereira e Amaro de Roboredo. Como o primeiro escreveu em latim, Roboredo costuma ser apontado como o autor mais significativo do período. Sua obra mantém a tradição gramatical das obras da Renascença e evidencia a existência de universais lógicos e equivalência lógica entre as línguas. Aponta para uma gramática mais formal que iria ao encontro da *Gramatica de Port-Royal*.

No séc. XVIII, a corrente comparativista histórica aprofundou seus estudos e alguns nomes são merecedores de destaque. Wilhelm Von Humboldt, lingüista alemão, defendeu a possibilidade de fazer-se uma análise de todas as línguas do mundo para que os diferentes modos de expressão de uma mesma noção gramatical pudessem ser comparados (CÂMARA JÚNIOR, 1986:29). Julgou que esse tipo de análise permitiria uma descrição dedutiva da língua.

Assim, a abordagem de cunho histórico da língua teve início no séc. XVIII por meio de tentativas de comparação e classificação de línguas, processos baseados em uma origem hipotética. Isso levou a uma linha histórica de desenvolvimento lingüístico, segundo a qual uma língua antiga daria origem a uma ou várias outras línguas, linha essa subjacente à lingüística histórico-comparativa do séc. XIX.

3. PARADIGMAS DA LINGÜÍSTICA NO SÉCULO XIX

O século XIX é marcado pelo estudo comparativo e histórico das línguas, em especial das línguas indo-europeias (ROBINS, 1983: 132). Os lingüistas concentravam seu trabalho nesse tipo de estudo, com a aplicação de modernos conceitos tanto nas novas proposições teóricas apresentadas quanto na metodologia da pesquisa aplicada. O dinamarquês R. Rask (1787-1832), os alemães J. Grimm (1785-1863) e W. Humboldt (1767-1835) estão entre os lingüistas do início do século mais conhecidos.

Foi Rask o primeiro estudioso a aprimorar a técnica de comparação histórica entre as línguas. Preferiu as comparações gramaticais à aproximação de palavras (as análises etimológicas, como já foi visto, haviam marcado o início dos estudos históricos comparativos). Constatou ainda que há regularidade no comportamento das vogais e consoantes de determinada língua, se comparado com o das vogais e consoantes de outras línguas com as quais tenha parentesco. Dessa forma, hoje se pode considerar Rask o pioneiro do estudo histórico da linguagem. Com ele, a História da Lingüística teve seu verdadeiro início (CÂMARA JÚNIOR, 1986:32).

Durante o séc. XIX, intensos estudos filológicos do sânscrito estimularam os lingüistas europeus para uma nova visão da linguagem. Friedrich von Schlegel, ao publicar *Sobre a língua e a filosofia dos hindus* no início daquele século, atraiu as atenções para a Índia e sua antiga língua, o sânscrito. Nessa obra, cogita a possibilidade de uma relação e origem comum entre o sânscrito e as línguas mais conhecidas da Europa, como o grego, o

latim e o alemão. Foi Schlegel o primeiro a usar os termos *gramática comparativa* e *flexão*, esse último para nomear a capacidade de mudança interna das palavras, que interpretava como produto “de um crescimento orgânico de ‘raízes’, de que sairiam elementos formais como rebentos de uma planta” (*ibidem*:35).

Paralelamente a esses estudos, mantinha-se a Filosofia greco-latina, com a Filologia clássica atuando na crítica de textos, por meio de um trabalho comparativo entre manuscritos gregos ou latinos e obras dos copistas, para descobrirem-se falsas interpretações, omissões ou erros desses copistas.

O estudo filológico também envolveu as línguas medievais da Europa. Isso se deu em virtude da importância atribuída à Idade Média pelo Romantismo e, sob o ponto de vista do estudo da linguagem, significou um novo campo de aplicação do método histórico-comparativo.

Destacaram-se, nesse campo, os nomes de Raul Bopp e Jacob Grimm. O primeiro pode ser considerado o fundador da lingüística européia por ter conseguido provar a existência de uma grande família de línguas e por ter, ainda que de forma incipiente, apontado um método para descobrir o desenvolvimento de tais línguas.

Grimm é conhecido como um dos fundadores do comparativismo histórico. Seus estudos concentraram-se na fonética das línguas germânica. Formulou a hipótese de que as consoantes aspiradas do indo-europeu (*bh, dh, gh*) tornaram-se oclusivas sonoras (*b, d, g*); as sonoras passaram a surdas (*p, t, k*) e as últimas se tornaram aspiradas (*f, q, h*). Tal hipótese fica conhecida como Lei de Grimm.

Para Cavaliere, a referência a Grimm impunha-se quase como uma obrigatoriedade nas gramáticas do século XIX.

Sua doutrina, no entanto, não se aplica diretamente ao fato estudado, eis que bastante afastada da investigação vernácula, razão por que a referência a sua obra sempre se tece nos capítulos introdutórios, em que se procura inscrever a proposta de investigação vernácula no paradigma da lingüística histórico-comparativa européia. Assim procede a maioria dos nossos filólogos, com especial incidência de seu nome nas páginas de Ernesto Carneiro Ribeiro, João Ribeiro e Pacheco da Silva Junior (CAVALIERE, 2000:81).

Depois de Bopp e Grimm, destacaram-se dois nomes: August Pott e Georg Curtius.

Pott dedicou-se aos estudos etimológicos. Sua contribuição maior foi ter dado grande ênfase à fonética – ao contrário de Bopp – e à derivação dos vocábulos. Sua obra mais importante recebeu o nome de *Pesquisas Etimológicas no Campo das Línguas Indo-Germânicas* e continha um estudo comparativo das raízes do sânscrito reconhecidas nas outras principais línguas da família.

Georg Curtius, professor em Leipzig, foi um grande conhecedor da filologia grega. Seu mérito está em ter colocado a filologia clássica dentro do campo da Lingüística. Esse lingüista também se dedicou às questões relativas à fonética. Já empregava, naquela época, o termo “leis fonéticas”. Defendeu que havia distinção entre mudanças fonéticas regulares (passíveis de sistematização em leis fonéticas) e mudanças fonéticas esporádicas.

É preciso destacar-se ainda o trabalho de Wilhelm Von Humboldt. Afirma Robins (1983:140) que “foi um dos pensadores mais profundos do século XIX em questões de lingüística geral”. Conhecedor de várias línguas ocidentais, orientais e algumas ameríndias, elaborou muitos trabalhos sobre a linguagem e sobre as línguas. Para ele, a primeira é uma capacidade viva e essencial dos falantes, que podem produzir e entender enunciados, isto é, a linguagem é uma habilidade criadora (*energeia*) e não um produto final (*ergon*). Defendeu também que as alterações das línguas expressam formas de adaptação, possíveis pela própria natureza dessa capacidade inata à mente humana.

A partir da segunda metade do século XIX, destacou-se o trabalho de Schleicher, lingüista e estudioso da Botânica. Deve-se a ele o feito de colocar a Lingüística no âmbito das ciências da natureza. Creditava àquela, chamada por ele de *Glottik*, um lugar oposto ao da Filologia e defendia a idéia de que a Lingüística estava para a Ciência Natural como a Filologia estava para a História.

Segundo Schleicher, uma língua resulta da ação de um complexo de substâncias naturais no cérebro e no aparelho fonador. É, portanto, um organismo natural e como tal deveria ser estudado. Para esse lingüista, a língua revela, por meio de mudanças, a evolução natural no sentido defendido por Darwin e depende de características dos pensamentos e órgãos da fala. Defendeu, por fim, que a língua seria o critério mais pertinente para uma distinção entre as raças.

Schleicher era foneticista e preocupou-se com o estudo da língua falada. Transcreveu sons diretamente da fala de camponeses e distinguiu o conceito de sons lingüísticos do de letras; descobriu processos articulatorios e regularidades nas mudanças fonéticas. Defendia que houvera um tronco ou uma protolíngua indo-germânica da qual nasceram outras línguas que deram origem a ramos menores e esses, a dialetos.

Preocupou-se também com o estudo morfológico. Defendia que teria havido estágios de desenvolvimento que, após chegarem ao ponto máximo, levariam a língua a entrar em decadência. Para ele, era preciso desenvolver uma tipologia de classificação das muitas línguas existentes de acordo com uma linha de raciocínio metafísica, mas sempre baseada no conceito darwiniano de evolução. Os três tipos até então consagrados de línguas – isolantes, aglutinantes e flexionais – representavam diferentes etapas do desenvolvimento lingüístico, as quais conduziriam a um ponto máximo de organização (cf. ROBINS, 1983:47).

Schleicher deu à gramática comparativa uma abordagem mais clara e elaborada: seu trabalho é considerado de muita relevância na Lingüística dos anos noventa. É dele a distinção entre Lingüística e Filologia que tanto influenciou os estudos gramaticais no Brasil. Schleicher era um foneticista com sólida formação em Botânica. Defendia que a língua devia ser vista e estudada como um organismo vivo, também sujeito às leis de evolução natural, como os animais e plantas.

Na visão de Schleicher, Filologia e Lingüística assumiam formas de investigação definidas. Para o lingüista alemão, “enquanto o filólogo poderia exercer sua prática a partir do conhecimento de uma só língua – ou grego, ou latim, por exemplo – o lingüista precisaria conhecer muitas línguas para poder analisá-las e compará-las” (ALTMANN, 2004:167).

Considerava que os estudos lingüísticos deviam ater-se aos elementos constitutivos da linguagem articulada e das formas da língua que trazem evolução aos sons lingüísticos, o que justifica a ênfase à fonética e à morfologia em seus trabalhos.

Contemporâneo à Schleicher, Wilhelm Scherer também se ocupou das mudanças sonoras da língua. Diferentemente de Schleicher, aplica uma interpretação histórica aos fatos para alinhá-los aos fatos daquele tempo e analisa-os a partir de dados experimentais provenientes da observação de processos lingüísticos. Pode, ainda, ser apontado como um bom exemplo do fato de que diferenças manifestadas entre pesquisadores não são necessariamente indicação de divergência teórica. Scherer trata de princípios que teriam relação com a atividade mais tarde desenvolvida pelos neogramáticos: causalidade em Lingüística, paralelismo das Ciências Naturais e Lingüística, evolução antes da decadência, fisiologia e psicologia em relação ao estudo da linguagem, positivismo (JANKOWSKY, 1972:107).

Depois de Schleicher e Scherer, destaca-se o trabalho dos neogramáticos. Esses defendiam a idéia de que todas as mudanças fônicas, como processos mecânicos, ocorreriam de acordo com leis que não consideravam exceções quando dentro do mesmo dialeto. Para eles, o mesmo som, em contextos fonéticos idênticos, evoluiria do mesmo modo sempre.

Ocorria, na época, que a Linguística histórico-comparativa estava baseada na hipótese da regularidade das mudanças sonoras. Os neogramáticos, por sua vez, ocuparam-se não de uma suposta realidade recuperada pela história, mas sim dos dados provenientes de documentos escritos e dos dialetos da época bem como das leis que os regiam. Isso fez com que se ocupassem, fundamentalmente, da Fonética e da Dialectologia. Como os demais teóricos dos estudos sobre linguagem e língua, receberam críticas, especialmente no campo da Dialectologia. O grupo tem, em seu núcleo inicial, nomes como Berthold Delbrück e Karl Brugmann.

Delbrück dedicou-se ao estudo do indo-europeu e destacou-se por tratar de questões sintáticas, ao contrário do que ocorria freqüentemente já que os neogramáticos eram conhecidos como estudiosos de fonética das línguas. Brugmann, por sua vez, destacou-se pela valorização dos estudos dialetais, embora não tenha se afastado do estudo das leis fonéticas, e pelo interesse no papel da psicologia nos estudos lingüísticos. Sua influência, entre os gramáticos brasileiros, registra-se na obra de Said Ali (CAVALIERE, 2000:93).

Em síntese, pode-se afirmar que os neogramáticos consideravam dispor a linguagem humana de um mecanismo mental e um material (contrariando o evolucionismo da teoria naturalista de Schleicher); interessavam-se nas formas simples de comunicação (não apenas em línguas antigas como o grego e o latim); afirmavam que toda mudança fonética é decorrente de leis imutáveis e universais (ponto de intensa discussão na época).

Mesmo com todas as divergências enfrentadas, os *Junggrammatikers* representaram um momento importante dos estudos lingüísticos uma vez que contribuíram para ordenar e tornar claro o pensamento científico da época (ROBINS, 1983:150).

Ainda no século XIX, um grupo de lingüistas da Escola Idealista ou Estética enfatizou a relevância do falante na produção e propagação de uma mudança lingüística. Esse grupo foi liderado por Karl Vossler – também alemão como seu inspirador Humboldt – e pelo italiano Croce.

Vossler defendia a idéia de que toda mudança lingüística partia de inovações introduzidas pelo indivíduo no seu ato de fala. Algumas eram imitadas e, com o tempo, acarretavam alterações na linguagem.

Os idealistas acreditavam que a linguagem é instrumento de expressão de cada indivíduo; que a mudança lingüística é reflexo de um trabalho consciente do falante e das características do grupo a que ele pertence; e que fatores estéticos são causas de inovações. Uma das conseqüências dos estudos dos idealistas foi o surgimento da Escola Neolingüística (Itália), baseada na associação de resultados da Dialetoлогия a princípios da Lingüística Idealista. Tratava dos processos de difusão de mudanças em determinadas áreas geográficas e de obter conclusões de caráter histórico acerca de processos de evolução das línguas.

Todas as correntes lingüísticas descritas acima contribuíram para a elaboração de uma teoria lingüística mais sólida. Embora estivessem voltadas para o estudo das línguas indo-européias, abriram caminho para que houvesse incremento da pesquisa e do desenvolvimento de novos estudos, sobretudo, em relação a outras línguas do século XIX.

É importante frisar, ainda, que um dos efeitos mais importantes da preocupação dos estudiosos do século XIX quanto à evolução das línguas foi a constatação de que as modificações das formas das palavras podiam ser explicadas por mudanças atestadas na

língua falada, fazendo-se uso das chamadas leis fonéticas. Como afirma Lyons “...a hipótese fundamental em que se baseia a Lingüística Moderna é a de que é o som, e não a escrita, um meio primário da língua” (1979:34).

Essa nova concepção, provavelmente, tenha sido a grande contribuição dos lingüistas do século XIX.

4. GRAMÁTICA CIENTÍFICA DO SÉCULO XIX

4.1 A questão da periodização dos estudos filológicos no Brasil

Poucos lingüistas dedicaram-se à periodização dos estudos filológicos em nosso país e, dentre eles, destaca os nomes de Antenor Nascentes e Sílvio Elia (CAVALIERE, 2002:100).

Nascentes defendeu uma divisão em três períodos, o **embrionário** (do início da cultura brasileira até 1834, com a publicação da *Gramática da língua nacional* de Pereira Coruja); o **empírico** (de 1834 até a publicação da *Gramática Portuguesa* de Júlio Ribeiro em 1881); e o **período gramatical** (de Júlio Ribeiro até 1939, ano da Fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil).

Sílvio Elia, por sua vez, apresentou apenas dois períodos: o **vernaculista** e o **científico**. O período vernaculista corresponde ao espaço temporal do movimento romântico e da independência do Brasil; os gramáticos ainda não se preocupavam com uma exata descrição gramatical e sim com a de um ideal de vernaculidade do “bem-dizer”. O período científico é dividido por Elia em duas fases. A primeira (1880-1900) é marcada pela renovação, com o emprego de novos métodos de investigação; e a segunda (1900-1960) abrange seis décadas de estudos lingüísticos, até a publicação de *Os estudos filológicos no Brasil* do mesmo autor.

Cavaliere, cuja proposta de periodização adotar-se-á nesse trabalho, divide os estudos lingüísticos em quatro períodos.

Para ele, o período **embrionário** (termo que “pede emprestado a Antenor Nascentes”, segundo suas próprias palavras) vai das origens dos estudos filológicos com a publicação da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* de José de Anchieta (1595) até à do *Epítome da grammatica portugueza* de Antônio Moraes Silva (1802). Nesse intervalo de tempo, tais estudos foram esparsos e sem relevância para a expressão do pensamento lingüístico.

O segundo período, chamado de **racionalista**, compreende cerca de oito décadas (1802 a 1881). A publicação de Moraes Silva, acima referida, inaugura uma nova fase na qual a produção gramatical privilegia o ensino da norma lingüística baseada na literatura. Destacam-se nome como Gonçalves Dias, Odorico Mendes e Sotero dos Reis.⁹ O último, com sua *Grammatica portugueza*, evidencia conhecer os limites entre as pesquisas lingüísticas européias e a arte gramatical. Mostra, também, clara influência da Gramática de Port-Royal, especialmente no tocante à teoria sintática baseada na noção de sujeito-verbo-atributo.

É um período marcado por uma linha de estudos uniformes, com o objetivo específico de organizar manuais voltados ao ensino da norma literária inclusive na escola de nível elementar.

O terceiro recebe o nome de período **científico** e compreende um intervalo de tempo menor (de 1881 a 1941). Na Europa, já no início do séc. XIX, vicejavam os estudos histórico-comparativistas, mas no Brasil ainda predominava uma forte tendência de ensino normativo, fruto do período racionalista. Em 1881, Júlio Ribeiro publica a

⁹ Os dois últimos pertenciam ao chamado Grupo Maranhense Oitocentista. Araújo (2003: 41 a 62) apresenta detalhado estudo sobre esse grupo.

Grammatica Portugueza, e nos anos finais do século, uma produção intensa de estudos lingüísticos se apresenta; são teses de concursos, gramáticas descritivas e históricas, num ambiente de grande investigação etimológica. Essa fase inicial, chamada por Cavaliere (2002:60) de **fundadora**, vai até a primeira década do século XX. É nesse período que situamos o trabalho de Manuel Pacheco da Silva Júnior (cuja obra é objeto deste trabalho), Lameira Andrade, Alfredo Gomes e Eduardo Carlos Pereira, João Ribeiro e Said Ali¹⁰. Era uma nova etapa: a do cientificismo na pesquisa lingüística.

Inclui-se, nesse período, a chamada “geração de ouro” portuguesa com nomes como o de Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias, José Joaquim Nunes e Gonçalves Viana, cujas obras mostram um teor mais filológico.

Surge a fase legatária do período científico na qual sobressaem a pesquisa etimológica e o comparativismo da romanística europeia. É mantido o rigor científico e o espírito positivista em uma busca de descrição mais detalhada da língua portuguesa, mas o *corpus* pesquisado ainda é a língua empregada na literatura. É a época de Mário Barreto, Souza da Silveira, Augusto Magne, Antenor Nascentes, José Oiticica, Cândido Jucá Filho e Clóvis Monteiro.

O quarto período, intitulado **lingüístico**, abrange de 1941 até nossos dias e se subdivide em duas fases. A **estruturalista** tem como marco a publicação, em 1941, de *Princípios de lingüística geral* de Mattoso Câmara Júnior, obra que colaborou para a consolidação da Lingüística como ciência autônoma na universidade brasileira. O Estruturalismo tornou-se a teoria predominante no ensino e na pesquisa lingüística; somente no final dos anos 70, novas correntes lingüísticas passaram a ter representantes nos meios universitários e passaram a influenciar o ensino de língua portuguesa. Foi o caso

¹⁰ João Ribeiro e Said Ali mantiveram forte influência nos estudos lingüísticos até mesmo na fase seguinte do chamado período científico.

da Gramática Gerativa que chegou a produzir obras de descrição lingüística com Miriam Lemle, Mário Perini e Lúcia Lobato, seguindo a linha gerativista norte-americana de Chomsky, Jackendoff e Lekoff.¹¹

Por volta de 1980, em meio ao formalismo dos gerativistas e estruturalistas, uma corrente de estudiosos ocupa-se da pesquisa da língua em uso pelo falante e da retomada da análise lingüística do texto. É a **fase diversificada**, em que o objeto de estudo deixa de ser a gramática e passa a ocupar-se dos usos lingüísticos. É o momento da sociolingüística, do funcionalismo, da pragmática, da análise do discurso, da semântica argumentativa. Essa fase estende-se até os dias atuais e caracteriza-se não só pela pluralidade de teorias como também por uma nova ordem científica, com grupos de trabalho distribuídos em todo o país e ligados a programas de pós-graduação das universidades públicas.

4.2 O período científico

Chama-se gramática científica o conjunto de estudos e obras produzidos acerca da língua portuguesa usada em nosso país, de 1881 a 1941 (CAVALIERE, 2002:111).

Recebe esse nome por evidenciar uma nova ordem científica, caracterizada por um rigorismo na investigação e descrição dos fatos lingüísticos. Essa ordem decorreu do primeiro contato mais efetivo de nossos estudiosos com um paradigma estrangeiro que rompia com a tradição e apresentava bases para uma análise do vernáculo e, sobretudo, para o ensino de português como língua materna. Há, pois, uma mudança de enfoque significativa: ao mesmo tempo em que havia uma forte renovação nos estudos filológicos, havia uma clara preocupação com a aplicação dos avanços e teorias no ensino da língua vernácula.

¹¹ Esse foi um momento um pouco confuso no ensino do português do Brasil. Os professores sentiam-se “pressionados” a se atualizarem e muitos levaram as novas teorias para as salas de aula sem a adequação ou o amadurecimento necessários.

Para entender o momento em que começa a aparecer a chamada gramática científica no Brasil, é imprescindível a leitura e consulta a um texto, intitulado *Breve retrospecto sobre o ensino da Lingua Portugueza*, publicado por Maximino de Araújo Maciel, em 1910, sob a forma de um aditamento ao texto da edição de número quatro da sua *Grammatica Descriptiva*.

Nesse texto, Maximino Maciel reconhece e defende o momento de transição por que passavam os gramáticos brasileiros. Enfatiza que nomes como Sotero dos Reis, Grivet, Gentil Ibirapitanga, embora de reconhecido valor, adotavam o mesmo modelo dos gramáticos portugueses, o que contribuía para uma estagnação dos estudos na área das pesquisas lingüísticas no Brasil. Maciel dá detalhes sobre as primeiras manifestações de uso do método histórico comparativo aplicado à aprendizagem das línguas, mais especificamente à vernácula.

Maciel, também em sua *Grammatica Descriptiva* (1931: 499), faz um registro valioso sobre aquele momento:

Nas províncias então jazia o ensino de lingua portugueza na maior immobilidade, salvo no Maranhão em que pontificava Sotero dos Reis e na Bahia o dr. Ernesto Carneiro, embora os trabalhos que elaborassem se não houvessem de todo desligado dos moldes dos autores portuguezes, de onde nos advieram, por assim dizer, os lineamentos geraes a que obtemperava o methodo adoptado.

Entretanto, aqui na Capital, já começavam a esplender as primeiras manifestações do critério philologico, o methodo histórico comparativo, applicado à aprendizagem das línguas, com especialidade as da vernácula.

Segundo Maciel, o Colégio Pedro II¹² tornou-se o centro de difusão dos novos ares que tomavam conta do meio acadêmico de então. A doutrina de Max Muller, Bréal, Gaston

¹² O Colégio Pedro II teve importante papel no cenário educacional dos novecentos. Nele “...os estudantes, terminado o curso de sete anos, recebiam o grau e as cartas de Bacharel em Letras, depois de prestarem o juramento perante o ministro do Império, que lhes punha sobre a cabeça o barrete branco da Faculdade de Letras.” (Azevedo, apud Elia, 2003: 141).

Pais, Whitney, Littré, Darmesteter, Bopp, Diez e Adolfo Coelho eram percebidas, por exemplo, nas provas dos candidatos a concurso para professor daquela importante instituição de ensino. O critério experimental e positivista parecia implantar-se de vez nos estudos lingüísticos no Brasil. Mais tarde, foi criado o Colégio Militar que também aderiu ao estudo histórico-comparativo, refletindo as doutrinas modernas em seus programas de língua vernácula.

Maciel afirma ainda que, naquela época, Júlio Ribeiro já elaborava sua *Grammatica* com base nos trabalhos de filólogos alemães, franceses e ingleses. Embora faça-lhe algumas críticas, Maximino Maciel atribui a Júlio Ribeiro a ruptura com o imobilismo em que estavam os estudos lingüísticos no Brasil e, sobretudo, o fato de ter sido o primeiro a ocupar-se de incluir as novas orientações teóricas nos manuais didáticos.

Nesse período, muitos professores já se ocupavam das novas doutrinas e procuravam pô-las em prática ou na docência particular ou em publicações isoladas, dentre os quais cita Fausto Barreto, Pacheco Júnior e Lameira de Andrade.¹³

Para Maciel, cabe a Barreto o papel principal na difusão das novas teorias junto ao ensino da língua vernácula.

Fausto Barreto estudou Medicina até o quinto ano, época em que conviveu com estudos de História Natural. Acabou abandonando o curso e especializando-se na área das Humanidades, no estudo das então chamadas neolatinas. A influência dos estudos de História Natural o fez convencer-se de que as línguas, como organismos, deveriam ser estudadas pelo método positivo das Ciências Biológicas. Prestou dois concursos¹⁴ para o Colégio Pedro II e, em ambos, elaborou trabalhos que seguiam as novas tendências teóricas como *Archaismos e Neologismos* e *Themas e Raízes*.

¹³ Lameira de Andrade escreveu em co-autoria com Pacheco da Silva Júnior a *Grammatica de lingua portugueza para uso nos gymnasios, lyceus e escolas normaes*.

¹⁴ O Colégio Pedro II, fundado em 1837, ostentava uma notável Congregação de professores catedráticos, selecionados com o rigor de uma corporação de nível superior (ELIA, 2003: 141).

Barreto tornou-se catedrático do Colégio Pedro II e da Escola Normal e fez inúmeros seguidores como Paranhos da Silva e Osório Duque Estrada.

Em 1887, o diretor geral da “Instrução Pública”, Dr. Emydio Vichrio, deu a Barreto a incumbência de reestruturar os programas oficiais de língua portuguesa para os cursos preparatórios dos chamados exames gerais, a cargo do Poder Público.

Foi por meio desse novo plano que Barreto procurou emancipar o ensino de língua vernácula, buscando afastar-se da influência dos autores portugueses que até então serviam de modelo para os nossos gramáticos (MACIEL, 1931:502).

Não havendo compendios que se adscrevessem á nova orientação, foi então que Pacheco e Lameira, João Ribeiro e Alfredo Gomes, nomes já laureados no magistério, tiveram de escrever as suas grammaticas, versadas no programma que Fausto Barreto traçara, no qual de todo se revelavam o espírito de synthese, o criterio philologico e o novo rumo que nos importava trilhassem o ensino e estudo da lingua portugueza.

A este *programma* cujos dizeres até hoje servem de título às doutrinas dissertadas nas alludidas Grammaticas, é que se subordinaram a orientação e a reforma do ensino da lingua vernacula.

No prefácio da Iª edição de sua Grammatica os próprios Lameira e Pacheco declaravam que de ha muito emprehenderam publicar um trabalho *rompendo com a tradição*; mas o “novo programma para exames geraes de preparatórios, sentenciavam elles, veiu fazer-nos mudar de propósito”.

A publicação do programa de 1887, sob a orientação de Fausto Barreto, mudou o panorama do ensino no Brasil. O Rio de Janeiro, também por ser a capital política, passou a ser o foco irradiador das tendências européias. Além disso, foram publicados inúmeros novos manuais de autoria renomada e adequados às novas teorias, os quais recebiam, assim, o respaldo do sistema oficial de ensino:

Dentre as grammaticas que se abeiraram à orientação do programma de Fausto Barreto, duas lograram successivas edições, tornaram-se obras larga e geralmente solicitadas: a de João Ribeiro e a de Alfredo Gomes, por isso que, por serem dous nomes conceituados, lhes acceitavam desde logo os professores os trabalhos, adoptando-os, reservando o de Pacheco e Lameira apenas para consulta.

Da Capital, em que se focalisava todo o movimento, se irradiavam aos Estados as novas doutrinas, principalmente nas Grammaticas de Alfredo Gomes, Pacheco e Lameira, João Ribeiro e igualmente em a nossa Grammatica Analytica que logrou ser por algum tempo adoptada no então Collegio Pedro II e na Escola Normal, antes de haver Alfredo Gomes attingido a cathedra. (*ibidem*:504).

Houve, portanto, nesse período, uma grande mudança quanto à concepção teórica adotada na elaboração das gramáticas no Brasil. Abandonou-se a chamada escola clássica tradicional e passou-se a observar a língua vernácula como um fenômeno natural e, por isso mesmo, sujeita às análises de cunho histórico-comparativo como o era feito na Europa.

Passou-se de um estudo de caráter metafísico a um processo de estudo baseado na análise científica. O primeiro era representante da tradição filosófica da *Gramática de Port-Royal*; o segundo baseava-se nos princípios naturalistas que viam a língua como um organismo em transformação permanente tal quais os seres vivos e, portanto, sujeita a leis universais. Faz-se necessário esclarecer que a gramática racionalista baseava-se em princípios universalistas em relação à essência das línguas, daí o estudo das línguas vernáculas a partir do modelo da gramática latina. A gramática científica passa a atuar no sentido de procurar mudanças que pudessem ser consideradas regulares em todas as línguas (por isso, o estudo sobre as leis fonéticas). Usa, portanto, o conceito de universal lingüístico como busca de elementos comuns entre as línguas.

Mas, mesmo alicerçados no experimentalismo de caráter científico, os estudos gramaticais no Brasil não abandonaram de todo a preocupação com o ensino. Ao mesmo tempo em que se instala aqui a linha científica dos estudos comparativistas, há também uma preocupação dos professores brasileiros em descrever a língua vernácula; junto aos novos rumos da Filologia há também interesse no ensino da tradição gramatical e no ensino de uma norma, considerada útil à vida em sociedade: a gramática assume a dupla feição de *ciência e arte*. Como ciência, estaria sujeita à determinação das leis naturais que

regem a sua evolução histórica; como arte, estaria ligada ao registro de uma tradição lingüística, a qual deve ser preservada. Esse último aspecto permitiu, inclusive, que filólogos e professores não se distanciassem de suas raízes.

Assim, o conceito de gramática amplia-se e não mais representa apenas uma prescrição (ou proscricção) em relação a uso(s) da língua. Passa a investigar, procurar pela descrição dos fatos lingüísticos ao mesmo tempo em que não abandona a preocupação de ensinar pela exposição metódica de tais fatos.¹⁵

As novas tendências da Ciência Lingüística passam a ocupar-se do estudo da língua em seu aspecto universal, descritivo e prescritivo.

No aspecto universal, a gramática se eleva ao nível mais abstrato, pois é equiparada às leis que configuram a própria gênese da linguagem humana. A língua é vista como expressão do pensamento humano. Maximino Maciel e Ernesto Carneiro Ribeiro deixam claro o aspecto universal ao definirem gramática:

'Grammatica' é o tractado dos fatos e dos phenomenos da linguagem em todas as suas manifestações exteriores.

Em accepção mais ampla e considerada sob o dominio philologico, a grammatica pode definir-se – o estudo circunstanciado e methodico dos phenomenos e das leis gerais da linguagem humana. (MACIEL apud CAVALIERE, 2000: 45)

Considerada de modo theorico, pode a grammatica definir-se a *sciencia da linguagem*: é seu objecto o estudo das leis ou normas segundo as quaes se exprime o pensamento pela linguagem, quer escripta, quer fallada [...]

A grammatica geral tem por assumpto os principios universais e invariaveis da linguagem; estuda os factos, as leis reguladores da linguagem na sua maior amplitude (CARNEIRO RIBEIRO apud CAVALIERE, 2000: 45).

Quanto ao aspecto descritivo, o que se vê nas gramáticas do chamado período científico é uma descrição detalhada – baseada na Ciência Lingüística – dos fatos

¹⁵ Cavaliere (2000:35) faz detalhada abordagem sobre conceitos de gramática vigentes na atualidade, os quais já no século XIX se delineavam..

lingüísticos considerados típicos de uma norma do registro escrito, a qual estava presente em obras literárias e textos jornalísticos julgados como “bons” pela sociedade da época.

A escolha lexical feita por Eduardo Carlos Pereira ao definir gramática descritiva como “a que expõe ou descreve methodicamente os factos atuais de uma língua”, ou mesmo por Júlio Ribeiro segundo o qual “Grammatica é a exposição methodica dos factos de linguagem” revela o pensamento da época. O uso de termos como *exposição* e *factos* e não de *regras* remete à concepção descritiva de gramática, conquanto sejam ocorrências do registro culto escrito.

Assim, o aspecto descritivo da gramática ocupa-se de uma língua qualquer, fazendo uma espécie de recorte dentro da questão da universalidade, em um dado período ou ao longo dele. Esse aspecto está ligado aos objetivos pedagógicos e, na oposição ciência e arte, alinha-se à arte por aceitar-se como inevitável a necessidade de uma boa expressão oral e escrita para os usuários de uma língua.

Esse aspecto descritivo, de certa forma, apresenta feição normativa, pois há escolha de um dos usos disponíveis na língua. No entanto o aspecto descritivo presente na Gramática Científica do Brasil não é essencialmente normativo como o que era praticado até então. Os fatos descritos são explicados com base nos pressupostos lingüísticos e são ratificados por exemplos de textos da literatura da época.

Sendo assim, a característica da Gramática Científica não só no Brasil como também na Europa parece ter sido a associação dos aspectos descritivo e prescritivo. A gramática assumiu o *status* de ciência por estar ligada à investigação metódica dos fatos lingüísticos e também assumiu o *status* de arte por ocupar-se da demonstração desses fatos mas de forma voltada às questões relativas ao ensino da língua portuguesa.

4.3 A formação dos gramáticos brasileiros do século XIX: modelos e influências

4.3.1 Grammaire Générale et Raisonnée

A *Grammaire Générale et Raisonnée* de Antoine Arnauld e Claude Lancelot (1660) é considerada a maior expressão do racionalismo do séc. XVII; é também considerada uma das mais fortes influências sofridas pelos gramáticos brasileiros do século XIX.

Arnauld era teólogo e filósofo lógico; Lancelot era gramático e autor de livros destinados ao ensino de grego, latim, espanhol e italiano. Ambos pertenciam à Confraria dos Solitários de Port-Royal des Champs, abadia famosa de Paris.

A *Grammaire* sofreu forte influência da obra *La logique ou l'art de penser* de Antoine Arnauld e de Pierre Nicole, publicada em 1658; percebem-se definições e explicações comuns às duas obras bem como uma mesma linha teórica (FÁVERO, 1996:107).

Para os autores, a Lógica não levaria o aluno a bem pensar (e nisso parecem opor-se a Aristóteles) mas sim a pensar; caberia à *Grammaire* não ensiná-lo a se expressar bem, mas sim a se expressar, procurando perceber as regras de funcionamento da língua.

Conforme Fávero (1996:112), pode-se resumir a contribuição da *Grammaire* a uma teoria dos signos, da qual se podem depreender quatro pontos relevantes:

- a) a arbitrariedade do signo no primeiro sentido usado por Saussure;
- b) a arbitrariedade da forma do significante e do significado; a arbitrariedade entre forma do pensamento e da língua;
- c) a oposição forma-substância;
- d) a diferença entre conteúdo e referente.

A *Grammaire de Port-Royal* encontra-se dividida em dois segmentos. No primeiro, do capítulo I ao VI, o estudo das letras e dos caracteres da escrita (prosódia e ortografia); no segundo, do capítulo I a XXIV, está o estudo dos “princípios e das razões sobre os quais se apóiam as diferentes formas de significação das palavras”. Essa segunda parte trata principalmente da morfologia, ficando o capítulo XXIV destinado ao estudo da sintaxe; junto a esses há ainda um apêndice sobre as figuras de construção.

A *Grammaire* defende que o pensamento não é uma imitação da realidade, mas reflete a estrutura da realidade. Baseia-se, portanto, na relação língua-pensamento; o nível do pensamento é considerado prioritário e compreende três momentos diferentes: conceber, julgar e raciocinar.

Em decorrência disso, a gramática apresenta partes do discurso ligadas a cada uma dessas operações.

À primeira, o conceber, estão o nome, o artigo, o pronome, o particípio, a preposição e o advérbio – significam os objetos do nosso pensamento.

À segunda, o julgar-se, estão o verbo, a conjunção e a interjeição – significam a forma do pensamento.

Já a terceira operação, o raciocinar, é um alargamento, uma extensão do julgar e essa teoria da representação é expressa por meio da proposição, uma unidade mais complexa.

Fávero (1996:116) sintetiza de forma clara a concepção lingüística envolvida na *Grammaire*:

... a *Grammaire* estabelece distinção entre as partes que significam ‘os objetos do pensamento’ (nome, artigo, pronome, particípio, preposição, advérbio) e as que significam a forma ou a matéria de nosso pensamento’: verbo, conjunção, interjeição (diferentemente da lógica aristotélica que propunha terem o nome e o verbo posições iguais).

Por fim, pode-se destacar que a importância da *Grammaire de Port-Royal* está em ter aproximado a gramática descritiva e a lógica analítica. O paralelismo estabelecido entre linguagem e pensamento fez com que fosse possível formalizar uma teoria de caráter mais universalista e de grande repercussão junto aos gramáticos de línguas românicas.

4.3.2 Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres

A *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres* foi publicada entre 1751 e 1772, com um total de dezessete volumes de texto e onze de quadros, sob a responsabilidade da Académie Royale des Sciences et Belles-Lettres de Prusse (Diderot) e da Académie Française (D'Alembert).

A *Encyclopédie* propunha-se a ser uma obra de síntese e divulgação dos conhecimentos. Os enciclopedistas, nome dado aos colaboradores da *Encyclopédie* de Diderot, abandonaram o teocentrismo¹⁶ vigente até então, enfocaram o antropocentrismo e destacaram as faculdades consideradas essenciais, em torno das quais os conhecimentos são difundidos. Defendiam que há uma relação direta entre História e memória; Filosofia e razão; Poesia e imaginação.

Os enciclopedistas julgavam ser a razão a faculdade mais importante, por produzir idéias expressas pelo discurso - considerado uma série de signos verbais -, objeto da gramática. Apresentaram, então, uma mudança no conceito de gramática. A maior parte dos gramáticos dos séculos XVII e XVIII a viam como a arte de bem falar e escrever; para os enciclopedistas, o objeto da gramática é o processo de tradução do pensamento em palavras, segundo as leis da lógica.

¹⁶ Em decorrência disso, foi combatida pela Igreja.

O ponto mais inovador da teoria gramatical defendida pelos enciclopedistas é a distinção entre gramática geral e gramática particular (FÁVERO, 1996:140). A geral se volta para os princípios imutáveis da construção das línguas e a particular, aos princípios arbitrários específicos (adquiridos) de uma determinada língua.

Para os enciclopedistas, a gramática divide-se em duas partes: - a ortografia e a ortologia. A primeira trata dos sistemas da escrita e subdivide-se em *lexicografia* e *logografia*; é amplamente abordada em vários artigos (“*Caracteres*”, “*Écriture*”, “*Hycroglyphes*”, “*Lettres*”, “*Orthographie*”, “*Pontuaction*”). Revela adotar a concepção de que a escrita de uma língua deve-se adaptar ao seu sistema fonético e a grafia deve representar os sons de tal língua. Já a segunda, a ortologia, trata do estudo do pensamento e de sua expressão em palavras, abrange a lexicologia e a sintaxe e tem como unidade fundamental da descrição lingüística a palavra.

Em decorrência dessa concepção, os enciclopedistas foram os primeiros a elaborarem um estudo sistemático da palavra, compreendida sob três enfoques. A palavra é vista como forma gramatical (estudo fonético e prosódico); como elemento histórico (estudo da formação da palavra) e de caráter etimológico; como portadora de sentido (estudo semântico).

A gramática, nessa concepção, defende a descrição lingüística, de um modo geral, não mais baseada na lógica e sim no semantismo e na volta das categorias aristotélicas; o estudo sintático assume linhas definidas pelo caráter lógico.

4.3.3 Influências da *Grammaire de Port-Royal* em Portugal

A *Grammaire de Port-Royal*, associada a idéias como as de Condillac (filósofo francês e autor de “Lógica”, obra fortemente influenciada pelo filósofo inglês Locke), produz uma época de “racionalismo lingüístico”, do qual são representantes, em Portugal,

Reis Lobato e Soares Barbosa. No Brasil, influenciou, dentre outros, Antônio de Moraes Silva e Francisco Sotero dos Reis, sendo o último a influência mais próxima de Pacheco da Silva Júnior, objeto do presente estudo.

4.3.3.1. Antônio José dos Reis Lobato

Antônio José dos Reis Lobato publicou em 1770, a sua *Arte da grammatica da lingua portugueza*, dividida em uma introdução, um capítulo de etimologia e outro de sintaxe. Destinava-se àqueles que queriam falar “sem erros” e àqueles que quisessem saber os fundamentos da língua falada no dia-a-dia. Reis Lobato defendia a idéia de que, conhecendo-se os fundamentos da língua portuguesa, seria possível aprender, com facilidade, outras línguas.

Reis Lobato fez críticas a outros gramáticos como Fernão de Oliveira, João de Barros, Roboredo e, sobretudo, ao jesuíta Bento Pereira¹⁷. Sua gramática compunha-se de quatro partes, herança da Idade Média: ortografia, prosódia (inclui aí os estudos etimológicos), etimologia (estudo das diversas espécies de palavras e suas propriedades), sintaxe (estudo da composição das partes da oração).

Fávero (1996:201) afirma que Reis Lobato pouco acrescenta aos estudos gramaticais e pode ser considerado um nome de transição entre a gramática latina e a gramática de renovação filosófica, cujo expoente veio a ser Soares Barbosa.

4.3.3.2 Jerônimo Soares Barbosa

Jerônimo Soares Barbosa tem despertado o interesse de vários estudiosos.¹⁸ Escreveu, no início do século, a sua *Grammatica philosophica da lingua portugueza* ou

¹⁷ Fávero mostra como Reis Lobato serve aos interesses políticos do Marquês de Pombal com esse ataque a Bento Pereira (1996:193).

¹⁸ Para maiores detalhes, vide bibliografia indicada por Fávero (1996).

Principios da grammatica geral applicada à nossa linguagem, que só foi publicada em 1822, em Lisboa.

Defensor do ensino da gramática da língua materna em primeiro lugar (o que, para ele, facilitaria a aprendizagem da gramática latina), valorizou o domínio da norma culta como elemento de prestígio na sociedade. Para ele, a gramática é a arte de escrever e falar corretamente; ao fazer uso das regras dessa arte, o aluno pode chegar ao conhecimento em geral porque dominaria as habilidades de análise, combinação e método.

Por meio dessa linha de ação, Soares Barbosa revela a tendência da época de busca de um rigor científico e, ao mesmo tempo, uma mudança em relação aos gramáticos anteriores cujos trabalhos seguiam o modelo da gramática latina.

Fávero aponta dois objetivos para a *Grammatica philosophica* de Soares Barbosa:

1) elucidação teórica sobre a origem e a natureza da linguagem: deve explicar os fatos com a universalidade da razão, já que é ‘razoada’.

O princípio da universalidade das línguas já havia sido defendido por ele em duas obras anteriores:

- *Escola popular das primeiras letras* (1796), uma gramática elementar com instruções para o professor, ao final de cada capítulo;

- *As duas línguas* (1807), uma gramática filosófica comparada português-latim, onde apresenta os princípios gerais comuns a todas as línguas, aplicados ao português e depois ao latim, ilustrando as regras com exemplos do português que, vertidos para o latim, mostram a conformidade das duas línguas.

2) instituição da norma prescritiva, atendendo a interesses políticos e culturais. Soares Barbosa era um homem de sua época: viveu como um religioso que deveria cumprir as tarefas próprias do clero português no século XVIII que tinha em suas mãos a escola e a educação formal (1996:206).

Levando-se em consideração tais objetivos, é possível constatarem-se dois pontos relevantes. Soares Barbosa acata a distinção dos enciclopedistas entre gramática geral e gramática particular; e a organização de sua *Grammatica* retoma conceitos aristotélicos por meio da tradição latina.

Para ele, a ciência que trata da gramática das línguas é anterior a todas as línguas e a gramática particular equipara-se a uma arte, de caráter posterior.

Quanto à organização, sua gramática está dividida em duas partes: a primeira se ocupa da parte material da língua (“*orthoepia*” e “*orthographia*”); a segunda, da parte considerada “lógica” que corresponde à expressão do pensamento em palavras (“*etymologia*”, “*syntaxe*” e “*construcção*”). Cada parte revela a dedicação do autor na abordagem de determinados fatos lingüísticos:

a) S. Barbosa dedica intenso estudo à “*orthoepia*” (são oito capítulos), no qual faz a distinção entre língua oral e escrita, vocábulo (considerado segmento sonoro) e palavra (segmento significativo, representado na escrita); sons vocálicos e consonantais de letras do alfabeto;

b) mostra um caráter prescritivo e normativo já que se ocupa em vinte e sete páginas do “escrever certo”. Para ele, a escrita deve-se adaptar à realidade fonética do português e o sistema dessa escrita deve indicar sons e acentos da língua; chega, inclusive, a escrever um capítulo em grafia fonética (“*orthographia da pronúnciação*”).

Jerônimo Soares Barbosa revela, assim, na primeira parte de sua *Grammatica*, preocupação com a questão ortográfica. Propõe, ainda, o uso de uma ortografia de cunho etimológico e outra de cunho fonético para que todos, letrados ou não, pudessem ter acesso à escrita. Toda essa preocupação mostra a importância dada à questão da chamada boa escrita.

O segundo segmento da *Grammatica* está subdividido em “*etymologia*”, “*syntaxe*” e “*construcção*”. Na “*etymologia*”, encontra-se o estudo das palavras (conforme categorias de Aristóteles e retomadas por Donato), consideradas como forma de expressão do pensamento e divididas em palavras interjectivas ou exclamativas e discursivas ou analíticas. Na prática, evidencia-se uma concepção morfológica e não etimológica; sob um olhar atual, ocupa-se da caracterização das formas e flexões sem abordar a formação das palavras, e não da etimologia propriamente dita das palavras. Na “*syntaxe*”, estuda as

relações estabelecidas entre as palavras na expressão do pensamento. Para Soares Barbosa, a sintaxe é a parte da gramática que ensina a formar e a compor uma oração dentro das possibilidades de relação e ordenação das palavras. O gramático enfatiza o estudo das partes da oração, da sintaxe de concordância e de regência; da ordem das construções na oração.¹⁹

Quanto à terceira, “construção”, Soares Barbosa (apud FÁVERO, 1996:244) afirma:

A palavra construção tem mais extensão que a de syntaxe. A syntaxe é a ordem systemática das palavras fundada nas relações das coisas que ellas significam e a construção uma ordem local auctorizada pelo uso nas línguas. Assim, a construção pode ser ou direita ou invertida, e ter contudo a mesma syntaxe. Nestas duas orações: Alexandre venceu a Dario e a Dario venceu Alexandre, as construcções são contrarias, porém a syntaxe é a mesma.

Com a divisão entre “syntaxe” e “construção”, o gramático português mostra, mais uma vez, que segue a linha das gramáticas filosóficas como a de Port-Royal e a dos Enciclopedistas.

Soares Barbosa, embora tenha se revelado preso à tradição greco-latina, apontou aspectos relevantes para os estudos lingüísticos como a importância da língua falada, o estudo descritivo dos fatos lingüísticos e o aspecto discursivo da linguagem.

Esse envolvimento com a descrição dos fatos lingüísticos revela que Barbosa vivia a intensidade de seu tempo, marcada pelo Racionalismo e Empirismo; outra grande preocupação sua foi a busca de uma metodologia de ensino da língua materna. Em vista desses aspectos, a obra de Soares Barbosa pode ser considerada de relevância no cenário português e brasileiro.²⁰

¹⁹ Trata-se da *sintaxis regularis* e da *sintaxis figurata*, abordadas pela *Grammaire de Port-Royal*.

²⁰ Destacam-se, no Rio de Janeiro, os trabalhos de Hilma Ranauro.

4.3.4 Ecos da Gramática Racionalista no Brasil

4.3.4.1 Moraes Silva

Antonio de Moraes Silva, lexicógrafo do século XVIII, tem como obra mais conhecida o seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, publicado em 1789.

Também é o autor do *Epítome da grammatica portugueza* (1806) cuja publicação constitui, conforme Cavaliere (2002:110), o marco do surgimento de um novo momento dos estudos gramaticais. Inicia-se, com ela, o período racionalista dos estudos lingüísticos no Brasil, período marcado pelo ensino da norma literária na escola de nível elementar.

Moraes Silva, nascido em 1757, no Rio de Janeiro, tornou-se bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra; faleceu em Pernambuco, em 1824. Ficou mais conhecido como lexicógrafo graças ao sucesso editorial do seu *Dicionário da Língua Portuguesa* e poucas são as referências à sua produção gramatical que podem ser encontradas. Tal fato não tira o valor da sua obra na área da gramatologia, em especial, pela base teórica que revela na descrição do vernáculo que faz no *Epítome*.

Moraes Silva, nessa obra, apresenta uma descrição sistêmica da língua portuguesa a qual, embora escrita no século XIX, revela característica dos estudos lingüísticos pertinentes ao século XVIII.

Naquela época, a gramática era considerada uma forma elaborada de expressão verbal, em continuidade ao modelo greco-latino: “Gramática é a arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meio de palavras.” (MORAES SILVA, apud FÁVERO, 2004:253).

Revelando seguir a linha dos enciclopedistas, Moraes Silva ocupa-se da distinção entre gramática universal e gramática particular.

A gramática universal ensina os métodos e os princípios de falar comuns a todas as línguas. A gramática particular de qualquer língua, v.g., da portuguesa, aplica os princípios comuns de todos os idiomas ao nosso, segundo os usos adotados pelos que melhor falam (MORAES SILVA, apud FÁVERO, 2004:254).

Uma das críticas que costumam ser feitas a Moraes Silva é de que o *Epitome* seria um texto purista em excesso. É preciso levar em conta, porém, o que representava a preocupação com o purismo no cenário político-filosófico do fim do século XVIII. Naquele momento pós-independência, simbolizava a busca da autonomia e caracterização da língua como elemento de identidade nacional. Além disso, é preciso considerar que o ensino de língua materna pautava-se na imitação dos grandes mestres da literatura, isto é, considerava-se que o aluno poderia atingir um bom desempenho na língua somente pela reprodução (imitação) de estruturas frasais de nomes da literatura valorizados pela sociedade.

O que a descrição lingüística de Moraes Silva apresenta de inovadora é não mais descrever a língua portuguesa a partir das características dos casos latinos. Ele busca uma descrição baseada em sintaxe analítica, observando a funcionalidade dos termos em decorrência da regência e da ordem. Abandona a tradicional subdivisão da gramática em *etimologia, sintaxe, ortografia e prosódia* e divide seu estudo entre a morfologia e sintaxe. É relevante destacar que não era comum a abordagem da sintaxe nos livros didáticos àquela época.

Moraes Silva divide o *Epitome* em dois livros. Intitula o Livro I de *Das palavras por si sós ou Partes da Sentença* e o Livro II de *Da composição das partes da sentença entre si ou syntaxe*. No primeiro, aborda a lexeologia (com classificação das palavras e o estudo das flexões); no segundo, dedica-se ao estudo dos termos da oração e à colocação, regência e concordância dos termos da frase.

Outro aspecto interessante é o tratamento dado à fonologia no *Epitome*. Moraes

Silva não a inclui em nenhum dos livros; trata-a no início da obra, em cinco páginas elaboradas como uma espécie de introdução. São noções apresentadas sob a forma de comentário sobre ortoepia, prosódia e ortografia da língua portuguesa. Cavaliere (2003:220) afirma que

não se trata, pois, de uma exposição sistemática de prosódia, como acontece normalmente nos volumes cunhados sob a inspiração da gramática racionalista, porém uma seleta de juízos sobre pontos considerados pelo autor relevantes para o aprendizado do texto.

Moraes Silva revelou-se criterioso, também, ao abordar questões relativas à ortografia. Enfatizou, por exemplo, a necessidade do uso do trema nos grupos **que, qui, gue, gui** para indicar a pronúncia da letra **u**; na época, os autores de compêndios gramaticais não costumavam ocupar-se desse tipo de descrição.

No Livro I, direcionado aos estudos morfológicos, Moraes Silva apresenta oito classes de palavras: nomes (ou substantivo), verbo, adjetivo articular, adjetivo atributivo, conjunção, interjeição, preposição e advérbio. Detalhou a morfologia do artigo e chamou de adjetivos articulares todos os termos que podem acompanhar o substantivo de forma a particularizá-lo mas sem apresentar valor nocional. Seria o caso do próprio artigo, dos pronomes indefinidos, demonstrativos e possessivos. Entendia que esses elementos acompanham o nome para tirar-lhes a generalização, isto é, restringir-lhes o significado. Ainda em relação ao artigo, afirma não ser esse um elemento indicador do gênero do substantivo o qual acompanha. Justifica afirmando que o artigo só poderá ser usado em concordância se aquele que o emprega já souber de antemão o gênero e o número do substantivo. Nesse ponto, detecta-se um modo de pensar à frente do seu tempo.

No Livro II, manteve um trabalho de caráter inovador e elaborou importantes comentários sobre o emprego do infinitivo pessoal e a sintaxe de regência, com estudo detalhado dos valores semânticos das preposições.

Crê-se que o *Epitome da grammatica portugueza* de Moraes Silva merece um lugar de destaque na Historiografia da Lingüística do Brasil por marcar o surgimento de uma nova tendência nos estudos gramaticais. Marca o momento em que se abandonam as bases da gramática latina; a elaboração de compêndios didáticos é feita com um objetivo claro: o ensino da norma literária na escola de nível fundamental. Ao mesmo tempo, essa publicação reflete os primeiros movimentos dos gramáticos brasileiros em termos de análise dos fatos de uma língua que passa a revelar a nacionalidade daqueles que a usam (CAVALIERE, 2002:110).

4.3.4.2 Francisco Sotero dos Reis

O maranhense Sotero dos Reis foi professor catedrático do Liceu Maranhense (também seu primeiro diretor) e do Instituto de Humanidades em São Luís do Maranhão. Ensinou latim, português, literatura brasileira e portuguesa.

Na época da publicação das obras de Sotero, década de 60 do século XIX, a Gramática Filosófica ainda demonstrava forte prestígio.

Com a publicação da sua *Grammatica Portugueza*, Sotero dos Reis mostra conhecer a Ciência Lingüística, a qual chamava *Grammatica Geral*, e a arte gramatical, a qual denominava *Grammatica Particular*.

Mostrou-se ainda influenciado pela tendência tradicional e manteve o mesmo modelo dos livros didáticos lusitanos. Dividiu a sua gramática em quatro partes: etimologia, sintaxe, ortografia e prosódia. Demonstrou clara influência da *Grammaire de*

Port-Royal ao adotar, na descrição lingüística, a teoria sintática baseada nas noções de sujeito-verbo-atributo e na hipótese dos verbos substantivos e verbos adjetivos.

Sotero dos Reis tem recebido críticas de alguns pesquisadores principalmente por ter escolhido como *corpus* o falar lusitano, considerado por ele modelo ideal a ser seguido. Alegam que fez uso excessivo de exemplos de escritores medievais e clássicos de Portugal.

Segundo Araújo (2003:56), esses fatos devem ser considerados como pertinentes ao tempo de Sotero. Ele seguiu a tendência de seu tempo (expressa pela Gramática Filosófica) e, mesmo que tenha repetido alguns equívocos de Reis de Lobato (gramático português), deve ser visto e valorizado como o iniciador da tradição gramatical brasileira.

Em suas *Postillas de grammatica geral, applicada à lingua portugueza pela analyse dos clássicos; ou guia para a construcção portugueza* publicado em 1862, Sotero dos Reis elegeu um *corpus* literário que considerava modelar e que deveria ser seguido pelos alunos. Há aí uma clara noção prescritiva, ao contrário do que fizera em sua *Grammatica Geral* em que predominava a abordagem dos aspectos universais da língua falada sem preocupação prescritiva.

Nas *Postillas*, ocupou-se da questão da ordem dos termos na oração e da ordem das orações no período; detalhou peculiaridades gramaticais próprias do plano do texto; ocupou-se da grafia de neologismos; e teceu comentários sobre usos estilísticos da linguagem literária. Nessa obra, deixa claro ser seu objetivo não apenas a análise sintática praticada pelo modelo da época mas também a análise dos textos sob a ótica da estilística literária.

Pelo conjunto de sua obra, Sotero dos Reis pode ser considerado o primeiro gramático brasileiro a fazer escola entre os estudiosos brasileiros da segunda metade do século XX, em especial Pacheco da Silva Júnior.

4.4 Fontes teóricas e influências estrangeiras

É bastante comum entre os autores da chamada Gramática Científica do Século XIX, a apresentação de notas de rodapé ou a indicação de referências de outros autores, teóricos ou literatos de forma não metódica. Na época, era comum um tratamento quase íntimo, inclusive com referências feitas com prenome ou sobrenome incompleto, o que dificulta o trabalho do pesquisador. A seguir, encontram-se os nomes dos autores e teóricos mais citados por Pacheco.

4.4.1 Influências européias

Franz Bopp foi um importante filólogo alemão, a quem se atribui a primeira obra dos estudos comparativos de filologia no que diz respeito às línguas indo-européias. Fez seus estudos em Paris, na época o centro de estudos orientais, e lá estudou sânscrito em ricas coleções de livros e manuscritos da Biblioteca Nacional. Publicou “*Weber das Konjugations system der Sanskritsprache*”, obra com clara influência de Federico Schelegel, a quem mais tarde combateu. Estudou também em Londres (com recursos do rei da Baviera Maximiliano I, em 1818), dispondo de acesso a manuscritos; aprofundou suas idéias sobre a conjugação dos verbos, publicando o texto *Nalus*, episódio de *Mahabarata* com tradução latina (1819). Possuía vastos conhecimentos filológicos em várias línguas e atuou na cátedra de literatura oriental e filologia em Berlim (1825).

O trabalho de Bopp caracterizou-se, sobretudo, em utilizar o método da Gramática Comparativa para identificar a origem das formas e estruturas gramaticais. Após perceber que elementos gramaticais do sânscrito, grego, latim e alemão apresentavam similitudes que apontavam para um ponto em comum num passado remoto, passou a pesquisá-las para que pudesse chegar à origem de tais formas e estruturas.

Bopp assumiu o perfil de um lingüista preocupado com aspectos mais amplos do que propriamente gramaticais, em um sentido mais estrito. Deteve-se no estudo dos elementos morfológicos do vocábulo, considerando a morfologia apenas como um estudo estrutural da palavra e também desenvolveu a idéia de flexão em seus estudos. Recebeu críticas, entretanto, por não se dedicar ao estudo da fonética, muito comum àquela época.

Sua obra *Vergleichende Grammatik des Sanskrit, Zend, Griechischen, Lateinischen, Litanischen, Gotischen and Deutschen* - foi traduzida por Bréal para o francês em 1866. Publicou também *Aus Juhrliches Gebäude des Sanskritsfrage* (1828), *Grammatica Critica linguae sanscritae* (1829), *Kritische Grammatik de r Sanskritsfrage in Kürzerer Fassung* (1834); *Glossarium sanscritum* (1830) e vários episódios da obra clássica da Índia, *Mahabarata*.

Pelo conjunto de sua obra, Bopp é considerado um dos fundadores da lingüística indo-européia e, embora seus trabalhos servissem de embasamento teórico mais especificamente para obras voltadas à lingüística do que à elaboração de gramáticas, o fato de ser citado por Pacheco da Silva Júnior é relevante no sentido de mostrar que este não só estava ciente como também se orientava pelas linhas teóricas mais avançadas de sua época. É importante destacarmos ainda que as quatro obras de Pacheco Júnior em estudo apresentam muitas referências a teóricos e estudiosos no campo lingüístico, o que revela um conhecimento amplo e uma busca constante de aperfeiçoamento.

Max Müller foi um seguidor de Schleicher que, como ele, acreditava no naturalismo lingüístico. Filósofo alemão, Müller foi professor de Filosofia nas universidades de Friburgo de Brisgóvia e de Munique. Foi discípulo de Becher, Gilson e Heidegger.

Müller foi também orientalista e filólogo sanscritista. Via a lingüística como ciência natural já que, para ele, a linguagem era algo natural, sujeito à evolução. Considerava que o estudo da linguagem devia ser tratado dentro da história humana.

A síntese de seu pensamento encontra-se na obra *Erfahrung und Verchiechte* (1971) (Experiência e História – delineamento de uma filosofia da liberdade como experiência transcendental). Retoma ali temas que servem de confronto e integração com Aristóteles, Platão e Tomás de Aquino com o desenvolvimento da Filosofia contemporânea, sobretudo em Hegel e Heidegger. Para ele, a formação e a experiência do “homem como história” realizam-se na análise da própria evolução vivencial e ontofenômica dos temas centrais – pessoa, história, liberdade e educação antropológica - , como na dos contrastes existenciais de dever e ser, norma e fato, valor e dado, absoluto e transitório, sob o dinamismo unificador da “constituição” ontológica.

Segundo Câmara (1986:58), Müller desenvolveu uma teoria geral da linguagem, sob seu aspecto histórico, na base das aquisições da gramática indo-européia. Utilizou métodos e descobertas da lingüística comparativa para explicar fenômenos lingüísticos em geral. Müller pôs de lado a distinção feita por Schleicher entre Lingüística e Filologia e adotou a terminologia de Filologia Comparada.

Cavaliere (2000:82) destaca que Max Müller contribuiu para popularizar a lingüística no final do séc. XIX. Afirma, ainda, que ele apresentava reconhecido ecletismo quanto aos interesses científicos (ocupava-se de gramática, astrologia, mitologia...), mas que, mesmo assim, sempre lhe era conferida grande credibilidade, inclusive por aqueles que dele divergiam.

Jacob Grimm, filólogo, arqueólogo e escritor alemão, é considerado o fundador da Germanística. Estudou Jurisprudência, na Universidade de Marburgo. Grimm foi contemporâneo de Bopp e, assim como ele, é considerado um dos fundadores do

comparativismo histórico. Ficou bastante conhecido na área da literatura, juntamente com seu irmão Wilhelm, pela publicação de contos (“Os irmãos Grimm”). Sua atuação científica foi brilhante no campo dos estudos lingüísticos e é considerado insigne representante da escola histórica, segundo a qual o processo histórico não nasce de uma intenção consciente e individual, mas sim possui uma vida orgânica própria e se desenvolve por efeito de uma força inacessível à razão.

É atribuído a Grimm um impulso vigoroso à ciência crítica e uma compreensão histórica detalhada e documentada da Antigüidade. Estudou a poesia e a língua alemã antigas. Os principais resultados desta pesquisa foram vistos no seu livro *Ueber den alt deutschen Meistergenang* (Gotinga, 1811) ao que se seguiu sua obra tão conhecida de contos infantis *Kinder-und Hausmächen* (Berlim, 1812). Estudou também as línguas eslavas, o que contribuiu para seus trabalhos de lingüística comparada (*Wuk Stwphanowitsch Kleine Serbische Grammatik* (Leipzig, 1824).

Seus trabalhos mais importantes na filologia alemã foram *Deutsche Grammatik* (Gotinga, 1819) e *Deutsche Rechts Aetherthümer* (Gotinga, 1828), que o fizeram o fundador da filologia e arqueologia alemãs.

Junto com seu irmão Wilhelm, dedicou-se, já no fim da vida, ao seu trabalho mais amplo: a exposição da riqueza lingüística, levantada, por ele, do novo alto alemão desde o século XV até aquele momento, fim do séc. XIX (± 1859).

A característica principal de seus trabalhos é a reconstituição da antiga Germânia por meio de documentos antigos, mantida a pureza e a veracidade dos mesmos. Para isso, explorou os domínios da literatura, da lingüística, da mitologia e da legislação, sempre com minuciosa busca dos detalhes associada a uma apreciação genial e inovadora.

Grimm foi o primeiro lingüista a tratar sistematicamente as mudanças fonéticas, por meio de um estudo comparativo das línguas germânicas. Ao usar dessa sistematização das

mudanças fonéticas como o ponto de partida para estudos históricos, mostrou ser possível ao pesquisador interessado na área adotar uma metodologia de ação mais rigorosa e científica.

Dentre várias referências a Müller, Diez e Grimm registrado na análise de Pacheco, destaca-se aqui duas. Pacheco cita Müller e Diez (1907:266) ao explicar a formação do futuro do presente do indicativo das línguas neolatinas, que adotaram a forma perifrástica latina. Atribui ao gramático espanhol Nebrija esta descoberta e afirma que os dois primeiros a confirmaram. Cita, também, as obras de Muller, Grimm e Diez (1877:102) ao declarar que se podia, naquela época, indicar as permutas a que estão sujeitas as consoantes das línguas germânicas e romanas. Por meio dessas duas referências, pode-se perceber que Pacheco se revela um seguidor do comparativismo histórico envolvido não apenas com o que dizia respeito às línguas românicas, mas com as línguas em geral. Tanto em sua gramática destinada aos alunos de nível médio ensino quanto em uma obra especializada em fonologia (1877), nota-se um compromisso de Pacheco com a ciência de sua época.

Outro nome citado por Pacheco é o de Hugo Schuchardt, lingüista alemão e reconhecido romanista. Descortinou a Geografia Lingüística, inovou conceitos na ciência etimológica e estudou as relações entre o basco e as línguas românicas.

Serafim da Silva Neto (1977:99)²¹ atribui a ele um notável avanço para a implantação de novas idéias no campo da Filologia. Era um tempo quando predominava a concepção da língua como um organismo vivo, em constante evolução. Schuchardt, em 1870, abriu caminhos ao afirmar que era impossível delimitar os dialetos de forma rigorosa e científica por falta de uma fronteira clara e definida. Logo depois, em 1872, Schmidt apresentaria a Teoria das Ondas, segundo a qual todo fato lingüístico expande-se à semelhança do movimento de uma vaga no mar, sem a possibilidade de nenhum limite.

²¹ Silva Neto apresenta detalhadas páginas sobre vida e obra de Schuchardt (ibidem, 99 – 104).

Para H. Schuchardt, a chamada Geografia Lingüística (que viria a se consolidar somente depois de 1902, com o *Atlas linguistique de la France* de Gilliéron) era um campo de experimentações cujo fim era a reconstituição da história das línguas, principalmente nos aspectos morfológicos e sintáticos.

Ilari (1977:25) considera que, sob o rótulo de “Geografia Lingüística”, podem-se detectar três correntes: a de Jules Gilliéron, com as investigações sobre os dialetos galo-românicos; a do movimento *Wörter und Sachen* de Schuchardt; e a proliferação de atlas lingüísticos para regiões de território românico, tendo como base as duas correntes anteriores.

O trabalho de Gilliéron foi inovador e importante principalmente pela metodologia adotada. Passou a priorizar dados resultantes de pesquisa de campo, e suas descobertas levaram a abandonar a concepção comparativista segundo a qual a dialeção do latim seria produto de tratamento fonético diferenciado, recebido em cada região pelas expressões do latim vulgar. Provou que essa visão era infundada e que, além da evolução fonética, a criatividade dos falantes foi de grande influência na formação dos falares românicos.

Mas é o movimento “palavras e coisas” que interessa mais de perto. Recebeu esse nome em associação à revista *Wörter und Sachen*, fundada em 1909 por Meringer e Schuchardt. Tal movimento considera a pesquisa de campo como prioritária em oposição ao estudo de documentos escritos. Considera, ainda, que a verdadeira etimologia de uma palavra só é explicada por estudo acurado da realidade que ela designa e dos conhecimentos exigidos para que seja empregada. Os estudiosos da língua deveriam avaliar mais os elementos designados (coisas) e menos os instrumentos de designação (palavras).

Silva Neto (1977:141) traduz do alemão as seguintes palavras de Schuchardt que corroboram a afirmação feita acima:

As coisas andam estreitamente ligadas às palavras que as representam. A etimologia de um objeto pode dar-nos a forma deste no momento de originar-se o nome, mas nada nos diz acerca da evolução ulterior.

Ao contrário, o conhecimento da história do objeto é exigência primordial para a etimologia e para a evolução do sentido. (...)

Outra citação relevante (aqui transcrita) é feita por Silva Neto (*ibidem*:144), que atribui a Schuchardt a seguinte afirmação: “Os lingüistas deviam abeberar-se mais nos dicionários ilustrados com figuras, como o Larousse; ...” Vê-se, desse modo, a preocupação do lingüista alemão com o rigor necessário na pesquisa de etimologias.

Schuchardt é citado no volume de *Phonologia* (1877:6), junto a outros autores como Rossi, Masdeu, Galvani, Knust-Blume, Carter Meroving, Vanicek, Corsen, Merguet, Neve, Fabretti, Wanowski, Wiggert e na pág. 113 da mesma obra junto à Wieiz e Corsen. Faz-se necessário um comentário sobre o contexto em que aparece tal citação. Na página inicial de *Phonologia* (1877), Pacheco explica que essa obra é fruto de longos anos de trabalho, até ser concluída em 1875. Afirma ser fruto de exaustivo trabalho de leitura:

...manuseámos os escriptos dos nossos antigos mestres da lingua, procurando sempre as 1^{as} edições ou as que a estas se conservam fieis na orthographia, estudámos ainda o latim das inscripções e epitaphios, os monumentos archaicos e os da baixa latinidade. Era esse o melhor meio de acompanhar a lingua em todas as suas evoluções (1877:6).

Para esclarecer suas afirmações, apresenta em nota de rodapé, os nomes dos autores acima referidos. Apresenta, assim, pesquisadores (principalmente alemães) envolvidos com etimologia, estudos fonéticos e estudos sobre a Antigüidade latina. Ao mencionar Schuchardt, cita a obra *Der Vokalismus dès Vulgoerlateins*. Com isso, Pacheco mostra a um leitor atento de *Phonologia* que acompanha o que de mais recente era feito em pesquisa lingüística. Em verdade, ao citar os estudiosos alemães, Pacheco parece aproximar-se mais

da atividade de filólogo já que se ocupa do estudo da língua e da cultura, em especial por meio de exemplos retirados da literatura.

Outros nomes que revelam forte influência européia sobre a obra de Pacheco são os de Humboldt, Bréal, Diez e Littré.

Pacheco, ao longo de sua obra, faz recorrentes citações a estudiosos que seguiam as teorias lingüísticas vigentes à época. Dentre esses, destaca-se Wilhelm von Humboldt. Filólogo, crítico, poeta e político alemão (1765-1835), Humboldt ocupou-se dos estudos sobre a Antigüidade. Como político, considerava que o único dever do Estado era assegurar a liberdade individual. Desempenhava grande atividade intelectual junto a amigos como Schiller (amizade documentada em correspondência pública em 1899) e Goethe, que mereceu atenção especial de Humboldt ao publicar o poema “Herman e Dorotéia”. Desempenhou o cargo de ministro da Prússia em Roma e lá encontrou um campo apropriado para o estudo da Filosofia, Estética, Filologia e Arqueologia; foi também o fundador da Universidade de Berlim, à qual atribuiu não só excelentes mestres mas também total liberdade de cátedra e de doutrina.

Escreveu trabalhos na crítica literária, e sua tradução em verso de *Agamenon* de Ésquilo (1816) constituiu-se uma importante contribuição ao conhecimento de língua e versificação grega. Mas a obra mais significativa de Humboldt talvez esteja na Lingüística Comparada, com publicações sobre a língua basca e línguas orientais, em especial às relativas à Índia. A tendência de Humboldt, tanto nos estudos lingüísticos quanto nas questões diplomáticas, era destacar um sutil sentimento de humanidade, misto de amor e amizade no que fazia. Sua obra é bastante reconhecida na história da cultura filosófica da Alemanha. Sua contribuição nessa área se refere aos problemas da filosofia da linguagem, da estética, da História e da Pedagogia. Destacam-se, na investigação lingüística, muitas de suas obras. Dentre elas, estão as seguintes: *Berichtigungen und Zusätze zu Adelungs*,

Mithridates uber die Kantabrische odes baskische Sfrache (1817); *Psuefung der Untersuchungen über die Urbe Wohner Hispaniens vermittelt der baskisdren sprache* (1821) e *Weber die unter den Namen Bhagavad-Gita bekannte Episode des Maha Bharata* (1826).

Especificamente no campo lingüístico, Humboldt²² é considerado um dos maiores pensadores acerca das questões filológicas e etnográficas graças ao seu conhecimento a respeito das línguas antigas e modernas.

Câmara (1986:29) destaca que Humboldt considerou o trabalho descritivo da linguagem como um aspecto da linguagem propriamente dita; para ele, toda língua reflete a *psique* do povo que a fala. Por isso, opôs-se à idéia de uma gramática geral baseada na lógica, como o estudo filosófico da linguagem feito até o século XVIII. Câmara informa também que Humboldt adotou uma classificação tipológica das línguas baseada na estrutura do vocábulo, cujos fundamentos complexos geraram diversas controvérsias à época.²³

Mas é Michel Bréal o nome mais citado por Pacheco em suas obras (cerca de cinco referências), especialmente na *Grammatica de Lingua Portuguesa e Noções de semantica*.²⁴

Bréal, filólogo francês, é considerado seguidor de Bopp e Weber. Conhecedor de inúmeras línguas européias e ocidentais, desenvolveu um trabalho com base em estudos comparativos.

²² Concebia a linguagem como processo contínuo e, portanto, dinâmico.

²³ CAVALIERE (2000: 96) destaca o ensaio “Sobre a tipologia lingüística de Wilhelm von Humboldt” de Eugenio Coseriu.

²⁴ Dedicar-se-á o capítulo 10 para cotejo da obra de Bréal (*Essai de semantique*) e Pacheco (*Noções de semantica*).

Cavaliere menciona que se deve a Bréal a popularização do termo semântica. *Essai de semantique* (1897) é considerada a obra fundadora no que diz respeito aos estudos sobre o significado:

Entre nós, na esteira desses estudos, surgiu o precioso volume de Pacheco da Silva Júnior *Noções de semantica*, publicado em edição póstuma de 1903 pela Livraria Francisco Alves. No prefácio, Pacheco assevera conhecer o trabalho de Bréal, mas apressa-se em afirmar que seu texto já tinha sido escrito à época da publicação da obra do colega francês, cerca de duas décadas atrás (2000:97).

Cavaliere detalha, ainda, que os gramáticos brasileiros do séc. XIX e XX citam com assiduidade o nome de Bréal²⁵, considerando-o sempre como de grande relevância.

Outro nome freqüentemente mencionado por Pacheco é o de Friederich Diez. Seguidor de Bopp e Grimm, Diez é considerado o fundador da Filologia Românica, se vista sob concepção histórico-etimológica.

Diez não apenas estudou Filologia Clássica como também dedicou-se ao estudo das línguas e literaturas modernas. Foi estimulado por Goethe a estudar a língua provençal, por volta de 1818. Em 1930, dedicou-se à cátedra de línguas germânicas.

Diez ocupou-se da evolução interna da língua latina e sua evolução nas línguas neolatinas, mas com uma novidade. Tomando como base os estudos históricos, defendeu que a origem das línguas românicas estava no latim vulgar (o chamado *sermo vulgaris*). Para viabilizar estudos nesse sentido, mostrou-se adepto do método comparativo desenvolvido por Raul Bopp e Jacob Grimm, que defendiam pesquisas em fontes de língua latina que houvessem registrado a fala do povo, por exemplo, peças de teatro. Nessa postura, reconhece-se um lingüista comprometido com um processo mais amplo: a língua como um dado cultural e, portanto, em evolução. Sua primeira obra foi *Altspanische*

²⁵ Menciona a obra de Júlio Ribeiro e a de Said Ali, especialmente *Dificuldades da lingua portugueza*.

Romanzen (Berlim, 1821). Publicou ainda: *Weber die Minnehöfe* (1825), *Die Poesie der Tronbadours* (1826); *Grammatik der romanischen Sprachen* (1836), *Etymologische Wöiterbuch der romanischen_Sprachen* (1885), *Altromanische Glossare* (1865), *Romanische Wortschöpfung* (1875).

Exatamente por concentrar seus estudos nas línguas românicas, Diez teve ampla aceitação entre os gramáticos e estudiosos brasileiros.²⁶ É citado nas quatro obras de Pacheco Júnior aqui analisadas. Entre várias referências a Diez destacam-se duas. A primeira, feita em *Phonologia* (1877:102), refere-se a Diez (junto a Adolfo Coelho e Leoni) como um dos responsáveis pela tarefa de estudar a evolução das consoantes nas línguas neolatinas. A segunda referência encontra-se em “*Noções de Semantica*” em uma análise do gênero neutro. Pacheco defende a idéia de que o gênero neutro cedo perdeu-se no *sermo uulgaris* passando os nomes neutros a serem usados como masculinos ou femininos. Cita Diez como argumento de autoridade para reforçar tal afirmação.

Diez é também de parecer que sempre que esses objectos preencherem as funções do substantivo e vierem empregados como predicados de um nome neutro ou de uma phrase inteira, devem ser considerados do genero neutro (1903:58).

Pode-se deduzir dessa passagem de sua obra que Pacheco mostra preocupação em registrar as discussões sobre gênero como uma categoria gramatical. Revela, também, que o fato de, em uma obra sobre semântica, ocupar-se de questões mais voltadas à morfologia da língua pode ser considerado como forte indício de que a semântica ainda era, de certa forma, confundida com o estudo das formas. De qualquer modo, a referência a Diez indica, mais uma vez, que Pacheco acompanhava a episteme de sua época.

²⁶ Mais detalhes sobre a influência do pensamento gramatical de Diez no Brasil em Cavaliere (2000:100 – 102).

Também a obra de Émile Littré revela-se conhecida por Pacheco que faz referência, por exemplo, à *Histoire de la langue française* na página 66 do *Grammatica Historica da lingua portugueza* (1878), ao tratar das modificações de formas e desinências, característica de línguas em contato.

Littré foi um seguidor da escola positivista de Comte, embora tenha se revelado como defensor de posições mais ligadas ao materialismo. Para ele, somente seria pertinente à Ciência o que estivesse atrelado aos estudos dos fatos, já que são os fatos que permitem a dedução de leis e de relações matemáticas.

Pode ser considerado como um dos intelectuais ligado ao movimento enciclopedista da Europa do século XIX. Foi professor de matemática e de línguas modernas, mas seu interesse em Filologia e línguas orientais antigas rendeu-lhe renome como romanista. Ocupou-se da evolução da língua francesa, abordando tanto a análise de questões dialetais quanto a construção de textos clássicos.

No Brasil, é observada sua influência na metodologia adotada por autores da chamada Gramática Científica até a metade do século XX.

Também Schleicher, Darmesteter, Vandervelde aparecem seguidamente na obra de Pacheco. Nome bastante presente na obra de Pacheco, Augusto Schleicher foi um lingüista alemão que estudou em Leipzig, Tubinga e Bonn. Dedicou-se inicialmente ao estudo de Teologia e depois ao das línguas orientais e clássicas.

Ensinou Lingüística Comparada em Bonn; também foi professor em Praga, de onde empreendeu viagem de estudos à Lituânia a fim de estudar a língua daquela região.

Schleicher adotou o naturalismo lingüístico. Para ele, a língua era um organismo natural e devia ser estudada como tal. Defendia que a língua dependia dos traços físicos do pensamento e órgãos da fala, que seriam como traços raciais. Partiu das idéias de Bopp e

tomou a palavra primitiva como uma raiz pura. Deixou, ainda, um esquema tríplice de classificação das línguas empregado durante muito tempo.

Atribui-se a ele o clímax da primeira fase da Lingüística do século XIX por ter dado um tratamento coerente e nítido à Gramática Comparativa indo-européia.

Mesmo com muitos pontos polêmicos, os estudos de Schleicher tiveram o mérito de tirar a Lingüística do âmbito alemão e espalhá-la pela Europa. Além disso, atribuem-se a ele a tentativa de reconstrução da protolíngua do indo-europeu e a classificação das línguas indo-européias sob o formato de uma árvore genealógica.

Pacheco faz referência a Schleicher na pág. 66 da *Grammatica Historica da lingua portugueza* (1878).

Pacheco faz diversas referências a Schleicher em suas obras; destacar-se-á uma delas feita em sua *Grammatica Historica*.

Nessa passagem, Pacheco faz uma distinção entre a linha teórica de Whitney e Steinthal, que consideravam a língua como produto cultural (resultante, portanto, da ação humana), e a de Muller, Schleicher, Littré e Bréal, “para quem a explicação da linguagem pertence á natureza e não á historia.” (1878:66) declara alinhar-se a essa segunda vertente de pesquisa e afirma que a linguagem é dada pela natureza e está subordinada a leis fixas e imutáveis. Ao fazer tal afirmação (como já mencionado, concluiu a elaboração dessa obra por 1875), Pacheco mostrou-se, naquele momento, um estudioso comprometido com o naturalismo científico.

Também o filólogo francês Arsène Darmesteter exerceu grande influência no Brasil, no final do século XVIII e início do século XIX. Embora não tenha sido dos mais destacados lingüistas europeus, fez de imediato seguidores entre os estudiosos da América. Arsène foi um filólogo que se preocupou em como viabilizar a aplicação das novas teorias

lingüísticas ao ensino. Essa preocupação com o fazer pedagógico agradou a muitos filólogos e estudiosos do Brasil.²⁷

Sua obra de maior destaque é *La vie des mots*, publicada em 1887. Publicou também *Formation des mots français* e o *Dictionnaire général de la langue française*. Recebe referência de Pacheco nas quatro obras analisadas. Ao abordar os processos de formação de palavras na *Grammatica da lingua portugueza* (1907 :295), Pacheco cita Darmsteter para corroborar a afirmação de que, nos substantivos compostos, o elemento determinante e o determinado perdem sua significação para melhor apresentarem uma idéia ou imagem única ; com isso, o composto passa a simples . Vê-se, mais uma vez, que Pacheco acompanhava não só os estudos linguísticos provenientes da Alemanha, como também os advindos da França, países cujas pesquisas linguísticas conquistaram aceitação no meio científico brasileiro dos noventa.

Além disso, a presença constante do nome de Darmsteter nas obras do período científico pode evidenciar uma preocupação com o fazer pedagógico :

Foi, sobretudo, no apoio ideológico emprestado pelo romanista Arsène Darmsteter que se erigiu a gramática científica brasileira sobre os dois pilares da *pesquisa* e do *ensino*. Ciente dos novos rumos que a ciência linguística conferia aos estudos da linguagem humana, Darmsteter soube dividir suas atenções entre o viés científico dos estudos comparativistas e o papel balizador da gramática enquanto registro de uma tradição linguística, comportamento que parece ter agradado plenamente ao pesquisador brasileiro, ansioso por ingressar na nova era científica, sem desconformar-se totalmente de suas raízes enquanto filólogo e professor (CAVALIERE, 2000 :43).

Esse pode ser um forte indício que ajude a comprovação de uma hipótese prevista para o presente trabalho: a de que as pesquisas linguísticas da época tinham forte comprometimento com o ensino.

²⁷ Influências em Eduardo Carlos Pereira, Maximino Maciel e Júlio Ribeiro são detalhadas por Cavaliere (2000: 105).

Pacheco faz, ainda, referência a Emílio Vandervelde, político e escritor belga, que estudou Direito na Universidade Livre de Bruxelas e lecionou na Nova Universidade de Bruxelas. Grande orador, dispunha de profundos conhecimentos de economia política e social.

Desempenhou forte papel político na Bélgica como chefe do Partido Socialista e inclinou-se a um socialismo agrário. Sua atividade literária é bastante considerável e válida não só para o conhecimento da história do socialismo belga mas também por tudo o que se refere à economia política, história internacional, regime colonialista. Algumas de suas obras formam *Le Socialisme em Belgique* (1898); *Le collectivisme et l'évolution industrielle*; *Parasitisme organique et parasitisme social* (1903); *Le socialisme et l'agriculture* (1906) ; *Les Balkans et la paix* (1925).

Vandervelde é citado por Pacheco na obra *Noções de semantica* em uma alusão à Sociologia Biológica²⁸ (1903:14 e 167). Pacheco considera que a evolução da língua se dá por regresso e progresso, dois aspectos de um processo evolutivo. Para ele, qualquer transformação progressiva vem sempre acompanhada de alguma perda ou forma de regresso. Afirma basear-se nos estudos de Vandervelde

a quem nestes estudos acompanhamos de perto: ‘ – as estradas geraes apresentam vias de comunicação mais antigas, ao passo que os caminhos vicinaes, que primeiro desaparecem, foram geralmente transitados em epoca mais recente. Mas mui freqüentemente também as estradas novamente construídas seguem uma direcção algum tanto differente das antigas, e neste caso bem que recentes não são ellas as primeiras que desaparecem.’ (1903:167).

Pacheco escolhe, para usar como argumento de autoridade, trecho da obra de Vandervelde que revela mais uma característica dos estudos lingüísticos do final do século XIX: o uso de metáforas biológicas aplicadas às línguas (SWIGGERS apud ALTMANN,

²⁸ Pacheco não apresenta referência da citação de Vandervelde.

2004:168). Constata-se, mais uma vez, que Pacheco acompanhava os homens de ciência de sua época.

4.4.2 Influências de gramáticos e literatos portugueses e brasileiros

Também encontramos, na obra de Pacheco, referências a gramáticos e literatos portugueses.

Em sua primeira obra publicada, *Estudos da lingua vernacula: phonologia*, Pacheco cita, além de nomes como Grimm, Max Mueller e Diez²⁹, Adolfo Coelho, João de Barros e Theophilo Braga.

Adolpho Coelho, pedagogo, etnógrafo e filólogo, é considerado um exemplo de precocidade intelectual, de autodidatismo e de vocação para os estudos lingüísticos.

Dominava o alemão e outras línguas, em especial o francês, o que lhe facilitou assimilar a doutrina de lingüistas como Diez, Corssen e Schleicher. Tornou-se um romanista com considerável conhecimento da cultura indo-européia.

Seus trabalhos foram importantes em Portugal por preocupar-se com o método científico na investigação lingüística e insistir na necessidade de reunirem-se dados a partir de fatos, e não somente construírem-se teorias. Ocupou-se do português do Brasil e dos crioulos; da onomástica e fonética experimental; do terreno pedagógico e educativo. Dentre sua vasta obra (mais de 180 publicações), destacam-se *A língua portuguesa, fonologia, etimologia, morfologia e sintaxe* (1868); *Os dialetos românicos ou neolatinos na África, Ásia e América* (1880); *Dicionário manual etimológico da língua portuguesa* (1890); *Os ciganos de Portugal. Um estudo sobre o calão* (1892) e *Noções elementares de gramática portuguesa* (1891).

²⁹ Cita também Budge (*Physiologie humaine* – pág. 134) e Küss (*Cours de Physiologie* - p. 135), sobre os quais não foram encontrados dados. Mesmo assim, percebe-se que as referências à fisiologia sinalizam a linha adotada pelo autor.

Além dessa visão geral sobre a vida de Francisco Adolfo Coelho, considera-se importante destacar o que Serafim da Silva Neto em *Manual de Filologia Portuguesa* (1977: 21) menciona acerca do nome de Adolfo Coelho. Revela importantes detalhes da vida e obra desse eminente português.

Afirma que, muito jovem ainda, com apenas vinte e um anos, Adolfo Coelho mudou o marasmo em que se encontravam os estudos lingüísticos em Portugal. Em seu livro *A língua portuguesa* (1868), aplicou ao português os princípios que Friederich Diez já havia aplicado às línguas neolatinas, causando polêmica.

Esse seu espírito inovador, segundo Silva Neto, o fez alvo de nomes já conhecidos, os quais atacava com ácidas críticas.

Com um modo de agir combativo, Adolfo Coelho era de alma sensível e intempestiva. Em 1871, participou de uma conferência pública no Cassino Lisboense sobre a *Questão do Ensino* e atacou, com tal veemência, o professorado português (especialmente o da Universidade) que essas preleções públicas foram proibidas.³⁰

Serafim S. Neto ainda destaca que, por volta de 1880, A. Coelho voltou-se para o estudo dos falares crioulos. Na mesma época, reconheceu que a língua portuguesa falada no Brasil representava um amplo campo de pesquisa para os estudos filológicos.

Com *Os ciganos em Portugal* (1892), Adolfo Coelho demonstrou grande conhecimento lingüístico que lhe permitiu recuperar os processos de formação do calão (empregou expressões como *deformações fonéticas, morfológicas, modificações de significação, criação original*) e as relações entre os ciganos e o calão; convicto de que a língua faz parte de um processo cultural mais amplo, apoiou-se em material etnográfico e antropológico em seus estudos lingüísticos.

³⁰ Silva Neto apresenta maiores detalhes à p. 23 (1977).

Esse livro foi tão importante que fez com que a filologia portuguesa fosse respeitada no âmbito dos estudos lingüísticos mais avançados da Europa, especialmente Alemanha e França.

Mas é na terceira edição (revisada) de *A língua portuguesa. Noções de glotologia geral e especial portuguesa*, que Adolfo Coelho apresenta um panorama extenso e muito bem detalhado dos estudos lingüísticos/filológicos do latim e das línguas românicas, da formação do léxico português, e da história da língua portuguesa escrita, constituindo-se obra de grande relevância.

Nessa mesma época, publicou *O ensino da língua portuguesa nos liceus* com críticas a processos pedagógicos e livros adotados no ensino oficial da língua-materna em Portugal.

Como já se afirmou anteriormente, Francisco Adolfo tinha como uma das suas maiores preocupações acompanhar os avanços dos estudos lingüísticos, preocupação atestada pelo legado de sua obra. Deve-se a ele a introdução da nova pesquisa lingüística (de caráter científico) nos meios acadêmicos portugueses. Destaca-se, por fim, o fato de que A. Coelho abriu caminho para uma geração de filólogos como Leite de Vasconcelos, Gonçalves Vianna e Carolina Micaëlis. No Brasil, teve forte influência sobre muitos filólogos e gramáticos.

Pacheco o cita em várias passagens de seus livros. Geralmente ressalta o valor da obra do mestre português: “O que Diez e os srs. Ad. Coelho, Th. Braga, etc., atribuem...” (1877:80); “Diez é desta opinião, e bem assim os muitos distintos escriptores portuguezes Ad. Coelho e Theophilo Braga a quem tanto devem as letras.” (1877:81).

Como se pode ver, há referências laudatórias em duas páginas que estão em seqüência. Pacheco parece colocar, desta forma, em evidência o quanto valoriza o trabalho do mestre português. Há uma outra passagem em que Pacheco, ao tratar das modificações

das consoantes das línguas germânicas e românicas, considera o trabalho de Adolfo Coelho superior ao de Diez: “Da nossa língua existem os trabalhos de Diez, Ad. Coelho, e Leoni, dos quaes incontestavelmente o do segundo muito aos outros se avantajam em merito.” (1877:102).

Outra referência encontrada na obra de Pacheco é a do nome de João de Barros (1496-1570). Historiador português e autor da novela de cavalaria *Crônica do imperador Clarimundo* (1520), escreveu também uma *Gramática da língua portuguesa* (1546).

Em 1539, publicou a *Cartinha*, com o objetivo de ser primeiro livro para aprendizagem de língua materna e para ensino de língua portuguesa aos povos de outros continentes.

A sua *Gramática da Língua Portuguesa* destinava-se aos alunos das escolas secundárias e, segundo Fávero (1996:34), deixou claro que a opção de Barros era por uma gramática normativa associada à atividade didática.

Barros seguiu o modelo latino e a dividiu em *Ortografia, Prosódia, Etimologia e Sintaxe*, mas inovou ao afirmar serem nove as partes do discurso (nome, verbo, pronome, advérbio, artigo (que havia somente no sistema grego), particípio, conjunção, preposição e interjeição (que havia somente no sistema latino). Manteve o latim como base, ao mesmo tempo em que chegou, em alguns títulos da obra, até a ridicularizar o emprego de construções latinas que destoavam de construções características da língua portuguesa.

Fávero (1996:36) aponta como inovações de João de Barros a constatação de vários fatos lingüísticos: a existência do artigo; o desaparecimento das declinações; a formação composta do grau comparativo; a redução do número de conjugações; a formação perifrástica da voz passiva; e o desaparecimento do traço de quantidade das vogais.

Em obra recente, Araújo (2003) publicou rica exposição sobre a herança de João de Barros.³¹ Transcreve-se, a seguir, relevante fragmento da página 29, no qual a preocupação de Barros em relação à fonologia portuguesa torna-se evidente.

Através dos hábitos ortográficos de João de Barros, pode-se ter uma idéia da fonologia portuguesa na primeira metade do século XVI. A fim de indicar o timbre aberto dessas vogais, costumava usar uma vírgula reversa sob a vogal e e acento agudo sobre a e o. Essa iniciativa ajuda-nos a encontrar hoje os vocábulos cuja vogal tônica mudaram de timbre de lá para cá. É ainda particularmente interessante sua contribuição para o conhecimento do uso das consoantes implosivas em posição medial, a que hoje costumamos chamar de mudas. (...)

É esse valor que Pacheco parece reconhecer, pois reproduz alguns exemplos elencados por ele no século XVI (1907:369, 412, 537). Porém, ao descrever o trabalho dos primeiros gramáticos e ortógrafos (século XVI) tece elogios a Fernão Oliveira e Duarte Nunes de Leão enquanto critica Barros ao afirmar que “posto já percebesse a vantagem do methodo comparativo, d’ele não usou por motivo da sua escravidão á grammatica latina...” (1987:58).

Ocorre que Pacheco também usa, em abundância, da enumeração de exemplos de frases latinas e da descrição de fatos gramaticais do latim para explicar a língua portuguesa. Embora seja adepto do comparativismo histórico, pode-se perceber que há um pouco de excesso na presença da gramática latina em um manual de língua portuguesa, destinado ao ensino ginasial.

Destaca-se, ainda, entre os nomes portugueses mencionados por Pacheco, o de Joaquim Theófilo Braga (1843-1924), poeta, filósofo, folclorista, crítico e historiador literário português. Atuante na vida cultural e política de sua época, foi o presidente do primeiro governo provisório daquele país (1910) e chegou a exercer a magistratura suprema de Portugal (1915).

³¹ Nesse livro, Antônio Martins de Araújo apresenta estudo inédito sobre vida e obra de João de Barros bem como destaca a contribuição de filólogos maranhenses para os estudos lingüísticos no Brasil.

Escreveu, dentre outras obras, as seguintes: *Traços geniais da filosofia positiva*, *Sistema de sociologia*, *Modernas idéias na literatura portuguesa*, *História do teatro português*, *História da poesia popular portuguesa*.

Braga era seguidor do Positivismo e tinha grande interesse pelas origens da cultura lusa, daí ter-se dedicado a escrever obras em vários campos do conhecimento: Literatura, História, Antropologia, Religião, Arte.

Defensor da aplicação do legado dos estudos histórico-comparativos em manuais de gramática, criticou nomes consagrados como o de Bento Pereira, Reis Lobato e Soares Barbosa, o que provocou polêmica à época.

A sua *Grammatica Portugueza elementar, fundada sobre o methodo histórico-comparativo* buscou ser uma gramática elementar, mas elaborada sob os avanços dos estudos lingüísticos de cunho científico. Nela, abandonou a herança de Port-Royal (estudos de etimologia, sintaxe, prosódia e ortografia) e optou por apresentar a análise da fonologia, morfologia e sintaxe da língua portuguesa.

Theófilo Braga alonga-se nos estudos morfológicos, fato típico da época em decorrência da concepção da língua como organismo vivo e deixa de abordar mais detalhadamente a descrição de outros níveis da gramática da língua, especialmente na sintaxe, mostrada em breves referências das relações entre os termos da oração e entre orações. Não consegue, por exemplo, apresentar de forma satisfatória questões relativas à regência e à concordância de nomes e verbos. Mesmo assim, a proposta de Braga mostra-se bem mais adequada para o ensino dos iniciantes em estudos de Língua Portuguesa do que “a de filólogos brasileiros dos oitocentos, dentre eles, Julio Ribeiro, que preferiram um quadro mais complexo, disposto em níveis hierárquicos” (CAVALIERE, 2004:92).

Theófilo Braga também recebe várias menções na obra de Pacheco. Na maioria delas, o último concorda com as idéias do literato português a quem se refere de forma

respeitosa e até elogiosa. Mesmo assim, nota-se em Pacheco certa independência de opinião. Mostra, por exemplo, discordar de Braga em duas passagens de sua gramática histórica: ao tratar do surgimento do artigo na língua portuguesa (1877:20) e da influência do domínio romano na organização política do território português (1877:20). Mas, de forma geral, pode-se perceber que Pacheco demonstra conhecimento, aceitação e divulgação das idéias do estudioso português.

4.5 Os prefácios como ideário lingüístico

Os prefácios apresentados por Pacheco em suas obras constituem interessante material de análise. Neles é possível perceber claramente as linhas teóricas adotadas pelo autor, seu ponto de vista sobre questões polêmicas à época e, sobretudo, seu engajamento nas questões de educação³².

I – O Prefácio da *Grammatica Historica*

A publicação *Grammatica Historica da lingua portugueza* (1878) contém três livros: *Grammatica Historica*, *Phonologia e Noções de Analyse Phonetica*, *Etymologica e Sintaxica*.³³

Na página de rosto, há indicação de que a obra foi “compendiada para uso dos alumnos do 7º ano do Imperial Collegio de Pedro II, das escolas normaes e de todos os que estudam o idioma nacional.”

É importante destacar que, ao final do sétimo ano naquele Colégio, os alunos recebiam o título de bacharel em língua portuguesa. Daí depreende-se, de imediato, a seriedade e o comprometimento que envolviam essa obra.

³² Para que não se perca a riqueza de informação contida nesses prefácios, adotar-se-á a transcrição de trechos, seguida de comentários.

³³ Esse livro foi escrito em co-autoria com José Ventura Boscoli. Trata-se de um manual com exercícios, destinado a estudantes de cursos preparatórios.

Há, na página de rosto, outro detalhe interessante. O autor cita uma frase cujo teor revela a linha teórica sobre a qual seus estudos se assentam: “Para bem conhecer o organismo, é força conhecer a origem e a transformação dos seus elementos”³⁴. Com essa citação, Pacheco evidencia, já na abertura da obra, que seus estudos têm como base o conceito de língua como organismo vivo, demonstrando seguir as idéias de Schleicher.

Após a página de rosto, há vinte e quatro páginas de prefácio, numeradas em algarismos romanos; a seguir, há um bloco chamado “Introdução” que se divide em três capítulos: I – *Historia da Lingua Portugueza* (65 páginas); II – *Formação da Lingua Portugueza* (30 páginas); III – *Elementos Historicos* (57 páginas).

Fazendo-se uma análise do prefácio do primeiro livro (*Grammatica Historica da Lingua Portugueza*), pode-se perceber aspectos muito ricos da obra de Pacheco. É o prefácio maior e mais detalhado dentre as quatro obras que são objeto de estudo do presente trabalho. Esse prefácio é dividido, muito didaticamente, em doze partes, das quais destacamos pontos relevantes.³⁵

1 – Pacheco considera que a Ciência da Linguagem faz parte da História Natural e está ligada às Ciências Biológicas; mostra-se adepto à teoria de que a linguagem pertence à natureza e não à História e de que está aquela sujeita às leis no que diz respeito à origem, desenvolvimento, decadência e desaparecimento. Alinha-se à Max Muller, Schleicher, Ascoli, Littré, Bréal e Hovelacque ao afirmar que o objeto da linguagem decorre da natureza.

É este também o nosso particular conceito. O objecto da linguagem não é ‘a vida espiritual de um povo’, mas unicamente ‘a linguagem dada pela natureza e subordinada às leis imutáveis da formação’ (1878, p. IV).

³⁴ Não há indicação de autoria.

³⁵ A numeração de cada comentário corresponde respectivamente a uma parte do prefácio.

2 – Demonstra acreditar na aplicabilidade do conceito de evolução de Schleicher:

... Deve-se, pois, buscar a explicação da origem das diferentes espécies vegetaes e animais sómente no *transformismo* gradual das espécies.

A glottica também está sujeita às transformações das espécies; e esta variabilidade é hoje incontestável na sciencia. Como no reino animal, as línguas passam de uma para outra com uma infinidade de transições; os seus estudos morphologicos – como ficou exuberantemente provado por Schleicher – apresentam identidade imensa com os processos analyticos e comparativos nas investigações botânicas (1878:IV).

Pacheco aborda também a formação do léxico português reconhecendo haver elementos de mesma origem, mas com formas diferentes: o elemento popular (produção espontânea) e o elemento clássico ou erudito (produção artificial). Reconhece o que hoje se chama de variação lingüística, com grande precisão.

O elemento *popular* formou-se naturalmente e reconhece-se por tres caracteres específicos: 1º, persistencia do accento tonico latino; 2º, queda da consoante média; 3º, suppressão da vogal breve. O *erudito* vasou as suas formas nos moldes clássicos. É a este processo que devemos a variedade e divergência de fôrmas, a riqueza emfim das nossas *duplas* (1878:V).

3 – Nessa seção do prefácio, Pacheco fez uma clara analogia entre a formação das espécies naturais e a evolução natural da língua.

Para ele, a variação das línguas acontece em qualquer das três classes de línguas: isolantes, radicais ou monossilábicas; aglutinantes ou aglomerantes; amalgamantes, orgânicas ou de flexão.³⁶ Essas classes de línguas teriam sido sucessivas umas às outras e evidenciam uma analogia entre formações geológicas (naturais) e a formação das línguas (também processo natural).

...Tambem na chronologia geologica não se póde conceber greda sem uma camada subjacente de calcario oolithico, ou uma camada de oolitho que não esteja sobreposta ao terreno de trias ou a outro terreno secundario inferior. E esta chronologia – como aquella – funda-se no principio que todo o terreno sobreposto a um outro é de formação posterior a este, e mais recente nas épocas do mundo (1878:VI).

³⁶ Conforme divisão adotada por Schlegel.

Como prova da evolução natural das classes das línguas, afirma que, nas línguas monossilábicas, o lugar da palavra na frase é que determinaria o seu sentido exato, seriam, assim, línguas sem estrutura gramatical; a segunda classe, a das línguas aglutinantes, seria caracterizada pela junção de raízes já privadas de sentido a outras que lhes servissem de elementos de relações; a terceira classe de línguas (como o sânscrito, grego, latim) seria caracterizada pela fusão de um radical atributivo com uma ou mais raízes de natureza demonstrativa, mas transformadas em desinências. A partir daí, teria início a estruturação gramatical das línguas: formas de flexão, nomes e verbos, criação do infinitivo e gerúndio dos verbos, processos analíticos.

Pacheco, ao descrever as classes das línguas, demonstra um conhecimento lingüístico apurado e afinado com as teorias lingüísticas da época.

4 – Na quarta seção do prefácio, Pacheco afirma que o maior passo na evolução das línguas deu-se com a passagem da forma gramatical sintética para a expressão analítica. Com isso, ganharam maior clareza e flexibilidade, porém perderam a perfeição da forma orgânica.

Também aí há uma analogia com a formação dos elementos naturais e a das línguas.

Das diferentes camadas e depósitos póde o geologo conhecer as mudanças phisicas successivas porque passou qualquer região, as forças que entraram na producção d'ellas, e, porventura, indicar-lhes a época. Na sciencia da linguagem tambem podemos indicar a origem do vocábulo e a camada a que pertence, a sua formação e as varias modificações por que passou. Os terrenos glottologicos são as superposições dos idiomas.

Na província hispânica nota-se a camada ibérica; a grande inundaçã celta; os pequenos depósitos grego, phenicio, punico, hebraico; a alluvião latina maior que as camadas germânicas ou mesmo a arabe, os pequenos veios representados pelas varias influencias provençal, franceza, greco-latina, hespanhola, italiana. As camadas geologicas apresentam variedade no terreno, na flóra e na fauna; tambem as camadas lingüisticas representam novos factos e instituições novas (1878:IX).

Por meio dessa farta exposição baseada em analogias, Pacheco vai revelando um arcabouço teórico que prepara o leitor de sua obra para a abordagem lingüística pretendida.

5 – Na 5ª seção, também há uma analogia entre vida biológica e vida lingüística. Pacheco Júnior associa as consoantes ao sistema ósseo do corpo humano, as vogais, à carne; as letras de ligação ou resultantes de intercalação fônica, aos músculos. Faz isso com o intuito de provar a maior duração dos elementos consonantais em uma língua, dá como exemplo as palavras gregas *episkopos* e *élemnosune* e a latina *dominus* que, para ele, apresentam o grau máximo de contração nas formas *bisp* (dinamarquês), *alms* (inglês) e *dom* (português) mantendo, sobretudo, as consoantes.

Menciona, também, que as transformações pelas quais as palavras passam revelam o desenvolvimento de uma língua e que tais transformações estão sujeitas a leis regulares.

Encerra a seção afirmando que cada língua tem princípios regulares e peculiares em suas mudanças e novamente apresenta a frase “Para bem conhecer um organismo é força saber da origem e transformação dos seus elementos.” (1878: XII)³⁷.

6 – Nesse segmento, Pacheco ocupa-se das classificações propostas para as famílias lingüísticas. Adota a de Schlegel, desenvolvida por Schleicher e Max Muller, a qual toma por base as relações existentes entre as raízes que exprimem conceitos e as que exprimem relações: línguas isolantes, aglutinantes e flexionais.

Apresenta com detalhes os dois grandes grupos ou troncos das línguas flexionais e, após, especifica os ramos (famílias) de línguas que compõem o tronco indo-europeu.

Encerra essa seção com um comentário que revela estar ele atualizado nos estudos comparativistas da época:

³⁷ Como na página de rosto, não há indicação de autoria da frase.

Esses oito grupos (ramos pertencentes ao tronco indo-europeu) prendem-se, pois, á única lingua falada diversamente pelos Aryas; e em todos os monumentos antigos e recentes descobre-se, através das renovações dialectais e alterações phoneticas, o cunho original.

Tem-se procurado ultimamente um laço genealogico entre as linguas aryanas e as linguas semíticas pelo facto de terem tido esses dous organismos, geographicamente tão vizinhos, desenvolvimento paralelo, e de haverem chegado em tempos pre-historicos á vida flexional e gramatical. O estudo comparativo das duas grammaticas, porém, deram³⁸ um resultado negativo, que profunda e radical é a diferença entre ellas. O mesmo Renan³⁹ concluiu por declarar que o systema grammatical das linguas semiticas e o das linguas indo-européias eram duas creações distinctas e absolutamente separadas (1878:XV).

7 – Inicia a sétima parte de seu prefácio também como uma analogia entre a parte física do ser humano e a sua capacidade de linguagem. Aborda a evolução do corpo e a evolução da linguagem e reforça que todas as evoluções na vida humana são graduais e obedecem a uma certa ordem ou lei ao citar a frase latina “Natura non facit saltus”

Faz referência à leitura de um texto de cunho científico que explicaria a evolução das línguas como decorrência de alterações físicas do corpo humano:

A rapidez ou retardamento na evolução lingüística deve, na opinião de alguns, ser attribuida á desigualdade dos typos cerebraes. Lêmos, não nos recorda agora onde, que – assim como a conformação do larynge produziu alterações phoneticas profundissimas no grupo aryano, com mais forte razão a fôrma encephalica, a capacidade sensorial e intellectual, determinaram o gênio e a marcha dos idiomas (1878:XVII).

Reconhece a seguir, outras influências na evolução das línguas e o processo de troca que há no contato entre as mesmas:

Na verdade, foi a superioridade ethnica das raças semiticas e aryanas que fez com que ellas chegassem ao 2º e 3º período da lingua em epoca pré-historica, mas não acreditamos esteja o caminhar mais ou menos rápido da linguagem subordinado *apenas* ao sensorio e á fôrma encephalica.

Tudo depende de circumstancias externas e accessorias – influencia climaterica, soberania política, superiorida social, civilização mais apurada; também só ellas decidem qual das duas sociedades que convivem ou se acham fundidas deve obliterar a lingua da outra, e a ella sobrepôr-se (1878: XVII).

³⁸ Transcrito *ipsis litteris* do texto original.

³⁹ Um dos problemas encontrados é a falta de referência completa aos autores citados por Pacheco.

8 – Na seção 8, Pacheco evidencia crer no fato de que não é a língua o que distingue as raças, palavra empregada no sentido de nacionalidades. Reconhece, ainda, a existência dos dialetos: “Raças ou povos, completamente separados pelo ethnologista podem fallar uma única e mesma lingua, ao passo que uma só raça póde fallar muitas linguas diferentes”(1878:XVIII).

Ao ser feita a análise da obra de Pacheco, ver-se-á que, em vários momentos, descreve a língua como um fenômeno dependente de elementos sociais e geográficos.

9 – Pacheco também mostra que se ocupará da origem das línguas. Afirma que a análise fisiológica dos elementos vocais (fonemas) e dos processos lingüísticos é que podem determinar a natureza e evolução de uma língua.

Mostrando conhecimentos atualizados na área de estudos científicos sobre a faculdade da linguagem, Pacheco Júnior relata que estudos anatômico-patológicos, recentes àquela época, provaram a evidência de que o exercício da faculdade da linguagem dependia dos hemisférios cerebrais, principalmente do hemisfério esquerdo, fato descoberto pela autópsia de pessoas afásicas. Segue os resultados de tais estudos e defende que a linguagem decorreria de relações entre a terceira circunvolução frontal esquerda com as cordas vocais (chamadas por ele “de cordas laringianas”) e o aparelho fonador (“aparelho vocal”) (1878: XIX).

10 – Na décima seção desse prefácio, Pacheco defende a importância do estudo científico das línguas e, para isso, a dissecação científica dos elementos mórficos dos vocábulos. Afirma que foi a recomposição dos elementos comuns às línguas derivadas de um determinado tronco ou família lingüística que permitiu conhecer as civilizações anteriores.

Segundo ele, conhecer os princípios ou leis que regem as línguas torna o estudo das línguas mais fácil e racional. E é esse o papel da Linguística, chamada então por ele de Glotologia.

Enfatiza a importância dos estudos comparativos e mostra familiaridade com os mesmos ao citar vários trabalhos nessa área em nota de rodapé, transcrita abaixo:⁴⁰

Pictet: *Les as. Indo-europ. Ou les Aryas primitifs*; Kuhn: *Zur altesten Gerschicht des indo-germanische Volker*; Pott: *Etymologische For s chungen*; Fick: *Vergleichendes Worterbuch*; Die chemalige Spracheinheit der Indo Germanen Europas; Hans von Wolzogen: *Der Ursitz der Indo-Germanen*; Hofer: *Die Heimath des Indo-germanischen Urvolkes* (1878:XXI).

Para comprovar a importância das investigações etimológicas, apresenta exemplos acerca da manutenção da força semântica das raízes na morfologia das línguas. Faz interessante análise da raiz *ma* para provar o valor orgânico das consoantes (no caso, m). Nesse momento, Pacheco defende, mais uma vez, a importância dos estudos de gramática comparada:

A raiz ma, que era a principio uma simples interjeição demonstrativa de sentido em extremo vago, representou mais tarde entre os Aryanos o pronome de Iª pessoa (*este – eu*). É que as labiaes não exprimiam somente a relação de superioridade (sansk-*ula*, árabe *Bi*, hebr. *Bi*, grego *éPi*, *h-ulo*, latim *suB*, *s-uPer*; goth. *Bi*, ant. all. *Pi*, portuguez *soBre*, *soB*, fam. *Ula*, etc.), mas também as noções de *proximidade*, *chegamento*, que deram origem ás de *pessoa ou cousa presente*, d'onde as fôrmas das línguas indo-germanicas. *Mi*, *Mas* para designar a Iª pessoa de ambos os numeros. A vogal modificou-se, o monosyllabo accresceu com as desinências e suffixos, mas a raiz conservou sempre o sentido primitivo: - Sansk. *mê* (de mim), lat. *Me*, all. *mich*, inglez *me*, francez *moi*, port., hesp., ital. *Me*. No latim *SUM* (*es-u-mi*), portuguez *amaMos*, f. ant. *SOM* e *SOU*, inglez *am* (=as *Mi*), all. *Ich bin* (= *bhuMe*), etc., são claros os vestígios do pronome, que perdeu a vogal logo depois do sanscrito vedico e classico, e cujo *m* transformou-se em *n* em algumas línguas, como aconteceu no grego (1878:XXIII).

Defende claramente a gramática comparada e oferece outros exemplos da significação própria das raízes, prefixos e desinências:

⁴⁰ Foram mantidas abreviações do texto original.

Só ella nos explica a terminação *X* do pretérito inglez, *m* nos tempos secundários do sanscrito, grego e do latim, *ai* no preterito em francez, *ba* no hespanhol, *va* no italiano e portuguez; as terminações do futuro, a formação da voz medio-passiva, que mais tarde tomou... (1878:XXIII).

É interessante constatar as menções ao aspecto físico da fonação, feitas em três notas de rodapé aqui transcritas para confirmar a atualidade dos estudos de que dispunha o pesquisador Pacheco naquela época:

A analyse physiologica do alphabeto é consequencia do estudo dos primordios da linguagem (natureza das raizes, etc.), das diferenças dos alphabetos physiologicos é que procedem a physionomia peculiar ás linguas, as difficuldades e leis etymologicas.” (Trezza)

Só a determinação das duas especies de raizes, dos radicaes e suffixos, póde explicar a declinação e a conjugação, desprendendo os elementos significativos (Ascoli). Mas a esse estudo deve preceder: 1° o da physiologia do som e das affinidades das articulações; 2° o da phonetica, que collecciona, regida por leis seguras, as alterações comparadas dos sons nas diversas linguas.

O estudo da syntaxe deve vir por fim porque funda-se nas relações das partes do discurso, “e não podemos compreender scientificamente essas relações sem conhecer as forças interiores concentradas nas palavras pelas combinações das raizes e suffixos (Pezzi) (1878: XXIII e XXIV).

11. Na décima primeira parte, Pacheco demonstra conhecer a obra de Michel Bréal (1832-1915), lingüista francês e discípulo de Bopp e Schleicher. Cita palavras de Bréal, de 1864, para apontar diferenças entre a gramática tradicional e a Filologia Comparada.⁴¹ Enquanto a primeira apresenta “prescrição como decretos”, a segunda permite uma maior flexibilidade dentro do “bom senso” no emprego da língua.

Explica, em nota de rodapé, aqui transcrita, a nomenclatura empregada, o que revela uma preocupação didática em relação aos leitores de sua obra.

Para exprimir a sciencia da linguagem preferimos as denominações da *glottica* ou *glottologia*, posto não hajam ainda recebido a sancção do uso, á de *phylogia comparada* ou á de *linguistica*, que além de tudo tem contra si o hybridismo da fórma (1878: XXIV).

⁴¹ Como sinônimo de Lingüística.

Pacheco afirma que a *Gottica* (Lingüística) é uma ciência analítica, exata, de caráter absoluto e de essência natural e que a *Philologia* é ciência de caráter histórico. Cita Schleicher para corroborar essa diferença: a *Philologia* estuda as línguas para conhecer a essência intelectual das nacionalidades. Ocupa-se ela de diversas áreas de estudo de uma língua: etimologia, lexicologia, gramática, formação e desenvolvimento e crítica literária. Em virtude disso, o estudo da Filologia – segundo Pacheco, respaldado por Schleicher – permitiria conhecer tudo a respeito de um povo: religião, costumes, instituições, arte e literatura, arqueologia, geografia, língua, inclusive fases, evolução e leis dessa última.

A preocupação didática de Pacheco revela-se novamente por meio de um esclarecimento em nota de rodapé:

Philologia significa sciencia de uma civilização antiga (Curtius – *Phil, und Sprachwissenschaft*). *Logos* significa propriamente *discurso* e não *palavra*, mas os Gregos por esse mesmo termo exprimiam a *linguagem* e a *razão*, como se quizessem exprimir por esta homonymia a unidade e identidade primordial no desenvolvimento d'essas duas faculdades, isto é, derival-as do mesmo facto e do mesmo órgão – a sensação e o cérebro (1878:XXIV).

Percebe-se claramente a importância atribuída por Pacheco tanto aos estudos tradicionais da Filologia quanto aos da Lingüística do seu tempo.

12. Na última seção do prefácio (XII) Pacheco Júnior faz uma crítica à situação do ensino da língua no Brasil e aponta medidas tomadas à época no sentido de oferecer um ensino de língua materna mais consistente em nosso país. Nota-se um tom apaixonado na defesa dos fatos relativos ao ensino, o que mais uma vez mostra a sua preocupação com a educação.

Mas, ao passo que na Europa – inclusive Portugal – na América do Norte, e hoje no Perú, se estuda o idioma nacional completa, profunda e racionalmente, no Brasil é esta a matéria a mais desprezada de todas as compõem o curso de preparatorios. Aprendemos os mysterios e as mais abstrusas difficuldades do francez, do inglez ou do grego, mas pouco ou nada sabemos do próprio idioma (ibidem:XXV).

A seguir defende de forma veemente os estudos filológicos:

E, vergonha é dize-lo, em Portugal – já lá vai um século – escrevia Nunes de Leão que a todos era indispensavel ‘o exacto conhecimento da philologia da lingua patria’; afirmando que essa era a geral convicção porque todos os homens doutos confessavam cordialmente que ninguem poderia dar um passo nas sciencias sublimes, sem unir á sua instrucção os conhecimentos philologicos das linguas, *e mais que tudo da lingua patria* (1878: XXV).

Após as críticas, mostra boas novas como a criação da cadeira de filologia portuguesa⁴² no Colégio Pedro II e a adoção de uma série de medidas pelo Ministro do Império, Sr. Conselheiro Leôncio de Carvalho:

Mas ouvimos que a reforma do ensino de portuguez meditada por S. Ex. se não limita a esta decisão, e que o Sr. Ministro trata de crear: 1° um curso regular do idioma patrio nas escolas primarias, banindo ao mesmo tempo das aulas certas grammaticas cuja adopção só de póde explicar pelo amor e afferro ás antigas doutrinas ou pela inercia e ignorancia de alguns professores, verdadeiros anachronismos, que persistem em não abandonar ‘os erros do passado pela sciencia do presente e do futuro’; 2° uma cadeira de philologia portugueza nas futuras escolas normaes; 3°, e mui acertadamente, exigir que os candidatos á matricula nas escolas e faculdades do Imperio prestem exame de portuguez (como acontece com o das outras materias) igual ao dos alumnos do Collegio de Pedro II (1878: XXVI).

Nota-se, no trecho acima, uma crítica aos gramáticos que apenas repetiam as fórmulas tradicionais de ensinar a língua em seus manuais e também aos professores que não mostravam empenho em acompanhar os avanços da Lingüística da época. Mais uma vez, Pacheco deixa claro que é um professor-pesquisador, comprometido com o saber científico de tudo o que se relaciona à língua portuguesa e às línguas em geral.

Mostrando firmeza de opinião, sugere mudanças no programa do Colégio Pedro II.

Pedimos, porém, venia a S.Ex. o Sr. Conselheiro Leoncio de Carvalho, para aqui apontar-lhe uma pequena mas necessaria modificação no novo programma d’aquelle estabelecimento: a cadeira de *historia da litteratura portugueza* é que deve ser annexa á de *philologia*, porque – ‘para bem estudar uma lingua cumpre tambem meditar e profundar na *respectiva* litteratura.’ (1887:XXVI).

⁴² Mais uma vez, Pacheco demonstra preocupação com o uso da nomenclatura e esclarece, em nota de rodapé, que a filologia portuguesa também era chamada, na época, de gramática filosófica, racional, universal, comparativa ou geral.

Com esse pedido final, o professor Pacheco reafirma a posição adotada na seção XI do prefácio, ou seja, a de defesa dos estudos filológicos. E tal como o fez lá, deixa claro que o estudo da filologia deve estar em primeiro lugar para que, depois, seja possível conhecer a literatura e as manifestações artísticas de determinada nacionalidade.

Como se pôde constatar, as vinte e seis páginas do prefácio da *Grammatica Historica da Lingua Portugueza* constituem relevante material para descortinar as idéias e valores defendidos por Pacheco, sem dúvida, um professor comprometido com a pesquisa científica de sua área de atuação. Encerra com a frase “*While we hope for the best, let us also act for the best*”⁴³, o que evidencia, mais uma vez, comprometimento com o progresso da educação nacional.

II – O prefácio da obra *Phonologia*

O livro *Phonologia – Estudos da Lingua Vernacula* encontra-se no mesmo volume de *Grammatica Historica*. Apresenta a data de 1877, portanto um ano antes da *Grammatica*.

O prefácio dessa obra é bastante diferente daquele da obra referida anteriormente. Possui apenas três páginas, mas muito reveladoras também.

Enquanto o prefácio da *Grammatica Historica* revela, na verdade, uma fundamentação teórica da obra, o prefácio de *Phonologia* tem um tom mais informal e se aproxima de um relato do processo de elaboração da obra:

Duas palavras antes de começar.

Há annos emprehendemos um trabalho meditado sobre a lingua portugueza, que só concluímos em 1875. Não nos movia o desejo de brilhar, nem nos actuava o desvanecimento de havermos feito trabalho sem senões; restava-nos, porém, o merecimento de sermos o primeiro que lucubrou em lingua portugueza trabalho glottico de maior momento (1877:5).

⁴³ Não há indicação de autoria.

Nota-se, na passagem acima, a preocupação em evidenciar que a obra que está sendo apresentada é fruto de um esforço sério (“trabalho meditado”) e burilado (“há annos”). Ao mesmo tempo em que Pacheco reconhece possíveis limitações de sua obra, evidencia que deu à elaboração do *Phonologia* um caráter científico, comprometido com as tendências da Lingüística.

Pacheco descreve a fundamentação em que se baseou:

Lemos as varias obras relativas ao assumpto ou que com elle tinham relação, e dellas fizemos respigar os passos que nos pareceram mais de notar; manuseámos os escriptos dos nossos antigos mestres da lingua, procurando sempre as 1^{as} edições ou as que a estas se conservam fieis na orthographia; estudámos ainda o latim das inscripções e epithaphios, os monumentos archaicos e os da baixa latinidade. Era esse o melhor meio de acompanhar a lingua em todas as suas evoluções (1877:5).

É interessante destacar que Pacheco elabora uma nota de rodapé para detalhar referências à chamada baixa latinidade. Cita vários autores ligados aos estudos etimológicos, o que, mais uma vez, comprova o acesso a leituras de base científica.

Rossi, Masdeu, Galvani, Knust-Blume, Cartes Meroving., Vanicek, *Etymologisches Worterbuch der lateinischen Sprache*, Corssen, *Uber Ausprache, Vokalismus...*Merguet, Nene, Fabretti (*corpus inscriptionum italicorum*), Schuchardt (*Der Vokalismus des Vulgærlateins*), Wanowski *Antiquitates Romanae*, Wiggert, *Vocabula latinæ linguæ primitiva*, etc. (1877:6).

Além de uma preocupação com a linha teórica adotada em sua obra, Pacheco evidencia preocupação em manter senso crítico mesmo frente a posições técnicas de autores de renome:

Não nos limitámos, porém, a esse alardo: adduzimos testemunhos dos escriptores que dão mais segura fiança e indisputavel autoridade no domínio da glossologia e lexicologia, mas, - conservando a necessaria independencia no nosso modo de pensar, - resumimos sempre o particular juizo, muitas vezes mui outro do desses benemeritos das letras (1887: 6).

Pacheco revela, ainda, ter se empenhado em elaborar uma obra diferente da “Phonologia” que conseguiu publicar. Reconhece que, por falta de recursos e, sobretudo, por falta de valorização das *cousas pátrias*, não conseguiu levar adiante o projeto inicial:

Cedendo ao pedido de amigos, resolvemos publicar esses escriptos sob um outro plano, e com amor nos desempenhamos do encargo. Sob o título geral de *Estudos da lingua portugueza*, comprehendia o trabalho – 1º, Grammatica historica.; 2º Syntaxe; estudo a fundo da physiologia e genio da lingua; 3º, dictionario etymologico; 4º, dictionario das duplas; 5º. Dictionario de synonymos.

Tivemos, porém, de mudar do proposito, que – no dizer do escriptor portuguez Silvestre Ribeiro – pobreza não deixa brilhar. Elevada era a somma que se nos pedio para a impressão desses trabalhos, e accresce que entre nós é semsaboria occupar-se um homem das cousas patrias: só tem primores, só interessa, o que nos vem do estrangeiro (1877: 6).

O próximo parágrafo do prefácio avança na crítica. No anterior, Pacheco criticara a falta de valorização das coisas nacionais; agora critica a mocidade que abandona os literatos de valor em favor de outros de menor peso:

A nossa mocidade morreria de tédio se tivesse de ler algumas paginas de Fr. Luiz de Souza, Bernardes ou Herculano: os seus mestres são Montepin, Gaboriau, Terrail. Eis porque vemos o nosso tão formoso idioma cheio de mazellas e achaques, o ouro de lei substituído pelo mais barato alchyme, e tantos litteratos dando ‘por lebres fedorentos gatos.’ (1877: 7).

Pacheco esclarece, outrossim, que tem intenção de publicar notas sobre a língua portuguesa em colunas da revista *Imprensa Industrial*. Tal propósito revela, já naquela época, haver esse tipo de divulgação sobre fatos lingüísticos. Reconhece que ser lido pelo grande público não parece ser um empreendimento fácil, mas, mesmo assim, mostra-se disposto a divulgar os avanços nos estudos lingüísticos:

Todavia, para satisfazermos ao desejo que nos foi manifestado pelo distincto proprietario da *Imprensa Industrial*, iremos publicando nas columnas de tão interessante revista algumas notas sobre a lingua portugueza. Si tiverem aceitação (o que não é provavel, mas é possivel), continuaremos a escrever: se passarem desapppercebidas, retiramo -nos ao silencio repetindo com o excellent professor e nosso amigo, o dr. Garcia, um dos fundadores do Instituto philologico: - *ainda é cedo...* (1877:7).

Encerra com um tom levemente coloquial: “Mas já vae longo o cavaco: entremos na matéria.” (1877: 7).

III – O prefácio de *Noções de Semantica*

O prefácio de *Noções de Semantica*, obra publicada em 1903, é bastante reduzido se comparado aos dois prefácios analisados neste trabalho.

Ocupa apenas duas páginas e inicia com um esclarecimento, bastante direto, sobre *Essai de Semantique* de M. Bréal. Pacheco parece preocupado em esclarecer que sua obra é totalmente independente do ensaio do lingüista francês: ‘Quando nos veiu ás mãos o livro *Essai de Semantique* do professor Bréal, já estava escripto o presente trabalho que ora damos á publicidade’ (1903: 7).

A seguir, afirma que as *causas* das transformações dos sentidos que já apresentava em sua *Grammatica Histórica* são as mesmas leis das transformações dos sentidos de Bréal. Reconhece, porém, que o trabalho do lingüista francês o fez repensar alguns pontos e influiu em sua obra:

As *causas* das transformações dos sentidos por nós já apresentadas na *Grammatica Historica*, - posto que muito em summa -, são as mesmas *leis* indicadas pelo notavel glotollogo. Mas, excusado em acrescentar, muito nos aproveitamos do trabalho do mestre, que nos obrigou a modificações não nos conceitos, que ha muito eram nossos tambem em sua maioria, mas na compostura, isto é, na ordem do contexto (1903:7).

Mesmo tendo deixado claro que considerava suas idéias anteriores às de Bréal, reconhece a influência do mesmo em sua obra:

Publicamos este estudo de semantica no campo da lingua vernacula, em consideração ao convite que o referido professor faz a seus leitores, mais avigorado pelo que escreveu em 1887 sobre a vantagem de se limitarem por enquanto as investigações ou excavações semanticas ás linguas maternas dos semantologistas (1903:7).

Embora tenha escrito um prefácio de pequena extensão, preocupou-se em deixar claro as discussões da época sobre a semântica e menciona a busca dos princípios universais nessa área. Cita trecho de *L'histoire des mots*, de Darmesteter, aqui traduzido:

Quando as linhas gerais da semântica tiverem sido traçadas, não se terá o trabalho de verificar nos outros idiomas as observações feitas sobre a língua materna. Uma vez que as divisões gerais tenham sido estabelecidas, ali serão inseridos os casos de mesma ordem que forem coletados aqui e acolá (1903:7).

Encerra o prefácio com modéstia e faz uso de uma frase já citada no prefácio da *Grammatica Historica*:

Outrossim tivemos por escopo na coordenação d'este despretençioso escripto, dar aos mais do que nós competentes na materia, incentivo para escreverem trabalho mais digno de tão importante assumpto lingüístico. Foi sempre nosso moto: - "*While we hope for the best, let us also act for the best*"⁴⁴ (1903:8).

A utilização da frase acima permite ao leitor mais atento detector o grau de envolvimento de Pacheco com o ensino de língua materna.

IV – O prefácio da *Grammatica da Lingua Portugueza*

A obra encontrada para a realização deste trabalho é a do volume editado em 1907 pela Livraria Francisco Alves, 3ª edição aumentada. A primeira edição data de 1887 e a segunda, de 1894.

a) Prefácio da 1ª edição

Pacheco inicia o prefácio mencionando seu propósito inicial de elaborar uma gramática que rompesse com a tradição gramatical. No entanto, frente às mudanças ocorridas na seleção de conteúdos para os exames preparatórios e frente à falta de obras adequadas a esses conteúdos, relata que mudou de projeto e elaborou uma obra de caráter pedagógico:

⁴⁴ Não há referência à autoria da frase.

Tinhamos emprehendido escrever uma grammatica completa da lingua portugueza, rompendo em lucta com a tradição, e faziamos fundamento de entregal-a em breve á publicidade. O novo programma para os exames geraes de preparatórios, porém, veio fazer-nos mudar de proposito. É que muitos dos pontos nelle exigidos para os exames de portuguez não se encontrando nas grammaticas que por ahi correm impressas, e os alumnos não tendo fontes onde possam haurir a instrução de que carecem, resolvemos vir ainda uma vez em auxílio da mocidade estudiosa (1907: VII).

Novamente revela modéstia e preocupação em adequar-se aos conteúdos selecionados para as provas de seleção dos cursos preparatórios:

Não apresentamos este trabalho como merecedor de gabos de excellente, nem no intuito de nos revelarmos professores de sciencia jubilada. O tempo urgia; bosquejamos apenas e assumpto.

Nem sempre o nosso parecer coincidiu com a indicação do programma official; seguimos todavia, para maior segurança dos viajantes novéis, o roteiro apresentado pelo governo (1907: VII).

Reconhece ter enfrentado dificuldades no que chama *dosagem* de conteúdos. Para mostrar que essa não era apenas uma preocupação sua, cita palavras do pedagogo Alberto Brandão.

A grande difficuldade com que vão arcar os professores é a *dosagem*, porquanto, como disse Michel Bréal, não ha methodo mais perigoso do que o historico, quando mal applicado, e os auctores do livro a apparecer têm de pôr de parte a vaidade natural aos que muito estudaram para formularem um livro modesto e comprehendido pelos que começam a estudar (1907: VIII).

Pacheco encerra o prefácio da 1ª edição com uma espécie de desafio aos seus contemporâneos:

...fizemos o que devíamos; si o nosso trabalho, porém, não agradar a alguns escrevam elles um outro – a maior aproveitamento dos estudantes, e mostrem o que sabem e o que podem (1907: VIII).

b) Prefácio da 2ª edição

Sete anos após a primeira, sai a segunda edição da *Grammatica da Lingua Portugueza* (1907).

No prefácio da primeira edição, Pacheco escrevera duas páginas. No da segunda, alonga-se um pouco mais: quatro páginas.

De início, admite a aceitação da sua gramática pelo público e declara ser esse o motivo para que voltasse a ser publicada. Reconhece também as mudanças feitas e diz que a segunda edição está ampliada e historicamente documentada especialmente em relação à sintaxe da língua portuguesa.

Reafirma, mais uma vez, ser um defensor dos estudos histórico-comparados:

Assenta esta grammatica, claro está, sobre a base da historia e da comparação, unico methodo do ensino racional, que pode logicamente encadear causas e effectos, concorrendo para mais facil encerebração dos factos e das leis da linguagem.

A historia descobre nos textos da baixa latinidade e nos primeiros documentos da nossa lingua a serie de fórmas intermediarias, e por conseguinte, as varias transformações graduas por que passou o vocábulo (1907: III).

A *comparação* verifica as hypotheses, confrontando as fórmas portuguezas com as correspondentes nas outras línguas neolatinas e seus dialectos (1907: IV).

Pacheco revela ocupar-se dos estudos etimológicos ao elencar, já no prefácio, vários exemplos que comprovam seu conhecimento nessa área, mostrando firmeza ao discordar de Diez, considerado por muitos como o criador da Lingüística Românica.

É ainda pela historia que descobrimos que *frasco* não se deriva de *vasculum*, como escreveu o professor Diez, mas de *flasca*, pequena garrafa (Isid. De Sev.), que *salario* tira origem na palavra *sal*, que *esportula* lembra a *cæna recta* dos Romanos; que *fortaleza*, *boca*, *bater*, *semana*, *dobrar*, *batalha*, *testa*... são do lat. pop., posto muitas d'essas fórmas se encontrem nos classicos latinos (1907: IV).

Cita Darmesteter, o que, mais uma vez, o revela atualizado com as idéias lingüísticas da época:

O vocábulo *palavra*, no sentido actual – diz Darmesteter – nada exprime hoje; consultando a etymologia, de subito a *parabola* christã, a predica evangelica e um rejuvenescer maravilhoso de um mundo em decadência reaparecem aos nossos olhos (1907: V).

Fica claro ao leitor de Pacheco que ele aborda a questão da etimologia das palavras, por meio de farta exemplificação nesse prefácio, para defender a idéia de que somente um resgate feito pelas mãos de um historiador da língua pode determinar o sentido de um vocábulo. É mais uma forma de defender a opção metodológica feita na concepção de sua obra: ocupa-se da gramática da língua, mas mantém a preocupação de oferecer um respaldo científico a suas afirmações: “É claro, pois, que uma grammatica portugueza escripta a maior aproveitamento dos estudantes, não pode deixar de ser vasada nos moldes que adoptamos” (1907: VI).

Feito esse estudo sobre os prefácios das quatro obras de Pacheco, pode-se perceber a existência de pontos bastante interessantes e, inclusive, recorrentes:

1) Pacheco parece fazer questão de mostrar certa modéstia, embora reconheça que suas obras atinjam um grande público;

2) É inequívoca a preocupação em deixar clara, para o leitor, a teoria histórico-comparativa em que se apóia. Revela comprometimento com a construção de um saber lingüístico baseado em critérios científicos; evidencia ter conhecimentos da área de etimologia; demonstra ter acesso a obras de autores como Diez, Darmesteter, Michel Bréal, Schleicher, Littré, o que o caracteriza como estudioso e pesquisador.

3) Mostra uma grande preocupação com o ensino de língua portuguesa seja em relação ao cuidado no uso da nomenclatura específica dessa área, seja na busca de uma seleção e adequação dos conteúdos selecionados para os exames comuns na rede de ensino da época, seja na sugestão de possíveis mudanças que viriam contribuir para a melhoria da estrutura do ensino no Brasil. Revela-se, assim, um mestre.

4) Faz uso, de forma abundante, do hoje chamado *argumento da autoridade* ao citar inúmeros teóricos de Lingüística da época, com a finalidade de poder validar suas afirmações.

Em seus prefácios, ora assumindo o papel de pesquisador, ora o de professor, Pacheco deixa evidente que a obra que ali se inicia está comprometida com a episteme de sua época.

5. PACHECO DA SILVA JÚNIOR: BIOGRAFIA E DADOS BIBLIOGRÁFICOS

Podem ser consideradas de número reduzido as informações encontradas sobre a vida de Pacheco Júnior. No Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) do Colégio Pedro II (unidade Centro), constata-se não haver qualquer obra sua e, mesmo lá, são reduzidas as informações sobre ele. O NUDOM também não possui registros sobre dados pessoais ou funcionais de Pacheco.

Encontra-se em DORA (1997:84), farta exposição sobre o pai de Pacheco, Dr. Manuel Pacheco da Silva (nascido em 1812), quarto reitor do Colégio Pedro II (1855-1872), mas não há qualquer referência a Pacheco Júnior.

Conforme Fávero (2006:136), Pacheco nasceu no Rio em 1842 e faleceu em Niterói, em 1899. Morou na Europa devido a problemas de saúde, onde conheceu de perto os novos rumos que os estudos lingüísticos assumiam na época.

É Sacramento Blake (1970:177), dentre os autores e obras consultados, quem apresenta o maior número de informações sobre a vida e obra de Pacheco. Afirma que era natural do Rio de Janeiro e cedo ingressou no magistério. Foi professor de inglês no Liceu de Artes e Ofícios e, em 1878, então com 36 anos, foi nomeado professor do Colégio Pedro II, depois de concurso para a cátedra de Língua Portuguesa e Literatura.

Segundo informações do professor Geraldo Pinto Vieira (NUDOM), naquela época, os concursos do Colégio Pedro II constituíam-se, freqüentemente, de provas temáticas, para as quais todos os candidatos preparavam teses.

No concurso de 1878, foram concorrentes o bacharel Carlos Frederico Marques Perdigão e os professores João Antônio da Cunha Brandão Pinheiro, Vicente Ferreira de Souza, Philippe José Alberto, Antônio Limoeiro e Pacheco Júnior. Os dois últimos foram os aprovados para ocuparem as duas vagas existentes na cátedra de Português e Literatura Geral, com dissertação sobre o tema *Ariosto e Tasso*.⁴⁵

Conforme dados do vol. IX do Anuário do Colégio Pedro II, Pacheco foi contemporâneo de Lameira de Andrade, Júlio Ribeiro, Aureliano Pimentel, Carneiro Ribeiro, Batista Caetano, Carlos de Laet, Heráclito Graça, Velho da Silva, Fortunato Duarte.

Encontra-se uma descrição mais detalhada da obra de Pacheco em Sacramento Blake do que nos anuários do Colégio Pedro II cujo volume IX elenca apenas cinco obras.⁴⁶

- *Ariosto e Tasso* (dissertação para o concurso da cadeira de Literatura e Língua Portuguesa do Colégio Pedro II), Rio de Janeiro, 1878.
- *Gramatica Historica da Lingua Portuguesa*. Rio de Janeiro, 1877.
- *Promptuario do Escriptor Português*. Rio de Janeiro, 1877.
- *Noções de Grammatica Portuguesa* (em colaboração com Lameira de Andrade). Rio de Janeiro, (sem data).
- *Noções de Semantica* (publicação póstuma). Rio de Janeiro, 1903.

⁴⁵ O NUDOM não dispõe de cópia da dissertação de Pacheco; há apenas a de Antônio Limoeiro, aprovado no mesmo concurso de 1878.

⁴⁶ A grafia dos títulos foi mantida conforme consta no referido Anuário (Ariosto e não Aoristo)..

Já Sacramento Blake (1970:177) enumera, além dessas, oito obras. Dentre essas, as quatro primeiras não possuem registro na Biblioteca Nacional, no NUDOM e nas diversas obras consultadas.

- *Novo methodo facil e pratico para aprender a lingua ingleza por Graesser segundo os princípios de F. Ahn, modificado e adaptado á lingua portugueza* (houve uma segunda edição corrigida e ampliada com as regras de ortografia da língua inglesa). RJ, 1876.
- *Diccionario etymologico da lingua portuguesa*⁴⁷ (não há informação de data e local).
- *Diccionario grammatical* (com resumo das matérias referentes ao estudo comparativo da língua portuguesa). RJ. (Não há informação de data).
- *O Collegio Pedro II, seu passado, presente e futuro*. RJ, 1880.
- *Estudo da lingua vernácula. Phonologia*. RJ, 1877.
- *Grammatica litteraria da Lingua Portugueza* (com introdução sobre origem, formação e desenvolvimento da LP). RJ, 1883. sacramento diz que essa gramática teve uma segunda edição que recebeu mais um volume que se achava inédito.
- *Noções de analyse grammatical, phonetica, etymologia e syntaxica* (escrita com professor Boscoli). (Não há referência a data e local).
- *Syntaxe. Estudo a fundo da physiologia e genese da lingua*. (Sacramento declara nunca ter visto esse livro).

⁴⁷ Sacramento Blake comenta que foi anunciado em 1877 a 400 réis cada fascículo de 32 páginas. Dá a entender que a impressão estava condicionada ao número de assinantes.

Há um comentário relevante de Sacramento Blake sobre *Noções de Grammatica Portugueza*⁴⁸, mais tarde *Grammatica da Lingua Portugueza para uso dos Gymnasios, Lyceus e Escolas Normaes*. Afirma o dicionarista que a primeira publicação dessa obra foi feita em fascículos e já com a colaboração do professor Lameira de Andrade em 1887. Houve uma segunda edição completamente reestruturada em 1894. Na primeira, a obra fora escrita sob a forma de pontos conforme os programas dos exames exigidos à época. Na segunda edição, foi elaborada com base nos estudos histórico-comparativos e recebeu o acréscimo de um estudo sobre sintaxe.

A partir desse comentário, pode-se deduzir que Pacheco trabalhava continuamente em prol dos avanços dos estudos lingüísticos e da elaboração de material didático de real interesse e utilidade àqueles que se dedicavam à pesquisa e ensino de língua portuguesa. Outro fato que comprova isso é a adaptação de um método de ensino de inglês feito por ele, inclusive com duas edições. Há também de levar-se em conta a referência encontrada no volume IX dos anuários do Colégio Pedro II acerca do Pacheco escritor. Crê-se que é uma forte indicação de que costumava exercer esse ofício com frequência. Além de ser mostrado, naquela publicação, com um produtivo estudioso na área da Filologia, Pacheco é enaltecido como alguém de pena fácil e farta.

Vê-se, assim, que, embora em número pequeno, as informações sobre a vida e a obra de Pacheco o revelam um professor dinâmico, ocupado com as coisas do seu ofício e do seu tempo.

⁴⁸ Sacramento (vide p. 123) não aponta data para essa obra ao elencá-la junto às demais, mas menciona o ano de 1887 ao comentá-las.

6. A ARQUITETURA GRAMATICAL DA OBRA DE PACHECO

Para entender a arquitetura gramatical da obra de Pacheco, tornar-se-á, como ponto de partida, a obra de Sotero dos Reis, professor maranhense.

Francisco Sotero dos Reis escreveu *Grammatica Portugueza accommodada aos principios geraes* da palavra seguidos *de immediata applicação pratica* (1866 e 1871) e *Postillas de Grammatica Geral, applicada à lingua portugueza pela analyse dos clássicos, ou guia para a construcção portugueza* (1862, 1866 e 1870).

A primeira, adotada nas escolas brasileiras da época em grande escala, seguiu os passos dos gramáticos portugueses. Naquele momento, a Gramática Filosófica ainda era bastante prestigiada. Uma prova incontestada dessa influência está no próprio nome da obra (gramática aplicada aos princípios gerais). Além disso, procurou deixar claro que considerava a Gramática Geral como ciência e a Gramática Particular como arte, uma vez que é aplicação prática daquela.

Em sua *Grammatica*, Sotero privilegiou aspectos universais da língua falada,; em suas *Postillas*, ocupou-se da análise de textos literários com o objetivo de que servissem de modelo aos estudantes. Como pontos positivos, destacam-se o reconhecimento do dinamismo da língua e a inclusão de exemplos de Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias, ao lado de Camões e outros autores portugueses.

A *Grammatica* apresenta um capítulo inicial (*Prolegômenos*) e a tradicional divisão em etimologia, sintaxe, ortografia e prosódia. Para se entender a sinopse gramatical de Sotero dos Reis, alguns fatos devem ser destacados:

- a) Já na introdução, preocupa-se em mostrar que crê na diferenciação entre Gramática Geral (ciência) e Gramática Particular (arte de falar e escrever corretamente a língua portuguesa);
- b) Segue um modelo semelhante ao de Soares Barbosa cuja *Grammatica Philosophica* (1822) divide-se em ortoépia e ortografia, etimologia, sintaxe, e ao de Reis Lobato cuja *Grammatica he a Arte que ensina a fazer sem erros a oração Portuguesa* (1770) apresenta quatro partes – ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe.

No que tange à estrutura, a obra de Sotero segue o paradigma dos compêndios vernáculos europeus que dividiam a matéria gramatical em **etimologia, sintaxe, ortografia e prosódia**. Neste modelo, a sintaxe recebia tratamento igualitário ao da ortografia, por exemplo, fruto da obsessão purista que acabava por empanar a fundamentação teórica e a própria descrição do fato gramatical. A obra de Sotero – como, por sinal, a de todos os autores de maior relevância no período – também revela, em face das fontes diretas, sensível influência da descrição lingüística herdada à *Grammaire de Port Royal*, inclusive no que tange à sinopse gramatical, à teoria sintática calcada no tripé sujeito-verbo-atributo e na conhecida hipótese dos verbos substantivos e verbos, adjetivos (CAVALIERE, 2002:111).

- c) No capítulo de etimologia, dedica-se ao estudo da palavra (divisão em classes e análise de componentes morfossintáticos). Sotero avança, em alguns pontos, em relação aos que o antecederam, por exemplo, ao analisar a classe das interjeições. Atribui a ela o valor de uma sentença (papel semântico-sintático); até então era comum os gramáticos a considerarem com uma simples exclamação.
- d) Escreve sua obra antes do advento da linha histórico-comparativa. Faz parte do período racionalista dos estudos lingüísticos no Brasil conforme Cavaliere (*ibidem*:110).

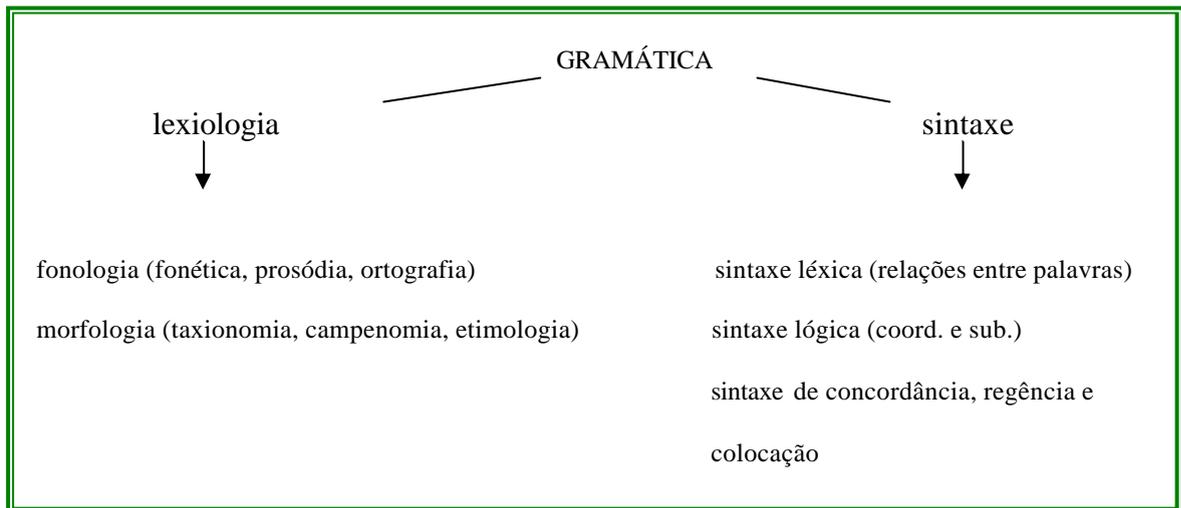
Se a obra de Sotero representa o que havia antes de Pacheco, a de Júlio Ribeiro serve de base para o que havia no tempo do segundo gramático. Tanto Ribeiro quanto Pacheco adotavam como linha teórica o comparativismo histórico. Buscavam romper com a tradição logicista que imperava entre os gramáticos brasileiros e aplicar, em material destinado ao manuseio dos alunos, as novidades advindas da corrente histórico-comparativa.

A arquitetura gramatical presente na *Grammatica de Lingua Portugueza* de Pacheco revela avanço na concepção das partes da gramática, se comparada à *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro (1881), considerada introdutora do período científico. Ribeiro divide sua gramática em duas partes: lexicologia e sintaxe. A primeira compreende o estudo de fonologia e morfologia, subdividida em taxionomia (estudo das classes e morfologia, campenomia (estudo das flexões) e etimologia. Era comum, na época, a etimologia, vista como fato diacrônico, ser apresentada como pertencente à morfologia, tais quais a taxionomia e a campenomia – mostradas como fato sincrônico. Os estudos etimológicos, entre os séculos XVIII e XIX, costumavam tratar da significação e classificação das palavras. A partir da gramática científica, a etimologia passou a ser uma subdivisão da morfologia por ocupar-se da origem e formação das palavras. Com o tempo, foi perdendo esse sentido amplo e conseqüentemente diminuiu o espaço dedicado a ela nas obras de descrição lingüística. Em conseqüência, passou a constar como um apêndice nas gramáticas; mais tarde passou a ser tratada apenas em gramáticas históricas e hoje se encontra somente em publicações especializadas.

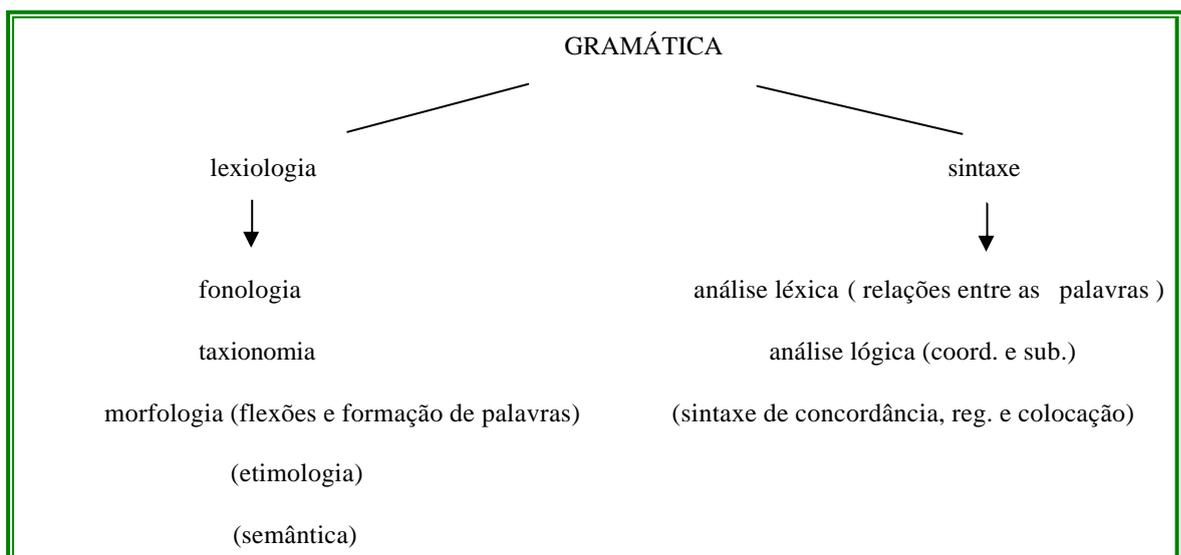
Um fato incontestado é que Pacheco também apresenta uma divisão binária como Ribeiro (lexicologia e sintaxe), mas com uma inovação. A lexicologia é vista como o estudo da fonologia, taxionomia e morfologia e esta passa a congregar o estudo das flexões e a etimologia. Com isso, revela uma mudança em relação à sinopse gramatical utilizada

por Ribeiro, que trata das flexões como campenomia, atribuindo-lhe o mesmo “plano” de taxionomia e etimologia.

Para Ribeiro, a gramática da língua compreende a seguinte estruturação:



Pacheco, por sua vez, revela considerar importante atribuir ao estudo das classes das palavras (taxionomia) o mesmo peso daquele atribuído ao estudo das flexões:



Vê-se, assim, que o modelo de sinopse gramatical adotado por Pacheco amplia o universo a ser tratado sob o rótulo da morfologia. Ele parece valorizar a perspectiva sincrônica ao incluir o estudo das flexões e da formação das palavras sob o rótulo da morfologia, uma tendência do início do século XX que viria a se concretizar com a adoção definitiva de um plano descritivo baseado no tripé fonética/morfologia/sintaxe e consolidado mais adiante nas obras de Said Ali (CAVALIERE, 2000:147). Além disso, Pacheco mantém os estudos etimológicos no plano da morfologia da língua e inclui também aí a semântica. Corrobora-se, assim, a idéia de que a etimologia e a semântica ainda estão muito ligadas à forma gramatical. A semântica, especialmente, para Pacheco, é a semântica no plano da palavra.

7. FUNDAMENTOS DA SINTAXE⁴⁹

A análise dos estudos de Pacheco sobre a sintaxe da Língua Portuguesa pode ser feita em duas de suas obras: *Grammatica da Lingua Portugueza* (1907) e a *Grammatica historica da lingua portugueza* (1878). No presente trabalho, a análise versará sobre a primeira.

7.1 A escolha e a apresentação da fonte

A *Grammatica da Lingua Portugueza* (1907) foi escrita por Pacheco em co-autoria com o professor Plácido Lameira de Andrade, professor da Escola Normal da Capital Federal. A terceira edição, aumentada, utilizada no presente trabalho, apresentava na capa a seguinte inscrição: “com anotações historicas e comparativas, principalmente na parte relativa á syntaxe do seculo XV ao XIX.” Vê-se, assim, a preocupação do autor em deixar clara a linha teórica que pretendia seguir.

É uma obra extensa (731 páginas), dividida em dois livros: livro I (113 páginas) e Livro II (250 páginas). Apresenta, ainda, três páginas finais sobre a reforma ortográfica de julho de 1907, atribuída à *Academia Brasileira*.

⁴⁹ Adotar-se-á, neste capítulo, o critério de identificar apenas o número da página na referência bibliográfica de todos os exemplos extraídos da *Grammatica da Lingua Portugueza* (1907).

Apresenta inicialmente o prefácio da segunda edição (quatro páginas); após, o da primeira edição (duas páginas)⁵⁰, a introdução (55 páginas) e as observações gerais (11 páginas).

A introdução consta de uma análise do léxico português, origens e influências ao longo do tempo.

As observações gerais destinam-se a explicitar uma série de conceitos que, ao mesmo tempo, indicam um rigorismo científico e uma preocupação pedagógica. O gramático expõe os conceitos que considera fundamentais para nortear seus estudos e apresenta ao estudante noções fundamentais para o entendimento da obra e a devida apreensão do conhecimento, objetivo maior já declarado por Pacheco no prefácio da primeira edição. Define, de forma didática, gramática geral, gramática histórica, gramática comparativa, gramática histórico-comparativa e gramática descritiva ou expositiva. Também delimita o objeto da gramática portuguesa: “estudo geral, descritivo, histórico, comparativo e coordenativo “mas sómente no domínio da lingua portugueza” dos factos da linguagem e das leis que os regem.” (1907: 66), bem como sua divisão (lexicologia e sintaxe). A seguir, ocupa-se de definir e descrever letra e som (vogais, consoantes); sílaba, grupo silábico, vocábulo, notações léxicas.⁵¹

A *Grammatica da Lingua Portugueza*, como já referido, divide-se em dois livros: Livro I (*Lexicologia*, dividido em *Phonologia*, *Taxionomia* e *Morfologia*) e Livro II (*Syntaxe*, subdividido em *Analyse lexica*, *Analyse Logica* e uma seção final (com três capítulos intitulados *Figuras de syntaxe*, *Notações Syntacticas* e *Do estylo*).

⁵⁰ Os prefácios encontram-se analisados em 4.5.

⁵¹ Maiores detalhes no item 9, sobre os estudos de Fonética e Fonologia de Pacheco Júnior.

7.2 A Análise

O Livro II (*Syntaxe*) apresenta inicialmente dez páginas em uma seção intitulada *Observações preliminares*. Reconhece-se aí a mesma preocupação registrada no início da obra. Pacheco pretende, nessas páginas, não só deixar claros conceitos⁵² que considera fundamentais (*syntaxe*, *sentença* ou *proposição*, *cláusula*, *período*, *frase*⁵³) como também adiantar que não intenta um trabalho superficial sobre a *syntaxe* da língua portuguesa.

Apresenta a seguinte definição para *syntaxe*:

Syntaxe (...) é a parte da *grammatica* que ensina a concordância das palavras e orações; a boa *collocação* das palavras na *proposição*, e das *proposições* na *phrase*; a *correccão* dos complementos.

Em outras palavras:

Ensina o uso das varias partes do *discurso*, e a maneira de unir as palavras em uma *proposição*, e as *proposições* em um *período* para *correctamente* exprimirmos o pensamento (477).

Define a *syntaxe* como ordenação (boa e correta) dos constituintes do *discurso*, as *proposições*, com o intuito de expressar de forma adequada o pensamento. Vê-se, nessa passagem, a preocupação com o emprego da língua considerado socialmente adequado e, conseqüentemente, eficiente para aquele que a usa. Pode parecer que Pacheco defende a concepção de que a língua serve apenas para expressar o pensamento do indivíduo ao ler-se o último período da citação. Provavelmente quis enfatizar a importância da *syntaxe* no ensino de uma língua para que dela se faça bom uso.

Ao longo do livro II, Pacheco não poupa esforços ao detalhar explicações que julga necessárias para que os alunos-leitores de sua gramática compreendam o funcionamento da língua. Um exemplo disso é o subitem dedicado ao que chamou de tipos sintáticos divergentes, no qual aborda, com detalhes, construções sintáticas com variáveis decorrentes da forma de construção, da regência e da concordância (nominal e verbal).

⁵² Serão detalhados em análise a seguir.

⁵³ Afirma, em nota de rodapé, que segue a análise moderna das relações mais simples e racional (1907: 484).

7.3. *Analyse lexic*

A parte I do livro II recebe o nome de *Analyse lexic* (para outros autores, sintaxe relacional) e subdivide em três capítulos. O primeiro estuda as relações das palavras entre si. Pacheco evidencia que segue a divisão adotada por Mason, geralmente a utilizada pelos gramáticos da época. Afirma que as relações entre palavras e grupos de palavras podem resumir quatro categorias:

a) relação predicativa: a que existe entre o sujeito e o predicado. Pacheco explica que essa relação pode estabelecer-se de várias formas e que cada forma condiciona um tipo de sentença. A sentença declarativa expressa a intenção de declarar se existe (ou não) a relação clara entre o sujeito e o predicado; a sentença imperativa ou optativa existe para exprimir uma vontade, desejo ou ordem na relação entre sujeito e predicado; a sentença interrogativa ocorre quando se quer saber se existe ou não a conexão entre o sujeito e o predicado; a sentença enunciativa se dá quando somente se enuncia um fato, com isenção de opinião ou desejo; a sentença condicional faz-se presente ao se afirmar algo mediante uma situação condicional. Para ele, em todos os tipos de estrutura lingüística descritos acima, a relação gramatical entre o sujeito e o predicado é a mesma. Faz, ainda, detalhada distinção entre verbos de predicação completa ou predicação incompleta que merece ser destacada e analisada:

São de predicação completa os verbos intransitivos, os que não necessitam de palavra alguma para complementar-lhes o sentido.

São de predicação incompleta os que carecem de palavra complementar para que perfeito se lhes torne o sentido.

Além dos transitivos, e de alguns intransitivos (*parecer, ficar, sentir, supôr, considerar, achar-se..*), pertencem a esta classe os verbos *ser e estar*.

Os verbos *ficar, sentir, estar, achar-se, etc.* , são accidentalmente de predicação incompleta, ao passo que alguns que em regra o são, empregam-se às vezes como simples predicado. Neste caso, porém, sofrem transferência de sentido. Exemplos temos em : *No principio era o verbo*, em que o verbo *ser* está por *existir*; e nas sentenças: *Viveu Camões no século XVI e viveu Camões sempre infeliz*, em que o verbo *viver* é, na 1ª, simples predicado; na 2ª, de predicação incompleta, e precisa do adjetivo *infeliz* para completá-la (A. Alex., *analyse rel.*)

Na proposição – *o cavallo galopa*, o verbo está em relação predicativa com o sujeito *cavallo*; em – *a preguiça é a chave da pobreza*, estão nessa mesma relação o verbo e o seu completivo – *a chave da pobreza* (490).

O que Pacheco chama de transferência de sentido entre verbos e a conseqüente ocorrência de predicação completa pode indicar que, em 1907, data da publicação de sua obra, já havia necessidade de delimitar, de forma mais clara, as fronteiras entre os verbos intransitivos e transitivos. Comparando-se Pacheco a outros gramáticos de sua época, pode-se comprovar o caráter inédito do que apresenta em relação aos verbos tradicionalmente conhecidos como de ligação.

Na análise de Júlio Ribeiro, por exemplo, no item dedicado à significação transitiva e intransitiva, não se encontra referência a esses verbos, que podem assumir valor intransitivo se acompanhados de termo que expresse circunstância (1881:231). Também Maciel, no item intitulado *A transpredicação do verbo*, não faz referência a esse tipo de alteração sintática (1931: 407).

Sabe-se que os verbos intransitivos podem ser subcategorizados em intransitivos propriamente ditos (*Ele morreu na manhã de ontem.*), intransitivos que exigem um complemento circunstancial (*Morava em Niterói. / Vamos a Realengo.*); intransitivos a partir de troca de sentido efetivada pelo contexto. Esta troca mormente se dá em presença de verbos de ligação ou copulativos (*Ele está / permanece / continua na sala 302*) que, em determinado contexto, passam a comportar-se como verbos de ação ou significativos (cf. CUNHA, 1985:130). Em contrapartida, os verbos considerados tipicamente intransitivos podem, frente à presença de um termo argumental (BECHARA, 1999:412), receber um valor semântico-sintático novo. Pode-se exemplificar isso com o verbo viver em “Ele viveu uma vida medíocre”, em que o verbo deixa de ser intransitivo. Nesse tipo de construção, o verbo assume, em geral, o valor de transitivo direto.

O ponto de ligação entre as observações de Pacheco e o que hoje se sabe acerca da predicação dos verbos está na afirmação de que os verbos *ficar*, *estar*, *achar-se* são acidentalmente de predicação incompleta, ou seja, Pacheco alerta para o fato de que não é possível pensar nessas relações de forma única, superficial ou fechada. Mesmo tratando-se de uma obra destinada a alunos de ensino ginasial e escolas normais, o gramático demonstra preocupação em tratar de forma responsável questões do ensino não contempladas pelos manuais da época. Essa pode ser entendida como mais uma evidência de que a pesquisa da época estava comprometida com o ensino das escolas, uma vez que não havia curso superior de Letras no país.

b) relação atributiva: a que existe entre o nome e o adjetivo (sem necessidade da presença de verbo). O autor destaca que somente com substantivos podem as palavras estabelecerem relação atributiva, visto que atributos só podem pertencer a seres ou coisas. A relação atributiva entre um nome (ou pronome) e um adjetivo (ou seu equivalente: palavra, frase, oração) pode indicar qualidade ou quantidade; esse adjetivo é um adjunto atributivo (adjetivo ou particípio, oposto ou oração opositiva⁵⁴; substantivo precedido da preposição de; oração adjetiva).

A contribuição da abordagem do conceito de relação atributiva em uma gramática está no fato de preparar o aluno para uma visão mais ampla acerca da ligação sintática entre os modificadores e o nome. Além disso, evidencia ao aluno haver diferente recursos para uma mesma relação sintática na língua portuguesa.

c) relação adverbial: a que existe entre o adjetivo / verbo / advérbio e a palavra / frase / oração que o qualifica. Esta será modificadora de um adjetivo / verbo / frase / e será um adjunto adverbial (advérbio / oração adverbial / substantivo ou palavra substantivada precedida de preposição / verbo no infinitivo precedido de preposição). Pacheco enumera

⁵⁴ Fez-se a correspondência entre a nomenclatura do autor e a dos gramáticos da atualidade.

treze tipos de adjuntos adverbiais (tempo, lugar, modo, ordem, afirmação, negação, dúvida, companhia, fim, quantidade, conclusão, exclusão, designação).

Em relação aos dois últimos tipos (exclusão e designação) é relevante destacar que, nas gramáticas brasileiras contemporâneas, aparecem sob a rubrica especial de palavras denotativas. Bechara destaca que “muitas das quais (palavras denotativas) têm papel transfrástico e melhor atendem a fatores de função textual estranhos às relações semântico-sintáticas inerentes às orações em que se acham inseridas” (1999:291).

O espírito perspicaz de Pacheco parece não ter atentado para a função textual dos elementos *somente* e *eis* nos dois exemplos citados por ele (“Sómente os bons serão premiados.”/ exclusão; “Eis o homem que esteve em Roma.”/ designação). No primeiro exemplo, é possível, invertendo-se a ordem dos termos, perceber que serão premiados (premiar-se-ão) apenas os bons. Há uma relação entre o verbo e *sómente os bons*. Excluem-se de ser sujeitos ou objetos da ação todos aqueles que não forem bons. Já no segundo exemplo, *eis* mantém uma relação sintática com o substantivo *homem*, o que contraria a definição dada pelo gramático para a chamada relação adverbial: relação existente entre o adjetivo, verbo, advérbio e a palavra que o qualifica.

d) relação objetiva: a que há entre um verbo de ação transitiva e o objeto a que se dirige ou sobre o qual é exercida. Pacheco considera ser essa relação de natureza adverbial, já que se prende a um verbo e limita-lhe a significação.

Tal afirmação, vista sob olhos da nomenclatura atual, poderia causar alguma desconfiança, porém é preciso ater-se à natureza da relação descrita. A palavra *adverbial* está em sentido literal, isto é, aquele que está junto ao verbo, e não como é utilizada hoje, com valor predominante circunstancial.

Por fim, destaca-se uma nota de rodapé que, mais uma vez, revela a preocupação de um pesquisador:

A distinção que os grammaticos, em geral, fazem entre o objecto e os outros adjunctos de um verbo não existe na realidade no portuguez e em outras linguas. Existe, porém, nas linguas flexionaes como a latina, em que o accusativo é empregado para indicar varias idéas relacionadas incluindo a relação objectiva. Em *amo puerum*, *puerum* deve ser o *objecto* do verbo; em *eo Romam*, *Romam* está em relação adverbial com *eo*. Não há, todavia, differença substancial entre ellas. Em *amo puerum*, entende-se que *meu amor DIRIGE-SE para o menino*; *eo Romam* significa *a minha ida DIRIGE-SE para Roma* (494).

Essa nota de rodapé pode causar, a princípio, certa estranheza. No latim clássico, o caso acusativo acumulava funções. Entre elas, estava a de indicar o objeto da ação descrita e a de indicar um idéia de lugar para verbos que continham idéia de deslocamento, movimento em alguma direção. A distinção, embora o caso (acusativo) fosse o mesmo, era para os latinos. Em virtude disso, pode-se questionar a afirmação de que as línguas flexionais apresentavam distinção entre o objeto e outros adjunctos (no caso latino, o adjunto assumia o valor de um verdadeiro complemento – de caráter imprescindível – de lugar). Todavia a diferença parece ser a mesma que a feita hoje entre os gramáticos da atualidade. No latim clássico, o que havia era a (re) utilização de uma forma para uma outra função / relação entre palavras. No português atual, a relação não é marcada na forma, mas, sim, pelo sentido produzido após escolha do verbo e de outros elementos decorrentes de tal escolha.

Embora possa parecer bastante óbvia a afirmação de Pacheco, em verdade leva a supor que ele pretendeu, com sua nota de rodapé, defender a igualdade sintática não apenas entre objeto e verbo mas, também, entre adjunto e verbo, mostrando que não deve existir, do ponto de vista da descrição lingüística, uma valoração de elementos dentre os componentes da oração: todos devem ser considerados importantes em um encadeamento sintático.

Por fim, cabe destacar que, feita a análise do capítulo I, percebe-se a procura de um equilíbrio entre o rigor científico e a aplicação sistematizada desse conhecimento em uma obra que se destinava a alunos de curso secundário.

7.4 Descrição dos termos da oração e do período

O capítulo II da Parte I do Livro de *Sintaxe* trata do sujeito e predicado, objetos e complementos. Pacheco, inicialmente, descreve o sujeito de uma forma bastante semelhante à dos gramáticos contemporâneos. Apresenta-o como simples (quando tem um substantivo, pronome ou qualquer palavra substantivada como núcleo); composto (quando tem dois ou mais substantivos, pronomes ou infinitivos - ligados pela conjunção e ou por uma vírgula – como núcleos); complexo (quando consta de uma oração substantiva, frase ou citação); e ampliado (quando a ele se liga um adjunto atributivo ou uma combinação de adjuntos atributivos). Destacam-se os exemplos para sujeito complexo como “Que ele o disse, *é crível.*”; “Que o povo se rege pelo exemplo do Rei, *é uma grande verdade*”; e, para sujeito ampliado, “As cartas que me escreveste, *recebi-as hoje.*” (496).

Os exemplos de sujeito complexo correspondem ao que hoje se chama sujeito oracional; mas, quanto ao exemplo de sujeito ampliado, deve ter havido um equívoco⁵⁵ no termo assinalado como sujeito. Em “recebi-as hoje”, há um objeto direto pleonástico (as) para um objeto direto topicalizado (em posição inicial). É improvável que Pacheco cometesse um equívoco desse tipo, daí julgar-se ser um erro de impressão. O que deveria estar assinalado seria a oração *que me escreveste*, que aparece, inclusive, como exemplo de sujeito ampliado em outra gramática muito valorizada na época, a *Grammatica Portugueza* de Julio Ribeiro.

Comparando-se a abordagem feita por Pacheco (1907) e a feita por Julio Ribeiro⁵⁶ (1881), notam-se alguns aspectos coincidentes. Os tipos de sujeito e as respectivas definições são os mesmos; Pacheco (496 e 497), inclusive, utiliza-se de dois exemplos

⁵⁵ Não foi possível encontrar outra edição para confrontar com a de 1907.

⁵⁶ Selecionou-se esta obra para comparações por Ribeiro ser considerado o introdutor da gramática científica no Brasil.

que também constam na obra de Ribeiro (*Errar é dos homens. Perdoar injuriar é dever do sabio*) (1881:199).

Entretanto a forma como Julio Ribeiro exemplifica o sujeito ampliado apresenta divergência com a de Pacheco.

Ribeiro (1881:199) exemplifica sujeito ampliado como aquele que recebe um adjunto atributivo (adjunto adnominal) representado por um artigo (“**O**⁵⁷ general morreu”.), um termo opositivo (“Affonso, REI DE HESPANHA, casou-se”), uma oração adjetiva (A carta QUE ME ESCREVESTES chegou hoje). Pacheco, por sua vez, inova e amplia a definição de Ribeiro (o sujeito, se infinitivo de verbo pode ser ampliado por um objeto ou adjunto adverbial – “Perdoar INJURIAS é dever do sábio.” “Brincar COM FOGO é perigoso” - 496) ao acrescentar a afirmação de que se, o sujeito for forma nominal (infinitivo) de um verbo intransitivo só poderá ser ampliado com adjunto adverbial (“andar às pressas”).

A comparação entre gramáticos como Ribeiro e Pacheco se faz útil para que se compreenda a seriedade e o esforço desses estudiosos da língua. Vê-se que já havia, naquela época, uma preocupação em descrever detalhadamente os diversos tipos de estrutura que podem assumir a função sintática de sujeito.

Quanto à noção de predicado, Pacheco a apresenta de forma semelhante às aquelas utilizadas para o sujeito. Classifica-o em predicado simples (expresso por um verbo só), complexo (expresso por um verbo de predicação incompleta acompanhado de complemento), ampliado (expresso por um verbo e um adjunto adverbial). Nota-se, nessas explicações, que passa a associar noções como as de relação predicativa e relação objetiva (mencionadas nas observações gerais) ao estudo do predicado. Em frases como “Este menino parece estudioso.” (497), afirma que, com verbos de predicação

⁵⁷ Negrito e letras maiúsculas usadas pelo autor.

incompleta (de valor ativo ou passivo), o complemento do predicado fica em relação predicativa para com o sujeito da sentença. Como se refere ao sujeito, chama-o de complemento subjetivo; ao complemento que se refere ao objeto da ação do verbo chama de complemento objetivo. Em caso de verbo transitivo, o complemento fica em relação atributiva para com o objeto do verbo: “Chamei-lhe palerma.” (498). Constata-se que Pacheco usa a nomenclatura predicado tanto para o que hoje se chama núcleo do predicado verbal quanto para o correspondente, por exemplo, a um predicado nominal.

Pacheco inova ao abordar detalhadamente o objeto. Comparada sua abordagem à de Julio Ribeiro (dois pequenos parágrafos, em um total de sete linhas), percebe-se a preocupação daquele em detalhar o assunto.

Ribeiro é sucinto ao abordar a noção de objeto ou complemento verbal:

O objecto de um verbo é simples, composto ou complexo. Estas distincções são as mesmas que já se fizeram relativamente ao sujeito.

Chama-se *objecto ampliado* o objecto a que se liga um adjuncto attributivo, um outro objecto ou um adjuncto adverbial, ex.: “Ouvi um CANTOR CELEBRE. – Quero ESTUDAR o SANSKRITO. - Vejo UM HOMEM COM UMA ESPINGARDA.” (1881: 200).

Pacheco, por sua vez, detalha o assunto em catorze páginas. Descreve o objeto de um verbo (a que também chama de *regimen*) como palavra, frase ou oração que representa o objeto da ação descrita pelo verbo na voz ativa e afirma que este objeto mantém uma relação objetiva com o verbo. Divide o objeto em direto e indireto; subdivide o objeto direto com base em critérios semânticos ao afirmar que há objeto direto passivo (que sofre a ação expressa pelo verbo – “Eu *ouvi* uma voz”) e objeto direto factitivo (que é produto ou resultado da ação – “Ele *escreveu* uma carta.”) (498).

Ao tratar de objeto indireto, Pacheco usa exemplos de estruturas com verbos transitivos diretos e indiretos, (muitos dos quais hoje, considerados como intransitivos), mas não apresenta exemplos com verbos considerados somente transitivos indiretos. Faz

menção aos casos latinos (acusativo para objeto direto e dativo para o indireto); destaca que o objeto indireto pode ser representado pelos pronomes oblíquos; afirma que a presença da preposição *a* não torna um objeto direto em indireto, no entanto se faz necessária para evitar ambigüidade; declara que *a* é a única preposição presente nas relações objetivas, e mostra que podem ocorrer casos de objeto indireto pleonástico com verbo intransitivo: “Appareceram-lhe a Balthazar as três palavras fatidicas.” (499).

Pacheco parece manter o conceito latino de que objeto indireto é encontrado somente em construções com verbos transitivos diretos e indiretos. O fato de os exemplos dados por ele serem com verbos transitivos diretos e indiretos e o objeto indireto podem levar a essa suposição.

Pacheco, além de dividir o objeto em direto e indireto, apresenta-o como simples (um núcleo), composto (mais de um núcleo) complexo, valendo-se dos mesmos critérios adotados para a classificação do sujeito. A noção de objeto complexo corresponde à atual de predicativo do objeto (*Julgo-os* inteligentes. *Suppunha-te* nomeado) e a construções com infinitivo (*Viu* submergir toda a sua fé). À parte, apresenta o objeto ampliado como aquele a que se liga um adjunto atributivo (adjunto adnominal), um outro objeto, ou um adjunto adverbial (*Este conselho dá o mesmo Lívio* aos poderosos.”) (500).

Pode-se, a partir do que é apresentado por Pacheco, fazer duas deduções. O que hoje se chama objeto direto recebeu, pelo gramático, uma subdivisão de caráter semântico (objeto direto passivo e factitivo); o objeto indireto referia-se a termos que completavam o sentido de um verbo transitivo direto e indireto ou de um verbo intransitivo; e o que se conhece atualmente como dois objetos (um direto e outro indireto) recebia o nome de objeto ampliado. Daí poder-se afirmar que ainda havia, à época da elaboração da gramática de Pacheco, a manutenção dos modelos latinos na descrição lingüística no tocante à noção de predicado e objeto.

Pacheco aborda, também detalhadamente, a noção de complemento, que define como elemento secundário (correspondente ao adjunto) ou complemento do sujeito e verbo da oração. Apresenta nove tipos de complementos.

a) complemento subjetivo: é o complemento de um predicado (em relação predicativa para com o sujeito) em casos de verbo de predicação incompleta (intransitivo ou passivo⁵⁸ (“Elle parece *ter-me olvidado.*” “Elle parece ser honesto.”) (502).

b) complemento objetivo: é o complemento de um verbo transitivo, na voz ativa (em relação atributiva para com o objeto do verbo (“*Eu chamei-lhe parvo; deixe-me só, elegeram Deodoro generalíssimo.*”) (503).

c) complemento infinito ou prolativo: é o complemento que segue ou acompanha alguns verbos como *deve* e *ter* em construções com infinitivo (“Devo ir, elle tem de vir”) (503).

Como complemento específico de sujeito exercido por um substantivo, Pacheco cita o complemento apositivo e o determinativo.

d) complemento apositivo: é o complemento que equivale ao adjunto atributivo – um substantivo especifica outro (A Republica do Brasil, O Estado do Rio, Lagoa dos Patos, Isthmo de Suez.) (503). É o que hoje se chama aposto especificativo.

e) complemento determinativo: é o complemento por meio do qual um nome determina o outro, ainda que designe objeto diferente (*o amor da pátria, a restea de sol*) (504).

Pacheco considera que os complementos verbais dividem-se em diretos, indiretos, atributivos, circunstanciais.

f) complemento direto: é o nome do objeto indicado ou produzido pela ação de um verbo ativo ou transitivo, é o objeto direto (“*Respeitae a belleza, a virtude, a mocidade.*”) (504). Pacheco detalha os elementos que podem ocupar a função de objeto direto. Pode

⁵⁸ Parece haver uma incoerência nessa afirmação; entretanto *passivo* refere-se ao que hoje se conhece como verbo transitivo direto.

apresentar três tipos de construção: quando exercido por substantivo, não costuma vir regido por preposição exceto em caso de nome próprio. Geralmente aparece após o verbo (“*Deus creou o mundo*”) (504); quando exercido por um verbo no infinitivo, exigirá a preposição *a* (*principiar a, ensinar a*) e *de* (*acabar de, cessar de*) (504); e quando exercido por um pronome, geralmente este é empregado antes do verbo (“*eu vos vejo, tu me ouves*”) (505).

g) complemento indireto: é um complemento, que acompanha o direto, para indicar pessoa ou coisa por cujo motivo se fez a ação. (*Escrevi uma carta a meu irmão. Recebi um recado de meu pai.*)⁵⁹ (505).

Pacheco ainda especifica o uso mais freqüente das preposições. Para indicar fim, são usadas *a, sobre, para, contra* e, para indicar modo ou ponto de partida, são usadas *de, por, da parte de*. Observa-se, mais uma vez, uma preocupação em aprofundar as explicações de modo a propiciar aos alunos uma descrição detalhada da gramática da língua.

h) complemento atributivo: é um complemento admitido por alguns verbos que já apresentam um complemento direto. Pacheco não menciona exemplos, que seriam de grande valia para esclarecer a noção apresentada, contrariando um procedimento muito comum em sua didática.

i) complemento circunstancial: é um complemento equivalente ao adjunto adverbial que pode indicar circunstância de tempo, lugar, modo, etc. Pacheco não fornece maiores detalhes a respeito desse tipo de complemento.

j) complemento necessário: é um tipo de complemento exigido por substantivos, adjetivos, verbos e advérbios. Geralmente é regido de preposição. Pacheco cita vários exemplos que correspondem a casos de complemento nominal de substantivo: “ingratidão

⁵⁹ Mantidos os grifos do autor.

para com o próximo”, “*inclinação à (pela) misericórdia*”, “*desprezo pela (da) morte*” (506). Descreve que as preposições mais freqüentes para complementos de adjetivo são *a, de, para* e alerta que podem expressar relações diferentes. Mostra que a preposição *a*, por exemplo, costuma acompanhar adjetivos que indicam vantagem ou desvantagem, oposição, sujeição e desagrado. Detalha que o complemento necessário de verbos raramente é regido pela preposição *a*, exceto para evitar ambigüidade (*Pedro feriu a Paulo. Os soldados adoravam a Napoleão.*) (507). Destaca ainda que o complemento necessário de advérbio em mente é iniciado pela mesma preposição exigida pelos adjetivos ou particípios de que são formados (“*independentemente de*”, “*relativamente a*”) (509).

I) complemento accidental: é o complemento de um substantivo; exprime relações de posse, qualidade, fim, carência, companhia, estado, modo e vem regido das preposições *de, sem, com* (“*Republica do Brasil – republica brasileira*”, “*homem de prudência ou prudente*”) (509). Pacheco alerta que também o adjetivo, o verbo e o particípio passado podem ser modificados por um complemento accidental, regido de preposição, para expressar circunstância de tempo, lugar, causa, fim, modo, meio, instrumento, matéria, preço, medida, companhia, oposição e enumera as preposições mais freqüentes na expressão destas circunstâncias.

Percebe-se, feita a análise do capítulo II da Parte I do Livro *Sintaxe*, uma clara preocupação de detalhar as categorias gramaticais sob análise. Há riqueza na abordagem e na seleção de exemplos; há, sobretudo; uma preocupação de encaminhar o leitor de forma didática para o entendimento claro daquilo que está sendo abordado. Uma prova disso é o fato de o gramático, depois de ter descrito os tipos de complementos, tê-los retomado para indicar que, na língua, uns desempenham funções essenciais na oração (complementos necessários) e outros, funções acessórias (complementos accidentais).

7.5. *Analyse Logica*

A parte II do livro II (*Sintaxe*) recebe o nome de *Analyse Logica*. Compõe-se de oito capítulos que tratam das sentenças e cláusulas (orações), dos processos de coordenação e subordinação e, a seguir, da sintaxe específica dos nomes e dos verbos.

7.5.1 Tipos de proposições

Pacheco inicia o capítulo I descrevendo os tipos de sentenças ou proposições. Classifica a proposição em simples (“tem um único sujeito e um verbo finito”), complexa (“formada pela reunião de duas ou mais proposições simples”) e composta (“consiste em duas ou mais sentenças completas e independentes, ligadas por conjunções coordenativas”) (513). Descreve, ainda, que podem ser expressas por um verbo; por um nome ou pronome e verbo; pelo sujeito, predicado e atributo.

Pacheco descreve as sentenças simples de forma semelhante à de que os gramáticos contemporâneos se valem para abordar os tipos de frase (“negativas, positivas, interrogativas, imperativas, exclamativas”). Classifica-as quanto à forma (“**completas, incompletas e elípticas**”) e quanto ao ponto de vista da lógica (“**principaes e subordinadas**”). (514). Volta a ocupar-se da noção das relações entre as palavras ao destacar que, na sentença ou proposição simples, estão presentes as relações subjetivas, adjetivas, predicativas, atributivas, objetivas e adverbiais.

Ao abordar as sentenças complexas, Pacheco usa o termo cláusula como correspondente à noção atual de oração.

Define sentença complexa como a que apresenta um substantivo, adjetivo ou advérbio que pode ser substituído por uma cláusula substantiva, adjetiva ou adverbial; tal cláusula pode estar coordenada à outra: “É este o livro de que te falei e que de bom grado prometto emprestar-te” (515). Deixa claro que a sentença complexa também pode ser

chamada de composta por subordinação: é aquela em que o sentido das orações simples é dependente e subordinado ao sentido das demais. Pacheco afirma que a cláusula substantiva geralmente é iniciada pela conjunção *que*, pela preposição *de* ou por palavra interrogativa. Descreve as funções que este tipo de cláusula pode assumir em relação à cláusula principal: a de sujeito (“*Que a religião é a poesia do coração, é uma verdade incontestável.*”); a de objeto do verbo (“*Pedi que fossem.*”); a de adjunto atributivo do sujeito ou objeto desse mesmo verbo (“*A crença de que não há virtude sem religião, tem sido contestada; sinto que não mais te verei; preciso (de que) escrevas logo*”) (516). Com esta descrição, contempla as orações subordinadas substantivas subjetivas, objetivas diretas e indiretas, predicativas e completivas nominais. Não há referência clara ao tipo de orações conhecidas hoje como apositivas.

Em relação à cláusula adjetiva, Pacheco afirma que está em relação atributiva para com um substantivo ao qual se prende por meio de um pronome relativo ou advérbio relativo, equivalente a um pronome precedido de preposição (*Leia esta carta que eu escrevi; é esta a casa onde eu resido.*) (516). Nota-se, mais uma vez, a preocupação do gramático em dar maiores detalhes quando se refere ao uso das orações adjetivas. Enumera dois valores para as orações adjetivas que merecem destaque:

Uma clausula adjectiva (como um simples adjectivo) tem de ordinário força definitiva ou restrictiva. Acontece, porém, muitas vezes que as clausulas introduzidas pelos relativos são – *quanto á força e significação* - coordenadas, com a clausula principal. Tal clausula é mais *continuativa*, do que *definitiva*. Assim, em – “eu escrevi a vosso irmão, *que* respondeu ainda não tínheis chegado”, o sentido da sentença seria o mesmo se dissessemos – *e elle* respondeu etc. (517).

Pacheco exemplifica de modo claro um caso de coordenação semântica entre duas orações, na época analisadas com base apenas no conectivo, ou seja, na forma (nesse caso, pronome relativo *que*). Parece ter sido sua intenção mostrar que a relação atributiva não fica apenas restrita ao plano da palavra, mas também ao da oração.

Encontra-se hoje em Bechara explicação para o fato de que muitas orações subordinadas possam assumir um sentido de adição frente “... a influência das unidades léxicas empregadas e do nosso saber e experiências do mundo” (1999:477). Reconhece-se, nas afirmações de Pacheco, acima transcritas, uma das características da gramática descritiva do século XIX, comprometida com a questão pedagógica: nos estudos lingüísticos não se deve explicar os fatos apenas pelo elemento material mas também pela função que assumem. É preciso, pois, estabelecerem-se critérios formais e funcionais e Pacheco parece já atentar para isso.

No tocante às cláusulas adverbiais, destaca que assumem uma relação adverbial com um verbo, adjetivo ou outro advérbio. Classifica-as em de tempo (“*Eu estava escrevendo quando chegaste.*”); de lugar (“*Onde estás que não respondes?*”); de modo (“*Aconteceu tal qual eu previ.*”); de grau (“*Tu és tão bom como elle.*”); de causa (*Leio muito porque quero me instruir*); de fim, conseqüência (“*Correu tanto que perdeu a respiração.*”); de condição (o autor não menciona exemplos; cita as conjunções *se, a menos que, posto que, conquanto, porém* como aquelas que iniciam as cláusulas de condição) (518).

Observa-se, no item destinado às orações adverbiais de condição, uma descrição bem mais superficial do que a dedicada às demais orações. É o único tipo que não recebe exemplificação, o que seria importante para analisarem-se usos de conjunções ou buções conjuntivas que, na atualidade, recebem tratamento diversificado. Como exemplo, pode-se citar *posto que, conquanto* – hoje tratadas como concessivas por Cunha (1985:590) e Bechara (1999:327) – e *porém* - hoje tratada unanimemente como conjunção coordenativa adversativa.

Fazendo-se um cotejo entre os estudos relativos à sintaxe de Ribeiro (1881), Pacheco (1907) e Maciel (1931), percebe-se que os gramáticos apresentam idéias bem

parecidas. Em relação às orações subordinadas adjetivas apresentam-nas, de forma unânime, como orações que estão em relação atributiva como um substantivo da oração principal. Também a análise das orações substantivas apresenta similaridades; afirmam serem orações que assumem o valor de sujeito ou objeto direto do verbo da oração principal (Maciel inclui as orações com valor de objeto indireto ou predicativo do verbo da oração principal). Há dois exemplos que merecem destaque: “A *crença* de que não ha virtude sem religião, *tem sido contestada*” (Pacheco, 1907:516) e “A ideia DE QUE PARTIRÁS SEM MIM tortura-me o coração” (Ribeiro, 19881:203). Ambos possuem um tipo de construção em que a oração substantiva aparece em posição intercalada entre a de sujeito e a de predicado da oração principal. Pesquisados vários manuais e gramáticas atuais que tratam da sintaxe da língua portuguesa (vide bibliografia), não foi possível encontrar um exemplo semelhante aos dois acima referidos. Os exemplos elencados sempre obedecem a uma construção com a oração principal integralizada seguida de uma oração substantiva. Pode-se perceber, com base nisso, que os gramáticos do final do século XIX descreveram construções que hoje, embora usuais, não aparecem, em especial, nas obras de finalidade pedagógica. Por fim, é necessário enfatizar que, comparando-se a descrição das orações adverbiais feita pelos três gramáticos, há bastantes semelhanças. Ribeiro (1881:204) aponta cinco valores (circunstância de tempo, lugar, ordem, modo, dúvida) aos quais Pacheco acrescenta outros quatro: comparação, causa, fim ou consequência, condição. Maciel, por sua vez, apresenta nove tipos de orações adverbiais: de tempo, concessão, modo, condição, causa, comparação, fim, proporção, consequência. Ribeiro parece partir de um modelo de análise ainda muito preso à noção formal de advérbio; Pacheco avança na descrição ao incluir outros tipos de circunstâncias e Maciel aproxima-se bastante do modelo atual de descrição.

Voltando-se à análise do período composto na obra de Pacheco, tratar-se-ão das sentenças compostas definidas como aquelas que consistem em duas ou mais orações coordenadas por justaposição (chamadas também de orações colaterais) ou ligadas por conjunções coordenativas. Aquelas recebem também o nome de assindéticas e estas, de sindéticas. As orações têm igual categoria ou força significativa e formam um período composto. Em “*O homem pensa, fala e ri*”, ele considera que as duas primeiras estão ligadas entre si no plano mental, enquanto a terceira está ligada a elas por um elemento gramatical claramente expresso: a conjunção *e*. Destaca também que as orações formadoras de uma proposição ou período composto por coordenação são sempre principais; que as conjunções coordenativas mais usadas são a completiva *e*, a adversativa *mas*, a disjuntiva *ou* e a conclusão *logo*; que as orações coordenadas são classificadas de acordo com a natureza de seus elementos conectivos em copulativas, adversativas, disjuntivas, conclusivas (não há referência a exemplos). Pacheco faz uma pequena observação sobre o fato das sentenças compostas poderem estar em relação de subordinação, mas não dá exemplos ou detalhes a esse respeito. Parece que intui sobre outras possibilidades para a forma tradicional de análise, mas fica claro que se refere ao processo de coordenação ao tratar de sentenças compostas.

Pacheco também faz a distinção entre sentenças contractas e sentenças elípticas. As contractas (sempre coordenadas) apresentam o mesmo sujeito, predicado, objeto, complemento ou o mesmo apresentam o adjunto adverbial para expressar o que têm em comum (*Elle progride vagarosamente mas – elle progride – seguro.*” “*A religião purifica (a alma) e (a religião) nobilita a alma.*”) (521).

Cita Mason para reforçar uma decorrência do uso de orações contracta no ensino de língua. Pacheco define e mostra a aplicação de tais orações para um caso de erro freqüente na escrita da época. Na verdade, Pacheco parece aproveitar que está a tratar de

período composto para levar a seus leitores a noção de paralelismo na construção sintática, noção imprescindível àqueles que desejam escrever bem. Além disso, pode-se perceber novamente a influência saxônica nos estudos de Pacheco, revelada na referência a Mason.

Da construção das sentenças coordenadas contractas, resulta deverem as conjunções coordenativas ligar sempre palavras e clausulas que se acham na *mesma relação* para com as outras partes da sentença. Seria destempero – como observa Mason – querer ligar um adjectivo a um substantivo (a menos que este não esteja em relação *attributiva ou predicativa*), ou um sujeito a um adverbio, ou um verbo do modo indicativo a um do modo imperativo, etc.⁶⁰ (Pacheco, 1907:521).

O segundo tipo, as sentenças elípticas, compõe-se de cláusula subordinadas cujas palavras que faltam ou se subentendem são sugeridas pelo que vem expresso em outra cláusula, mesmo que não idêntica: “Antes gaiola que um tiro, / Antes morrer que penar”; / “Elle é mais alto que eu” (522).

É relevante destacar que, na parte final daquela destinada aos casos de sentenças elípticas, Pacheco deixa transparecer certa influência do fator psicológico na descrição de fatos sintáticos ao afirmar que “a ellipse do *verbo* é mais freqüente, maiormente quando nos actua o espanto, o temor, uma impressão súbita qualquer, ou ainda para dar mais energia á phrase” (523). Parece, por meio desse exemplo, aproximar-se do trabalho de Herman Paul, que considerava a psicologia como instrumento da análise lingüística.

Para encerrar a análise do Capítulo I, é válido comparar-se a abordagem de Pacheco com a de Ribeiro.

Pacheco, como foi visto, procura detalhar os tipos de sentença existentes, mostrando, inclusive, semelhanças (ou não) de conceitos ou classificações de outros gramáticos. Evidencia aplicações daquilo que aborda dentro da prática lingüística de seus leitores e alunos. Pacheco ocupa treze páginas com o Capítulo I.

⁶⁰ Pacheco não apresenta referência bibliográfica. Conforme Cavaliere (2000:74), a obra de Mason caracterizou-se pela análise lógica.

Ribeiro, por sua vez, é bem mais sucinto. Ocupa apenas cinco páginas para descrever o que chamou de princípios da sintaxe lógica. Define as sentenças simples, as compostas e as relações de coordenação e subordinação. Aborda subordinação de modo didático, embora de forma mais superficial que Pacheco, e, portanto, de forma mais clara para um aluno-leitor iniciante. Comparando-se as duas obras, quando a esse ponto da sintaxe, fica claro que Pacheco é um gramático preocupado em fazer um corte vertical em suas análises e não apenas fazer uma descrição tradicional e repetitiva.

7.5.2 A ordem das palavras

O capítulo II da parte II (*Syntaxe*) trata da ordem das palavras na proposição simples e da ordem das palavras na preposição simples no período composto. Pacheco ocupa dezesseis páginas para fazer a descrição dos papéis sintáticos mais comuns desempenhados por nomes (substantivos, adjetivos, numerais, pronomes e verbos).

No início do capítulo, Pacheco faz uma observação interessante ao contrastar aspectos da língua falada e língua escrita:

Na conversão, parte-se geralmente de uma noção já conhecida pelo interlocutor, para a desconhecida que se lhe quer apresentar. A mesma idéia, pois, pode vir ás vezes no principio ou no fim da phrase.

A construção é *lógica* quando a phrase caminha paralela ao pensamento, quando as palavras succedem-se na mesma ordem das idéas (525).

Duas observações são possíveis a partir da leitura desse trecho. A primeira é a evidência de que Pacheco acreditava haver uma relação de continuidade entre a fala e a escrita. A segunda é a de que, ao afirmar que “a construcção é *logica* quando a phrase caminha paralela ao pensamento”, o gramático parece conceber língua como expressão do pensamento, conceito bastante comum até o século XX.

Pacheco faz um paralelo da língua portuguesa com a língua latina, cujas flexões nominais indicavam o papel sintático da palavra na frase, e declara que a primeira, por caráter analítico, apresenta grande liberdade na colocação dos termos na frase. Embora reconheça existir tal variedade, considera que o português obedece a regras relativamente fixas na ordem das palavras: sujeito, verbo, atributo (correspondente a predicativo do sujeito e complementos verbais) e complemento do atributo. Essa construção costuma ser denominada sintática ou lógica, ordem direta ou analítica.

Para ele, há três tipos de construção que envolvem uma proposição:

- a) **direta**: quando as palavras e proposições seguem a ordem de sua subordinação;
- b) **indireta ou inversa**: quando palavras e proposições colocam-se antes daquelas das quais dependem. Ressalta que a inversão tem grande valor estilístico na construção da frase.
- c) **interpolada**: quando se separam palavras que têm relação de dependência semântico-sintática entre si. Destaca que é mais usada na poesia e dá vários exemplos (entre sujeito e predicado; entre verbo e atributo (complemento); entre substantivo e advérbio; entre a oração adjetiva e seu antecedente.)

Outra característica recorrente na exposição de Pacheco é a especificação das linhas teóricas seguidas por ele. Ao tratar da ordem nas construções do português, menciona Diez - chamando-o de célebre romanista -, segundo o qual a separação dos elementos da frase ligados pelo sentido teria, além da herança latina, duas outras causas: o fato de terem sido composições poéticas os primeiros documentos das línguas da línguas neolatinas e o fato de imitarem o estilo latino que servia de modelo a elas. Para o eminente lingüista, uma decorrência do uso de uma ordem mais livre foi a predominância do princípio lógico sobre o gramatical. Pacheco explica tal afirmação de forma mais didática: “a construção fica dependente da inteligência e do bom senso do leitor, e não se opera segundo as escritas

conveniencias grammaticas” (529). Há, assim, clara referência às escolhas que o próprio falante ou redator faz ao ordenar as palavras que expressam suas idéias.

Sintetizam-se a seguir, as idéias de Pacheco acerca das tendências mais freqüentes em relação à ordenação dos elementos constituintes das sentenças:

a) das palavras

- substantivo: depois do substantivo a que se refere (em relação atributiva)
- adjetivo:

<p>anteposto</p> <ul style="list-style-type: none"> - de pequena extensão - em sentido figurado - em referência a nome próprio - como característica essencial do substantivo - em estilo poético 	<p>posposto</p> <ul style="list-style-type: none"> - adjetivo de origem verbal (particípios) - em sentido denotativo - dois ou mais adjetivos em referência a um substantivo - quando depende de outras palavras e seguido de um complemento ou acompanhado de advérbio
--	---

- pronome pessoal: posição livre (imperativo: depois do verbo)
- advérbios: já e mais costumam vir entre verbo auxiliar e particípio

b) das orações no período:

- coordenadas: conforme sentido e sucessão de idéias desejados
- subordinadas: na ordem de dependência da principal.

c) ordem inversa é mais comum:

- oração com sujeito complexo (sujeito + aposto)
- oração com sujeito composto
- oração com infinitivo pessoal e impessoal
- oração com particípio

- oração com pronome apassivador *se*

d) não há ordem fixa para:

- orações adverbiais de lugar ou de tempo
- orações interrogativas, exclamativas ou optativas
- posição do verbo

Percebe-se, portanto, que Pacheco reconhece e defende que a ordem é um traço distintivo no português, inclusive acarretando troca de classe gramatical da palavra. Preocupa-se em mencionar os modelos latinos e os exemplos do português antigo, até chegar à descrição dos usos mais frequentes na ordenação das orações e períodos. Ressalte-se, ainda, a preocupação em fundamentar sua exposição a partir da menção a nomes como Diez e Tobler.

Como Julio Ribeiro não aborda a ordem das palavras, das orações, não foi possível estabelecer uma relação entre ele e Pacheco Júnior a esse respeito.

7.5.2. As funções e as palavras

A partir do capítulo III, é feita a descrição da sintaxe⁶¹ de vários tipos de palavras (substantivo, adjetivo, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção). São apresentados os principais aspectos morfológicos, sintáticos e estilísticos do uso dessas palavras, os quais têm estrita relação entre si.

No capítulo destinado à sintaxe do substantivo, Pacheco apresenta dados morfológicos sobre a flexão de número (plural dos nomes próprios e abstratos, coletivos, flexão obrigatória e não obrigatória), a flexão de gênero (com implicação de mudança de sentido), e o processo de substantivação de qualquer palavra com a presença de artigo.

⁶¹ O autor alerta, em nota de rodapé, que os capítulos devem ser estudados em conjunto com os correspondentes na morfologia.

Ocupa-se, também, da concordância entre o substantivo e o adjetivo, do uso das preposições em complementos de substantivos e da descrição das funções sintáticas que o substantivo pode ocupar na oração. Nota-se, durante a exposição, a preocupação em deixar claras ao leitor as possíveis mudanças de sentido que os usos descritos podem acarretar ou as finalidades estilísticas a que podem ser úteis.

Em relação às funções sintáticas do substantivo, faz uma descrição que pode ser considerada satisfatória:

- 119- Um substantivo, já vimos no correr d'este trabalho, póde ser:
 1º Sujeito de uma sentença ou de uma cláusula subordinada.
 2º Apposto a um nome ou pronome.
 3º Complemento do predicado, isto é, de um verbo intransitivo ou passivo de predicação incompleta (*ser, tornar-se...*)
 120- Omite-se ás vezes o nome seguido da preposição *de* (possessivo) quando o pensamento póde rapido suppril-o: - Comprei este livro *no Garnier* (livraria do), *estas pennas são do Leuzinger* (da loja do).
 121- O substantivo *objecto* pode ser (como já vimos acima):
 1º Objecto directo de um verbo transitivo ou participio. Alguns verbos têm objectos, e neste caso o 2º é ás vezes factitivo.
 2º Objecto indirecto de um verbo transitivo.
 3º Apposto a um nome ou pronome *objecto*.
 4º Complemento de um verbo transitivo de predicação incompleta.
 5º Adjuncto adverbial – *dia por dia, cem vezes*, meelhor; *caminhei seis Kilometros*.
 6º Objectivo cognato: - morreu *morte feliz*; viveu *vida triste*.
 À classe dos substantivos pertence realmente o objecto indirecto; o accus. cognato é mais propriamente um adjuncto adverbial.
 122- O substantivo *objecto* póde ser empregado com preposições, e ainda com um verbo no modo infinito ou um participio (como predicado indirecto, formando phrase substantiva) (551).

É possível perceber que, para ele, o substantivo pode ocupar dois valores sintáticos importantes: o de sujeito do verbo ou o de complemento do verbo. Além desses, apresenta somente o valor de aposto e o de adjunto adverbial. Percebe-se a falta de uma exemplificação mais detalhada, o que ajudaria bastante o aluno-leitor de sua obra.

No capítulo IV, é feita a descrição da sintaxe do adjetivo. Há uma exposição de aspectos morfossintáticos e estilísticos dessa classe de palavras. Pacheco apresenta formas de flexão, gênero e número (trata da concordância entre adjetivo e substantivo) e descreve

valores estilísticos que o adjetivo pode assumir. Os pronomes possessivos são elencados e analisados (também sob o aspecto estilístico) bem como os pronomes indefinidos, chamados por ele de adjetivos pronominais indefinidos. Mostra, também, que os numerais, à época, ainda pertenciam à classe dos adjetivos:

O emprego dos *cardeaes* pelos *ordinaes* data das primeiras épocas da língua, e tornou-se mais frequente no português dos séculos XV e XVI: - *capitulo vinte, seculo doze*, etc., sendo de notar que nos 1^{os} geralmente o cardeal precedia o substantivo: - No doze capitulo de Tobias (Azur.). Devemos, porém, advertir que as fórmulas eruditas *undecimo, duodecimo*, são de criação mais recente (1907:559).

Nota-se, mais uma vez, a prática de uma abordagem histórico-comparativa com rica exemplificação de construções do português do século XV e XVI; ao mesmo tempo, percebe-se que não são esquecidas criações mais recentes na língua, por exemplo, ao citar “undécimo, duodecimo”.

Pacheco alerta também para os usos das expressões de grau dos adjetivos. Parte de comparações com a língua latina e chega às línguas italiana e francesa:

Quando a composição se refere unicamente a dous objectos, o latim emprega o comparativo – *menor fratrum*. As línguas romanas apartaram-se d’esta regra sempre que o adjectivo vinha acompanhado forçosamente do demonstrativo *o* (artigo) porque d’ahi resultaria a gradação do superlativo. Cp. – *terás louvores de mais sisudo critico*; o mais *novo dos dous irmãos* (fr. le plus jeune des deux frères, - ital. Il piú giovane de due fratelli.).

Paralelamente a essa preocupação histórico-comparativa, o gramático demonstra ocupar-se da atualidade da língua e descreve outras formas de expressar grau: a) pela repetição do grau positivo ou normal (“olhos negros, negros”); b) pela similitude (“branco como neve”, “preto como carvão”, “feroz como um leão.”); c) por dois adjetivos sinônimos ou o positivo seguido do seu superlativo absoluto (“É o mesmo mesmíssimo facto.”) (555). Isso evidencia comprometimento com um modelo de

gramática descritivo de cunho histórico. Mostrou-se comprometido também com o estudo sincrônico da língua portuguesa.

Pacheco descreve também o uso do adjetivo em lugar de advérbio e a decorrente preocupação com a concordância:

Empregado como advérbio (=inteiro, totalmente), é claro que o adjetivo *todo* deve conservar-se invariável – *Elle estava todo contente; elles eram todo ouvidos*. Mas devemos dizer: *a casa está toda em fogo; uma caixa toda de páo rosa*. É que nestes exemplos *todo* é adjetivo, indica a totalidade e deve consequentemente estar sujeito á concordância. Em – *elles estavam todos satisfeitos*, entende-se que *elles todos estavam satisfeitos*, mas não que *todos elles estavam inteiramente satisfeitos* (564).

Há, no trecho acima, duas expressões que sugerem que o gramático busca obter um tom dialógico na exposição destinada a seu aluno-leitor: “é claro” e “é que nestes momentos”. Além disso, pode-se supor, com o exemplo de *toda*, que essa fosse uma dúvida comum entre os alunos como o é hoje. Bechara (1999:1552) declara que a distinção entre adjetivo e advérbio somente ocorre de forma clara quando a palavra determinada está no feminino ou no plural; nestes casos, será possível interpretar o termo de uma forma mais exata. Apresenta exemplos como: ”A vida custa tão *cara* aos velhos quanto é barata para os moços (adjetivo) e “A voz sumiu-se –lhe, *toda* trêmula (adjetivo). Mas destaca que, na língua padrão atual, a tendência é usar tais termos como advérbios e, portanto, sem flexão.

Na explicação de Pacheco, *toda* aparece com o valor do adjetivo *inteira* (“a casa está toda em fogo” e “caixa toda de pau rosa”) e, por isso, defende a necessidade da concordância. No ultimo exemplo, Pacheco procura mostrar a diferença entre *todo* com valor pronominal anteposto e proposto ao sujeito. Em “elles estavam todos satisfeitos”, *todos* funciona como um reforço ao pronome *eles*. Daí poder-se afirmar que *todo* desempenha a função de adjetivo nesse tipo de construção (referência ou esforço a um nome) (564).

Outra evidência das preocupações do gramático está no emprego de *meio* ora como advérbio ora como adjetivo (chamado por ele de adjetivo pronominal). Ele condena o uso de “a porta está meio aberta” por “meia aberta” (565). Assevera que o emprego do adjetivo na forma masculina com valor adverbial já aparece em textos do século XVI e que o grego e o latim usam freqüentemente os adjetivos para indicar circunstância de modo, tempo, lugar, citando, mais uma vez, exemplos latinos.

Pacheco descreve também o plural dos adjetivos compostos (recomenda que só o último elemento tome flexão de plural, como ainda o recomendam os gramáticos atuais); o uso do adjetivo no plural para exprimir uma idéia substantivada (alerta que isso era uma prática latina) como *superiores, inferiores, nobres, mortais*; e o emprego de adjetivo feminino para expressar idéias de conjunto em locuções com omissão do substantivo: “*Elle fez das suas*”. “Boas *me contas*”. “*Escapaste de boa*”. “*Veste-se à inglesa*” (566).

Mais uma vez, é preciso destacar que Pacheco busca a descrição e o entendimento dos fatos lingüísticos não só da escrita e do bom literato. Ao analisar construções como “Escapaste de boa.”, está, sem dúvida, ocupando-se também do português falado no Brasil.

Pacheco, ao tratar do que chamou complementos do adjetivo, ocupa-se de aspectos da regência nominal e tenta sistematizar o uso das preposições junto a adjetivos. Afirma ser a tradição e o uso os responsáveis por determinar qual a preposição exigida por eles. Dentre as mais empregadas, destaca *a, de, para, sobre, em*. Relaciona aspectos relevantes como os seguintes:

- a) certos adjetivos, quando em uso figurado, exigem uma preposição e isso altera-lhe o sentido: “*ébrio de glória*”, “*sedento de vingança*”, “*surdo às suplicas*”(568);
- b) dois ou mais adjetivos seguidos devem ter, cada um, a preposição necessária; se admitem a mesma preposição, podem ter um mesmo complemento:

“*Esse professor é severo, mas justo, para com os seus discípulos, e muito querido de todos elles.*” (568);

c) adjetivos indicadores de parte, qualidade, defeito, origem são acompanhados da preposição *de*: “feio de corpo, mas bonito d’alma” (569);

d) diversos complementos de adjetivos são regidos pelas preposições *a, para, de* seguidas de um infinitivo: “seguro de vencer, “inclinado a trabalhar”. Muitas vezes, o infinitivo tem sentido passivo: “*cousa difficil de crer, e triste de pensar, “homem facil d’enganar.*” (569);

e) a expressão de partitivo era comum no século XVI (“*Empresta-me do azeite.*”; *dá-me do pão.*). Pacheco afirma que, no século XIX, dizia-se *um pouco, algum* e não mais o uso da expressão *de*. Em relação a um partitivo e participio ou adjetivo que o qualifica, *de* é expletivo, e não sinal de complemento: “No que elle diz há alguma cousa de verdadeiro; nada têm de assentado” (569).

Como pode ser observado, Pacheco detalha ao aluno-leitor de sua gramática o comportamento dos adjetivos e pronomes adjetivos, apontando aspectos morfossintáticos relevantes, acompanhados de farta exemplificação das origens latinas ao português da época.

Pacheco faz, também, criteriosa análise do emprego dos pronomes possessivos, demonstrativos e indefinidos, quando em função adjetiva. É uma abordagem predominantemente morfossintática, mas com várias referências a questões de estilo e significação.

Em relação ao emprego dos pronomes possessivos, destacam-se vários aspectos.

a) a posição como traço distintivo: o pronome costuma aparecer antes do substantivo, mas, se precedido de pronome indefinido ou demonstrativo, o possessivo será usado depois do substantivo – “alguns livros seus”; “um parente meu.” (556);

b) o uso do artigo antes do pronome possessivo: geralmente o pronome vem precedido de artigo, exceto se antes de nomes de parentes não acompanhados de um nome próprio ou epíteto – “o meu amigo”; “seja feita a tua vontade”; mas “meu pae”, “minha querida filha.” (556);

c) o uso do artigo e do pronome demonstrativo em lugar do pronome possessivo: Pacheco afirma que os artigos e os demonstrativos podem assumir a posição ocupada pelo possessivo na frase – “Passo *meus dias na tristeza.*” “Passo os dias na tristeza.” / “Olha-me *aquelle* assobiar.”⁶² (557);

d) a reiteração da idéia de posse exercida pelo sujeito da frase em relação àquilo que é objeto da ação verbal: no latim clássico, não era costume empregar o possessivo na construção do objeto direto; no latim vulgar, tal uso tornou-se freqüente de tal modo que passou às línguas neolatinas. O que é interessante destacar, na gramática de Pacheco, pouco marcada por recomendações de caráter prescritivo, é o fato de ele recomendar tal uso de forma até enfática como se pode ver pelo uso do verbo *dever*: “Também se deve empregar o possessivo *seu, sua*, com os nomes de cousas quando elle faz parte do complemento directo: Quando estive em Roma, muito admirei a belleza de *seus* monumentos.” (557). Essa é uma das poucas referências encontradas no sentido de recomendar ao aluno-leitor um uso mais normativo das formas da língua. De um modo geral, Pacheco costuma mais descrever do que prescrever.

e) as construções pleonásticas com possessivos: considera que o possessivo é o elemento formado do pleonismo em frase como “Os seus feitos d’elle; dos Santos não me mato em seus louvores.” (557). Os exemplos sugerem que, naquela época, construções como essas deviam ser comuns, em normas literárias.

⁶² O autor não apresenta a frase correspondente com possessivo.

f) o uso de possessivo perifrástico: encontra-se em construção formada com os verbos *ter* e *haver*, que poderiam ser substituídos por um possessivo – “Com a sede que *tenho* de vingança (= com a minha sede)” (557). Pacheco cita ainda o exemplo latino “*De filio uestro quem habetis* (Do filho vosso que tendes.)” provavelmente para tentar corroborar a origem desse tipo de construção (557).

Vê-se, mais uma vez, que a metodologia de trabalho de Pacheco baseia-se na comparação com o latim e no registro dos usos mais frequentes no Brasil para cada tópico em análise.

Em relação aos pronomes demonstrativos, o gramático destaca vários aspectos relevantes.

a) a concordância: afirma que o demonstrativo concorda, como em latim, com o substantivo a que serve de determinante, mas, se o pronome se refere a um enunciado anterior e está em relação a um substantivo abstrato, em construção com o verbo *ser*, são usadas as formas correspondentes ao neutro latino- “*Isto é verdade.*” (558). É interessante destacar que, nesse ponto, Pacheco trata de relações discursivas, mais especificamente de referenciação, que hoje são alvo de estudo, por exemplo, da análise do discurso de linha francesa.

b) a comparação com o latim e as neolatinas: a maior parte da abordagem dos demonstrativos é dedicada a um paralelo entre o latim e a língua portuguesa do século XIX:

Os demonstrativos conservaram a relação latina. Quanto á de *hic e ille*, deve-se observar: 1º, que se empregam sem atenção á distancia mais proxima ou remota do objecto grammatical, como se dava em latim; 2º, que ambos a par, representam dous objectos indeterminados, independentemente da idéa de proximidade ou afastamento: *Esta e aquella parte*; estes *o gabam, aquelles o deprimem* (uns...outros....).

Os dous adjectivos pronominaes podem tambem referir-se (em linguagem vulgar) a uma única idéa: - este *é* aquelle *de quem vos tenho falado*. – *Cet homme est celui; ques l'è'colei chè; este e aquello de quem...esto és acelo que ...lat.:* - *Hic est ille senex, cui uerba data sunt* (558).

c) o uso de *o, a* como demonstrativo: o demonstrativo latino *iste* tem, na Língua Portuguesa, dois correspondentes: *aquele* ou *o, a* (decorrentes de *ille* - “Direi somente *o em que pararam estas coisas*”. “Determinou de effectuar *o para que alli era vindo*”.) (558). Pacheco afirma que há registro dessa construção, a qual não era considerada possível em latim⁶³, no latim vulgar da Idade Média - “De uinea S.Eulalia ei de illa de S. Justi.” (558). Mostra, também, que o demonstrativo *o* é usado em lugar de outro adjetivo tomado como atributo (hoje predicativo do sujeito) em construções com o verbo *ficar, ir, estar, parecer*. Cita um exemplo de Padre Vieira: “Não fôra Christo *o* que era nem a esposa *o* que devêra ser.” (559). Há, assim, uma descrição morfossintática dos papéis do pronome *o*.

d) o uso do artigo *o* antes do demonstrativo *aquele*: Pacheco compara esse uso a *elle esse*, um tipo de construção do século XV – “*Bom jamvaz lhe seria elle esse* (559). Alega ser de uso comum *o aquele* entre as pessoas do povo, como forma de referência a alguém cujo nome não é lembrado. Mais, uma vez, há evidência de que Pacheco procura incluir na sua gramática fatos da língua não só encontrados nos escritores consagrados, mas também nas pessoas que a empregam no dia-a-dia.

Na abordagem dos pronomes indefinidos, Pacheco destaca como usos mais frequentes:

a) algum: correspondente à forma popular alguém; tem flexão de gênero e número; pode ser usado como sinônimo de *nenhum*. Neste caso, a posição é o que determina o sentido – “Palavra árabe alguma se lhe entende.” (560).

b) cada: de uso posterior ao de *cada um* que, no século XVII, era empregado no plural – “*Tynha encarrego de dar cada umas aos desembargadores.*” (560).

⁶³ Em latim, *is* não pode substituir um substantivo porque a relação do genitivo era suficiente para expressar a relação do genitivo (1907:558).

c) ninguém: até o século XVI era comum o uso de *ninguem outrem* - “*De ninguém outrem se poderão aceitar estas cousas.* -, podendo vir alterada a posição dos termos – “Ali outrem ninguém me conhecêra” (562). Pacheco afirma que, à época de Camões, autor da frase, empregava-se somente o primeiro pronome.

d) todo: é emprego antigo usar este pronome sem a presença do artigo, mas o emprego com o artigo se generalizou. Não faz referência à diferença hoje atribuída a todo (cada) e todo o (inteiro). Afirma também que houve oscilação entre todo e sua forma divergente tudo - “*Fizeram tudo o necessário/ Em todo e por todo* (563). Apresenta, ainda, o uso de tudo com a função daquilo que hoje chamamos aposto resumitivo (usa a expressão pronome sintetizador): “*E andando já a arvore secca, sem outro governo que o da furia do tempo, sem outra esperança que a do Céu, sem outro pensamento que o da morte, tudo eram lagrimas e votos.*” (564).

Pacheco, ao analisar o adjetivo e as palavras que podem assumir as funções de um adjetivo (pronomes, advérbios e expressões), revela uma visão ampla e inovadora da língua. Oferece ao leitor uma abordagem detalhada em comparação, por exemplo, à de Julio Ribeiro. Este apresenta a sintaxe do adjetivo de forma mais reduzida e não faz menção ao caráter atributivo dos pronomes.

No capítulo V, *Syntaxe do artigo*, Pacheco aborda os empregos mais comuns do artigo à época. Destacam-se dois exemplos desse emprego em linguagem familiar, o que pode evidenciar uma preocupação do autor quanto ao que hoje se chama registro lingüístico:

Também é de uso o artigo quando um substantivo ou adjetivo qualif. vem ligado pela preposição *de* a um nome de pessoa, a quem nos referimos com certa energia: - *o velhaco do João; o mentiroso do sapateiro*. Mas estes modos de dizer só são usados na linguagem familiar (572).

Ou: “Com os nomes de baptismo só se emprega o artigo na *linguagem familiar* – para melhor individualizar a pessoa a que nos referimos: - *O José cá não veio hoje.*” (571).

Pacheco valoriza bastante a descrição da sintaxe do artigo. Elenca várias situações em que considera obrigatório o uso do artigo:

- a) diante dos nomes próprios no plural (“as Cesares”) (570);
- b) diante de título de obra (“*a Ilíada*”, “*o Paraíso Perdido*”) (570);
- c) diante de epítetos ou alcunhas (“*o Tiradentes*”) (571);
- d) diante de palavra que expresse idéia genérica em sentido coletivo (“*O homem é sujeito ao erro.*) ou idéias abstratas (*a sabedoria, o odio, a justiça*”) (571);
- e) diante de numerais indicando horas (“*às 3 horas, à meia noite*”) (571);
- f) diante de adjetivo no superlativo relativo (“*às minhas mais belas illusões.*”) (572).

Pacheco detalha que o artigo deve ser suprimido quando o superlativo vem posposto ao substantivo já precedido do artigo ou acompanhado de possessivo (“*sua idade mais feliz, seu filho mais velho, os seus trabalhos mais notáveis*”) (572);

g) em locução formada por dois substantivos na qual o segundo exprima a finalidade do primeiro (“o homem do leite”, “o vidro de sal”). O gramático reconhece que não é uma norma esse uso ao afirmar: “Este emprego, porém, é arbitrário, e dizemos – *garrafa de vinho, feira de gado, etc.*” (574). Mais uma vez, é possível perceber o compromisso com uma descrição detalhada dos usos da língua.

Afirma, ainda, ser comum a omissão do artigo nas seguintes situações:

- a) com os nomes dos dias da semana e dos meses (o autor não cita exemplos);
- b) em construções com preposições (“*está em casa*”, “*cheguei de Pernambuco*”) (574);
- c) nas aposições (“*Deus padre, todo poderos; Blumenau, colonia allemã no Brasil*”) (575);

d) nos provérbios ou sentenças populares, principalmente se contiverem negação (“*Viola jamais cantou feitos heróicos; pobreza não deixa brilhar*”) (575). Mas ressalta que há muitos exemplos em contrário, o que, mais uma vez, evidencia preocupação do gramático em apontar que não considera o uso descrito como o único possível.

e) diante de substantivo concreto ou abstrato que forma com um verbo (ter, haver, estar) uma idéia única (“*ter sede, correr risco, ter paciência*”) (575). Pacheco explica que estas locuções, cuja idéia principal está centrada no substantivo, podem, muitas vezes, ser representadas por um verbo (“arriscar-se, pacientar”). O mais interessante, nas afirmações acima referidas, é detectar a acentuada intuição lingüística do gramático. Tais expressões ou locuções representam um todo semântico: o substantivo não tem propriamente (ou apenas) um papel de complemento. Pacheco percebe isso, daí justificar com a troca por um verbo. Em decorrência, justifica o fato aludido, o de não haver como usar o artigo, já que o substantivo não tem caráter determinado.

Pacheco, aliás, ocupa-se claramente disso ao abordar a sintaxe do artigo. Deixa claro que a presença do mesmo exerce uma função determinativa e a ausência configura uma generalização. Detalha, para isso, os casos de repetição do artigo:

a) quando há uma sucessão de adjetivos no superlativo relativo (“*os mais esforçados e os mais temidos*”) (576);

b) quando os adjetivos ligados pela conjunção e referem-se a mais de um substantivo (“*o 1º e o 2º andar; a história antiga e a moderna*”) (576);

c) quando o substantivo representa vários grupos distintos entre si (“os sábios, os valorosos e os ricos cidadãos”) (576).

Como gramático, ocupa-se, na descrição da sintaxe do artigo, dos usos mais freqüentes – sem prescrevê-los como únicos – e dos efeitos de sentido decorrentes do uso, repetição ou omissão do artigo. Comparando-se a análise de Pacheco à de Julio Ribeiro,

pode-se observar que ambos apresentam rica explanação a respeito do artigo e ambos o definem como de grande valor para determinar ou individualizar o substantivo ou substantivar qualquer parte do discurso, inclusive orações e sentenças.

Traçando-se um paralelo com a abordagem encontrada em manuais didáticos e até em algumas gramáticas contemporâneas, pode-se perceber o quanto Pacheco (e também Julio Ribeiro) foram hábeis na descrição da sintaxe do artigo.

No capítulo VI, Pacheco trata da sintaxe do pronome, mais especificamente da colocação enclítica ou proclítica dos pronomes pessoais. Assevera que a colocação do pronome pessoal depende do fato de ser sujeito ou objeto e, também, da ênfase desejada e da eufonia.

Para ele, o pronome, quando assume a função de sujeito, geralmente é colocado antes do verbo, uso comum desde os primeiros tempos do português, especialmente nos tempos simples e compostos do indicativo. Pode o pronome, entretanto, aparecer enclítico ao verbo:

- a) com o imperativo afirmativo e negativo: “*Chama tu; não chames tu.*” (604);
- b) em frases interrogativas, optativas e exclamativas: “*Que estudam elles agora?*” (604);
- c) com o verbo no modo subjuntivo e sem presença da conjunção: “*Quizesse elle vir.*” (605);
- d) em frase iniciada por particípio: “*Cançado eu de escrever (=eu, cançado de escrever...)*” (605);
- e) com o verbo no infinitivo: “*Procederes (tu) assim é caíres no peccado da preguiça; querer você que eu vá, não é de amigo.*” Ressalta, porém, que, se a construção de infinitivo servir de complemento de uma preposição, é mais freqüente a próclise: “ *Para eu comer.*” (605);

f) em orações intercaladas com verbos hoje chamados *dicendi* (dizer, referir, replicar) :

“Não teimes tornou elle, cobra animo.” (605);

g) em orações com tempos compostos, o pronome em função de sujeito pode vir antes do auxiliar, ou entre o auxiliar e o particípio (o autor não elenca exemplos).

Pacheco declara que, ao assumir a função de objeto, o pronome tem a sua colocação também sujeita a regras, nem todas inflexíveis. Nessa afirmação, percebe-se, mais uma vez, a preocupação do gramático em enfatizar que não há um único tipo de uso no fato lingüístico descrito:

a) em construção com infinitivo pessoal, o pronome virá sempre anteposto: “Amores-me tu (Cp. – para tu me amares.) (605). Pacheco, entretanto, parece não ter escolhido um exemplo elucidativo para a regra apontada. Na primeira construção, o pronome está posposto ao verbo (já o era uma regra considerada fundamental na época não poder iniciar o período com o pronome oblíquo); na segunda, a estrutura é desdobrada e aparece como regida de preposição, o que mudaria, de alguma forma, as relações sintáticas entre os membros da oração.

b) em construção com infinitivo, mas com sujeito oculto, é livre a colocação: “*Sem o ter; sem tel-o*” (606). Alerta que, em caso de dois verbos no infinitivo, a colocação é ainda mais livre. O pronome pode ser empregado antes do verbo auxiliar (“*Sem nos poder conter.*”); depois do verbo principal (“*Sem poder conter-nos.*”); entre o verbo auxiliar e o principal (“*Sem poder-nos conter.*” “*Sem poder nos-conter*) (606). Os dois últimos exemplos revelam situações sintáticas distintas para o autor. Em “*poder-nos conter*”, o pronome reforça o sentido do auxiliar poder; em “*poder nos-conter*”, enfatiza a relação entre o verbo conter e o pronome objeto. O uso do hífen é de suma importância do ponto de vista descritivo, pois funciona como uma marca para um outro uso detectado na língua. Também aí Pacheco revela sensibilidade para a análise lingüística. Não foi possível

comparar a abordagem de Pacheco, nesse ponto, com as afirmações de Ribeiro, para a colocação do pronome objeto entre dois verbos, já que não foram encontradas referências sobre o tipo de colocação descrito acima na gramática de 1881.

c) em frases interrogativas e imperativas será enclítico sempre: ‘*Chama-o, ajuda-me*’ (606);

d) em frase com dois pronomes (objeto direto e indireto), o indireto deve preceder o direto se este for expresso pelas formas *o, a, os, as* : “Elle m’o deu”. “Disse-lh’o hoje”. Caso o objeto direto seja expresso por outras formas pronominais, deve vir proclítico: “Elle *apresentou-se-me chorando*”. “*Lembre-se de me recomendar*.”⁶⁴ (607);

e) em orações com tempos compostos, o pronome tem colocação livre antes do auxiliar ou entre o auxiliar e o particípio: “*Nos o temos visto; tinha-o visto; temol-o visto*.” (607);

Pacheco considera que o pronome objeto deve ser proclítico nas seguintes situações:

a) em frases iniciadas por advérbios (de negação, tempo, lugar, quantidade ou modo): “Não o chames; não te espero mais” (607);

b) em frases com pronome sujeito claro e verbo no futuro do presente e do pretérito: “Eu te lembrarei, tu lhe dirás, elle me lembraria.” (607);

c) em orações com gerúndio precedido da preposição *em*: “Em me falando...” (608);

d) em orações com pronomes relativos: “O homem que te escreveu...” (608);

e) em orações com verbos no subjuntivo, principalmente precedido de *que*: “*Se me visses, quando elles te procurarem; sei que me estimas*. No último exemplo, o autor parece cometer um pequeno equívoco, pois a forma verbal está no presente do indicativo (608).

Pacheco volta a afirmar que essas regras não devem ser entendidas como inflexíveis e que os próprios literatos muitas vezes optam por determinado uso levando em

⁶⁴ O autor não mantém um padrão no uso do itálico.

conta a eufonia e harmonia. Empregam a colocação pronominal como um recurso de estilo. Cita exemplos de Garret, Padre Vieira e Camões (609) para corroborar suas afirmações.

Também como já o fizera anteriormente, defende a oralidade como um uso legítimo da língua:

O emprego proclítico do pronome, a par da forma enclítica, data do século XII. No XIV é manifesta a preferência pelas formas proclíticas (quando em relação adverbial ou conjuntiva), e que mais se accentúa e se torna geral, uniforme, no XV.

No latim barbaro a preferência é pela posposição do pronome oblíquo: - *Non calumniemus vos; quos me dedisti; dedit uno seruo et tornavit illo; concedimus tibi; placuit nobis*, etc.

Mas que o povo portuguez mais se afeiçãoou á anteposição, provam-no os seus dizeres, provérbios, juras, precações e imprecações: - *O demo te leve; o diabo te carregue; Deus te ouça; Deus te ajude; mãos raios te partam; Deus me livre*, etc.” (610).

Pacheco mantém clara a sua metodologia ao analisar a sintaxe de colocação: faz correlações com a gramática latina, revela aspectos históricos da língua portuguesa e chega à descrição de características contemporâneas.

Por outro lado, Pacheco – talvez preocupado com o público-alvo de sua gramática, jovens de ensino secundário – alerta para um uso considerado inadequado. Afirma que não se deve iniciar uma oração ou período com um pronome objeto e nem com partícula apassivadora. É mais enfático ainda ao condenar a colocação do pronome após o particípio: ‘Nunca se colloca o pronome objecto depois do particípio aoristo de tempo composto: *Havendo-te visto*, e *nunca havendo visto-me* (610).

Ao usar duplamente o advérbio nunca, Pacheco assume um tom prescritivo e proscritivo em suas recomendações. Nota-se, em determinados momentos, que ele oscila entre elaborar uma obra voltada aos interesses imediatos dos alunos, como a preparação para provas e exames, e uma obra comprometida com o rigor científico na descrição da língua.

No capítulo VIII, *Syntaxe do verbo*, Pacheco faz detalhada análise morfosintática dos usos do verbo. Inicia com uma breve exposição sobre concordância verbal e passa a fazer uma detalhada análise das formas nominais. Em relação ao infinitivo, é importante destacar suas afirmações sobre os seguintes pontos:

a) a potencialidade nominalizadora de um infinitivo ao receber a anteposição de um *adjetivo determinativo*, ou seja, pronome demonstrativo, possessivo, artigo: *o viver, o meu viver, teus dizeres* (613);

b) a singularidade do infinitivo português de poder flexionar-se em pessoal e impessoal bem como a descrição dessas formas. Para Pacheco, usa-se o infinitivo impessoal quando a oração puder ser substituída por outra de verbo no indicativo ou subjuntivo: *Virtude, sem trabalhares e padeceres (sem que trabalhes e padeças)* (613); quando é sujeito, complemento de um verbo ou de uma preposição: *É muito proprio das mulheres o sair para verem e serem vistas.* (613); ou quando o verbo da oração do infinitivo não puder ser substituído por outro no indicativo ou subjuntivo (*Outros são incrédulos até crer.*); ou quando há sujeitos idênticos (*‘Se queixaram de verem sair á meia noite; forçareis as pedras a vos fazer a vontade’*) (614);

Considera ser o infinitivo pessoal um grande elemento de clareza e afirma que seu emprego data do século XIII e que, portanto, não estaria presente nos primeiros documentos autênticos da língua. Destaca, ainda, que seu uso no século XV era muito mais livre do que no século XIX.

Entretanto uma descrição mais detalhada é feita sob a advertência de que, em muitos casos, o uso do infinitivo (pessoal ou impessoal) é decidido em função da clareza ou da eufonia. Destacam-se, a seguir, alguns desses usos:

c) é possível empregar o infinitivo em lugar do imperativo, herança do latim mantida pelos escritores clássicos portugueses: *ALEGRAR que é chegada a hora*; *FUGIR, FUGIR do infame que vos quer prender* (617);

d) o emprego (ou não) de preposição antes do infinitivo:

d.1 – o infinitivo puro (desacompanhado de preposição) pode exercer a função de sujeito (com verbos e locuções impessoais como *convém, é força, importa, basta, é possível*); de objeto de verbos auxiliares modais (*poder, saber, dizer, querer*); de parte de uma proposição composta com o verbo de ligação (*Lembra-me tel-o visto; não era digno de viver; eu o vi chorando*) (619);

– o infinitivo acompanhado de preposição – de uso frequente no baixo latim do século I – pode estar subordinado a um verbo, adjetivo ou substantivo, e corresponde ao gerúndio latino ativo ou passivo (*Cousa de fazer chorar – res miseranda⁶⁵, res flebileis*) ou ao infinitivo puro latino (*duro de soffrer – durum toleratu*) (619); a construção com infinitivo de ser ou estar precedido das preposições *por* e *para* forma uma conjunção *perifrástica* (*Estava para ler, está para morrer*) (609); a construção com a preposição *a* indica uma ação presente (*Estava a escrever*) ao passo que a construção com a preposição *com* revela futuridade (*Estava para ler, estava para morrer*) (619);

e) Pacheco destaca, ainda, tipos de sentença ou tipo de construção mais frequentes em que o infinitivo costumava ser empregado no final de século XIX. Para ele o infinitivo pode aparecer em qualquer tipo de frase (“preposições independentes, exclamativas, optativas, deliberativas: - *Mulher, muito grande é o teu bom perseveras.*”) (615). Afirma que o infinitivo português desenvolveu uma construção (*Não tenho que responder; não sei que dizer.*) já típica no baixo latim, quando o infinitivo passou a substituir o subjuntivo latino nas interrogativas indiretas. Da construção típica do latim clássico “*Quid scriberem non*

⁶⁵ O autor não usa itálico para os exemplos em latim.

habebam” passou-se ao uso “*Quid scribere non habebam* (non habent quid RESPONDERE, S. Agost’) (615). Pondera, ainda, que há um tipo de construção em que o infinitivo completa o sentido de um verbo, de uso muito restrito, mas já conhecido dos latinos, e dá como exemplo *Eu o vi fazer os seus preparativos* (617). É interessante destacar que essa construção, tão comum hoje, não é detalhada pelo gramático. Isso, de certa forma, corrobora a idéia de que não deveria ser comum no final do século XIX haja vista o fato recorrente de o autor dedicar detalhadas observações a empregos detectados como freqüentes por ele.

Pacheco apresenta as outras duas formas nominais, particípio e gerúndio, sob a rubrica de *Particípios*, dividindo-as em três subgrupos: particípio presente, gerúndio e particípio passado.

Afirma que o particípio presente era usado, na época, somente como adjetivo, admitindo somente flexão de número, propriedade já presente no latim clássico e intensificada no latim bárbaro (*homem ou mulher amante, homens ou mulheres amantes*) (620). A função verbal com complemento esteve presente até o século XV e conservaram-se apenas vestígios desse emprego, uma vez que não possui mais propriedade transitiva. O particípio absoluto foi substituído pelo gerúndio e o particípio presente manteve-se em algumas expressões, de caráter adverbial ou preposicional (*durante a guerra, isso não obstante*) (621). O seguinte trecho comprova o uso de nomes advindos do particípio presente:

No portuguez, vive, pois o particípio presente com valor de adjectivo apposto a um substantivo sem attenção ao tempo, e servindo para exprimir uma qualidade: - *cousa importante, olhos ardentes, força imponente*; mas também tornou-se verdadeiro substantivo em muitos casos – *o amante, a corrente, os combatentes*.

Muitas vezes depende de outras partes da proposição, como do verbo de que deriva – *um palácio pertencente ao Imperador*.

Com pleno sentido verbal, só nos escriptores antigos ou em algumas construções consagradas pelo uso, como vimos acima (621).

Tal citação, a princípio, poderia sugerir que Pacheco apresente apenas uma derivação sincrônica do particípio presente, mas não é o que ocorre. Ele descreve o uso no português antigo, século XV, cita exemplos de Camões e Vieira (mais uma vez) e chega a exemplos do final do século XIX.

Já o gerúndio é mostrado a partir de comparações com a Língua Latina. Segundo Pacheco, o gerúndio português corresponde ao gerúndio latino (*docendo, dicitur, legendo*) e ao particípio presente latino (*ueniebant uolantes – vinham voando*); também o emprego da preposição *em* com formas em gerúndio é herança latina. Exemplifica com Cícero (*in judicando, in disserendo, in agendo*) (622) e pondera que, nesses casos, é empregado para indicar que a segunda ação é imediata à primeira (*Em chegando X, parto para Itu; em falando, em dizendo, em dormindo*). Nota-se, nesse ponto o predomínio de uma abordagem diacrônica (621).

Para abordar o particípio passado, Pacheco parte, também, de comparações com a gramática latina. Aponta semelhança no uso do particípio passado dos verbos transitivos com os depoentes latinos ao afirmar que o primeiro pode ser empregado com sentido transitivo se unido ao gerúndio de *ter* e *haver* (*mandado à.. promptamente se partiu; depois de comidos e bebidos, foram-se embora*) (624). Também evidencia que sempre houve uma tendência de considerar o particípio passado como apenas uma forma de um pretérito composto. Cita como exemplos “*Cognitum habeo = cognoui. Tenho conhecido = conheci*” (623).

Mostra que, no português antigo, o particípio passado, ao ser empregado com *ter* / *ser* concordava com o sujeito do verbo em gênero e número, independentemente da ordem da construção: “*Bom servidor e leal nos serviços que lhe tinha feitos*” (F. Lopes); “*e do Jordão areia tinha vista.*” (Camões) (622).

Há um ponto da abordagem do particípio passado que merece destaque. Pacheco destaca que o uso do particípio pode substituir construções subordinadas formadas por pronomes relativos ou conjunções de tempo, causa ou motivo (novamente compara com usos do latim): “*Elles ouvindo essa fala disseram* (eles que ouviram); *este facto aconteceu reinando Affonso* (quando reinava); *podendo fazer não o fez* (comquanto pudesse fazer)” (624). Ao abordar subordinação (mais especificamente as orações adverbiais e adjetivas), no capítulo I, não fez qualquer referência ao que hoje equivale a uma oração subordinada reduzida de particípio. É possível, assim, supor que, à época, tal assunto fosse focalizado mais como um processo morfológico do que sintático.

Verificando-se o ponto de vista de Julio Ribeiro para esse tipo de construção, constata-se haver aspectos em comum entre a sua obra e a de Pacheco. Ribeiro (1881: 243) afirma que o particípio passado pode formar orações participiais absolutas – correspondentes exatas do ablativo latino -, equivalentes a outras construções de verbo no indicativo ou subjuntivo. No capítulo destinado à análise das orações adverbiais e adjetivas, não há referências às orações reduzidas. Daí, poder-se deduzir que, no final do século XIX, as construções com orações reduzidas fossem vistas mais sob o ponto de vista de um uso do particípio do que uma construção sintática bastante utilizada e, exatamente por isso, não fossem registradas junto ao estudo do período composto.

Em relação ao emprego dos modos e tempos, Pacheco descreve inicialmente a voz ativa e a voz passiva, para depois analisar o uso de tempo e modos e as possíveis correspondências de uso. Apresenta, também, um breve estudo sobre concordância e regência verbais.

1- Na análise da voz ativa, aborda, de forma talvez superficial, a transitividade dos verbos, especialmente a dos chamados transitivos diretos. É relevante destacar que retrata a oscilação de transitividade dos verbos como fato comum:

Essas mudanças explicam-se:

1º- Um verbo transitivo pódê construir-se quasi sempre intransitivamente (*crêr, encontrar, esperar, consentir*, etc.), mas o objecto vae para relação adverbial: - *Creio o que referes, creio no que referes*.

2º- O verbo intransitivo pódê ter um complemento directo, isto é, pódê ter significação transitiva (*trabalhar, gritar, chorar, calar, andar, correr, dançar*, e todos os que exprimem locomoção, etc.) *Dormir um somno*. Esta faculdade era bem mais ampla no português antigo.

3º- Muitos verbos intransitivos empregam-se com sign. trans., valor factitivo (*descer, entrar, passar, cessar, chegar*, etc.) (626).

Pacheco descreve também a construção hoje chamada de objeto direto preposicionado, mas elenca dois exemplos que mantêm claras diferenças. “O caso objeto pódê ser acompanhado de preposição principalmente quando designa função pessoal: - *Amarás ao Senhor teu Deus, e ao proximo como a ti mesmo* (626). E quando é expresso por fórmulas verbais: - *Comecei a cuidar, começava de querer*.” (627).

O primeiro exemplo, parece não haver dúvida, remete ao caso de objeto direto preposicionado. O segundo, por sua vez, corresponde a uma perífrase verbal (CUNHA, 1985:371), em que o verbo começar age como um auxiliar e assume um aspecto incoativo. Não há, sob o olhar contemporâneo, como considerar os verbos cuidar e querer como objetos de *começar*.

Pacheco trata, também de forma superficial, dos verbos transitivos diretos e indiretos “(*Nomearam-no professor; e o alçarão por Rey* (também *em Rey*)”, enfatizando que esse uso pode ser de carácter enfático ou expletivo (“*Os feitos que os Portuguezes obraram nesse dia, o oriente os diga*.”) (627).

Buscando-se novamente um cotejo com a abordagem de Ribeiro, percebe-se que este apresenta uma análise bem mais detalhada do que a de Pacheco. Muitos são os exemplos, o que leva a considerar como mais rica a descrição de Júlio Ribeiro acerca da voz ativa.

No tocante à voz passiva, Pacheco apresenta descrição minuciosa. Afirma que a passiva pode ser construída com os verbos *ser, estar, vir, andar* e que exige um agente

acompanhado das preposições *por* e *de*. Mais uma vez, cita Camões: “...*sendo das mãos lascivas maltratado*” (627). Usa exemplos dos séculos XIII e XIV para corroborar a afirmação de que o uso da preposição de na voz passiva deve-se a uma tendência nominal do particípio: “*É feito de asperodes, he aborbotado de escudos*”⁶⁶. Detalha que a construção com a, influência da construção latina (*a, ab*), é encontrada até o século XVII: “Era ensinada á livros de historias.” (627).

Pacheco mostra, ainda, a correspondência de emprego das vozes verbais. O verbo pode assumir valor passivo em construções do tipo “Facil de dizer”; pode, quando em forma passiva com sujeito indeterminado, ser representado por uma forma ativa (“diz-se ou dizem”) (628); pode o passivo impessoal⁶⁷ exprimir-se pelo verbo em voz ativa (“vae-se passa-se, morre-se”) (629).

Chama a atenção a nomenclatura utilizada por Pacheco para o caso de voz passiva pronominal. Trata o gramático, no mesmo item, do exemplo transcrito acima para passivo impessoal e do que chama de voz passiva com pronome reflexo, dando como exemplo a frase “Não se acha o livro, não se acham os livros.” (629). Pacheco, entretanto, não oferece maiores detalhes sobre a voz passiva pronominal.

Cabe observar que, na análise da sintaxe do verbo, especialmente no que se refere às vozes verbais, Pacheco parece não propiciar ao público-alvo de seu manual, alunos dos colégios de ensino médio, uma descrição suficientemente detalhada.

Pode-se perceber que Ribeiro (1881) apresenta o assunto de forma mais clara e voltada ao objetivo pedagógico:

Cumprê todavia notar que por meio de *se* só *se*. apassivam verbos cuja acção não possa neste caso ser exercida pelo sujeito. E a razão é que, podendo o sujeito exercer a acção, dar-se-ia ambigüidade de sentido: com effeito ‘O homem feriu-se’ não é o mesmo que ‘O homem foi ferido’, porque o homem

⁶⁶ Não cita o nome do autor da frase.

⁶⁷ Pacheco refere-se a construções típicas de indeterminação do sujeito, o que pode revelar certa confusão entre valor sintático e valor semântico dos processos que expressam tal indeterminação.

poderia ter-se ferido a si próprio. Em ‘Concertam-se relógios’ não se dá ambigüidade; tal phrase equivale exactamente a ‘Relógios são concertados’, porquanto relógios não podem concertar-se a si próprios (1881:233).

Percebe-se também que Pacheco, na análise do verbo, não mantém o procedimento de citar lingüistas europeus e gramáticos portugueses para corroborar suas afirmações. Nesse ponto, pode-se perceber que suas afirmações voltam ao modelo praticado pelas gramáticas portuguesas. O mesmo ocorre em relação à abordagem da concordância verbal. Parte de uma comparação com o português antigo e afirma que, em regra, o verbo concorda em número e pessoa com o sujeito e que as maiores dificuldades encontradas estão nas seguintes construções: sujeito composto da 1ª, 2ª e 3ª pessoa gramatical leva ao emprego do verbo na 1ª pessoa do plural; se composto pela 2ª e 3ª pessoa leva ao emprego da 2ª pessoa do plural (‘*Tu e eu estamos bons; Tu e elle sois dous sabidos.*’) (630); sujeito composto por elementos de mesmo tipo e no singular levam ao emprego do verbo no plural, porém se o sujeito é representado por um “expoente geral, ou quando a sua correlatividade se funda num único conceito, o verbo ordinariamente fica no singular: A gloria, a riqueza, a formosura, **tudo** é vaidade.” (630). Nota-se, nessa passagem, uma volta ao modelo tradicional, corroborada pela escolha do exemplo de Vieira.

Mas, em alguns pontos, Pacheco procura realizar uma descrição mais atualizada e destaca casos da língua moderna nos quais a escolha pelo tipo de concordância a ser feita depende da intenção do autor da frase. Enumera casos de sujeito representado por coletivo, locução exprimindo quantidade, verbo fazer empregado para expressar soma, sujeito composto com a preposição com e as conjunções nem e ou. Ao mesmo tempo, faz comparações com latim e outras línguas como o provençal e francês, reiterando o processo histórico-comparativo na análise lingüística.

Em relação aos modos e tempos verbais, Pacheco apresenta definições e correspondências de uso. Nota-se, nesse ponto, falta de clareza naquilo que apresenta. Há uma preocupação em descrever o uso dos tempos básicos.

a) O presente representa a ação no momento em que se fala; indica ação contínua e habitual, é usado em ditos populares ou aforismo: “Quem dorme não guarda cabras. Tanto vae o póte á fonte que afinal lá fica.” (633). Pode ser usado em lugar do futuro (“Vou logo”), do pretérito imperfeito do indicativo e futuro do subjuntivo (“Se adivinho, não caía nessa, se falas, arrependes-te.”) (634).

Pacheco faz interessante referência ao presente histórico:

Ao presente empregado pelo passado dá-se o nome de *presente histórico*, que, não há negar, dá mais vivacidade ao discurso.

Não acabava quando uma figura.

Se nos *mostra* no ar robusta e valida.

(Camões) (634)

Pode-se considerá-la interessante por dois motivos: usa novamente Camões para exemplificar, mas emprega um termo considerado de grande atualidade nos estudos lingüísticos contemporâneos: discurso. Parece haver aí uma espécie de jogo de oposição entre o antigo e o moderno: a definição para algo comum em seu tempo (o uso do presente histórico) comprovado por versos do século XVI e justificado pelo uso de uma expressão usada talvez com um valor semântico à frente de seu tempo (o uso do termo presente histórico), comprovado por versos do século XVI e justificado pelo uso de uma expressão usada talvez com um valor semântico à frente de seu tempo.

b) O pretérito perfeito destina-se a uma ação definida. O pretérito imperfeito e o mais-que-perfeito representam o presente no passado. O imperfeito pode indicar uma ação contemporânea (o autor não cita exemplos) de outra já passada, ou uma ação habitual (“Estudava todos os dias”) (635). O mais-que-perfeito expressa uma ação que durava

ainda no momento em que se deu outra ação passada (“Elle tinha falado quando eu entrei”) (536).

c) O futuro enuncia uma ação que se deve fazer em todo tempo posterior ao em que falamos. Pode substituir o presente (“*Quantos não estarão agora arrependidos.*”) (534) e o imperativo (“*Tomarás uma espingarda e irás ver quem é.*”) (536).

Ainda no capítulo que trata da sintaxe do verbo, Pacheco apresenta, sob o título *Correspondência dos tempos*, a correlação dos modos verbais nas orações coordenadas e subordinadas:

a) Em relação a orações coordenadas, o gramático faz um breve comentário sobre a confusão dos tempos verbais nos séculos XV e XVI; não aborda propriamente possíveis correlações e não dá exemplos.

b) No tocante a orações subordinadas, assevera que, no português antigo, havia maior liberdade na correlação dos tempos verbais. Talvez essa afirmação possa ser considerada uma evidência de que, no final do século XIX e início do século XX, tal correlação fosse tratada de forma mais normativa. A seguir um quadro com o resumo das correlações apresentadas.

ORAÇÕES SUBORDINADAS	VERBO DA ORAÇÃO PRINCIPAL	VERBO DA ORAÇÃO SUBORDINADA	EXEMPLOS
a) Completivas Or. Subjetivas Or. Objetivas	1. pensar, crer, sentir, saber, supor 2. exprime admiração, alegria, tristeza, dúvida, receio, surpresa, mando. 3. indica facto positivo ou atual. 4. indica dúvida ou condição.	modo indicativo modo subjuntivo modo indicativo modo subjuntivo	<i>“Parece-me que elle vem (virá).”</i> (642) <i>“Receio que elle venha; mando que vás.”</i> (642) <i>“Se soffres, a culpa não é tua.”</i> (642) <i>“Se tu fores, eu escreverei.”</i> (642)
b) Concessivas	verbo no subjuntivo	modo subjuntivo	<i>“Ainda que eu saiba.”</i> (643)
c) Causais	(Não há referência ao verbo da oração principal.)	modo indicativo modo subjuntivo (em orações negativas)	<i>“Visto que vens, eu não vou.”</i> (643)
d) Temporais e Modais	(Não há referência ao verbo da oração principal.)	modo indicativo e subjuntivo (dependência da conjunção)	<i>“Até que cheguem as notícias.”</i> (644) <i>“Enquanto estiveres (estás) ahí.”</i> (644)
e) Relativas	• indica ação certa, positiva • ação incerta ou possível	modo indicativo modo subjuntivo	<i>“Indica-me o caminho que vae à villa.”</i> <i>“Indica-me o caminho que vá dar à villa.”</i> (644)
f) Final	(Não há referência ao verbo da oração principal.)	modo subjuntivo	(Não cita exemplo.)
g) Consecutivas	(Não há referência ao verbo da oração principal.)	modo indicativo	<i>“Elle é tão sabio que não tem par.”</i> (645)
h) Condicionais	• verbo expressa facto presente, passado ou futuro • verbo expressa hipótese / algo imaginado	modo indicativo modo subjuntivo	<i>“Se isso me promettes, teu será meu coração.”</i> (646) <i>“se tivesse muito saber, estaria contente.”</i> (646)
i) Comparativas	(O autor apenas cita esse tipo de oração.)		

Pacheco aborda, ainda, as orações interrogativas que chama de dependentes. Em interrogativas direta (*“Que fazes? Quem és tu?”*) e indiretas (*“Dizei-me quem sois? Elle pergunta se a estrada é boa. ”*) (646), descreve o uso do indicativo. Afirma que o subjuntivo é usado quando a pergunta indireta se transforma em direta, porém não há exemplificação, o que impede maior esclarecimento. No português contemporâneo, a interrogativa indireta, ao se transformar em direta, mantém o emprego do indicativo como

nos exemplos a seguir: a) Disse que não faria isso. / Disse: - Não farei isso. b) Perguntou quem estava ali. / Perguntou: - Quem está aí?

Já a correspondência entre os tempos verbais, é apresentada sobre a forma de nota (bastante extensa e detalhada) com três páginas. Esse tratamento diferenciado e a constatação de Pacheco não citar referências bibliográficas, que sirvam de argumento de autoridade para suas afirmações, levam a supor que o conteúdo dessa nota seja resultado de observações pessoais. Essa mudança no procedimento descritivo fica bem clara ao leitor. Nota-se também que Pacheco repete informações já apresentadas ao tratar do emprego dos modos verbais nas orações subordinadas. Abaixo se encontram sintetizadas as afirmações do autor sobre essa questão:

Valor semântico do verbo da or. principal	Tempo do verbo da or. subordinada
1- existência simultânea ao ato da palavra 2- existência continuada ou habitual em época passada	<ul style="list-style-type: none"> • presente do indicativo • “<i>Digo, disse, direi, etc. que Deus é justo.</i>” (647) • pretérito <p>“<i>Digo, disse, direi, etc. que el-rei</i> <i>”D. Pedro I era justiceiro, mas cruel.” (647)</i></p>

Quando o verbo da oração subordinada (de caráter integrante) expressa existência que se refere a certa época e a oração principal for afirmativa, há, segundo Pacheco, seis possibilidades de uso de tempo verbo:

Verbo da or. Principal⁶⁸	Tempo do verbo da or. subordinada substantiva
a) no presente ou futuro do presente do indicativo	<ul style="list-style-type: none"> qualquer tempo exceto futuro do presente do pretérito do indicativo. <i>“Digo ou direi que amar, - que amastes, - que amarás; etc” (647)</i>
b) no pretérito perfeito ou futuro do pretérito	<ul style="list-style-type: none"> qualquer tempo exceto futuro do presente do indicativo. <i>“Disse ou diria que amo, que amaste, - que amarás, - que amavas, etc (648)</i>
c) presente ou pretérito mais-que-perfeito	<ul style="list-style-type: none"> presente ou pretérito mais-que-perfeito do indicativo verbo (se designa existência simultânea ou anterior à ação da or. Principal) <i>“Dizia ou dissera que amavas ou que amáras.” (648)</i>
d) presente do subjuntivo	<ul style="list-style-type: none"> qualquer tempo exceto futuro do presente e do pretérito do indicativo. <i>“Caso eu diga que amo, - que amaste, - que amarás, etc.” (648)</i>
e) pretérito imperfeito do subjuntivo	<ul style="list-style-type: none"> presente, pretérito e futuro do pretérito do indicativo. <i>“Quando eu dissesse que amo, - que amava, - que amára, que amaria, - que amasse elle. (648)</i>
f) futuro do subjuntivo	<ul style="list-style-type: none"> presente e pretérito perfeito do indicativo, futuro do subjuntivo. <i>“Quando eu disser que amo, - que amei, - que ames.” (648)</i>

Quando o verbo da oração principal indica surpresa, admiração, consentimento, suposição, proibição, dúvida, temor, desconfiança, ordem, o verbo da oração subordinada poderá estabelecer a correlação com aqueles por meio de vários tempos verbais:

⁶⁸ Atualizou-se a nomenclatura referente aos tempos verbais para viabilizar uma síntese objetiva da descrição feita pelo autor.

a) presente ou futuro do presente do indicativo.	<ul style="list-style-type: none"> • futuro do presente do indicativo e presente do subjuntivo. <i>“Espero, quero, permitto, confio, desejo, mando ou esperarei, quereirei, permitirei, etc. que venhas.” (648)</i>
b) pretéritos e futuro do pretérito do indicativo.	<ul style="list-style-type: none"> • Pretérito imperfeito do subjuntivo. <i>“Esperei, esperava, esperára, esperaria que viesses.” (649)</i>

Analisadas as correspondências descritas por Pacheco, pode-se perceber uma preocupação em mostrar aos alunos a riqueza de usos nos mais diferentes tipos de construção possíveis com os verbos. Destacam-se não só o fato de os exemplos não serem retirados da literatura (são exemplos criados pelo próprio gramático), mas também o de ele justificar a sintaxe dos verbos a partir do valor semântico dos mesmos. Há uma certa dúvida se, nesse ponto, Pacheco não revelaria uma aproximação ou manutenção de um modelo de gramática lógica e especulativa que, em seu tempo, passava a ser considerada ultrapassada.

Pacheco apresenta, também, um estudo sobre o emprego dos auxiliares *ser*, *estar* e *haver* e sobre a regência de vários verbos, chamada de uso sintático. Embora reconheça que, em muitos casos, *ser* e *estar* possam ser utilizados do mesmo modo, ocupa-se de explicar os usos diferentes de ambos. Considera que o verbo *ser* serve de auxiliar da voz passiva e que pode exprimir uma qualidade inerente ao sujeito, estado costumeiro ou procedência (*“O Brasil foi descoberto por P.A. Cabral; a neve é fria; Plácido é alegre, Este rapaz é de Campinas.”*) (650). Em relação ao verbo *estar*, julga que expressa uma qualidade ocasional ou transitória; e a situação de lugar onde algo ocorra (*“A água está fria; Elle está em Campinas”*) (650). Relaciona, ainda, as várias preposições que podem acompanhar o verbo *estar* para expressar circunstância de tempo ou modo; as várias

acepções que esse verbo pode assumir; as construções com infinitivo que assumem sentidos diferentes em função da preposição que as compõe. A preposição a indica futuro próximo (“*Está a morrer.*”); em indica propósito, resolução⁶⁹; para revela possibilidade, proximidade imediata de um acontecimento; por remete à não-realização temporária de algo (“*A conta está por pagar.*”) (652).

Quanto ao verbo haver, Pacheco afirma que sua sintaxe é envolta em controvérsia: uns a consideram *idiotismo*; outros alegam existir uma elipse do sujeito apropriado ao caso (“*há homens = o mundo ha (tem) homens.*”) (653). Justifica que, assim como ocorria correspondência de uso entre ser e estar⁷⁰, também o ocorria entre haver e ter:

“...também empregavam o verbo *haver* por *ter*, costume que ainda persiste no povo (tem *dias que não posso ler, no museu* tem muitas cousas que não vi). Em latim, já o verbo *habere* significava *ter*; e passou também a empregar-se por *ser*⁷¹ (653).

Pacheco apresenta junto à descrição do verbo *ser*, uma indicação de nota de rodapé: “No dialecto portuguez de Ceyão emprega-se *ter* por *ser*. – *Todas minhas cousas tem vossas* (Schuchardt).” (653). Pode-se notar, por meio da referência ao lingüista alemão, a preocupação em fornecer dados atualizados sobre a polémica em relação ao uso dos verbos referida por ele. Ao mesmo tempo, usa a referência à gramática latina e, posteriormente, uma referência à gramática grega:

Hoje a phrase- *há homens* (*haverá cavallos*, etc.), é um facto grammatical. A regra de concordancia em numero entre o verbo e o seu nominativo é universal; mas a peculiaridade idiomática do verbo *haver* não é singular. Assim, do Grego, entre outras excepções, temos uma muito familiar, quando o nominativo é de genero neutro: - *oi anthropoi agathoi eisin*, os homens são bons, mas *ta biblia kala estin*, os livros é bom. E esta regra era geral para todos os verbos e nominativos neutros.

No grego ainda, se o verbo chamado substantivo precede o seu nominativo, ‘de modo que o numero do sujeito fica indeterminado quando se

⁶⁹ O autor não fornece exemplos.

⁷⁰ O autor dá exemplo de Camões: *Fui* na guerra por *estive* na guerra. Ocupa-se do verbo ser, mas exemplifica com o verbo ir? Ou seria *ser*?

⁷¹ O autor não fornece exemplos.

pronuncia o verbo’, este deve ficar no singular, embora o nominativo seja masc. ou fem. Plural. E o mesmo acontece no francez: = it est (il y a) *des hommes*” (653).

Pode-se inferir, a partir da leitura do trecho acima, que Pacheco busca justificativas de caráter histórico e comparativo (com línguas clássicas e modernas) para suas afirmações. O uso da expressão “fato gramatical” também revela uma posição mais típica de um lingüista do que de um gramático como o concebido tradicionalmente. Havia, na época, um novo rumo no que se referia à Lingüística:

Na nova ordem, o estudo empírico do *uso* lingüístico (ainda que fosse sempre aquele abonado pelos ‘grandes escritores’) deveria preceder à teoria; e a explicação das formas e funções lingüísticas não deveria advir das coerções lógicas, mas, sim, das causas históricas. Decidir se essa causalidade histórica era necessária, ou contingente, aperfeiçoadora ou degeneradora, enriquecedora ou corruptora, desencadearia novos problemas e, *ça va sans dire*, acaloradas discussões (ALTMAN, 2004:175).

Em relação à regência verbal, Pacheco descreve o comportamento sintático dos verbos acabar, acontecer, andar, assistir, caber, cair, chamar, começar, competir, constar, convir, crer, custar, dar, deferir, deparar, esquecer, falar, fazer, ficar, fugir, parecer, poder, saber, servir, vir. Há coincidência entre o que expõe e o que se encontra hoje a respeito desses verbos. Cabe, entretanto, destacar o que menciona a respeito dos verbos deparar e custar. Em relação ao primeiro, pondera que deve ser empregado sem preposição e cita exemplo de Vieira, mas reconhece, logo a seguir, que há exemplos do uso com preposição em escritores considerados puritanos: “*Deparei com um pobre homem*, assim cousa de sacristão muito velho e *muito bruto*” (Garret) (658). Quanto ao segundo (*custar*), informa que, com a significação de ser difícil, deve ser usado na terceira pessoa do singular como complemento regido da preposição a, tendo o verbo por sujeito uma proposição infinitiva: “*Muito custou ao governo vencer os revoltosos*” (657). Faz, porém, relevante

observação: em linguagem vulgar, esse verbo é usado em todas as pessoas e seguido de proposição infinitiva precedida da preposição a: “*Custa-me a crêr.*” (657).

Pacheco registra, assim, um exemplo de variedade sintática. Embora use a expressão “linguagem vulgar”, ao mencioná-lo reconhece o uso de *custar* como pessoal. Sabe-se que tal uso pode indicar um processo de mudança na regência do referido verbo já naquela época. Fica claro, mais uma vez, que Pacheco sente necessidade de registrar empregos evidentes, embora diferentes daqueles considerados “recomendáveis”.

Luft registra observação relevante a esse respeito:

...(custar+a+Infinitivo) Inovação sintática brasileira:[*custa + infinitivo + a alguém*] > [*alguém custa + a + Infinitivo*], talvez pelo modelo de [*demorar* ou *tardar + a + Infinitivo*]. Sintaxe ainda não bem vista em linguagem escrita formal, embora tenha entrado na língua literária já ao tempo do Romantismo (cf. Alencar)... (1993:160).

Considerando-se o tempo em que já havia registros desse emprego de custar (desde o Romantismo), é possível detectar um compromisso de Pacheco com o registro atualizado dos usos que descrevia. Embora “condenável” para o tipo de gramática (preparatória para provas finais) feita por ele, não se omitiu e registrou uma evidência da época.

Por fim, cabe destacar que, ao longo da análise do comportamento dos verbos, Pacheco manteve a essência de sua metodologia: teoria fundamentada em causas históricas.

8. FUNDAMENTOS DA MORFOLOGIA NA OBRA DE PACHECO JÚNIOR

O livro I da *Grammatica da Lingua Portuguesa* (1907) compõe-se de três fragmentos: Parte I (*Phonologia*⁷²), Parte II (*Taxionomia*) e Parte III (*Morphologia*). Cabe destacar que uma análise detalhada das principais gramáticas do chamado período científico revela que era grande o espaço concedido aos estudos de morfologia da língua portuguesa. Na obra de Pacheco e Lameira (1907), encontram-se 237 páginas no Livro I (*Lexicologia*, que se subdivide em *Phonologia*, *Taxionomia* e *Morfologia*) e 134 páginas no Livro II (*Syntaxe*).

À época era comum as gramáticas apresentarem dois grandes blocos (lexeologia – sintaxe). O primeiro costumava congrega a fonologia e a morfologia. A morfologia subdividia-se em três segmentos: taxionomia, campenomia e etimologia. Isto representava atribuir à morfologia a análise dos fatos lingüísticos sob o ponto de vista sincrônico (taxionomia e campenomia) e sob o ponto de vista diacrônico (etimologia).

Pacheco inova em sua “Grammatica”: a campenomia (estudo das flexões das palavras) não aparece como uma seção à parte, ou seja, é tratada dentro da morfologia e a taxionomia passa a constituir um outro segmento. O estudo no campo gramatical obedeceria, para Pacheco, à seguinte descrição:

⁷² Será objeto de estudo no capítulo 9.

Gramática da língua \supset lexeologia \supset fonologia

\supset taxionomia

\supset morfologia \rightarrow campenomia

\supset etimologia

\supset semântica

\supset sintaxe

Ao adotar essa nova forma de organização dos fatos lingüísticos, Pacheco inclui o estudo das flexões (campenomia) junto ao de outros elementos morfológicos, não mais lhe concedendo uma posição de destaque. Pelo contrário, ao fazer da taxionomia um segmento à parte, confere-lhe certa valorização e realce. Conforme Cavaliere

Consideram esses autores (Pacheco e Lameira, João Ribeiro) que o estudo das flexões, por implicar a descrição do quadro desinencial dos nomes, inscreve-se na análise dos elementos morfológicos em geral, não havendo, pois, motivo para dissociá-lo como parte autônoma. Quanto à taxionomia, consideram constituir segmento da gramática com objeto próprio, distinto da morfologia, já que naquela a finalidade não está na segmentação anatômica da palavra, porém na sua tipologia dentro do quadro geral do léxico do idioma” (2000:242).

É importante destacar que a etimologia ainda aparece como uma subdivisão do segmento destinado à morfologia. Isso corrobora a idéia de que não havia um consenso a esse respeito. Para alguns gramáticos como Júlio Ribeiro, a morfologia se subdividiria em taxionomia, campenomia e etimologia; para outros, como Pacheco, a morfologia envolveria o estudo dos elementos morfológicos, o estudo das flexões e o estudo da origem e formação dos vocábulos, mas não o estudo da taxionomia. É preciso lembrar que o termo morfologia era uma inclusão decorrente da influência dos estudos na área de História Natural e Biologia, que tanto despertaram correlações na área dos estudos de língua.

É nesse contexto que Pacheco elabora a sua gramática. Chama de taxionomia o que as gramáticas atuais denominam de morfologia: a análise das classes de palavras. Elabora, para isso, oito capítulos (substantivo, adjetivo e artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição); apresenta, ainda, um nono capítulo sobre sinônimos, homônimos, parônimos, famílias de palavras e processos de associação de idéias.

Pacheco afirma que o português agrupa as palavras em oito classes: substantivo, pronome, adjetivo (inclui o artigo ou adjetivo articular), verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Para ratificar a classificação adotada, busca fundamentação em teóricos como Thomson e Becker⁷³:

Thomson (*Laws of thought*) classifica as palavras em – substantivos, adjectivos e preposições. Becker classifica-as em duas categorias – *palavras nocionais*, que exprimem noções, isto é, idéas ou acções formadas no espírito – substantivo, adjectivo, verbo, adverbios de modo, tempo e logar; e *palavras relacionaes*, que não exprimem noção ou idea, mas indicam meramente a relação entre duas palavras nocionaes, ou entre uma nocional e a pessoa que fala – verbos auxiliares, artigos, pronomes, numeraes, preposições, conjuncções, e os adverbios chamados de relação.

É difficil – diz Ticknor – applicar os principios de classificação a palavras particulares; ellas podem mudar de classe em certo periodo da historia da linguagem, e ainda pertencer a differentes classes em uma mesma época histórica (1907:127).

Dois pontos merecem destaque nessa citação:

1º) o reconhecimento da dificuldade existente ao se aplicarem os princípios de classificação. O processo evolutivo a que a língua está submetida pode trazer mudanças de classe dentro de um mesmo período. Em verdade, Pacheco reconhece que há uma certa flexibilidade entre as palavras as quais, dependendo do contexto e intenção de uso, podem ser empregadas como pertencentes a diferentes classes. Pacheco demonstra reconhecer que os elementos ou fatos relativos a uma língua não podem ser descritos como algo estanque, mas, sim, como sujeitos a mudanças que se dão no interior da própria gramática dessa

⁷³ O autor não apresenta referências bibliográficas.

língua. Tais mudanças podem apontar para um processo mais amplo, o de gramaticalização. Termo bastante em evidência na atualidade devido à lingüística funcional, a gramaticalização já era alvo de estudos no século XIX .

O conceito de gramaticalização não é uma descoberta recente da lingüística. Sua origem remete às propostas gramaticais dos gregos (HARRIS e CAMPBELL, 1995; CAMPBELL e JANDA, 2001) e, sobretudo, foi muito utilizada pelos comparatistas do século XIX em suas análises. Alguns lingüistas atuais revisitaram o conceito, relacionando aos aspectos cognitivos e conversacionais desenvolvidos nas últimas décadas (MARTELOTTA, 2003:59).

Mais uma vez, Pacheco revela-se como um estudioso de seu tempo.

2º) o fato de, já no século XIX, haver registro da oposição nocional/relacional⁷⁴ em uma aplicação mais abrangente. Se utilizada a classificação de Becker, conforme o indicado por Pacheco, haveria uma mudança muito significativa no que diz respeito à estruturação dos manuais didáticos. Representaria, provavelmente, colocar de lado boa parte da tradição presente nos estudos morfológicos e assumir um novo critério para nortear a apresentação dos tipos/classes de palavras.

Pode-se inferir que, com essa citação, Pacheco tenha pretendido mostrar que conhece (e até reconhece como válidas) outras formas de apresentar as classes de palavras do português. Provavelmente, em decorrência de tal reconhecimento, tenha incluído, em sua classificação de palavras, a distinção entre nocionais e relacionais.

Além disso, destaca que é possível classificar as palavras em relação às suas funções e sua forma.

No primeiro caso, classifica-as em nominativas ou ideais (dependentes e independentes): aquelas que servem para distinguir os seres, as substâncias, as qualidades, as ações, os estados – nome e verbo; conectivas ou relativas: aquelas que exprimem

⁷⁴ Cunha retoma essa oposição ao tratar da preposição (1985:545).

relações de tempo, lugar, número, causa, efeito – preposição e conjunção⁷⁵. No segundo caso, divide-as em variáveis (nome e verbo) e invariáveis (partículas⁷⁶, muitas de existência dependente de outras palavras).

Comparando-se as afirmações de Ribeiro (1881) sobre metalinguagem biológica às de Pacheco (1907), é possível perceber pontos interessantes.

1. Ribeiro também denomina taxionomia o estudo das classes das palavras;
2. Considera, como Pacheco, que existem três classes de palavras ou três partes do discurso. Há palavras que exprimem idéias de simples existência de relações (verbos), e as que exprimem idéias quanto à natureza das relações (partículas);
3. Subdivide essas partes do discurso em oito categorias (substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, preposição, conjunção e advérbio). Inclui as três últimas na categoria de partículas. Pacheco, como foi visto, inclui o artigo na classe de adjetivo.
4. Não julga a interjeição, ao contrário do que faz Pacheco, uma classe distinta. Afirma que “A interjeição, grito involuntario, instintivo, animal, não representa idéia, não constitue parte do discurso, é mais som do que palavra.” (1881:52). Ribeiro deixa claro que, nesse caso, segue os passos da gramática grega (1881:72).

Com exceção desse último ponto, pode-se afirmar que Pacheco e Ribeiro apresentam análises semelhantes sobre as chamadas classes de palavras.

É preciso registrar também que Pacheco, ainda na Parte II, dedicada à taxionomia, elabora um capítulo destinado à análise de sinônimos, homônimos e parônimos.⁷⁷ A colocação deste capítulo na seção destinada à taxionomia pode levar à idéia de que o autor ainda não considerava a semântica como um assunto que pudesse ocupar um livro inteiro em sua gramática, a exemplo que fizera com lexicologia e sintaxe. Apresenta-a como um

⁷⁵ O advérbio participa, conforme Pacheco, de ambas as classes.

⁷⁶ Caracteriza-as como destroços orgânicos ou organismos inferiores e não fornece exemplificação ou detalhes.

⁷⁷ O capítulo 10 tratará dos estudos semânticos na obra de Pacheco.

capítulo da Parte II do Livro I (*Lexicologia*). Pode parecer, à primeira vista, que os estudos ligados à semântica recebem um valor não expressivo. Mas, em verdade, o autor se ocupa de mostrar e descrever valores semânticos ao longo de toda sua obra.

Na Parte III, intitulada *Morphologia*, aborda detalhadamente as formas de flexão nominal e verbal; os processos de formação de palavras; e a etimologia dos nomes variáveis e invariáveis e dos verbos. Apresenta, também, um capítulo sobre semântica. Dentre esses pontos, escolheu-se analisar aqui os conceitos morfológicos.

8.1 Conceitos morfológicos: palavra, elemento mórfico, valores dos afixos

8.1.1 Palavra e raiz

Pacheco não apresenta formalmente um conceito para *palavra* ao longo dos livros II e III, sobre taxionomia e morfologia. Na introdução da sua *Grammatica da Lingua Portugueza*, ao afirmar que a gramática portuguesa divide-se em lexicologia e sintaxe, emprega várias vezes *palavra* sem antes conceituá-la: “A *linguagem* compõe-se de palavras; as *palavras* compõem-se de sons ou letras” (67).

Considera que a morfologia é a teoria da formação dos vocábulos compostos de raiz, tema ou radical, afixos e terminações, desinências. Declara que a raiz é a parte comum a todas as palavras de uma mesma família; é o elemento que estabelece entre elas relação de significação. No português, em decorrência de vários fatores históricos, considera difícil determinar exatamente as raízes das palavras. Alerta que só se pode determinar com segurança raízes gregas, latinas, germânicas e algumas célticas.

Classifica as raízes em típicas e onomatópicas, todavia, apresenta também a visão da escola alemã em relação a esse assunto:

A escola alemã, porém, divide-as em duas grandes classes: *attributivas*, que exprimem noções de relações, e *demonstrativas*, que designam os seres e suas modificações.

E como os seres só podem ser conhecidos por suas qualidades sensíveis ou manifestações activas, as raízes demonstrativas dividem-se em *quantitativas*, *predicativas*, *nominantes*, *objectivas*, *idéaes e verbaes*, ao passo que as attributivas distinguem-se em *demonstrativas*, *indicativas*, *subjectivas*, *formaes e pronominaes* (1907:195).

Pacheco não aponta a que autores⁷⁸ se refere especificamente, nem explica as classificações apresentadas. Por outro lado, revela preocupação em deixar claro ao leitor a descrição mórfica dos elementos que podem compor raízes ao apresentar uma síntese do que os lingüistas da época defendiam nesse campo:

- 1) vogal: *i* – ir
- 2) vogal + consoante: *ad* – comer
- 3) consoante + vogal: *da* – dar
- 4) consoante + vogal + consoante: *cad* – cair
- 5) vogal + grupo consonantal: *arc* – afastar
- 6) grupo consonantal + vogal: *sta* – estar em pé; *plu* – correr, escoar-se
- 7) grupo consonantal + vogal + consoante: *spect* – olhar; *spas* – olhar
- 8) consoante + vogal + grupo consonantal: *vert* – girar
- 9) grupo consonantal + vogal + grupo consonantal: *sparg* – espalhar; *spand* – tremer (196)⁷⁹

Fazendo-se uma rápida leitura, pode parecer que não houve cuidado na seleção dos exemplos que remetem somente a raízes latinas, mas, se for levada em consideração a observação anteriormente feita por Pacheco (de que somente raízes latinas podem ser identificadas com precisão), pode-se compreender o porquê dos exemplos serem predominantemente de tal origem. Embora não indique, facilmente pode-se deduzir que se refere a raízes de verbos latinos (*ire*, *adedere*, *dare*, *cadere*, *arcere*, entre outros) buscando, assim, comprovar a idéia de que apenas as raízes latinas podem ser determinadas de forma inequívoca.

Pacheco, ao lançar mão recorrentemente de exemplos latinos, parece defender que, ao estudar fatos lingüísticos, é necessário um certo distanciamento no tempo para se obter

⁷⁸ Há uma referência a Bopp na página anterior (1907:194).

⁷⁹ Como no capítulo 7, todos os exemplos deste capítulo extraídos da *Grammatica da Lingua Portugeza* terão indicado apenas o número da página.

resultados isentos e objetivos. O latim, exatamente por oferecer essa possibilidade, parece constituir-se a fonte principal dos autores que seguem o comparativismo histórico no Brasil dos novecentos.

8.1.2 Tema ou radical

O tema ou radical, para Pacheco, é uma semiflexão, é o elemento indicador da primeira formação da palavra. É a palavra apta para receber a desinência de flexão (nominal ou verbal), isto é, é a raiz acrescida do sufixo, sem categoria gramatical definida, mas pronta para receber afixos e desinências. Os temas são nominais e verbais e, quanto à forma, podem ser reduplicativas (*gar – gar – ej – ar*), epentésicos (*homenzarrão*); quanto à “energia de derivação”, podem ser ativos (*pedra, terra*) e inativos (*trevas*⁸⁰) (192).

Pacheco afirma, também, que os verbos apresentam mais de um tema: um tema geral (tema puro) e outros especiais (provenientes do tema geral). Dá como exemplo o verbo *amar*; em que *ama-* é o tema geral; *amav-* é o tema especial do imperfeito do indicativo.

Pode-se detectar, na noção de tema especial defendida por Pacheco, certa relação com um fato gramatical latino: os tempos do *Perfectum* apresentarem um outro radical. Ao fazer a afirmação de que *amav-* é um tema especial, mantém elementos da análise da gramática de Roma. Ao se buscar uma comparação com Ribeiro, constata-se que não faz referência a essa questão.⁸¹

⁸⁰ Pacheco não detalha a classificação feita.

⁸¹ Conjugação datada do séc. XVI, formada pela degeneração fonética do verbo *poer, poner* (1907:260).

8.1.3 Afixos

Pacheco apresenta informações mínimas acerca dos afixos neste capítulo. Declara que são elementos determinantes ou modificadores e apresenta apenas a subdivisão em prefixos e sufixos. Mas isso não significa que ignore o valor dos afixos. Ao tratar da flexão de grau, apresenta detalhada listagem de sufixos (224) bem como um capítulo ao estudo da formação de palavras, em que faz detalhada descrição dos valores dos prefixos e sufixos (293).

O fato de apresentar o estudos dos prefixos e sufixos dentro da Parte III (*Morphologia*) que, por sua vez, pertence ao Livro I, *Lexicologia*, configura uma descrição predominantemente diacrônica. Como já foi visto, considerava-se, na época, que a língua, assim como os seres vivos, sofria constante evolução. Pacheco, ao manter o estudo dos processos de formação de palavras incluso na seção de morfologia e, por extensão, envolvendo o estudo do léxico, corrobora a idéia de que a geração de novos elementos na língua seriam uma espécie de continuidade natural. Enfatiza, portanto, o caráter evolutivo presente no processo de composição. A mudança de valor semântico da(s) palavra(s) envolvida(s) nesse processo seria uma indicação de uma nova fase ou etapa para tais elementos da língua.

As palavras compostas indicam período adiantado na historia de uma lingua, uma differenciação progressiva. E, de feito, para que com duas palavras se possa formar uma terceira sinceramente determinada na fórma e no sentido, é preciso que aquellas tenham significação já bastante clara e definida (294).

Nessa passagem, apóia-se em palavras de Sayce e, em seguida, em Darmesteter, o que indica estar em contato com a obra de estudiosos europeus:

E, assim como o substantivo simples, perdendo a sua significação etimologica, acaba por corresponder inteiramente á idea do objecto, tambem nos compostos (arco-iris, madre-silva, ...) o determinante e o determinado desaparecem para melhor apresentarem uma imagem ou idéa unica. O composto torna-se simples (295).

Como a maioria de seus pares, Pacheco inclui a prefixação como uma das formas de composição⁸². Sobre os prefixos, cabe destacar os seguintes dados fornecidos por ele.

a) A formação de novas palavras é feita em maior número pelo processo de prefixação;

b) O latim legou ao português aproximadamente 2.000 vocábulos que deram origem a cerca de outros 8.000 vocábulos, muitos sem correspondência no latim. Constatase que novamente faz referência à força evolutiva inata da língua;

c) As palavras compostas aceitam até três prefixos (*ir – re – con – ci-liável*) (296).

d) Utiliza o termo *partículas* não para referir-se a prefixos, mas também para preposições e advérbios. Para ele, algumas partículas têm vida autônoma e outras só subsistem como elementos de composição. Considera as preposições e advérbios partículas separáveis (*CONTRApor, BEMdizente*) e as preposições latinas como inseparáveis (*REler, DESobedecer*) (297). Cavaliere explicita o conceito de prefixos separáveis e inseparáveis para a Gramática Científica:

Prefixo separável é o que se usa na frase sem ser em composição de palavras, ou seja, aqueles termos que hoje denominaríamos *formas livres*, que podem servir de prefixo ou preposição, prefixo ou advérbio: *compor, contradizer, bendito*. Prefixo inseparável, em contraste, são efetivamente *formas presas*, ou seja, só podem ser utilizados se unidos a uma raiz: *desprezar, circunscrever*, etc. (2000:318).

Mais uma vez, percebe-se a visão lingüística do gramático como alguém à frente de seu tempo.

e) A prefixação pode formar somente três tipos de palavras: verbos, substantivos e adjetivos. É pena que Pacheco não tenha dado maiores detalhes a esse respeito.

⁸² Esse tipo de análise perdurou até a década de 50 quando a NGB tratou-a como derivação.

f) Pacheco usa o termo prefixo, mas, ao apresentá-los, diz “damos em seguida a lista das preposições latinas que entram na composição de palavras portuguesas” (299). Isso revela que os está considerando ainda como preposição e não como autênticos elementos mórficos componentes de palavras do vernáculo.

g) Apresenta uma subdivisão para os prefixos de origem adverbial. Considera como qualitativos os prefixos *bis*, *tris*, *meio*, *quase*, *semi*; como qualificativos *bene*, *bem*, *male*, *menos*; como negativos *in* e *não*. É interessante o fato de Pacheco ocupar-se dessa subdivisão: revela que percebia três sentidos, referentes à frequência ou intensidade, ao modo e à negação. Neste último caso, a presença de *não* como prefixo ajuda uma formação muito comum hoje, por exemplo, os não-fumantes, a não-realização do evento.

Consultando Ribeiro, constata-se que ele também se ocupa de apresentar os prefixos indicando-lhes o sentido; menciona, como Pacheco, *não* como prefixo de negação fornecendo dois exemplos: “não-conformidade, não-razão” (1881:151). Com base nessas duas evidências, é possível apresentar a hipótese de que esse tipo de construção (não + substantivo) já ocorria.⁸³

É interessante lembrar que, ainda hoje, poucos estudos se detêm nessa questão⁸⁴. Se Pacheco e Ribeiro o fizeram naquela época, mais uma vez se comprova a busca de uma descrição detalhada e atualizada da língua.

8.1.4 Terminação ou desinência

A terminação ou desinência é a parte final da palavra, que encerra uma idéia acessória que se deseja unir à fundamental. É um elemento flexional de dupla função: modifica a forma e indica as funções que a idéia incluída no tema representa no discurso.

⁸³ Bechara (1999:356) e Cunha (1985:83) não elencam *não* entre os advérbios que se envolvem na composição.

⁸⁴ Fernandes da Costa (1998) apresenta estudo detalhado a respeito do assunto.

São as desinências as responsáveis pela flexão de gênero e número nos substantivos e adjetivos, pelas marcas de pessoa, número, tempo e modo dos verbos. Pacheco considera-as elementos gramaticais que dão às formas da língua variabilidade e dinamismo.

Pacheco faz uma afirmação relevante ao enfatizar que “não se deve confundir a *terminação* (suffixo de desinência ou flexional) com o suffixo *temático*, que figura entre a raiz ou o primeiro thema e a desinencia” (193). Segundo Cavaliere, “o termo *vogal temática*, advirta-se, não tinha curso usual na doutrina morfológica (do período científico), sendo-lhe preferível o genérico *terminação* ou mesmo desinência (...) (2000:319). Pacheco demonstra perceber que há um elemento mórfico distinto entre raiz e desinência, o que revela um passo mais à frente na descrição desses elementos.

8.1.5 Vogal temática

A noção de vogal temática é apresentada como o elemento caracterizador de cada conjugação verbal: -a (1^a); -e (2^a); -i (3^a) e -o (4^a)⁸⁵.

8.1.6 Vogal de ligação

Em relação à vogal de ligação, Pacheco faz duas referências. Considera-a uma intercalação eufônica entre a consoante da raiz e o sufixo, ou entre o sufixo e a terminação sem ser parte integrante dessa raiz, do tema ou desinência (194); e adverte que a mesma pode variar nos compostos latinos e gregos: *-aer-o-nauta* (gr), *aer-i-forme* (lat.) (197).

Por fim, deve-se evidenciar o fato de que a extensa apresentação dos valores dos prefixos, de sua origem e evolução em elementos dos vernáculos mostram mais um ponto de convergência com o cientificismo. Pacheco revela uma tendência comum aos estudiosos

⁸⁵ Pacheco informa que essa conjugação data do século XVI, formada a partir de perdas fonéticas do verbo *ponere* (260).

da linguagem de seu tempo. Para Cavaliere

O tratamento dos fatos gramaticais relativos à formação de palavras ganhou especial relevância a partir dos primeiros anos da segunda metade do século passado em face do vínculo que se passou a estabelecer entre tais mecanismos de produção lexical e a própria teoria evolucionista da língua. Considerava-se, então, que a língua procede a uma intensa e inexorável mudança de seus itens lexicais para poder revitalizar-se como organismo análogo aos seres vivos. Daí resultaram muitas das conhecidas co-referências entre a língua e os seres vivos, que edificaram os pilares da lingüística naturalista (ibidem:301).

8.2 Descrição dos processos de flexão e derivação

Pacheco reconhece flexão como uma espécie de derivação que envolve processos de declinação e conjugação (193). Nesse ponto, deixa claro que se ocupará das questões históricas e especialmente por mencionar as declinações latinas. Afirma que toda flexão, constituída pela combinação de um sentido e uma forma, é uma mudança morfológica indicadora de relações gramaticais ou de uma condição accidental da coisa expressa pela palavra. Divide-as em dois tipos: flexões *fortes* ou *fracas*. As primeiras implicam mudança de letra (elemento) do radical; as outras, adição de elementos fonéticos ao radical. Classifica-as em flexões nominais (gênero, número e grau; variação de pronomes pessoais) e verbais (número, pessoa, voz, modo e tempo).

8.2.1 A flexão de gênero

Pacheco deixa claro ao leitor da sua gramática a distinção de gênero e sexo. Considera o primeiro uma distinção gramatical e o segundo, uma diferença natural. Atenta para o fato de que a categoria de gênero compreende muitos detalhes e que é absolutamente arbitrária. Menciona exemplos de nomes gregos e latinos para demonstrar tal arbitrariedade:

Gregos e Latinos empregavam geralmente o genero como um simples signal grammatical, pois que milhares de nomes de *cousas* são em ambas essas linguas do genero masculino e feminino, ao passo que nomes de *seres* são em muitos casos designados por palavras do genero neutro. O genero grammatical não era essencialmente indicador do *sexo*. O adjectivo neutro *t? Gheion* em grego é empregado absolutamente por Heródoto e Eschylo para exprimir o Ser ou a essencia Divina (205).

Mais uma vez, faz-se presente a perspectiva histórica e comparativista. Refere-se a “milhares” de nomes para dar ênfase ao caráter arbitrário da categoria de gênero. Aborda, também, a oscilação de gênero de alguns nomes para corroborar tal arbitrariedade.

Nos classicos antigos não é raro topar-se de olhos, em um mesmo escripto, ás vezes em uma mesma pagina, com um nome, ora no masculino, ora no feminino: - *catastrophe, metamorphose, phantasma, hyperbole, torrente, espinho* (espinha), *tribu*, etc. (Vieira, etc.)

Em *personagem* (masculino e feminino) conservamos ainda mostra d’essa lucta travada entre a tradição e a etymologia, e que por tempo dilatado empeceu a prioridade e fixação do genero. Só nas ultimas decadas do seculo passado é que foram grammaticos e eruditos fixando a regra, esteiados na etymologia (208).

Vê-se, nesse trecho, mais uma característica do chamado período científico a que pertence Pacheco: a valorização dos estudos etimológicos.

Pacheco afirma também que os gêneros dos nomes distinguem-se pelo sentido e pela forma. No primeiro caso, manteve-se o que a gramática latina apresentava a esse respeito. São masculinos os nomes de homens e animais machos, rios, montes e montanhas, metais, meses, ventos, pontos cardeais, povos, letras do alfabeto, algarismos, pesos e medidas, qualquer palavra substantivada. No segundo, pela forma, os nomes terminados em –a são geralmente femininos por serem provenientes da primeira conjugação latina (aponta exceções como *íncola, cometa, planeta, poema*, já masculinos no Latim); os nomes terminados em –e (procedentes da terceira conjugação latina) podem ser masculinos ou femininos; os nomes terminados em –o (derivados de masculinos da segunda ou quarta declinação e de neutros em –um) e em –u (derivados de masculinos e neutros de quarta declinação) geralmente são masculinos.

Pacheco detalha terminações que seriam típicas de determinado gênero. Aponta como femininas as palavras terminadas em *-ade*⁸⁶ (origem nos nomes femininos de 3ª declinação, de nominativo, em *-as*) e *-agem*, *-igem*, *-ugem* (origem nos nomes femininos de 3ª declinação, de nominativo em *-ago*: bondade (*bonitatem*, nominativo *bonitas*); felicidade (*felicitatem*, nominativo *felicitas*); imagem (*imaginem*, nominativo *imago*); vertigem (*vertiginem*, nominativo *vertigo*).

Declara como masculinas as derivadas do acusativo singular masculino em *-o* como sabão (*saponem*, nominativo *sapo*); as derivadas do masculino em *-anus* como cristão (*chistianus*, do português arcaico *Christiano*); as terminadas em formas aumentativas como limão, trovão, portão; as terminadas em *-en* (*certamen*, *regimen*, *germen*); em *-or* (não menciona exemplos); as terminadas em *-z* (paz, cruz, luz) – sempre em justificativas a partir dos valores dessas palavras em latim. Reconhece, entretanto, haver exceções e exemplifica-as fartamente (216).

Ainda no tocante à expressão de gênero, aponta casos do que hoje se conhece como substantivos heterônimos⁸⁷:

Ha nomes de pessoas e de animaes que têm femininos correspondentes anômalos: _ poeta poetiza, cavallo égua... A explicação d'essas formas femininas dá-nos a etymologia (lat. *poetria*, de or. estrang. fem. de *poeta*; *equa*...), czar czarina, abbadessa, archidunqueza, sacerdotiza (ant. rapaza), prophetiza (do lat. *prophetissa*) (216).

Pode-se notar, porém, a falta de uma sistematização mais clara do assunto, se levado em conta o fato de sua gramática destinar-se a alunos ginasianos e de escolas normais. Pacheco não agrupa ou aborda de forma clara a categoria do gênero e suas peculiaridades, por exemplo, ao tratar do uso dos sufixos *-esa*, *-essa* e *-isa* para

⁸⁶ O autor alega serem de gênero feminino “porque exprimem idéas abstractas” (1907: 218), mas não justifica de forma detalhada sua afirmação.

⁸⁷ Conforme Bechara (1999:137).

substantivos que designam títulos de nobreza.

Em relação aos chamados substantivos epicenos e comuns de dois, nota-se que faz referência à língua inglesa, fato incomum em suas análises uma vez que se costuma deter em comparações com fatos lingüísticos das neolatinas ou das clássicas:

Temos ainda os nomes *epicenos* e os *communis de dous*. Aquelles, debaixo de uma só fôrma, designam animaes dos dous sexos: *-tigre, onça, jaguar, tatú, cegonha...*Determina-se-lhes o genero propondo ao substantivo o adjectivo *macho* ou *femea* (uma onça *macho*). Este processo (adoptado pelo inglez) também já era usual no latim – *uulpes mascula. Plin, porcus femina. Cic.*

Dos *communis de dous*, são exemplos – *doente, martyr, etc. Infante* faz *infanta* posto que nos classicos mais se encontre *a infanet* (217).

Outra constatação possível é a de que Pacheco, mesmo mantendo a apresentação de normas de flexão consideradas “consagradas”, ocupa-se da descrição ou do registro de formas de sua época. Daí afirmar, por exemplo, que, embora nos clássicos o gênero de *infante* seja determinado pela anteposição do artigo (masculino ou feminino), o uso de *infanta* é relativamente comum (217).

Destaca, outrossim, que a flexão de gênero pode exercer um papel distintivo na língua. O feminino de um nome pode atribuir um valor de ampliação o seu sentido ou de distinção entre o todo e a parte:

Alguns substantivos que exprimem cousas sem sexo, têm todavia uma fôrma masculina e outra feminina, servindo esta para indicar o mesmo objecto mais amplo, largo ou dilatado: *-bacio bacia, gigo giga, jarro jarra, cesto cesta, barco barca...* neste caso ainda o feminino exprime o genero, o todo; o masc., a espécie, bem caracterizada (*o pendulo é parte da pendula*).

Ás vezes o masculino exprime a cousa simplesmente, e a fôrma feminina accrescenta-lhe idéa de collectividade: *-marujo maruja, grito grita* (216).

Destaca-se, nessa passagem, uma descrição sincrônica já que Pacheco desconsidera a motivação histórica.

Nota-se, também, que não há referências a teóricos a esse respeito, nem

comparações com exemplos de outras línguas neolatinas, afastando-se o autor do método de abordagem utilizado na maior parte da sua *Grammatica de Lingua Portugueza*.

8.2.2 A flexão de número

Em relação à flexão de número, Pacheco demonstra que também segue a orientação da gramática latina, como o havia feito em relação à de gênero. Declara haver, no português, dois números (singular e plural); caracteriza o dual como a primeira concepção da pluralidade que deixou vestígios; e apresenta o –s como a característica de plural desde a origem da língua.

Mais uma vez, o gramático mostra conhecimento de pesquisas da sua época. O fato de apresentar referências às pesquisas com o sânscrito pode ser visto como uma evidência de que acompanhava de perto os trabalhos lingüísticos publicados naquele período:

Alguns glottologos consideram essa sibilante um equivalente da preposição sansk. *sam*, *saka*, ou do *s* do nom. e gen. sing. – A 1ª hypothese é insustentável, porque o ‘dual não é uma simplificação das formas de plural; a 2ª, porque ‘os nominativos da 2ª decl latina e grega, e os neutros em *i* e *u* do sansk. não encerram o menor vestígio de sibilante originaria’ (218)⁸⁸.

Ao descrever a flexão de número, Pacheco mostra firmeza em suas convicções e contraria a posição de gramáticos de seu tempo. Defende a força do uso como determinante e aponta exemplos em escritores de relevância para corroborar suas idéias a respeito, por exemplo, do plural de nomes próprios.

Em latim eram elles empregados no plural (*Cicerones*, *Varrones*, *Metelli*, *Marones...*); só no seculo XVI é que no portuguez apparecem os primeiros exemplos.

Os nosso grammaticos (mesmo os de mais alto valor) sentenciam esse emprego no plural, a menos que ‘os nomes não sejam tomados *figuradamente* para significar indivíduos da mesma classe.’ (Ex.: os *Osorios*, isto é, os generaes esforçados como Osório).

Por sua logica desaceitamos a regra estabelecida, e temos em nosso apoio a tradição materna e os escriptos dos mestres. Quando dizemos os

⁸⁸ O autor não indica a autoria dos trechos entre aspas.

Andradas, os Mellos, os Braganças, é claro que nos referimos a duas ou mais pessoas distintas, do mesmo nome, de uma mesma família. Considerar tais nomes logicamente no plural, e negar-lhes a característica flexional, é cair em erro. Assim, pois, diremos *dous Pedros reinaram no Brasil*; e, com um clássico moderno: - *a obra impavida dos Albuquerque, dos Castros e dos Almeidas* (219).

O que é bastante significativo nesse trecho é Pacheco declarar claramente que não concorda com os demais gramáticos, que é firme na defesa de sua posição (“por boa lógica”), e que se baseia em dois fortes argumentos (“a tradição materna e os escriptos dos mestres”). Antecipa uma posição de vanguarda nesse sentido. Além disso, revela uma preocupação didática de apresentar e comentar os fatos da língua, mesmo que contrariem o senso comum. Buscando-se uma comparação com Ribeiro, constata-se que apenas apresenta o que já é de consenso em relação a isso:

Não são usados no plural os nomes próprios, porque exprimem um indivíduo só, quando, porém, se lhes dá número plural, é figuradamente para significar indivíduos da mesma classe, como os Virgílios, os Homeros, os Cesares, os Alexandres, etc., isto é, os poetas celebres como Virgílio e Homero, os grandes generaes como Cesar, etc.... (1881:75).

A descrição do fato gramatical não é o mais relevante, e, sim, como os dois estudiosos da língua se comportam. Pacheco inova, mais uma vez, ao assumir uma posição destoante dos gramáticos mais conceituados.

Em relação à formação do plural, destaca ainda os seguintes pontos:

a) os nomes terminados em -al, -el, -il (oxítonos e paroxítonos) tiveram uma formação regular (*cales, corales, aniles*). Com a queda da consoante média, passaram a *coraes, anis, fosseis. Males, cónsules, reales* seriam exemplos de uma flexão primitiva que se manteve (220);

b) os substantivos em -ão seguem a formação latina para fazer o plural (*christianus* – cristãos; *canis* – cães; *legio* – legiões) (221);

c) os nomes com mais de uma forma no plural revelam a existência de oscilação

de uso (segundo Pacheco, nos séculos XVI e XVII); daí a pluralidade de formas em aldeãos, aldeões, aldeães; anãos, anães, anões; vulcãos, vulcães e vulcões (221);

d) para os nomes que não provêm do Latim, a forma preferida de plural costuma ser *ões*. Pacheco destaca, novamente, a força do uso – “formam o plural em *ões*, desinência a que sempre mais se afeiçãoou o povo: - *botões* (or. germ.), *limões* (or. ar.), *vagões* (= ing. wagons) (221)”. Nota-se, nessa passagem, a preocupação de mostrar que a flexão de número de palavras incorporadas à língua (e não de origem latina) obedece a uma regularidade;

e) mais de uma vez, o gramático mostra que a flexão, neste caso, de plural, produz alteração de sentido. Dá como exemplos os pares de palavras liberdade/liberdades; meninice/meninices; letra / letras; faculdade / faculdades mostrando haver mudança total de sentido (223). Elenca, ainda, palavras que mantêm o sentido, mas recebem uma gradação de sentido ou uma qualificação nova, atribuída pela marca de plural:

Os (nomes) de cereaes, productos animaes e vegetaes, pluralisam-se em linguagem commercial, quando se quer especificar as varias especies ou qualidades, ou quando exprimem objectos cujos nomes são tirados da matéria de que são feitos: - assucões, trigos, favas, ervilhas (...)

Os nomes de ventos usam-se no plural sómente quando estes reinam por tempo mais ou menos dilatado (*as brisas, os nord'estes*) (222).

Mais uma vez, Pacheco intenta fazer uma descrição lingüística justificada e reflexiva, de modo que o leitor de sua gramática perceba a importância das formas de flexão.

8.2.3 A flexão de grau

Pacheco apresenta grau como uma flexão nominal que aumenta ou diminui a idéia da palavra. Em relação aos substantivos, cita como principais sufixos do grau aumentativo –ao, –aço, –az, –azio, –alho, –orio, –astro, –atro; os principais do grau diminutivo seriam –

acho, -ebre, -ejo, -ello, -el, -ico, -iculo, ilho, im, inho e (de origem latina) –eta, -ete, -ote, -oto.

Destaca que a flexão de aumentativos e diminutivos pode ser empregada para denotar sentido pejorativo ou depreciativo como “poetaço, populacho” (224). O contrário também ocorre: o sufixo, em especial o de diminutivo, pode expressar afetividade conforme “filhinho, maninho” (228).

Bastante interessante é a afirmação de que a “língua portuguesa é riquíssima neste gênero de derivação” (228). Embora ele não dê maiores detalhes, parece antever a distinção entre flexão e derivação a ser tratada de forma mais clara posteriormente. Pela maneira como inicia o capítulo (“Grau é a flexão nominal, que aumenta ou diminui a idéia da palavra”) (224), pode-se concluir que grau ainda é tratado como flexão por Pacheco. Todavia a primeira frase pode ser tomada como indício de que uma mudança para o tratamento dado à categoria de grau.

Dentre as idéias expostas a respeito do grau dos adjetivos, cabe destacar:

a) Pacheco apresenta três graus de significação para o adjetivo: positivo, comparativo e superlativo. Aponta como primeiras características: o comparativo sintético ou orgânico que provém fielmente do comparativo latino (sufixo *-ior / -ius* unido ao tema); o comparativo analítico ou perifrástico, formado pelo acréscimo do advérbio mais ao adjetivo expresso no grau positivo (similar à formação de uso mais freqüente no latim do período de decadência do império); os comparativos de igualdade, inferioridade e superioridade que empregam necessariamente advérbios (*tão...como, tanto...quanto, mais menos, muito menos, muito mais*); o superlativo sintético ou orgânico (formado por sufixos como *-simus, -a, -um*); o superlativo analítico ou perifrástico⁸⁹ (expresso com a presença de advérbios como *muito*); o superlativo relativo (expresso com a anteposição

⁸⁹ O autor novamente faz referências à consagração de formas pela força do uso (1907:248).

do artigo e outros elementos equivalentes como sobre todos, mil, assaz, muito mais). Todas as formas de expressar grau do adjetivo são apresentadas detalhadamente, tendo por base a descrição dos elementos latinos que lhes deram origem;

b) enumera farta exemplificação de adjetivos latinos; de adjetivos empregados por autores do século XVI como Camões (241) e Gil Vicente (243), e de descrições de lingüistas sobre o assunto como Bopp (239), Diez (241 e 246) e Bréal (246);

c) aponta a formação popular ao par da formação erudita: “pobrissimo, pauperrimo; friissimo, frigidissimo; docissimo, dulcissimo; amiguissimo, amicissimo” (240);

d) afirma que é do século XV o emprego do artigo antes do superlativo relativo, forma consagrada a partir do século seguinte (245);

e) pratica o modelo de análise histórico-comparativa em vários momentos, como ao citar construções com adjetivos em provençal, catalão e francês (236) e como no trecho abaixo em que lança mão de exemplos do sânscrito:

Os comp. e superl. – ‘são os expoentes próprios da qualidade intensiva dos objectos considerados *relativamente*.’

Essas flexões estendiam-se nas primeiras phases da linguagem a todo o dominio nominal, do que conservam vestígios muitos idiomas, principalmente em formações analógicas de fundo popular.

No sansk. vedico tirou origem no subst. No port. temos *consismo*, lat. *oculissime* homo (Plauto), e analyticamente – *mui trobador* (C. Vat. 97), *era já muito noute*, b. lat. *Pro me nimium peccatori* (Diez, III, 13).

A distincção entre comp. e sup. é de origem secundaria. Primitivamente os seus suffixos apenas indicavam uma relação de *maior afastamento*, como se vê das f. sansk. – *apa-ra apa-má apa* (Bréal, Intr. Bopp, 3, XIX) (246).

Uma frase de Pacheco resume a sua maneira de pensar a respeito das formas de expressão de grau: “O latim deu-nos o modelo, o portuguez antigo imitou-o; a analogia alargou o circulo dos exemplos.” (240). Mais uma vez, constata-se que Pacheco não só valoriza o estudo da origem e da história da língua mas também das formas consagradas pelo uso.

8.2.4 A flexão dos pronomes pessoais

É bastante interessante a forma como Pacheco descreve a flexão dos pronomes pessoais. Apresenta tabelas com “a declinação dos nossos pronomes pessoais comparada com a dos latinos” (246). Ao usar a palavra declinação para as diferentes formas assumidas pelos pronomes, o gramático revela uma posição diferente, por exemplo, de Julio Ribeiro que utiliza a palavra flexões para expressar relações indicadas pelas inúmeras formas assumidas pelos pronomes frente às funções subjetiva, objectiva, adverbial e objetiva-adverbial que podem desempenhar (1881:98). Aquele, ao empregar o termo declinação, revela, mais uma vez, a presença da gramática latina na elaboração da sua “Grammatica”.

Um segundo ponto a destacar é a riqueza de informações apresentadas sobre a formação e evolução dos pronomes pessoais. Pacheco faz detalhado estudo na linha histórico-comparativa e faz referências a obras de Schuchardt (251) e Theófilo Braga (249).

Um terceiro ponto relevante é um comentário, transcrito abaixo, acerca de expressões já usadas naquela época e de uso freqüente hoje no registro coloquial:

Não é para admirar esses enganos nos docs. e clássicos antigos, - quando ainda hoje ouvimos freqüentemente destemperos de igual marca - eu vi elle, chamei-o tolo, falo consigo p. convosco, etc. (254).

Ao apontar construções como *vi elle*, Pacheco evidencia que o uso do pronome reto como acusativo não é recente. Embora classifique-as como *destemperos*, pode-se perceber que as afirmações acima transcritas colaboram para reafirmar algo a que faz freqüentes referências em sua obra: muitos usos considerados inadequados para o uso culto da língua são apresentados por ele como fatos lingüísticos presentes na obra de escritores do português antigo.

Isso corrobora a idéia de que Pacheco buscava praticar uma descrição atualizada e

crítica do português. Uma das possibilidades de interpretação do registro desses usos em autores do português antigo poderia ser a seguinte: como condenar esses usos se podem ser comprovados desde o tempo de Camões? Até que ponto podem ser considerados “erros”?

Pacheco não chega a explicitar isso claramente, mas se percebe, ao longo de sua *Grammatica*, que se preocupou em mostrar formas ou construções linguísticas não consideradas socialmente aceitas ou recomendáveis.

8.2.5 A flexão verbal

Pacheco afirma que o verbo compõe-se de dois elementos: tema e desinência, responsável essa pelas flexões que permitem identificar a existência de “tres pessoas, os dous numeros (sem distinção de genero), os tempos e os modos” (256). A seguir, amplia essa informação ao mencionar que os tempos e os modos são resultantes das modificações do tema em suas combinações com os sufixos e as desinências (257). Embora faça essa referência, Pacheco apresenta tabelas nas quais aparece o tema e a terminação (inclui desinências modo-temporais e número-pessoais como componentes de um só elemento mórfico: a terminação). Não detalha, portanto, o que seria propriamente o sufixo verbal.

Nota-se, claramente, que o capítulo dedicado à flexão verbal é elaborado com vista a contemplar a descrição de um paradigma para cada conjugação e a descrição dos usos das formas nominais, dos tempos e dos modos. Pacheco faz extensa apresentação dos verbos regulares e irregulares e encerra o estudo das flexões dos verbos com uma novidade em relação à nomenclatura dos tempos. Chama

a) de variações infinitivas o que hoje corresponde às formas nominais (infinitivo, gerúndio e supino, mas não faz referência ao particípio). Ao adotar a referência a supino, antigo substantivo verbal latino, empregado no período histórico para substituir o infinitivo em funções específicas (CARDOSO:1989,106), Pacheco deixa clara, mais uma vez, a

influência da gramática latina em sua obra;

b) de variações absolutas três tempos: presente, pretérito e futuro (esse correspondente ao futuro do presente do indicativo).

c) de variações relativas outros três tempos: presente relativo a pretérito (pretérito imperfeito do indicativo), pretérito relativo a pretérito (pretérito mais-que-perfeito do indicativo), futuro relativo a pretérito (futuro do pretérito do indicativo).

d) de variações subordinadas três tempos: futuro subordinado ao presente (presente do subjuntivo), futuro subordinado a pretérito (pretérito imperfeito do subjuntivo) e futuro subordinado a futuro (futuro do subjuntivo).

Pacheco ressalta que escolheu tal classificação por considerá-la mais lógica que as demais e informa que lhe foi fornecida por F. de Oliveira⁹⁰, um ilustre amigo (293).

Com essa análise detalhada, Pacheco inova mais uma vez, especialmente se comparada com o trabalho de Ribeiro de 1881. Neste há uma descrição do comportamento dos verbos por paradigmas (as conjugações são apresentadas em quadros), mas não há a presença de uma reflexão sobre o emprego de modos e tempos. Pacheco também apresenta a conjugação de inúmeros verbos, sem perder de vista a metodologia já constatada em seu trabalho: análise histórico-comparativa, acompanhada de exemplos em outras línguas neolatinas, bem como registro e comentários acerca de usos da época.

8.3 Os processos de formação de palavras

A formação de palavras é tratada no capítulo V da Parte III (*Morphologia*) do Livro I da *Grammatica*, capítulo no qual Pacheco apresenta os processos de composição e derivação com detalhes. Elenca os vários empregos dos elementos que atuam como prefixos: preposições de origem latina e partículas adverbiais. Destacam-se, a seguir, os

⁹⁰ Não há referências bibliográficas, o que impede a obtenção de maiores informações.

principais elementos dessa análise.

8.3.1 O processo de composição

Para descrever a composição de palavras por prefixos (preposições e advérbios), Pacheco faz

a) extensa apresentação dos valores semânticos das preposições latinas que atuam como prefixos;

b) enumeração das transformações sofridas por essas partículas o que configura uma análise diacrônica.

c) referências a filólogos como Sayce⁹¹ e Darmesteter (295), o que revela estar a par dos trabalhos científicos da época.

d) alusão a semelhanças entre a língua portuguesa e outras neolatinas: “Estas modificações na própria forma do radical já eram usuas no latim, e são communs a todas as linguas neolatinas (*agere – ad – igere, red – igere, - agir, redigir*)...” (297).

e) Divisão das partículas adverbiais que atuam como prefixos em quantitativas (bis, meio, quase, semi), qualitativas (bene, bem, male, menos) e negativas (in, não). Essa subdivisão evidencia, ao mesmo tempo, a busca de uma categorização dos prefixos – advérbios e uma aplicação desse estudo ao ensino, reforçando a intenção pedagógica de sua obra.

Outro fato digno de destaque ocorre na exposição do emprego do advérbio *não* como prefixo. Pacheco informa que, a partir do século XV, foi substituído por *in* cujo emprego tornou-se familiar e quase popular (311). Pode-se deduzir, então, que, até aquela data, a negação com *não* era mais freqüente, na formação de substantivos e adjetivos, do

⁹¹ Cf. Cavaliere (2000:107), os estudos de Sayce influenciaram de modo significativo a organização do capítulo sobre os processos de composição e derivação na *Grammatica* de Pacheco.

que com emprego de *in*. Essa afirmação de Pacheco, embora ele não dê maiores detalhes de como a obteve, torna-se valiosa por ser a única referência⁹² acerca de registro de uma data para o uso de *não* como prefixo.

Pacheco afirma, ainda, que preposições e advérbios que atuam como prefixos formam somente substantivos, adjetivos e verbos e que o processo de composição por prefixo é o mais rico da língua portuguesa, especialmente se combinado ao de derivação (296).

Em relação ao processo de composição propriamente dito, Pacheco

a) apresenta uma análise fonomorfolossintática ao descrever mudanças prosódicas e valores sintáticos assumidos pelos elementos de uma composição:

Se as palavras se acham juxtapostas, cada uma d'ellas conserva a sua accentuação (*arco-iris, porta-lapis*), mas desde que se opera a fusão dos dous termos, o 1º vae pouco a pouco perdendo a accentuação, até que por fim perde-a de todo (*pedestal, mordomo*).

Os compostos são *syntacticos* ou *asyntacticos*, conforme as relações em que se acham. Em geral, é *asyntactico* o composto em que o 1º elemento é um thema (312).

Como prova da existência de uma relação sintática entre os elementos, cita a relação de oposição pela qual um elemento determina o outro (*beira mar, varapao, couve flôr, papel moeda, madre pérola*); a relação atributiva do adjetivo com o substantivo (*boqui-aberto, cabisbaixo, gentil-homem*); a relação de dependência ou subordinação (*viandante, logar tenente*) (314);

b) evidencia que a formação de compostos com verbos envolve uma relação de dependência: o verbo (sempre no imperativo) atua como elemento principal e um substantivo, um advérbio ou um verbo (sempre no imperativo) atuam como complemento (*sacarolha, porta-voz, guarda-pó, passaporte, vaivem, luze-luze*) (314);

⁹² Nos estudos morfológicos atuais, o uso de *não* como prefixo costuma ser apontado como um fato recente na língua portuguesa.

c) descreve a formação dos adjetivos e verbos compostos como semelhante à dos substantivos;

d) utiliza exemplos da gramática latina;

e) ocupa-se de descrever a atuação das formas nominais como uma noção que julgue pré-requisito para que o leitor de sua gramática possa compreender melhor os exemplos apontados por ele. Isso reforça, mais uma vez, a preocupação didática do professor Pacheco:

O infinito é um verdadeiro substantivo: - *o poder, o jantar, os teres, os viveres.*

Do part. presente formaram-se adjectivos, que mais tarde se tornaram substantivos: - *a constituinte, o amante.*

Do part. passado formam-se substantivos, geralmente do genero feminino, e esta formação é mui fecunda: -*vista, tomada, escripta* (315).

f) Pacheco cita como compostos justapostos e cristalizados as palavras *bemquisto, bemdito, malcreado* (316), porém não apresenta claramente a noção de composição por justaposição e por aglutinação como o fazem hoje os gramáticos. Também Ribeiro (1881:149) não o faz. Pode-se supor, a partir dessas informações, que era prática da época apresentar, ao se tratar de formação de palavras, um detalhado estudo sobre o valor semântico e a evolução dos elementos que funcionavam como afixos⁹³, mas não uma análise dos processos de composição nos moldes como hoje é feita.

8.3.2 O processo de derivação

Pacheco, ao ocupar-se da derivação, pratica um modelo de análise semelhante ao utilizado para tratar da composição. Define como derivação os processos formadores de palavras pelo acréscimo de um sufixo a um vocábulo considerado primitivo (derivação própria) ou pela modificação de sentido (derivação imprópria).

⁹³ Apresenta, ainda, detalhada enumeração dos elementos gregos presentes na formação de palavras.

Ao tratar da derivação própria, apresenta extensa enumeração de sufixos (com seus valores semânticos) e aproxima-se bastante do que se costuma encontrar sobre o assunto nos manuais de hoje.

Em relação à derivação imprópria, podem-se destacar duas relevantes noções apresentadas por ele:

a) considera caso de derivação imprópria a passagem de nomes próprios a comuns. É possível supor que se baseia em estudos etimológicos próprios haja vista remeter, em nota de rodapé, à introdução⁹⁴ de sua *Grammatica* ao fim do trecho abaixo transcrito:

De *nomes proprios*, que pela mudança de sentido, por uma acção psychologica, tornam-se communs: - - *macadam*, *musselina*, *cognac*, *magnolia* (de Magnol, botanico do seculo XVIII), *camelia* (Camel, introductor da flôr japoneza na Europa em 1732), *nicotina* (Nicot, physico francez que introduziu o tabaco na Europa), *panico* (de Pan), *sardonica*, *saturnino*, *caipora*, *tartufo*, *quassia* (nome de um negro feiticeiro de Surivem, que em 1730 descobriu as propriedades da planta) etc... (333).

b) defende que os substantivos derivados de verbos podem formar-se diretamente do tema verbal (Pacheco os chama de susbtantivos verbais) ou de uma forma nominal. No primeiro caso, originam-se da primeira pessoa do singular do indicativo presente, especialmente com verbos de 1ª conjugação: - “*amanho*, *esgoto*, *amparo*”; ou do imperativo: “*combate*, *degola*, *esfrega*, *receita*, *purga*, *janta*”. No segundo, formam-se a partir do particípio presente que gerou adjetivos, mais tarde substantivos: “*feito*, *tratado*, *producto*, *entrada*, *vista*, *visto*, *certificado*, *gemido*; ou do infinitivo que, ao denotar uma ação, mantém forma no singular, mas, ao representar um ser ou substâncias, costuma apresentar flexão de número (*o descambar*, *o cantar*; *os seres da criação*, *os meus haveres* ou *teres*, *os cantares do povo*, *os jantares*) (334).

⁹⁴ Pacheco apresenta, em sua *Grammatica*, detalhada introdução sobre história externa e interna da língua portuguesa (55 páginas de introdução).

8.4 Hibridismo

Pacheco trata do hibridismo em sua *Grammatica Historica da Lingua Portugueza* (1878) e em sua *Grammatica da Lingua Portugueza* (1907). Define-o como um processo de formação de novas palavras a partir de radicais que provêm de línguas diferentes. Diz ser maior o número de palavras formadas de raízes gregas e sufixos latinos do que de radicais latinos e sufixos gregos (1878:136). Parece haver aí uma contradição: ora Pacheco fala em união de radicais, ora de radicais e sufixos. Não é possível esclarecer esse ponto somente pela leitura de seu texto.

Considera que, embora proscritas e contrárias à natureza do português, essas novas palavras são um mal da própria língua; são consagradas pelo uso e passam a ser indispensáveis (exemplifica com as palavras antinacional, bígamo, anti-social, mineralogia, monóculo). Afirma, no entanto, que “a *hybridade* das palavras scientificas é uma vergonha para os sabios” (1878:136). Não fica claro se considera falta de criatividade ou de valorização do vernáculo o fato de os cientistas formarem novos nomes na língua portuguesa a partir de radicais gregos e latinos.

Também na gramática de 1907 Pacheco chama os hibridismos de um mal da língua: “esses produtos barbaros de elementos latinos e gregos muito afeiam a lingua, e são – na phrase de Latham – um *malum per se*” (1907:37). Considera o processo de hibridismo um fato artificial ou natural, reprovável ou admissível conforme se de formação erudita ou popular. Percebe-se, nessas afirmações de Pacheco, uma posição bastante conservadora (e até um pouco radical), não detectada em outros pontos de sua obra.

8.5 Derivação imprópria

Pacheco define derivação imprópria como o processo responsável pela formação de substantivos a partir de nomes, verbos e palavras invariáveis.

Explica que substantivos próprios podem passar a comuns ou pela mudança de sentido ou por uma ação psicológica; explicita que os adjetivos podem passar a substantivos, fato comum no latim vulgar, como forma de designar um ser ou objeto pela qualidade que desperta atenção nos demais (*dormente, jornal*) ou como forma substantivada (*um louco, um pobre*). Quanto aos nomes formados de verbos, afirma que podem formar-se diretamente do tema verbal (substantivos verbais) ou de uma das formas nominais. No primeiro caso, podem formar-se a partir da primeira pessoa do presente do indicativo, especialmente com verbos de tema em -a (“*esgoto, apelo, amparo*”) e do imperativo (“*combate, degoela, receita, janta*”); no segundo caso, do particípio presente (adjetivos que mais tarde se tornaram substantivos como “*escrevente, amante, constituinte, tratante*”), do particípio passado (“*feito, translado, produto, entrada, certificado, gemido*”), e do infinitivo (“*o descambar, o cantar*”) (334).

Como se pode ver, há uma descrição detalhada do processo de derivação imprópria.

Embora Pacheco não faça referência à abreviação, reduplicação, onomatopéias e outros processos de formação de palavras hoje conhecidos, constata-se o cuidado com que descreve os processos de formação das palavras.

De uma maneira geral, é fácil ao leitor de Pacheco constatar o cuidado com que descreve a morfologia da língua portuguesa. O fato de ocupar-se com detalhada exemplificação acerca daquilo que afirma corrobora a idéia de que o modelo de gramática intentado por ele, ainda que baseado no método científico, não deve perder o objetivo pedagógico.

9. FUNDAMENTOS DA FONOLOGIA

Na gramática científica, é comum a fonologia constituir a parte inicial dedicada à lexeologia, geralmente, dividida em fonologia e morfologia. É esse o princípio seguido por Pacheco Júnior, que trata da fonologia da língua portuguesa em dois livros: *Phonologia: estudos da lingua vernacula* (1877) e *Grammatica da Lingua Portugueza* (1907).⁹⁵

Em *Phonologia* (1877:5), Pacheco afirma ter-se dedicado a um estudo longo sobre a língua portuguesa – concluído em 1875 – sem esperar reconhecimento ou fama, e diz ter o mérito de ser o primeiro a fazer um trabalho tão aprofundado no campo da fonética. Em sua *Grammatica*, divide o estudo da fonologia em quatro capítulos dedicados, respectivamente, à fonética, metaplasmos, acento e quantidade, ortografia.

Define a fonologia como a parte da gramática que estuda os sons, suas modificações e permutas; considera que a fonética portuguesa tem como objetivo o estudo histórico de cada letra do alfabeto e das mudanças sofridas por elas na evolução do latim até o português (1877:16).

É relevante destacar que, ao definir fonética, Pacheco elabora detalhada nota sobre o valor das consoantes dentais na qual mostra correlações decorrentes dos estudos lingüísticos daquela época:

⁹⁵ Neste capítulo, continuar-se-á a usar somente a indicação da página quando a referência pertencer à *Grammatica*.

Tomemos, por exemplo, as letras D. e T. Como as outras do grupo das dentaes, exprimem a designação de um objeto de modo preciso; e foram as dentaes que serviram para formar os *artigos*, os pronomes demonstrativos, etc: - sansk. *idam* (este), *tam* (aquelle); grego (dé) aqui; lat. *idem*, *iste*; goth *thai* (elles); ant. all. *der* (este) *diè* (os), etc...

São ainda estas dentaes que servem para indicar a 2ª pessoa do sing. e do plural, por ser a pessoa com quem fallamos a que mais próxima está de nós -: hebr. *attah* (tu), *attem* (vós); sansk. *tvam* (tu), *baratha* (*levaes*, antigo *levades*); arabe *anta* (tu) *antum* (vós); goth. *thú* (tu), grego *tu* (tu), *histes* (collocaes); lat. *tu legitis*... e nas linguas modernas – ing. *thou* (tu); all, *du*; franc., ital., hes., port., *tu* -: lêdes, etc... e as antigas fórmãs *amades*, *sabedes*, etc...

Não são estas as unicas significações das dentaes (...) . E esse remontar ao berço de cada uma das letras, esse historias da sua vida orgânica (...) mostranos que, p. ex., as consoantes ou os elementos dos themes, exprimiam naturalmente pela natureza dos sons – as sensações dadas pelos movimentos da acção. (...)

Este estudo, e bem assim o da mutação dos sons, das modificações regulares e accidentaes no systema phonetico das palavras, o das leis de equivalência das consoantes, etc., são de máxima importância para o professor da lingua vernacula, e todavia quão raros são entre nós os que d'elle curam!... (1877:16).

A transcrição de uma nota tão longa se justifica pela riqueza de elementos que podem nela ser detectados:

a) Pacheco comporta-se como um pesquisador ao preocupar-se em mostrar o comportamento das dentais em diversas línguas;

b) ao escolher expressões como “vida orgânica”, “natureza dos sons”, “mutação dos sons”, “modificações regulares e acidentais”, “sistema fonético” e “leis de equivalência”, inclui-se na corrente naturalista e revela-se um seguidor da lingüística de seu tempo;

c) defende a idéia de que todo professor deve dominar bem os conhecimentos da fonética portuguesa, mas reconhece serem poucos os que o fazem no Brasil.

Por essa nota, pode-se perceber a constante preocupação de Pacheco com o exercício do Magistério. Revela-se, mais uma vez, um professor-pesquisador que busca aplicar a teoria atualizada dos estudos lingüísticos à prática de elaboração de manuais de finalidade pedagógica.

A fonética, na época, era considerada a principal base da etimologia e tal descrição,

para ser considerada científica, deveria seguir a história e a comparação. Como decorrência disso, a abordagem se revela histórico-comparativa e, sobretudo, baseada na latina.

Pacheco revela ocupar-se de uma descrição mais diacrônica que sincrônica – fato que caracteriza os trabalhos publicados até o início do século XX no Brasil. Além disso, deixa claro que não se afastou do rigorismo científico:

Lemos as varias obras relativas ao assumpto ou que com elle tinham relação, e dellas fizemos respigar os passos que nos pareceram mais de notar; manuseámos os escriptos dos nossos antigos mestres da lingua, procurando sempre as 1^{as} edições ou as que a estas se conservam fieis na orthographia; estudámos ainda o latim das inscrições e epitaphios, os monumentos archaicos e os da baixa latinidade. Era esse o melhor meio de acompanhar a lingua em todas as suas evoluções (1877:5).

Pacheco evidencia, também, o fato da língua portuguesa comportar-se como as demais românicas em relação às transformações fonéticas decorrentes de aspectos físicos e psicológicos do falante:

As transformações phoneticas estão subordinadas a regras geraes, ás quaes o homem obedece instinctivamente por motivo de acção physiologica e psychologica. Assim, por exemplo, o enfraquecimento – mas lento e gradual – dos sons, constitue as duas leis de *menor acção* e de *transição*, communs a todas as linguas neo-latinas (78).

Alerta, entretanto, que as leis fonéticas não são infalíveis: “Advertimos, porém, que as leis phoneticas, como avisadamente ponderou Benfey, não são absolutas: ‘estão sujeitas a excepções, como sucede a todas as leis da natureza’” (1877:14).

Aponta três leis gerais para as modificações fonéticas:

a) persistência do acento tônico: a conservação da sílaba tônica trouxe, muitas vezes, o encurtamento da palavra na forma popular como *ângelus* > anjo (80);

b) perda da vogal breve: muitos são os exemplos encontrados nos autores arcaicos e nas inscrições latinas, os quais comprovam essa lei (*periclum* por *periculum*; *poplus* por *populus*) (81);

c) queda da consoante média⁹⁶: *suar* por su(d)are, *vingar* por vin(d)(i)care, *arêa* por are(n)a (81).

As gramáticas de Pacheco e Júlio Ribeiro apresentam muitas similaridades nos segmentos dedicados ao estudo dos sons da língua. Praticam uma farta descrição do processo evolutivo e enumeram detalhadamente causas, influências e alterações sofridas por esses sons ao longo do tempo. Ambas apresentam fundamentação na língua latina e, especialmente Pacheco, mencionam autores europeus com trabalhos nessa área. Pacheco, também em seu livro *Phonologia* (1877), cita Diez (47, 80, 81), Adolfo Coelho e Théophilo Braga (80 e 81), Grim, Backer e Max Muller (102) e Wierz, Rosci, Schuchardt, Corsen (113).

Essas referências podem levar a uma dedução: Pacheco ocupa-se dos princípios darwinistas acerca da evolução dos seres vivos, mas demonstra uma aproximação com o que Cavaliere (2000:142) chama de um segundo momento no curso da descrição fonológica no período científico: a fase legatária. Inicialmente predominava na fonologia uma abordagem diacrônica; mais tarde passa a predominar a visão sincrônica, vinculada na virada do século XX, por nomes portugueses como Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos e Gonçalves Viana. O fato de Pacheco citar Adolfo Coelho pode ser compreendido como um indício dessa mudança de perspectiva. Pode-se destacar a passagem em que, ao explicar o ditongo **ui**, Pacheco diz não concordar com o consenso acerca da justificativa dos filólogos para *auscultare* > escuitar (português antigo) e *multum* > muito. Para ele, o **l** foi sincopado e o **i** é uma intercalação fônica. Corrobora sua afirmação em nota de rodapé: “Diez é desta opinião, e bem assim os muitos distintos escriptores portugueses Ad. Coelho e Theophilo Braga a quem tanto devem as letras.” (1877:81).

De modo geral, Pacheco segue a tendência dos estudiosos de seu tempo: dedica

⁹⁶ Pacheco cita exemplos, sem nada acrescentar como descrição à lei.

mais atenção à sintaxe e à morfologia na elaboração de sua “Grammatica” (1907). Uma prova disso é o fato de ocupar 44 páginas dedicadas à fonologia, porém 317 à morfologia e 208 à sintaxe. Mantém, de certa forma, a proporção utilizada por Ribeiro (considerado, como já se disse, o introdutor do chamado período científico), 22 páginas para fonologia, 129 para morfologia e 80 para sintaxe.

9.1 Conceitos fonológicos: vozes, vogais, consoantes e semivogais

9.1.1 As vozes

Conforme Cavaliere (2000:159), a questão da terminologia empregada na área da fonologia, no período científico, trouxe conseqüências até o final da segunda década do século XX. Havia um confuso circuito de termos e definições impressas, o que contribuiu para erros descritivos significativos. Com isso, pode-se afirmar que o estudo da fonologia representou um segmento com pouco rigor científico e eficiência dentro da chamada gramática científica no Brasil.

Pacheco, com sua obra *Phonologia*, não apresenta os conceitos de sons, letras, vogais e consoantes; de imediato passa a analisar as “letras latinas” (1877:17), fazendo detalhada análise diacrônica. Apresenta-os em sua *Grammatica*, na parte I (*Phonologia*), sob a forma de *Observações gerais*.

Não se utiliza do conceito de voz⁹⁷ como Ribeiro e assevera que som é um fenômeno natural que pode apresentar variações, dependentes das condições orgânicas. Diz ainda que o “alfabeto natural” (67) é perfeitamente explicado pelas ciências naturais como a anatomia, fisiologia e física.

Cavaliere (2000:162) vê, nessa passagem, uma falta de firmeza na distinção entre som e letra (crê-se que especialmente na expressão “alfabeto natural”), atribuída por ele

⁹⁷ « Voz é o som laryngeo de que se servem os animaes para estabelecer entre si certas relações» (1881:4).
« De tres maneiras modifica-se o aparelho vocal na prolação de sons laryngeos : ha, conseguintemente, tres categorias de vozes articuladas, a saber : vozes livres, vozes constrictas, vozes explosivas. » (idem :5).

ao fato de alguns autores, como Pacheco, não conferir relevância a tal diferenciação uma vez que não motivaria interesse descritivo. Afirma ainda que, somente mais tarde, com Said Ali, conceitos como letra e fonema, letra e notação etimológica receberiam tratamento mais detalhado.

Pacheco define, pois, o som como produto do aparelho fônico (o que Ribeiro chama de voz) e letra, como representação gráfica de um som.

Divide os sons em três categorias, de acordo com as modificações do aparelho fonador (que chama de vocal): vogais, consoantes momentâneas e consoantes contínuas. Justifica a divisão em vogais e consoantes por dois motivos: o esforço para superar o obstáculo encontrado na emissão do som e a natureza especial dos órgãos que constituem esse obstáculo. É uma natureza, segundo ele, que produz consoantes contínuas (vibrantes, líquidas, aspirantes); instantâneas ou explosivas, nasais, chiantes; e guturais, palatais, dentais, labiais.⁹⁸

9.1.2 As vogais

Pacheco define as vogais como vozes produzidas pela laringe, as quais decorrem de diferentes posições da língua e dos lábios no momento da emissão. Considera vogais típicas **a**, **e**, **u**; alega que **i** e **o** “representam sons puros, porém, intermediarios” (68). Nesse ponto, Pacheco não demonstra a sua costumeira preocupação pedagógica e não explica suas palavras sobre diferenças entre as duas últimas e as três primeiras – consideradas fundamentais ou típicas.

Pacheco mantém a classificação latina das vogais e afirma que, conforme a duração da pronúncia, podem ser longas e breves. Pode-se deduzir que há, nessa afirmação, uma certa confusão quanto à nomenclatura e aos critérios usados por ele:

⁹⁸ Pacheco não detalha, em sua *Grammatica*, quais são essas consoantes.

As cinco vogaes podem representar mais de 17 sons, com auxilio dos accents ou notações. É assim que o *a*, *e* e *o* representam quatro valores phoneticos (agudo, grave, médio, nasal), ou tres (agudo, grave, nasal); o *u*, dous (agudo e nasal) (69).

Em uma descrição pouco clara, Pacheco trata da monotongação e dos encontros vocálicos:

As vogaes podem ser *duplas* ou *compostas* (de uma forte e uma fraca); são tambem sons simples, comquanto representados por mais de uma letra (**ou**). Representam um som unico. A estes grupos vocálicos dá-se o nome de *diphthongo* quando constituem em um som duplo, formam um som composto, e dividem-se em *oraes* e *nasaes*: *ae* (ai), *au* (ao), *ei*, *eu* (eo), *oe* (oi), *ui* e *ãe*, *ã* (am), *ão*, *õe*, *uim* (69).

Mantendo a característica de referir-se a teóricos europeus já registrada neste trabalho em diversos momentos, cita lingüistas como Bopp, ao atribuir à natureza das vogais as alterações fonéticas pelas quais as palavras passam (70); Diez, ao elencar os tritongos portugueses – *uae* (*iguaes*) e – *uei* (*averigueis*) (70); e, ainda, Whitney ao afirmar que um sistema alfabético deve estender-se do a aberto aos sons mudos e completamente fechados (68).

Não foi encontrada, nas duas obras em que Pacheco trata de fonologia, qualquer referência que pudesse ser atribuída ao conceito de semivogal.

9.1.3 As consoantes

Quanto às consoantes, considera-as ruídos, e não sons. Alega serem simples ruídos ou vibrações, os quais só podem ser pronunciados com o auxílio de uma vogal (daí o nome *cum sonare* – consoante) e faz descrição do processo de produção física dos sons. Alerta que o **h** é simples representação etimológica, o qual, ao deixar de soar, deixou também de ser representado na escrita. Mais tarde, foi reintroduzido pelos latinistas na escrita nos séculos XIV e XV.

Pacheco divide as consoantes em simples (b, c, d...) e compostas (ch, lh, nh,

ph...); elenca os grupos consonantais como bl, br, pl, gl, gr (72); analisa, detalhadamente, a origem e a evolução de cada consoante. Pelo tipo de abordagem praticado, fica claro que se ocupa apenas de aspectos da fonética histórica. Na sua *Grammatica*, portanto, não apresenta detalhes sobre a classificação dos sons consonânticos.

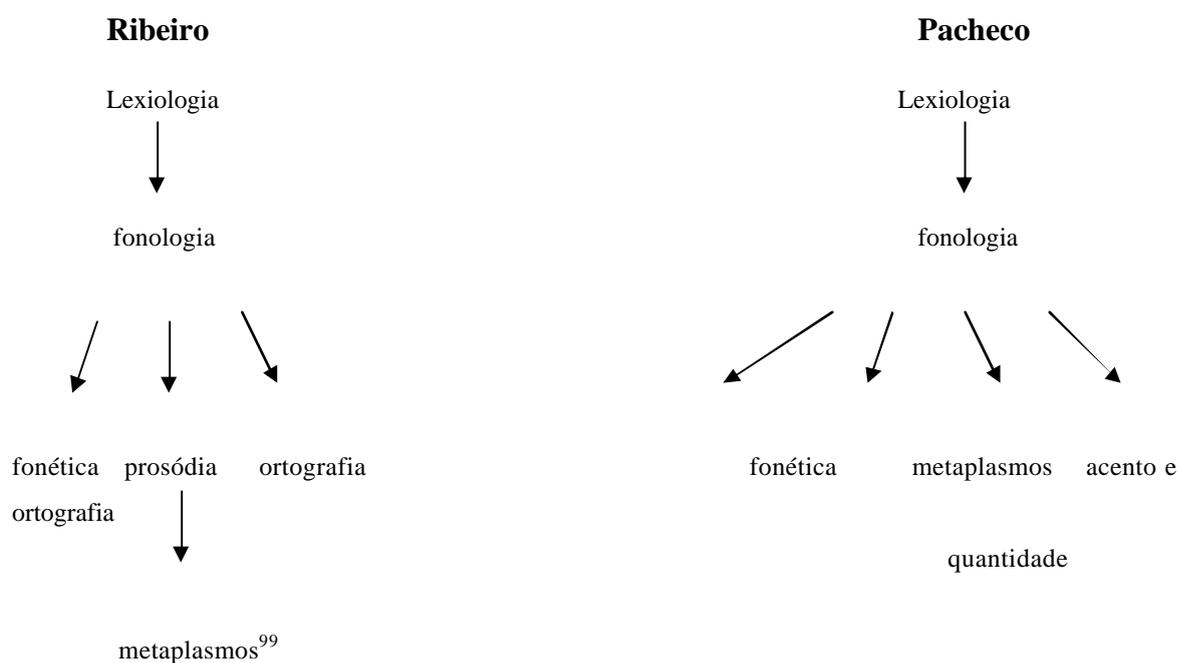
Encontra-se uma classificação a esse respeito no livro *Phonologia* (1877: 103), em que Pacheco apresenta uma tabela de equivalências entre consoantes latinas e portuguesas. Tal tabela, embora de apresentação não muito clara, permite deduzir como o assunto foi tratado por ele:

	CONSOANTES LATINAS	CONSOANTES PORTUGUESAS
gutturais	c (a, o, u) c (e, i) qu (a, o, u) qu (e, i) g (a, o, u) g (e, i) j	g, c, qu, ch ç, z, s, ss qu, g, c qu, ç, z g, j g, j j, g
dentais	t d s z	d, t d (g, v, l, m, r, z) s (ç), r, x z, g, j
labiais	p b f v	p, b b, v f, b, p v, b
líquidas e nasais	m n l r	m, n, l n, nh, l, r, m l, r, lh r, l, n

Vê-se, por essa tabela, que Pacheco se ocupa das consoantes apenas como letras e não como fonemas. Na verdade, em um livro dedicado à fonologia, o que se encontra é um resumo da evolução histórica das consoantes latinas até o português. Nesse aspecto, pode-se constatar com relativa facilidade que Júlio Ribeiro (1881:8), consegue, em sua *Grammatica*, um estudo fonológico bem mais abalizado do que o de Pacheco uma vez que apresenta farta exposição sobre a realização dos fonemas no português.

9.2 A prosódia

Cabe aqui reforçar o fato de que Pacheco mantém a sinopse utilizada por Ribeiro (1881) ao tratar da fonologia portuguesa. Além da descrição fonética, ambos se detêm sobre prosódia, especialmente sobre os traços de acento e qualidade, mas fazendo-se uma análise, é possível perceber uma diferença.



Ribeiro parece mesmo conferir maior ênfase que Pacheco à prosódia: ocupa doze páginas com a descrição da acentuação tônica das palavras. Pacheco reserva dez páginas para tratar do assunto, porém não usa o termo prosódia e intitula o capítulo de *Accento e quantidade* (111). A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes:

a) aponta quatro espécies de acentos: tônicos (descreve sua importância no sistema da língua); gramatical ou lógico (descreve as regras que o regem, baseadas principalmente na posição da sílaba tônica da palavra); oratória ou fraseológica (de domínio da retórica; proveniente do sentido que se dá à palavra dentro da frase);

⁹⁹ Ribeiro não dá destaque aos metaplasmos (somente uma página, no final do segmento dedicado à prosódia). Pacheco destaca o assunto, em oito páginas, nas quais evidencia o modelo de análise diacrônica.

provinciano ou local (ou sotaque provincial – entonações decorrentes do uso em determinado meio); e mímico (correspondente a variadas modulações de voz na emissão de partículas utilizadas para exprimir espanto, admiração, dor, alegria – ah! oh! ai! ui!) (119);

b) reconhece a existência de uma variedade dialetal, embora revele um tom depreciativo, e credita-a apenas ao plano material da língua:

São intonações de voz particulares, devidas ás influências mesológicas, muitas vezes de difícil apreciação, e que muito desvalorizam o *accento tonico* (ó homem, Máceió, móthér...) (...)
Sotaque é propriamente – um dito ou apodo vulgar; hoje, porém, é empregado extensivamente para significar o *accento particular* a uma província, a peculiar modulação, etc. (118).

c) cita vários autores como argumento de autoridade; entre eles estão Diez – para confirmar a afirmação de que o acento “*é a alma, o centro da gravidade da palavra*” (112); Humboldt – “(*o acento*) *é o mediador entre o pensamento e a fôrma*” (112); Gaston Paris, ao fazer a afirmação de que a “*rima consiste exclusivamente na homophonia de syllabas tônicas*” (115);

d) reconhece que o traço de quantidade, cujo enfraquecimento já ocorria no latim falado, não se manteve no português. Para comprovar, lança mão de estudos de filologia clássica:

À quantidade, elemento material, devia necessariamente enfraquecer-se e variar, já pelas idiosyncrasias do falar do povo, já pela tendencia para a contracção.

Estas mesmas causas se observam na lingua latina e explicam a obliteração da quantidade na lingua falada, e tambem a abreviação do *o* final dos espondeos na época de Augusto, do *t* final longo dos verbos, etc. (Cornélio por *Cornelius*, *dedro* por *dederunt*), breves accentuadas, consideradas longas nos hymnos de S. Ambrosio, os hexametros de Comadianos sem a quantidade; o metro jambico de 12 *syllabas accentuadas* na 4ª e 10ª, origem do *endecasyllabo* italiano, e do *decasyllabo* francez da idade média. É claro, pois – conclue Reinach (Phil. Class.) – que desde os Romanos a accentuação vencera a quantidade (120).

Ao longo do capítulo, Pacheco deixa claro que considera o estudo da prosódia relevante, especialmente a questão da acentuação, por trazer conseqüências no plano semântico e morfossintático: “Muitas vezes o *accento* distingue as fórmulas homonymicas, que deixam conseqüentemente de ser homophonas: *último, último; vínculo, vínculo*” (114).

Os estudos sobre fonologia apresentados por Pacheco mantêm, por conseguinte, as características de sua obra: análise diacrônica a partir do comparativismo histórico, reprodução do modelo da gramática latina, menção a filólogos europeus e exemplificação pautada na língua literária (de Camões a autores da sua época). Por outro lado, pode-se considerar que pouco contribuem para a descrição da fonologia do português do século XIX.

10. OS ESTUDOS SEMÂNTICOS

Para que se possa fazer uma análise dos estudos semânticos de Pacheco da Silva Júnior é preciso levar em consideração a polêmica que envolve seu nome e o de Michel Bréal, polêmica acerca de quem seria o precursor desse tipo de estudos no Brasil.

10.1 Os estudos de Michel Bréal

Michel Bréal, lingüista francês de ascendência judaica (Baviera, 1832 – Paris, 1915), foi discípulo de Franz Bopp. Em sua obra “Essai de Sémantique”, apresenta detalhado estudo sobre a significação, afastando-se do que, naquele momento costumava ser feito na área de estudos lingüísticos. Deixa claro, já no início dessa obra, que pretende deter-se em aspectos mais ligados à produção de referências e significações do que se ocupar propriamente das formas que as expressam. Para isso, divide seu livro em três partes: as leis intelectuais da linguagem, os meios de fixação das palavras e a formação da sintaxe.

Na primeira parte, apresenta considerações iniciais sob os estudos lingüísticos de sua obra e revela-se bastante crítico. Afirma que os manuais de gramática comparada, geralmente limitados ao estudo das mudanças das vogais e consoantes, acabam por reduzir o valor daquela e por lhe tratar como um ramo menor da fisiologia (1911:1). Defende que se deve extrair da Lingüística muito mais do que isso, sobretudo o que aparece como

elemento e reflexão como regra da língua de modo a colaborar para a evolução da palavra humana. Nesse ponto, Bréal parece indicar que os estudos semânticos feitos por ele basear-se-ão na evolução / mudança de sentido das palavras.

Faz, também, crítica ao excesso de abstrações e metáforas ao serem tratadas as línguas como seres vivos (1911:3). Declara que a obra de Schleicher sobre a origem e o desenvolvimento das línguas contém muitos paradoxos, inclusive deixando transparecer aspectos místicos, provavelmente decorrentes da influência da vida do botânico alemão, inicialmente destinado ao estudo eclesiástico.

Bréal afirma que pretende se ocupar não das mudanças da fonética, como era comum em sua época, mas sim das causas intelectuais que presidiram a transformação de nossas línguas. Além disso, crê que a história da linguagem é uma ciência em construção e, por isso, deve ser feita com base em aspectos seqüenciais. Confessa que o livro foi muitas vezes iniciado e interrompido (até então já publicara alguns trechos) e que pretende abordar fatos lingüísticos produzidos pelo espírito popular. Seu objeto de estudo será a riqueza e, ao mesmo tempo, a simplicidade de meios fornecidos pela língua, já que tal riqueza e simplicidade resultam na obtenção de importantes efeitos expressivos na comunicação entre os indivíduos. Acima de tudo, deixa claro que tenta traçar uma linha de análise e descrição de um campo dos estudos lingüísticos ainda não explorado, ao qual propõe chamar de Semântica (1911:8), em consonância com a perspectiva de encontrar fatos universais.

Bréal denomina lei a relação constante percebida em uma série de fenômenos. Considera que existem oito leis:

a) A lei da especialidade: certas modificações do pensamento, expressas inicialmente por todas as palavras, passam a ser expressas por um pequeno número de palavras ou por uma única palavra. Dá como exemplos a distinção entre as línguas

sintéticas e analíticas, a formação do comparativo e do superlativo, a substituição dos antigos casos pelas preposições; o genitivo e a conjugação ingleses.

b) A lei da repartição: existe uma ordem intencional em decorrência da qual as palavras – antes sinônimas – adquirem novos sentidos e não podem mais ser empregadas no lugar das outras. Bréal alega que o povo não acredita que haja termos absolutamente idênticos e pratica usos em que as boas distinções são feitas espontaneamente, em função do contexto e da circunstância. Bréal afirma que a história da linguagem é uma série de repartições. Explica, também, que é por meio da lei da repartição que a criança aplica, pouco a pouco, a objetos distintos, as sílabas que busca aplicar de modo indistinto a tudo o que a cerca. Não há, para ele, nada mais natural que a repartição, porque a inteligência humana seleciona as palavras e, se não houvesse essa seleção, haveria uma grande confusão no uso das palavras. Mas isso não acontece, pois, a todo momento, há uma distinção e subordinação dos termos ao uso pretendido para eles.

c) A lei da irradiação: Bréal reconhece que, na falta de outro termo, chama assim uma série de fatos ainda não denominados, mas de importância para os estudos na área da psicologia da linguagem. Trata-se da distinção, já conhecida na época, entre elemento material e formal das palavras que, segundo ele, revela haver um fenômeno de irradiação envolvendo letras e sílabas tomadas do elemento material e estendidas ao elemento formal.

Tout le monde connaît la distinction que la linguistique fait entre 'l'élément matériel' et 'l'élément formel' des mots. A toute époque on s'est demandé si ces deux éléments sont de même origine, ou s'il n'y a pas entre eux quelque différence de nature. Je n'ai à traiter présentement cette question. Je veux seulement montrer qu'il peut nous arriver de considérer comme appartenant à 'l'élément formel' des lettres ou des syllabes prises sur 'l'élément matériel'. C'est un phénomène d'irradiation (1911:47).

d) A lei da sobrevivência das flexões: quando uma forma de flexão desaparece, não deixa de existir na mente daquele que fala. Mantém-se ainda por muito tempo por força da tradição, pela posição sintática na frase, por comparações realizadas

instintivamente pela memória com constituições análogas. Fornece vários exemplos, entre eles, o uso do gênero neutro, comum nas áreas da Filosofia e Crítica Literária. Alerta, porém, que a lei da sobrevivência, assim como a lei da repartição, tem seus limites. Quando uma flexão é representada por um pequeno número de ocorrências – e esses exemplos perdem essa representatividade –, há uma espécie de prudência instintiva – produto de várias tentativas mal realizadas – que faz com que não se pratiquem construções consideradas difíceis de serem compreendidas. A lei da sobrevivência faz-se presente na linguagem literária, ainda que determinadas formas tenham desaparecido na língua do povo. Um exemplo apontado por Bréal é a prática das inversões, considerada por ele uma forma de liberdade na escrita dos tempos antigos.

e) A lei das falsas percepções: o linguísta francês diz ser um fenômeno que leva o falante a perceber uma desinência onde esta não se faz presente ou a acreditar na presença de formas gramaticais que nunca existiram. Afirma ser um fato observado mais facilmente nas línguas modernas que nas antigas. Exemplifica com a palavra *Kind* que faz plural *Kind-er*. Tal forma dá a entender que *er* é desinência de plural: entretanto, *er* é o sufixo *es* ou *er*, o mesmo da palavra latina *gener-is*. Perceber em *Kind-er, Weib-er, Häu-er* uma desinência de plural é, do ponto de vista histórico, uma falsa percepção, o que não impede que tal desinência tenha se tornado regular da língua.

f) A lei da analogia: afirma que, nos livros de Lingüística publicados nas duas décadas finais do século XIX, a analogia tem ocupado um lugar importante. Considera, no entanto, ser necessário apresentar o fenômeno da analogia como um meio para novas criações na língua, e não como uma causa. Alega que a língua recorre à analogia por quatro motivos: para evitar alguma dificuldade de expressão; para obter mais clareza; para destacar oposições ou semelhanças; para aceitar uma regra antiga ou nova dessa mesma língua.

g) A lei das novas aquisições: Bréal destaca que já é tradição estudarem-se as perdas de uma língua, mas é preciso deter-se na história das aquisições dessa mesma língua. Como a evolução gramatical efetua-se de forma lenta e muitas vezes até imperceptível, ocorre que muitas vezes essa evolução escapa aos estudiosos da linguagem. Afirma ser o infinitivo uma dessas aquisições, o que considera produto de uma lenta seleção a ser vista como uma união mais tardia entre substantivo e verbo.

h) A lei da extinção de formas inúteis: o fenômeno da extinção de formas inúteis ocorre com aquelas que, embora tendo existido durante um tempo mais ou menos longo, saíram de uso e com aquelas que, mesmo tendo possibilidade de existência, nunca foram praticadas. Na verdade, Bréal constata que a língua se “desvencilha” de um dos termos sinônimos que representam uma mesma idéia, embora sempre subsistam resíduos desses elementos não mais utilizados.

Nessa análise das chamadas leis da linguagem, o lingüista francês procura deixar claro que, ao serem utilizadas formas disponíveis no sistema lingüístico, opera-se um pensamento inteligente e não a realização de uma necessidade usada apenas de forma instintiva. Além disso repete, em mais de uma ocasião, que as leis fonéticas não são absolutamente livres, sem controle. Pelo contrário, afirma que essas não têm como eliminar uma palavra considerada útil na língua e, ao mesmo tempo, não podem fazer permanecer uma forma supérflua.

Na segunda parte de seu livro, Bréal examina as causas que agem na fixação do sentido das palavras, pois julga ser esse o verdadeiro objeto da Semântica ou ciência das significações. Considera que há várias tendências que ajudam a fixar o sentido das palavras ao longo do tempo.

a) tendência “pejorativa”, fruto de uma disposição humana de atenuar ou disfarçar as idéias que ferem ou causam repulsa;

b) tendência de enfraquecimento, espécie de “descoloração” causada pelo fato de que a palavra é empregada em várias associações de sentido;

c) tendência de aceleração, modificação de sentido efetuada rapidamente em decorrência de mistura de classes, da efervescência de interesses e opiniões, da diversidade de aspirações e gostos. Bréal cita como causa significativa da tendência de aceleração a produção industrial. Pensadores e filósofos criam novas palavras que passam para o vocabulário da crítica especializada, são adotadas pelo repertório lingüístico dos artistas e acabam por se difundir no mundo da indústria e comércio, que faz uso livre dessas formas. Em um espaço curto de tempo, o vocabulário típico da metafísica, por exemplo, alimenta o uso da linguagem feito pela área de publicidade (1911:106).

Além dessas tendências inatas ao meio lingüístico, o lingüista aponta outras importantes causas que atuam na fixação do sentido das palavras. Dentre elas, destacam-se:

a) **A restrição de sentido:** Bréal afirma que há uma perpétua falta de proporção entre a palavra e a coisa por ela nomeada. Ora o valor da palavra é muito amplo; ora, muito restrito. Essa falta de adequação não é sentida porque é compensada graças ao conjunto de circunstâncias que envolve seu uso e graças à contribuição daquele que a ouve, em um processo de interação. Destaca, ainda, que somente a História pode dar às palavras o grau de precisão do qual necessitamos para bem compreendê-las.

b) **A ampliação de sentido:** fenômeno comum a todos os povos de vida cultural intensa, a ampliação de sentido é a expansão de um significado a partir do reconhecimento de semelhança entre dois objetos. Bréal dá como exemplos o verbo - elemento da língua que apresenta numerosos casos de ampliação de sentido - e as palavras compostas - reunião de dois termos com sentidos próprios que passam a constituir um conjunto com um terceiro sentido.

c) **A metáfora:** Bréal a considera de forma diferente das duas causas anteriores (restrição e ampliação de sentido). Enquanto aquelas representam causas lentas e imperceptíveis de mudança, a metáfora transforma instantaneamente o sentido das palavras e cria expressões de maneira sutil. Uma metáfora, em decorrência de sua aceitação e uso freqüente, tende a perder força de expressão. Segundo ele, daí decorre o fato de ser difícil reconhecer as metáforas mais antigas. Muitas vezes o estado de coisas que as havia sugerido desapareceu, e a metáfora passa a ser apenas mais uma forma de representação de determinada idéia. Em contrapartida, há o fato de que as metáforas não ficam limitadas à língua em que surgiram e podem tornar-se patrimônio de outros povos. Bréal afirma que, entre as mais antigas nações da Europa, há um conjunto de metáforas que chega a constituir certa unidade de cultura, comum a todos esses grupos (1911:135).

d) **A transposição de palavra abstrata a nome de objeto concreto:** fenômeno registrado durante toda a história da linguagem humana, ocorre quando uma palavra abstrata – em lugar de guardar o sentido de uma ação, qualidade ou estado – torna-se o nome de um objeto material. Em alguns casos, o sentido abstrato convive ao lado do novo sentido; em outros, desaparece e a significação permanece como única.

e) **A polissemia:** Bréal a define como um fenômeno de multiplicação de sentidos, comum a todas as línguas das nações civilizadas. Quanto mais um termo acumula significações, mais se deve crer que ele representa aspectos diferentes da atividade intelectual e social. Reconhece existir uma polissemia indireta ou de segundo grau, que não deve ser confundida com o verdadeiro fenômeno de polissemia (como ocorre em chave – na mecânica e música; raiz – agricultura, matemática e lingüística; base – arquitetura, química e arte militar). Dá como exemplo a palavra *truncus* que em latim designa um tronco de árvore. Tal palavra também significa mutilado, incompleto, mas avisa que seria um equívoco passar de um sentido para o outro. É preciso considerar que *truncus* tem

origem em *truncare* (cortar uma árvore). É a partir de *truncare* que se produz o adjetivo *truncus*, o qual só tem com o precedente uma ligação muito distante. Destaca, ainda, que um vocábulo pode ser levado, por uma série mais ou menos longa de vocábulos intermediários, a significar quase que o contrário daquilo que significava inicialmente. Para o lingüista francês, uma nova acepção equivale a uma outra palavra:

Une nouvelle acception équivaut à un mot nouveau. Ce qui le prouve, c'est le précepte – nullement artificiel, mais au contraire confirmé par le sentiment général – qu'il faut répéter le mot s'il est pris successivement en deux sens différents. D'autre part, l'on permet de faire rimer un mot avec lui-même, si les deux sens sont assez éloignés (1911:146).

A terceira e última parte de *Essai de Sémantique* trata da formação da sintaxe.

a) Inicialmente Bréal defende a idéia de que algumas categorias gramaticais – o advérbio, a preposição e a conjunção – formaram-se numa época relativamente recente, por um longo processo de elaboração.

b) Em segundo lugar, considera que os verbos chamados neutros (hoje intransitivos) são os mais antigos na língua. Bréal alega que houve um período em que só havia verbos neutros, pois, para ele, as palavras foram criadas para terem uma significação plena e não para servir a uma sintaxe que ainda não existia. Com o tempo, alguns desses verbos passaram a ser freqüentemente associados a palavras que determinavam seu alcance ou que direcionam sua ação sobre um objeto e a mente humana passou a acreditar que sentia nos verbos a exigência de uma complementação de sentido. Criou-se, então, o verbo transitivo, o que trouxe conseqüências imediatas: alteração do sentido do verbo e o enfraquecimento do valor semântico das desinências casuais (1911:195).

c) Bréal também trata do contágio, fenômeno que tem por efeito atribuir a uma palavra o sentido de algo de seu meio, como uma forma peculiar de associação de idéias. Considera ser necessária, para se poder perceber o processo de contágio sofrido por uma palavra, a consulta a um dicionário de uso e a um dicionário histórico. Atribui ao

fenômeno de contágio a explicação da idéia condicional despertada pela conjunção se (*si* latino). Para o lingüista, só é possível chegar a uma afirmação convincente retomando-se o processo histórico-lingüístico: *si*, no latim, era um advérbio que significava “dessa maneira”. Para ele, a idéia de condição foi-lhe associada pela proximidade do subjuntivo exigido, na forma verbal, pela partícula *si*, portanto, por contágio.

d) Em relação à ordem das palavras, Bréal também mostra uma posição firme. Considera essa ordem como um meio imaterial do qual se servem as línguas para obterem determinado sentido. Lembra a constante polêmica que envolve o assunto (o fato de uma língua apresentar uma ordem relativamente fixa, como o apresentam as línguas modernas, é vantajoso ou traz incômodo) e reconhece ser a ordem previamente conhecida um instrumento gramatical importante para quem escreve e, sobretudo, para aquele que lê ou escuta um texto.

e) Bréal inova, mais uma vez, ao mencionar a lógica da linguagem. Define-a como uma lógica especial, que não tem relação com o que se costuma conhecer como Lógica. Nesse ponto, aproxima-se da noção de língua como sistema, difundido a partir dos estudos lingüísticos do século XX.

f) Mostra, ainda, o caráter subjetivo-pragmático presente no uso da língua pelo falante. O elemento subjetivo pode estar presente em diferentes instâncias: nos componentes de uma frase, nas formas gramaticais, no plano geral de novas línguas. Segundo Bréal, os primeiros empregos da linguagem verbal tiveram como objetivo expressar desejos, dar ordem, marcar posse sobre pessoas e coisas. O homem, dessa forma, fez uso da idéia de ação associada à sua idéia de vontade: “La parole n’a pas été faite pour la description, pour le récit, pour les considérations désintéressées. Exprimer un désir, intimer un ordre, marquer une prise de possession sur les personnes ou sur les choses – ces emplois du langage ont été les premiers (1911:243).

Bréal finaliza sua obra com uma reflexão sobre o valor educativo da linguagem para o ser humano. Dentre as várias idéias expostas por ele, destacam-se as seguintes:

a) a linguagem objetiva o pensamento humano: a inteligência do homem extrai da linguagem meios utilizáveis com múltiplas finalidades;

b) as línguas indo-européias são propícias a todas as operações do pensamento por disporem de grande facilidade para criar nomes abstratos:

On peut distinguer divers degrés dans l'abstraction. Celle don't il est ici question tient plus de la mythologie que de la métaphysique. Elle est de même espèce que quand le peuple parle d'une maladie qui *règne* où de l'électricité qui *court* le long d'un fil. Les abstractions créées par la pensée populaire prennent pour elle une sorte d'existence. Le monde a été rempli de ces entités. La forme de la phrase, où tous les sujets sont représentés comme agissants, est un témoin encore subsistant de cet état d'esprit (1911:252).

Há, no trecho acima, uma alusão ao conceito de língua como expressão do pensamento humano; há também uma sutil referência¹⁰⁰ a uma peculiaridade das línguas indo-européias que as distinguiriam, de forma valorativa, das demais.

c) o emprego da linguagem (língua) representa acúmulo de trabalho intelectual. Bréal dá como exemplo a leitura de uma página de livro. Embora todas as palavras não correspondam a uma realidade objetiva, aquelas ali contidas resultam em uma operação do espírito (intelectual).

d) Bréal critica a exacerbada aplicação das idéias de Darwin aos estudos lingüísticos. Considera que as palavras são signos como o são os sinais do Código Morse e, por isso, precisam ser analisadas de um modo condizente a essa natureza representativa.

Nos pères de l'école de Condillac, ces idéologues qui ont servi de cible, pendant cinquante ans, à une certaine critique, étaient plus près de la vérité quand ils disaient, selon leur manière simple et honnête, que les mots sont des signes. Où ils avaient tort, c'est quand ils rapportaient tout à la raison raisonnante, et quand ils prenaient le latin pour type de tout langage. Les mots sont des signes: ils n'ont pas plus d'existence que les gestes du télégraphe aérien ou que les de points et les traits (.-) du télégraphe Morse. Dire que le langage est un organisme, c'est obscurcir les choses et jeter dans les esprits une semence d'erreur (1911:255).

¹⁰⁰ O texto de Bréal não esclarece qual seria essa peculiaridade.

e) A Semântica pertence à ordem das investigações históricas. Segundo Bréal, não é possível analisar qualquer mudança de sentido ou de ordem morfosintática sem relacioná-la com o momento histórico em que se insere. Nesse ponto, alinha-se à corrente histórico-comparativa.¹⁰¹

Bréal encerra seu tratado sobre Semântica deixando claro que procurou evitar comparações com a Botânica, Fisiologia e Geologia. Afirma que procurou realizar uma exposição mais abstrata. Parece buscar uma interpretação mais “intelectual” para as mudanças na área lingüística e não apenas descrições exaustivas de processos evolutivos:

Je ne crois pas cependant me tromper en disant que l’histoire du langage, ramenée à des lois intellectuelles, est non seulement plus vraie, mais plus intéressante: il ne peut être indifférent pour nous de voir, au-dessus du hasard apparent qui règne sur la destinée des mots et des formes du langage, se montrer des lois correspondant chacune à un progrès de l’esprit. Pour le philosophe, pour l’historien, pour tout homme attentif à la marche de l’humanité, il y a plaisir à constater cette montée d’intelligence qui se fait sentir dans le lent renouvellement des langues (1911:257).

Pode-se deduzir que o lingüista francês não se encontrava satisfeito com a excessiva valorização da presença de princípios da análise científica das Ciências Naturais na área dos estudos lingüísticos. Além disso, parece claro que essa obra de Bréal apresenta um caráter inovador (por sistematizar as informações sobre os procedimentos lingüísticos ligadas à área de significação e a vinculação desta área com a ordenação sintática das estruturas da língua) e inédito (por usar a denominação Semântica).

¹⁰¹ Bréal publicou obras sobre etimologia com Bailly e sobre gramática latina com Leonce Person. Escreveu prefácio na *Gramática Comparada das línguas sânscrita, zende, grega, latina, lituana, eslava antiga, gótica e alemã* de Franz Bopp.

10.2 Os estudos de Pacheco da Silva Júnior

A obra *Noções de Semantica* de Pacheco Júnior (1903) contém, nas páginas iniciais, uma nota dos editores na qual esclarecem ser a primeira edição (abril de 1903) e ser uma publicação póstuma.

O prefácio, escrito pelo próprio autor, apresenta um esclarecimento acerca do livro *Essai de Sémantique* de Michel Bréal. Pacheco deixa claro que já havia escrito *Noções de Semantica* quando tomou conhecimento do livro de Bréal. Reconhece que em muito aproveitou o trabalho do lingüista francês, especialmente para ter uma visão mais sistemática sobre o assunto.

Pacheco apresenta uma introdução com nove páginas nas quais detalha considerações sobre os estudos semânticos. Dentre elas, destacam-se:

a) O reconhecimento da necessidade de uma disciplina sobre a teoria da significação ou semiologia.

b) A constatação de que as palavras sofrem uma evolução vagarosa, segmentada e seguida de intervalos. Exemplifica com os substantivos cometa, planeta e fim que mudaram de gênero. Para ele, a lógica gramatical baseia-se na analogia.

c) A discordância em relação a Curtius e Grim que julgavam ser muito difícil estabelecer princípios para a mudança ou transferência de significação. Embora reconheça que não se possa aplicar às línguas o sentido estrito da palavra lógica, Pacheco afirma que há uma lógica própria – não retilínea – no processo de mudança de significação das palavras.

d) A afirmação de que, para explicar a mudança de sentido da palavra, não basta limitar-se ao estudo do vocabulário; é preciso analisar o contexto em que a palavra se insere. A classificação de evolução progressiva (quando há desenvolvimento da palavra ou de seu sentido, ou quando há formação de nova palavra) e evolução regressiva (quando

tende ao desaparecimento de uma palavra ou elementos que a compõem, e à alteração ou desaparecimento de seu sentido primitivo):

Regresso e progresso são os dous aspectos de uma mesma evolução: qualquer transformação progressiva vem sempre acompanhada de regresso.

Em nosso parecer a semântica representa a evolução regressiva da linguagem (1903:14).

f) A defesa do método histórico-comparativo: “Para provar a existencia da evolução regressiva na linguagem, basta também estudarmos as línguas pelo methodo da comparação (...)” (15)¹⁰²;

g) As referências a nomes importantes na área de estudos lingüísticos como Curtius, Grim, Vandervelde, Littré, Adolfo Coelho, Darmesteter, Whitney.

h) A postura firme ao manter suas próprias opiniões. Discorda, por exemplo, de Littré ao afirmar que

A denominação *pathologia verbal* ou da linguagem (creada por Littré) com applicação ao modo de exprimir novas idéas sem crear novos vocabulos e so pela transferencia dos sentidos, é erronea porque esses factos pertencem á evolução natural da *linguagem* e não constituem molestias ou achaques, nem são phenomenos teratológicos (16).

Pacheco discorda também de Bréal ao afirmar, em nota de rodapé, que “Censura Bréal a expressão *tendencias de palavras* porque estas não as podem ter e qualifica-a de illusão e chimera. Discordamos também d’essa opinião porque as tendencias é o homem, é o povo, quem as tem e manifesta” (15).

Nessa passagem e outras aqui não mencionadas, Pacheco refere-se ao povo como aquele que constrói e modifica o significado das palavras. Também no início de sua *Grammatica da Lingua Portugueza* (1907), dedica treze páginas à análise dos chamados brasileirismos, definidos por ele como “termos e modos de falar peculiares aos brasileiros, e muitíssimos d’elles desconhecidos em Portugal (...)” (1907:50). Essas referências

¹⁰² Adotar-se-á o critério de indicar apenas a página para todas as referências feitas à obra *Semantica* (1903).

possibilitam entender que Pacheco trata, ao usar a palavra povo repetidas vezes em sua obra *Noções de Semântica*, de um falante que é um sujeito psicológico, com atividades resultantes de hábitos próprios do povo que a usa: é um sujeito que retrata o coletivo. Pacheco remete a um estudo de língua que cumpre o necessário procedimento didático (ensinar os recursos disponíveis na língua), mas não fica somente nisso. Procura mostrar que está engajado na construção do conhecimento lingüístico do país: reconhece a força do uso proveniente dos usuários de uma língua e valoriza as novas contribuições do elemento nativo do Brasil. Essa é uma peculiaridade facilmente observável pelo leitor de *Noções de Semântica*. Há referências a um sujeito coletivo, impulsionado pela representatividade dos falantes da língua portuguesa no Brasil, em diversas passagens. A palavra povo aparece em 17 páginas; outros sinônimos também são utilizados como instituições populares (página 21), tendência popular (133), mente popular (154, 170) e psicologia popular (50).

Outro fato facilmente constatado nessa obra é que Pacheco só não se utiliza de referências a povo e palavras similares nos trechos em que cita excertos de sua gramática histórica. Quando está escrevendo sobre semântica propriamente dita, transfere ao usuário da língua a responsabilidade pelas mudanças e peculiaridades do português falado no Brasil. Na verdade, ele apresenta dois planos nos seus estudos semânticos. Ao mesmo tempo em que se ocupa de mostrar o peso da formação histórica no campo da significação das palavras, retrata os usos característicos já de uma nova nacionalidade – a brasileira – por meio da descrição do português falado em sua época. Segundo Guimarães,

Nas condições brasileiras a construção do pensamento de Pacheco Silva coloca em cena um sujeito social remetido ao Estado e à construção da Nação. E isto significa afirmar que embora isto não esteja formulado diretamente, o pensamento de Pacheco Silva inclui um compromisso político-específico, uma formulação de política específica sobre a língua portuguesa enquanto língua no Brasil e do Brasil (2004:61).

Em inúmeras passagens de sua obra, especialmente na gramática de 1907, Pacheco deixa claro que intenta descrever construções típicas da língua portuguesa praticada no Brasil. Ainda que não o declare formalmente, pode-se perceber em Pacheco certo envolvimento e até compromisso com as questões referentes à língua falada em solo brasileiro. Como era um pesquisador atento às coisas de seu tempo, final do século XIX, época marcada pela busca da afirmação da identidade nacional, Pacheco deixou indícios, em sua obra, de que creditava ao povo um papel relevante na construção da nacionalidade brasileira.

i) A apresentação de quatro causas para a mudança de sentido das palavras:

1^a) mudança decorrente da especialização e sentido das palavras, de associação de idéias e do novo sentido;

2^a) mudança determinada pelas tendências “melhorativas” e “pejorativas” da palavra;

3^a) mudança decorrente de restrição de sentido;

4^a) mudança decorrente de evolução sintática.

j) A constatação de que a semântica desempenha importante papel na área do estudo lingüístico: “A semantica é da maior importancia para o estudo da evolução lingüística: a grammatica, codificada das leis promulgadas pelo povo, consiste em grande parte em phenomenos semanticos” (17).

Nesse ponto, Pacheco aproxima-se bastante das idéias de Bréal, mas é preciso registrar que este vai além de afirmar a importância da Semântica. Declara que o estudo da significação é um campo ainda não explorado e que pretende traçar linhas teóricas que possam servir ao trabalho de todos os que se interessam por estudos lingüísticos:

Ce que j'ai voulu faire, c'est tracer quelques grandes lignes, marquer quelques divisions et comme un plan provisoire sur un domaine non encore exploité, et qui reclame le travail combiné de plusieurs générations de linguistes. Je prie donc le lecteur de regarder ce livre comme une simple Introduction à la science que j'ai proposé d'appeller la *Sémantique* (Bréal, 1911:8).

Fazendo-se uma comparação entre a obra de Bréal e Pacheco, é possível perceber outros pontos em comum.

Como já o dissemos, Bréal divide o *Essai de Sémantique* em três grandes partes, subdivididas em inúmeros capítulos.

1ª parte as leis intelectuais	Capítulo	Da especialidade Da repartição Da irradiação Da sobrevivência das flexões Das falsas percepções Da analogia Das novas aquisições Da extinção de formas inúteis
2ª parte a fixação do sentido das palavras		As pretensas tendências das palavras A restrição e a ampliação do sentido A metáfora As palavras abstratas e o espessamento do sentido Polissemia Os nomes compostos Os grupos articulados Como os nomes são dados às coisas
3ª parte a formação da sintaxe		Categorias gramaticais A força transitiva O contágio As ferramentas gramaticais A ordem das palavras A lógica da linguagem O elemento subjetivo A linguagem educadora do gênero humano

Pacheco, por sua vez, divide a obra *Noções de Semantica* em quinze capítulos:

Capítulo	Analogia
	Tropos- metáfora
	Extensão e restrição de sentido
	Diferenciação
	Adaptação e assimilação
	Contágio
	Concreção
	Composição e derivação
	Especialização
	Polissemia
	Braquiologia
	Sobrevivências
	Esquecimento etimológico (falsas percepções)
	Irreversibilidade
	Evolução sintática

Pacheco e Bréal apresentam alguma semelhança em seus estudos semânticos. Pacheco, assim como Bréal, parte da análise do vocábulo para apresentar as decorrências sintáticas do emprego desse vocábulo. A seguir, encontram-se as principais idéias defendidas por Pacheco.

No primeiro capítulo (*Analogia*), Pacheco atribui as contínuas mudanças de sentido das palavras à lei do menor esforço, praticada intuitivamente pelos falantes. Volta a empregar a palavra povo ao justificar a preferência dos falantes por vocábulos que já existem.

O povo tem necessidade de bem exprimir idéas novas, mas afim de evitar dispendio intellectual e ao mesmo passo desejando apresental-as animadas e revestidas de cores variegadas, em vez de crear vocabulos novos, prefere – movido por essa tendencia natural e espontanea – servir-se de termos já conhecidos, apenas mudando ou renovando seus sentidos (19).

Afirma que a última fase da variação de sentido de uma palavra é a perda do sentido próprio. Exemplifica com o verbo *bispar* que significava exercer a autoridade de bispo e que passou a ser empregada somente com o sentido de brigar, espiar. Ressalta que é um caso de tendência pejorativa na mudança de sentido do vocábulo.

Nota-se, também, que Pacheco aponta mudanças de sentido, ao longo dos tempos, de vários vocábulos, caracterizando, de certa forma, uma análise mais formal do que propriamente de sentido como a feita atualmente. Ocupa-se de exemplos de verbos latinos para explicar o surgimento de outros verbos, e também de sufixos:

Os nossos suffixos são todos de origem grega ou latina, e conservam, em geral, as suas varias significações. A mudança na fôrma é devida á analogia: - *itia* = eza, *acém* = aço, *alicum* = agem, *aria* = eira, *ario* = eiro, *one* = ao, etc. (27).

(...)

O povo desconhece o sentido dos suffixos, mas pelo uso continuo de palavras com elles formadas, crea outros derivados directamente analogos, e muitas vezes inconscientemente. Os eruditos formaram *altruismo*, *optimismo* (suff. Ismo = lat ismus, grego *ismos*, de *ismé* espírito); o povo sem lograr da significação do suffixo, foi com ele creando outros vocábulos (sebastianismo, florianismo, burrismo, caftismo, etc.) (28).

Pacheco defende a idéia de que a analogia também é causa da extensão de sentido que ocorre ao se criarem novos vocábulos para descrever adventos da área da indústria, das artes, ciências e letras.

Pacheco cita Schleicher e Corssen para confirmar a idéia de que, frente a novos sentidos de que são as palavras investidas, muitas vezes, não é possível resgatar a idéia comum entre elas. Para tal, é necessário pesquisar o percurso cumprido pela palavra, o que nem sempre é possível.

Nota-se que Pacheco, em mais de uma passagem, reconhece que os usos – decorrente de analogias - consagrados pelo povo têm grande força e, por isso, permanecem na língua. Por fim, atribui à analogia a origem dos tropos e figuras de palavras, em especial, a da metáfora.

No segundo capítulo (*Tropos-Metáphora*), Pacheco define as figuras como produções espontâneas e fecundas do espírito humano, resultantes de uma tendência natural. Considera a metáfora a mais importante das figuras. Menciona inúmeros exemplos de construções com metáfora em grego e latim. Entre eles, dá como exemplo a palavra rival do latim *riualis*, que se aplicava aos proprietários vizinhos que se serviam de um

mesmo rio e cujas relações eram regidas pela *lex riuallia* romana. Mais tarde, a palavra assumiu o sentido de qualquer espécie de rival.

lembra, ainda, que as gírias muitas vezes têm sua origem em metáforas: “estar enxuto” (sem dinheiro), “sentar-se na retranca” (não trabalhar), “virar a casaca” (mudar de opinião) (35).

No capítulo terceiro (*Extensão e restrição dos sentidos*), Pacheco defende que a extensão de sentidos¹⁰³ apresenta uma causa externa enquanto a restrição é regida por condições lingüísticas. Seriam, portanto, mecanismos de produção de sentido bem diferentes entre si.

É relevante destacar a importância que Pacheco dá ao contexto durante o ato de fala. Uma evidência disso é a citação¹⁰⁴ abaixo transcrita que mostra apurada percepção lingüística em relação ao caráter interativo da fala:

(...) ‘para quem falla, a expressão guarda por si mesma a devida proporção, graças ao conjuncto das circumstancias (lugar, momento, intenção manifesta do discurso)’, e porque a atenção do ouvinte ‘vae direto ao pensamento sem reflectir no alcance litteral da palavra, restringindo-a ou ampliando-a segundo a intenção de quem falla’ (apud PACHECO, 1903:37).

Embora Pacheco não indique o autor da citação, procedimento comum àquela época, essa permite ver que se ocupa da questão da mediação existente entre falante e ouvinte. Revela, nessa passagem, estar próximo de uma linha de análise mais voltada ao social e ao psicológico.

Elenca exemplos de extensão e restrição de sentido em latim e em português dentre os quais destacam-se, a seguir, alguns:

- andar (de *adnare*): conserva o sentido de avançar, mas perdeu a significação de nadar (progredir pelo mar);

¹⁰³ Pacheco alerta para o fato de que não se deve confundir extensão de sentido com metáfora (1903 :46).

¹⁰⁴ Não há indicação do nome do autor.

- esquarterar (dividir um todo em quatro partes): hoje cortar em pedaços;
- manco (de *mancus*): restringiu o sentido àquele que claudica, depois de ter sido empregado em referência a qualquer pessoa aleijada;
- mancebo (de *mancipium*): ampliou o sentido de escravo liberto para de moço serviçal, mesmo que nascido livre;
- aliviar (*ad + levare, allevare*): era usado para descrever a ação de tornar leve ou mais leve uma carga; depois passou a significar minorar, abrandar, mitigar.

Vê-se, nessa exemplificação, uma análise da significação das palavras ao longo do tempo.

Pacheco alerta, ainda, que é possível uma palavra sofrer restrição de sentido e até cair em desuso sem que seus derivados e compostos sejam atingidos. Detecta, assim, uma espécie de independência de uso das palavras, inclusive daquelas de mesma família.

No quarto capítulo (*Diferenciação*), Pacheco denomina diferenciação o princípio pelo qual determinadas palavras se tornam sem uso, em decorrência do fato de outras terem mudado de significação. Muitas deixam de ser sinônimas por mudarem de sentido, mas não desaparecem.

A diferenciação ocorre por influência dos elementos históricos e por variações dialetais. Afirma que o povo dá preferência a palavras de uma língua que considera superior à sua. Enumera diversos exemplos: “O povo dizia simplesmente festas de igreja, etc., hoje por influencia allemã *kermesse* (de *Kirchmess*); um copo de cerveja diz-se hoje um *schopp*. Quantas centenas de vocabulos de origem latina não foram substituidos por influencia do elemento arabe?” (48).

Mostra, outrossim, que, ocorrido o processo de diferenciação, a fala popular espontânea produz outras palavras: “Distinguiram *cobrar* de *cooperar* (cf. *recuperar*), e

logo foram aparecendo os derivados *cobrança, cobrador, cobrável...cooperação cooperador cooperante cooperativa.*” (50).

Mesmo constatando a riqueza do processo de produção de novas palavras na língua, já que uma raiz pode produzir uma infinidade de outras palavras, alerta que, muitas vezes, o povo não consegue estabelecer usos claramente definidos, fato comum até em línguas consideradas bastante elaboradas. Justifica com a afirmação de que a percepção das pequenas diferenças ocorre, a princípio, para pouco “de inteligências mais apuradas” (51); somente mais tarde são percebidas pelos demais.

No quinto capítulo (*Adaptação e assimilação*), defende que as palavras, com o tempo, passam a ser empregadas com sentido diferente do original. As causas mais comuns são o esquecimento do sentido atribuído a elas ou o desconhecimento da significação primitiva do radical.

Argumenta que o estudo dos sinônimos é de grande necessidade para o bom domínio da língua e cita Bréal ao defender a idéia de que, pela sinonímia, se reconhece muito da forma de pensar ou agir de um povo.

Pacheco declara haver sinônimos perfeitos como “cara rosto, arrotto eructação, barriga ventre abdômen” (53). Esclarece, todavia, que esse tipo de sinônimo tende a desaparecer porque o conhecimento mais completo da língua e a diferenciação de empregos vão restringindo o sentido das palavras. Por outro lado, ao aparecer um fato ou objeto novo, as idéias agrupam-se na mente dos falantes, sugerem outras e resultam em séries que lentamente vão tendo seu uso definido.

Faz, também, detalhada descrição da evolução de sentido de várias palavras¹⁰⁵, mas evidencia que cada palavra segue caminhos próprios:

¹⁰⁵ Pacheco faz interessante descrição dos sentidos do verbo haver ao longo do tempo (1903 :60).

A palavra não fica estreitamente prisioneira da hereditariedade. Pode modificar-se, em certa medida, sob a influencia de condições externas.

Quando ella se acha em novas condições de existencia (si consegue adaptar-se), a sua fôrma externa e o seu sentido passam por varias mudanças ás vezes bem importantes, embora não percam os caracteres da palavra primitiva e tupica.

(...)

Qualquer nova adaptação corresponde á transferencia de certas accepções e á repressão de outras (62).

Nota-se que Pacheco aproxima-se bastante do que defenderiam, por exemplo, os semanticistas estruturalistas. Guirard, por exemplo, afirma que “o sentido das palavras muda porque uma das associações é secundária (sentido contextual, valor expressivo, valor social); ele desliza progressivamente sobre o sentido de base e o substitui; o sentido *evolui*.” (1980:61).

Pacheco, por meio de uma célebre frase latina, defende o mesmo argumento: “*Natura non facit saltus*, que o principio de Lineu também á linguagem se applica.” (54).

No capítulo sexto (*Contagio*), apresenta uma descrição sobre a evolução dos advérbios, conjunções e preposições portugueses. Define contágio como o fenômeno que pode atingir as palavras de duas formas:

a) há supressão de letras ou sílabas no elemento material das palavras, como o caso da queda da letra *d* nas formas de segunda pessoa do plural do presente do indicativo, empregadas até o século XV. Alega que, com a perda de um elemento significativo, deu-se a queda da consoante nos demais verbos.

Constata-se, nessa passagem, a prática de um modelo de análise mais próximo da morfologia do que da semântica da língua.

b) há contaminação de sentido em decorrência de processos de reforço comum na língua latina, dos quais se herdaram, por exemplo, os processos de reforço negativo: “o advérbio *non* era a única negativa simples no latim; portuguez *no*, *non*, *não*, e que na linguagem antiga era empregada depois de *nenhum*: - “*nenhuma* amizade *não* pode ser tão pura.” (63).

Outros exemplos significativos são elencados por Pacheco:

- a preposição *sem* pode apresentar um sentido negativo: “*sem* tirar nem pôr, *sem* tom nem som.” (64);
- o advérbio *jamais* (de “jam” e “magis”) significa propriamente *nunca, em tempo algum*; *já* significa *imediatamente, agora*, mas a locução adverbial *já agora* tem o valor de “emfim”, “desde que não se pode deixar de ser” (65).
- A conjunção *se (si)* era um advérbio de modo em latim, mas apresentava também, naquela época, uma idéia de condição. Pacheco alerta que Bréal (65) explica o fato pela presença do subjuntivo e do optativo nas construções com o *si* latino.

Para o primeiro, o fato de *se* aparecer não somente em orações subordinadas indicando hipótese ou condição, mas também em orações principais para expressar desejo ou pesar é uma prova de contágio de um sentido, mantido este ao longo do tempo. Dá como exemplos, respectivamente, as frases “Si eu pudesse!” e “Si isto faço...” (66). Destaca, na última, que é tal a força semântica da idéia de condição presente na conjunção que ela pode vir acompanhada de verbo no indicativo. Nota-se, entretanto, que Pacheco descreve o fenômeno de contágio entre os sentidos da palavra de forma mais breve e superficial do que Bréal o faz em sua obra.

No capítulo de número sete, (*Concreção*), Pacheco trata do uso dos substantivos abstratos para designar objetos materiais, função que julga relevante, pois, em muitos casos, considera tais substantivos mais adequados para dar maior expressividade ao enunciado. Enumera, majoritariamente, exemplos em latim. Dentre os poucos exemplos que não remetem à língua latina, destacam-se dois:

- a) a palavra *lembrança* que significava reminiscência, recordação e que passou a ser usada para designar um presente ou brinde (68);

b) a palavra *faculdade*, dentre outros sentidos, significava talento, capacidade. Estendeu-se seu sentido à ciência professada em escola de ensino superior; depois ao sentido de corporação de professores; e, finalmente, ao do edifício destinado a ministrar cursos de ensino superior. Daí o uso de “faculdade de medicina, de direito” (69).

Registre-se, ainda, que Pacheco também cita Bréal ao tratar do processo de concreção:

Tratando dos nomes abstractos, questão que, em parte, ‘encerra o segredo das nossas linguas’ diz Bréal que sendo a linguagem trabalho de muitos colaboradores, toda a palavra abstracta arrisca se a mudar de sentido quando, correndo de bocca em bocca, alcança a população (71).

Podem-se deduzir daí dois pontos: a referência de ambos à questão da variação lingüística, processo natural decorrente do uso da língua pelos seus falantes; a constatação de que os aspectos sociolingüísticos estão necessariamente presentes, quando se trata de estudos lingüísticos.

Já no capítulo oitavo (*Composição e Derivação*), Pacheco procura estabelecer uma relação entre os processos de composição de palavras e a produção de novos sentidos. Alega haver uma espécie de esquecimento etimológico, o que leva a ser freqüente a ampliação das significações em palavras compostas. Ao citar Sayce, corrobora a afirmação de que as palavras compostas indicam uma diferenciação progressiva de sentido. Segundo Sayce, tal diferenciação fica ainda mais evidente quando a idéia contida no nome composto se fixa e impede que se conserve relação com o significado de cada palavra que deu origem ao nome composto.

Pacheco assevera, ainda nesse capítulo, que, na opinião de alguns filólogos como Brugmann, Meunier e Bréal (76), as línguas que dão preferência ao processo de composição costumam ser mais produtivas em relação à criação de novas palavras. Ressalta que, embora não discorde de tal opinião, considera ser a língua portuguesa mais

fecunda na criação de vocábulos por meio do processo de derivação. Reconhece-se, assim, em mais uma passagem, a firmeza que caracterizava Pacheco ao defender suas idéias.

No capítulo nono (*Especialização*), Pacheco declara ser a especialização causa de desenvolvimento de novos sentidos dos vocábulos. Não demonstra, todavia, a típica preocupação didática mostrada em suas obras ao tentar explicar as diferentes formas de especialização de sentido.

Faz, inicialmente, detalhada exposição sobre as formas de expressar grau na língua portuguesa, partindo das formas latinas como sempre o faz, mas essa exposição parece deter-se bem mais na questão morfológica do que semântica propriamente dita. Apenas em dois momentos parece chegar a uma análise das implicações no campo da significação (a intensificação pela repetição e o valor do contexto na criação de sentido):

A forma *mui muito* era da linguagem popular até o sec. XVI. Lê-se em S. Luiz – *noute mui muito alta*, em F. Lopes – *gente de pé mui muita*, em G. Vicente – *que dos mui muitos ciumes nasce o mui muito amor*. Este processo reduplicativo, que Sayce acredita ser simples prolongamento do plural ainda é muito usual na linguagem popular quando se quer dar á phrase maior intensidade: - *é muito muito longe*.

Quando o povo diz: - ‘F. é muito homem para isso’, e também ‘muito muito homem’, a idea positiva só pode ser percebida pela contextura da phrase (competente, corajoso, etc.) (82).

Pacheco apresenta mais duas causas para a mudança de sentido: o emprego do diminutivo e a mudança de sentido ativo para sentido passivo (e o contrário). Nessa exposição, define de modo mais claro as repercussões que esses usos trazem ao campo da significação. Em relação ao emprego do diminutivo, destaca-se a passagem:

Que a forma diminutiva é muitas vezes causa da mudança de sentido, é facil de vêr pelos exemplos *careta*, *foguete*, *boquinha* (brasileirismo, por *beijo*), etc.

Os diminutivos podem também substituir substantivos acompanhados de diversos adjectivos: - *mulherinha*, ‘mulher de classe baixa, de má vida’, *filhinha* ‘querida filha’, *febrícula* ‘febre ligeira’, etc. (85).

Vêm-se, aí, traços de sentido pejorativo (que podem revelar certo desdém) ou, ao contrário, de sentido positivo (que podem revelar certa afetividade). Embora Pacheco não

pratique claramente esse modelo de análise semântica, pode-se detectar que se aproxima bastante de comentários hoje facilmente encontráveis não só em manuais didáticos – no estudo dos valores das formas de diminutivo – como também em obras destinadas à Estilística e Semântica.

No tocante à terceira causa, a substituição de sentido ativo para passivo (e o contrário), destaca-se uma reflexão sobre o infinitivo dos verbos transitivos o qual, segundo Pacheco, pode ter significação passiva. Os exemplos, porém, são de estruturas latinas e isso compromete um pouco a clareza das suas explicações.

No décimo capítulo (*Polysemia*), Pacheco defende a polissemia como o fenômeno da multiplicidade de acepções de uma palavra e afirma que as causas da polissemia estão ligadas a fatores externos.

Apresenta a etimologia de palavras como sentimento, bacharel e nó e elenca os diversos sentidos que essas foram assumindo ao longo do tempo, comprovando, mais uma vez, um tipo de estudo semântico baseado na palavra.

Bacharel, (antigo *bacculario*), indicava o indivíduo que possuía domínio útil da propriedade, e ‘era mais honrado que os simples lavradores ou colonos, e desobrigado e livre de encargos civis’ (séc. X); depois designava a pessoa que, posto houvesse conseguido honras militares, era todavia ainda de pouca idade e poucos meios para ter *pendão* e *caldeira*; mais tarde passou a denominação (já transformada em *Bachareles*) aos beneficiados de cathedral e mosteiro, ou aos seus ministros de 2ª ordem (*assisio*). No século XVIII é que restringiu o sentido aos que obtem nas faculdades, universidades, gymnasios, etc., dignidade ou título inferior aos de doutor, primeiro grão academico (90).

Pacheco alerta ainda para o fato de que o contexto nem sempre é o suficiente para atribuir determinado sentido a uma palavra e encerra o capítulo atribuindo os casos de polissemia à ampliação dos sentidos, à metáfora e à vontade própria daqueles que usam as palavras. Pacheco, aparentemente, dá tratamento superficial a um assunto tão rico como o é a polissemia.

No capítulo seguinte, intitulado *Brachyologia*, Pacheco define braquiologia como o emprego de um termo de valor especificador em lugar do termo principal, sem que haja perda de sentido. Novamente Pacheco fala na figura do povo: “o povo contenta-se com exprimir o epitheto...” (95) como o elemento responsável pelos usos de determinadas construções. Alega ser a braquiologia uma das causas da polissemia, mas não apresenta maiores explicações. Por outro lado, fornece farta exemplificação sobre usos atribuídos ao povo:

Acontece muitas vezes que o tempo suprime uma palavra que primitivamente não se podia separar de outras (...) *Thesouro* basta para significar-nos a repartição publica onde se administram as rendas de um Estado, quando dizemos *a central* comprehende-se logo que nos referimos ‘à estrada de ferro Central’; quando fallamos da *Capital* é excusado empregarmos o substantivo *cidade*; si dissermos vamos á Câmara, logo se entende ‘municipal’ ou dos deputados, legislativa, etc. (95).

No capítulo de número doze (*Sobrevivências*), Pacheco define sobrevivências como a lei da linguagem que assume características próprias dentro de cada língua. Inicia com detalhado estudo da estrutura de verbos latinos e portugueses evidenciando, mais uma vez, a prática de uma semântica voltada à análise da palavra. Passa a tratar propriamente de casos de sobrevivência quase no final do capítulo. Destaca-se, a seguir, o fragmento em que trata do que chama de “sobrevivências curiosas”.

São ainda sobrevivencias curiosas: *Bel*, só conservado na phrase *a bel prazer*, *cór* (= latim *cor*, coração), que perdendo as antigas accepções de desejo, vontade, grado (*não ter cór de rir; tudo fez de boa cór*) só é usado com a significação de ‘memoria’, e unicamente na loc. adv. *de cór*. (...) (108).

Atribui Pacheco quatro causas à persistência de palavras de uso bastante reduzido: falta de variedade ou extensão dos significados - contrariando uma tendência natural, os falantes (chamados por ele de povo) não procuram alterar ou renovar o sentido de determinadas palavras, provavelmente por não perceber nenhuma exigência de uso ou por não sentir necessidade de realçar tal sentido; influências que obrigam a conservação de

sentido; determinados usos que fazem uma espécie de seleção dos vocábulos mais usados; respeito à tradição, que mantém a palavra mesmo quando em desuso.

No capítulo treze (*Esquecimento etimológico: falsas percepções*), trata de formas que foram perdendo o seu valor etimológico e, com o tempo, assumiram outras funções. Dá como exemplo o fato dos nomes terminados em –s terem perdido a forma plural, evidenciada regularmente no século XVI. Palavras como alferes, pires, ourives – segundo Pacheco – deixaram de ter a forma plural por falso entendimento por parte daqueles que as empregavam. Percebe-se, todavia, que cita exemplos sem correlação com a questão do significado: “Nas phrases – ‘essa menina cresce a *olhos vistos* as empresas progridem a *olhos vistos*’ é flagrante a falsidade da percepção, pois que o particípio deve concordar com o sujeito em genero e numero (...) (113). Vê-se, mais uma vez, um exemplo que não trata propriamente do significado, sim de um percurso histórico de determinadas palavras ou expressões.

No capítulo catorze (*Irreversibilidade*), parte da afirmação de que a evolução regressiva não é absolutamente irreversível. Trata, especificamente, de palavras (arcaísmos ou não) que desaparecem e, mais tarde, reaparecem na língua, em uma espécie de seleção artificial. Afirma que muitas palavras ficam esquecidas durante um tempo, reaparecem, perdem a característica arcaizante e entram em uso com a mesma acepção ou com ela alterada: ‘*finado* (defunto), *falha* (falta), *afan* (trabalho), *estugar* (apressar) (...) (115). Pacheco defende que as transformações das formas da língua vêm sempre seguidas de regressões parciais, que fazem com que desapareçam (ou sejam reduzidos) os sentidos.

Alerta que as causas do desaparecimento das palavras muitas vezes são tão específicas que podem ser enquadradas em leis gerais. Revela, assim, buscar traços universais da semântica. Trata também das palavras que caem em desuso. Para corroborar

a afirmação de que nem sempre se pode constatar a inutilidade do vocábulo, e por isso não se pode justificar o seu desaparecimento, cita Adolfo Coelho.

Faz uso, ainda, de conceitos defendidos por Diez e Bréal. Para o primeiro, o que muitas vezes é chamado de reaparecimento na língua é, na verdade, resultado de uma nova criação. Para o segundo, uma nova aceção equivale o vocábulo novo. Com essas referências, Pacheco deixa claro que os fatos mostrados por ele não são fruto de um trabalho superficial; pelo contrário, mostra preocupação em acompanhar os estudos dos lingüistas europeus. Pode-se perceber, em alguns momentos, que pratica uma análise semântica que se aproxima mais do que hoje é feito sob esse rótulo:

Na evolução semeiológica é também de notar a lei da interferência lógica, que constitui a modalidade fundamental do raciocínio, a trajetória do particular para o geral, voltando de novo o sentido ao particular, onde se fixa por fim: Amor = lat. Amor, passou do sentido de ‘afeição, amizade’ para o de ‘mercê, benefício’ (século XIII), voltando mais tarde ao sentido primitivo unicamente (118).

Por fim, é necessário destacar que o título do capítulo (*Irreversibilidade*), que a princípio não parece claro ao leitor, deve ser entendido como um questionamento ao conceito de irreversibilidade da evolução lingüística. Pacheco deixa claro, ao final do capítulo, que nada é estanque ou definitivo em relação à língua.

No capítulo quinze (*Evolução Syntactica*), já na primeira frase, deixa claro que pretende abordar as categorias gramaticais: “A classificação das palavras em categorias grammaticas tem sido objecto de serios estudos e muitas são as discordancias de opiniões.” (119).

Menciona que, entre essas opiniões, estão a de Thomson (que admite três categorias: substantivo, verbo e preposição); a de Becker (que admite haver palavras nocionais – substantivo; adjetivo; verbo; advérbio de modo, tempo e lugar – e palavras relacionais – verbos auxiliares, artigos, pronomes, numerais, preposições, conjunções e advérbios de relação); e a de Ticknor (que reconhece não ser fácil aplicar o princípio de

classificação das palavras). Pacheco concorda com o último que defende ser difícil classificá-las por poderem mudar de classe em certo período e, assim, pertencer a diferentes categorias naquela época.

Pacheco considera que o advérbio, cuja natureza é bastante especial, é um exemplo dessa oscilação. Descreve o emprego dos advérbios e preposições no latim e no português do século XV ao XIX, com o objetivo de evidenciar que o significado que essas formas adquiriam estava atrelado a determinadas exigências sintáticas. Faz também um estudo de cunho histórico-comparativo no qual pouco se detém em questões propriamente relativas à significação. A seguir, transcreve-se um trecho em que pratica um modelo de análise semântica mais semelhante aos atuais:

O emprego de *nunca – nenhum, nem – nunca, nunca – jamais, nem – jamais, não – nunca*, etc. são exemplos de equivalências semânticas, bem como é semiótico o emprego da preposição *sem* nas locuções ‘*sem tom nem som, sem tirar nem pôr* (...)

Também devemos considerar amostras semânticas as equivalências interjectivas, diminutivas, e superlativas: - *senão não, nem um pedacinho, cousíssima nenhuma*, e o emprego do advérbio *nunca* depois do verbo *negar*: - ‘*neguei que nunca o tivesse visto.*’

É ainda fenómeno semiológico o reforço negativo, que consiste em substituir a idéia pela imagem.

Na *Gram. hist. da lingua portugueza* já nos referimos a um *não* que na phrase do Visconde de Castilho, *nem afirma, nem nega, nem pergunta*. De feito na phrase ‘*si tantos deleites ha na terra, que não será no céu?*’, a particula – *não* – exerce função negativa, mas não foi ella introduzida nessa expressão e nas similares unicamente *para arredondar a phrase*, como escreveu aquelle expoente da litteratura portugueza (122).

Não aprofunda, entretanto, esse tipo de análise e, de maneira geral, pratica uma descrição de cunho histórico-comparativo entre construções de mesma natureza das acima referidas.

Neste capítulo destinado ao que chamou “Evolução sintática”, apresenta o mesmo modelo de análise também para as preposições, os pronomes, os numerais, os adjetivos e os verbos.¹⁰⁶ Trata, inclusive, de relações de concordância nominal e verbal. Detalha ainda

¹⁰⁶ Em alguns trechos, repete informações de sua Gramática Histórica.

o estudo do período composto, sempre comparando as estruturas latinas com as da língua portuguesa e outras neolatinas.

Afirma que o português é a língua românica que mais conserva a liberdade de inversão e a variedade de construções, mas alerta para o fato de que a língua portuguesa moderna – de caráter acentuadamente analítico – apresenta tendência a uma maior rigidez e fixação na ordem das palavras e, com isso, tem perdido um pouco de sua liberdade e excelência.

Em relação ao que Pacheco defende acerca da influência da estruturação sintática dos termos na construção da significação, cabe destacarem-se dois pontos: as equivalências sintáticas¹⁰⁷ e a questão da ordem dos constituintes da oração.

Descreve como uma forma de equivalência semântica a inversão dos termos na frase, por exemplo, entre

- a) o determinante e o determinado: “A já tão pesada bela pátria *estima*.” (134).
- b) o verbo e um termo complemento: “Não ouças mais, *pois és juiz direito*, razões de quem parece que suspeito.” (134).
- c) a oração apositiva e o termo a que se refere: “Oh, Padre, a cujo império tudo aquilo obedece, que creaste.” (135).

Chama de bifurcações semânticas as outras formas de equivalência semântica que apresenta. Estão nesse caso o uso do verbo no plural em construções com sujeito singular, mas com idéia de coletividade, e o sujeito representado por expressões como “a maioria de “. Afirma que um verbo no plural parece expressar de modo mais enfático tais características. Vê-se, nesse ponto, uma análise mais próxima das que hoje são feitas.

Pacheco apresenta três causas possíveis para as bifurcações sintáticas: sinonímia entre palavras de origem similar (como as preposições a e de); uso do infinitivo pessoal

¹⁰⁷ Pelo contexto, é possível deduzir que se refere a equivalências semânticas obtidas por meio de ordenação sintática dos elementos.

como forma nominal¹⁰⁸; contágio ou assimilação da voz média latina (como nas construções cair-se, morrer-se, me partir).

No tocante à ordenação dos constituintes como fator de elaboração de sentido, repete o mesmo modelo de análise. Descreve o emprego do pronome demonstrativo latino e seu uso já como artigo no português¹⁰⁹; afirma que a significação do artigo sofreu modificação em proveito para a sintaxe; atribui a ele o valor de uma simples indicação gramatical e chega a declarar que, em alguns casos, “é empregado sem necessidade alguma: *a minha casa, o rio Amazonas* (143). Mais uma vez, pode-se notar que Pacheco não concretiza uma análise semântica propriamente dita. Uma prova disso obtém-se ao analisar o capítulo destinado à sintaxe do artigo, em sua *Grammatica da Lingua Portugueza* (1907:570), no qual Pacheco se ocupa das significações do artigo com mais detalhamento e riqueza do que propriamente em sua obra destinada à semântica. O leitor mais atento percebe que essa obra, na maioria de seus capítulos, apresenta uma preocupação maior com a morfologia diacrônica e elementos ligados à etimologia do que propriamente a uma teoria da significação.

Ainda no capítulo referente às mudanças sintáticas, analisa os verbos e sua correlação no período composto e apresenta uma descrição histórica (frequentemente pautada em exemplos latinos) das orações copulativas, temporais e modais, relativas e locais, causais e finais, consecutivas. Apresenta ainda questões referentes à colocação dos pronomes oblíquos.

Em verdade, Pacheco parece esquecer-se de sua condição de professor e de seu compromisso com a didática no livro de Semântica, em especial no capítulo XV. O leitor constata, à medida que a leitura avança, que o texto de Pacheco deixa um pouco a desejar. É comum àquele a sensação de que deixou escapar algo na leitura; voltando ao texto, o

¹⁰⁸ Pacheco não elenca exemplos.

¹⁰⁹ Transcreve fragmento de sua Gramática Histórica.

leitor percebe que é realmente o texto que não constitui uma exposição clara e objetiva, como Pacheco o consegue nas demais publicações analisadas neste trabalho.

Em um capítulo, dedicado à questão da ordenação de elementos, encontram-se apenas duas passagens com referência clara à influência da ordem das palavras no campo da significação, abaixo transcritas:

A ordem das palavras, de introdução mais recente entre os diferentes meios de expressão, concorre às vezes para a mudança dos sentidos dos vocábulos. 'Um simples cidadão' significa um 'único cidadão' (...) (160).

A ordem das palavras, tornando-se mais rigorosa à medida que diminuem os recursos grammaticaes, claro está que *qualquer modificação na construção pode alterar os sentidos* (162).

Pacheco faz tais referências, porém não se detém a explicá-las. Pode-se afirmar que encerra o último capítulo sem aprofundar-se como seria o esperado para uma obra inovadora com a sua *Semantica*.

Sob o rótulo de *Conclusão*, Pacheco apresenta as considerações finais da obra. São 14 páginas nas quais se mostra objetivo ao apontar suas conclusões a respeito do tema. Dentre as contribuições mais significativas, estão as seguintes:

- a) as transformações das palavras vêm seguidas de regressões parciais, que desaparecem ou reduzem o sentido dessas palavras;
- b) a regressão morfológica acarreta uma mudança funcional e uma transferência de sentido;
- c) as transformações lingüísticas e a degeneração de sentido das palavras fazem-se lentamente e enfrentam resistência;
- d) os tropos, em especial a metáfora, fogem a essa regra e geram novas expressões de modo inesperado;
- e) as palavras e frases apresentam formas de variação peculiares, submetidas a um processo de seleção;

f) em certos casos, os sentidos mais recentes de uma palavra são os que primeiro desaparecem;

g) a evolução regressiva tem como causas a limitação dos sentidos, a insuficiência de recursos e a inutilidade das funções, a restrição ou perda dos sentidos;

h) a lei do menos esforço elimina as palavras sem uso e reduz outras à categoria de elementos de relação;

i) as figuras e os processos de diferenciação, assimilação e adaptação contribuem para a ampliação do vocabulário; por outro lado, a lei do menor esforço e a influência da analogia rejeitam o que há de irregular ou abundante na língua.

É relevante destacarem-se ainda as causas elencadas por Pacheco para justificar o processo de criação de novas palavras ou para a evolução dos sentidos. Separa-as em três grupos:

Grupo 1: causas decorrentes da conexão e coerência de idéias e valores resultantes:

a) generalização do particular ou especialização do geral;

b) transferência de acepção do vocábulo quando o sentido objetivo passa para subjetivo, o ativo para passivo e vice-versa (“*Hospede* era o homem, que dava pousada (...), *aguadeiro* era o que resguardava da chuva (...) , *esmolar* só era empregado no sentido de dar, *esmolar* (...)” (169);

c) mudança de gênero ou número (“*ramo rama* (...), *lenho lenha*”) (170);

d) mudança de categoria gramatical (“homem *alto*, fallar *alto*; official *de barbeiro*, recepção *official*.”) (170);

e) mudança de sentido abstrato / concreto (e vice-versa); pela troca de efeito pela causa (e vice-versa); pela substituição do todo pela parte (e vice-versa) e do gênero pela espécie (e vice-versa).

Grupo 2: tendência do espírito popular para a oposição, contrastes e ironia

Pacheco afirma que o sentido de uma palavra pode transformar-se completamente quando utilizada com tendência depreciativa ou pejorativa. Enumera como exemplos:

Parvo tinha – segundo a origem – o significado de menino, mas passou a empregar-se no sentido de *tolo* (...). *Cynico* era o homem que pertencia á conhecida seita de philosophos, de costumes severos; hoje com esse vocabulo só se adjectivam impudentes e homens sem vergonha (...) (171).

Grupo 3: causas semânticas envolvidas na evolução sintática

a) composição e derivação (“O verbo *dar* exprime uma acção, *dado* o effeito da acção, *dador* a causa da acção, *dadeira* (braz.) – mulher adúltera”) (171);

b) inversão da ordem das palavras (“Um homem pobre, um pobre homem”)¹¹⁰. (171);

c) elipse e reduplicação de forma para, respectivamente, obter mais brevidade e reforço de sentido¹¹¹;

d) mudanças de sentido acarretam uma espécie de apagamento de sentido e fazem com que “as palavras fiquem reduzidas ao papel de *expediente* gramatical. Em ‘*ando doente*’, o verbo *andar* perdeu o sentido próprio, e o mesmo se deu em ‘*fiquei de ir hoje*’, ‘*hei de escrever*’, etc.” (172).

É preciso destacar, mais uma vez, a preocupação de Pacheco em tratar de aspectos próprios da língua portuguesa praticada no Brasil. Sabe-se que, naquele momento, havia uma preocupação recorrente entre os gramáticos em relação à valorização e afirmação do chamado português do Brasil.¹¹²

Pacheco trata com naturalidade das variantes¹¹³:

¹¹⁰ O autor não usou o recurso do itálico como fez nos demais exemplos.

¹¹¹ Pacheco não cita exemplos.

¹¹² Pinto (1978 :277) apresenta excerto da *Grammatica da Lingua Portuguesa* de Pacheco sobre neologismos e brasileirismos.

¹¹³ Pacheco emprega as expressões influência regional e limitação dialetal (1903 :173).

Dá-se o mesmo no português fallado no Brasil: - *babado* do vestido = folhos; *fazenda* = propriedade rural, predio rustico (...); *roça* = terras de lavoura, cultivadas (...) Em Portugal, *roça* significa o effeito de roçar matto, ou simplesmente ‘matto (...) *Capoeira*, matta tenue, talhadiça, individuo de classe baixa que tem modo peculiar de atacar com pés e cabeça, além do sentido português – ‘cestos onde se guardam gallinhas e outras aves.’ (173).

Enumera ainda exemplos de variedades na língua falada pelo povo das diferentes províncias brasileiras: “... *caco* no Ceará e *pó* em Minas empregam-se com significação de ‘rapé’, tabaco em pó” (174).

Pacheco destaca, de forma relevante, o papel que assumem a aquisição de novos vocábulos e a extinção de formas em desuso. Chama aqueles de neologismos e estas de arcaísmos, considera que ambos os processos são importantes para que a evolução de uma língua possa ocorrer e classifica como neologismos também as palavras que passaram a fazer parte do léxico da língua portuguesa usada no Brasil: “... mas que não se nacionalisaram. Expressam relações de contigüidade: *lunch*, *groom*, *jockey*, *turf*, *pince-nez* (...)” (176).

Em seguida, Pacheco parece insinuar que o uso dessas palavras revela certa subserviência cultural àquela considerada como a verdadeira metrópole: a Inglaterra. Isso perpassa de modo sutil nas palavras transcritas abaixo:

Estes neologismos trazem á lembrança, a plebe romana, que vivia no mesmo territorio, a par de uma organização social, mas que estanciava fóra da séde sagrada da cidade nos terrenos visinhos, vivendo fóra de toda a organização familiar ou política, e só se achava presa á cidade por um laço organico, - o fornecer homens em tempo de guerra (176).

O fato de fazer referência à dominação romana, ao explicar neologismos de origem inglesa, parece visar a que o leitor conclua que o fenômeno ainda é decorrente de formas de domínio cultural tal qual acontecia na Antigüidade Clássica.

Por fim, Pacheco afirma que todos os acontecimentos históricos da linguagem, mudança de sentido, modificações gramaticais e peculiaridades sintáticas de uma língua

podem ser reduzidos ao domínio da semântica.

Com essa afirmação, Pacheco demonstra acreditar que, pelo estudo semântico, é possível explicar todos os fatos lingüísticos. Isso pode parecer um pouco incoerente uma vez que ele pratica uma semântica da palavra; vê o vocábulo como o produto de mudanças internas e externas e as decorrências disso.

Essa concepção fica ainda mais evidente ao se analisar a forma escolhida por Pacheco para encerrar sua obra *Noções de Semantica*:

Todos os acontecimentos historicos da linguagem, mudança dos sentidos, modificações grammaticaes, particularidades syntacticas, quase que se podem reduzir ao domínio da semantica.

É evidente a reacção da phrase sobre o valor individual dos vocabulos. As palavras comprehendem varias relações, certa caracterisação de virtualidade para todas as equivalencias possiveis. 'É nessas tendencias expontaneas e fecundas dos povos que se descobre o laço artificial e da convenção, que toma a palavra pensamento, representando-o outrossim sob multiplas fórmias' (177).

A frase final, citação de trecho de sua *Grammatica Historica*, revela que, para Pacheco, não há como analisar o valor do significado das palavras sem levar em conta o percurso histórico percorrido por elas e, sobretudo, que considera a lingua como forma de expressão do pensamento. O fato de Pacheco, em diversos trechos de *Noções de Semantica*, utilizar-se de afirmações e exemplos contidos em sua *Grammatica Historica* ajuda a evidenciar o quando considera tais relações contíguas. Os estudos semânticos praticados por Pacheco podem, portanto, ser considerados como parte de uma semântica ligada ao estudo do léxico, à descrição das formas da palavra ao longo do tempo (caráter histórico) e as causas das mudanças sofridas por esse elemento (sempre em evolução como organismo que é).

10.3 Os estudos de Maximino Maciel

Ao longo deste trabalho, têm-se feito comparações entre pontos da obra de Pacheco e da obra de Júlio Ribeiro, considerado o primeiro gramático a ocupar-se da chamada

gramática científica no Brasil. Ribeiro, entretanto, não se ocupa da Semântica em sua *Grammatica Portugueza* (1881). Utilizar-se-á, por isso, a *Grammatica Descriptiva* (1931) de Maximino Maciel, contemporâneo de Pacheco, para cotejo de alguns pontos, uma vez que pertence à fase fundadora do chamado período científico da gramática brasileira, junto à Julio Ribeiro, Alfredo Gomes, Carneiro Ribeiro e ao próprio Pacheco da Silva Júnior (CAVALIERE, 2002:112).

Maciel chama de Semiologia a parte de sua gramática destinada aos estudos semânticos. Logo na primeira página, reivindica, em nota de rodapé, a autoria da sistematização dos estudos nessa área, o que pode causar uma certa dúvida ao fato corrente de ter sido Pacheco o primeiro estudioso brasileiro a se ocupar dos estudos semânticos: “A systematisação da semiologia é toda nossa, pois ninguém, mais do que nós, lhe deu maior desenvolvimento, tornando-a um corpo de doutrina” (1931:467).

Maciel dedica a Parte IV de sua *Grammatica Descriptiva* ao estudo da semiologia. Descreve-a como a ciência que estuda as palavras como sinais necessários à expressão das idéias e como sinais de idéias, suscetíveis de diversas acepções no seu conceito quando sob a ação dos tropos. Divide-a em semântica e tropologia.

Maciel apresenta, desde o início, um texto realmente fruto de um processo de sistematização, como o afirmara. Diferentemente do que é encontrado em *Noções de Semantica* de Pacheco, percebe-se logo uma organização bem mais didática do conteúdo ali selecionado, a qual leva o leitor (em especial, alunos de escolas como o Colégio Pedro II e o Colégio Militar) a um maior entendimento e fixação do conteúdo ali apresentado. Um exemplo claro disso é a forma como vai encaminhando o assunto: define semiologia, apresenta sua divisão e explica cada uma das partes com clareza e objetividade.

Define semântica como o estudo da significação das palavras e das mudanças de sentido que sofrem no tempo e no espaço, impostas pela evolução da língua e afirma que a

significação das palavras pode ser subdividida em cinco formas¹¹⁴: significação própria (destinada pelo uso mais geral e de acordo com seu étimo como dente, boca, pé, braço); translata (resultante da ampliação do conceito como um pé de vento, braço de rio, boca da noite); etimológica ou lexicogênica (deduzida dos elementos que a compõem como em locomover, noctívago, metrópole); técnica (própria de uma área de atuação como soneto, madrigal, tertúlia, na área literária); e histórica (decorrente de fatos de ordem social como berlinda – carruagem inventada em Berlim) (1931:469).

Maciel trata também das alterações e das propriedades semânticas.

Define alteração semântica como a mudança definitiva que se efetua na significação da palavra no tempo e no espaço. Classifica-a¹¹⁵ em meliorativa (a palavra adquire conceitos mais nobres) e pejorativa (a palavra adquire conceitos menos nobres e mais depreciativos).

Maciel valoriza o estudo das alterações semânticas ao considerá-las um dos fenômenos mais importantes na vida das línguas; alerta que, para conhecê-las, é imprescindível a análise de documentos antigos. Cita o norte-americano Whitney, segundo o qual os velhos elementos da língua se prestam à expressão de novos conceitos; também menciona os nomes de Max Muller e Michel Bréal, ao apontar as causas da alteração semântica. Para Maciel, toda alteração de significado está sujeita a duas leis: a da generalização do particular e a especialização do geral, porém não se detém nessa afirmação e dá apenas exemplos: britar (quebrar em geral → quebrar pedras)¹¹⁶ e cabo (extremo → cabo da faca → chefe → período → corda).

¹¹⁴ Maciel apresenta farta e interessante exemplificação.

¹¹⁵ Alerta que há numerosos casos em que se equilibram conceitos e significações, isto é, as alterações « nem peoram nem melhoram » (1931:473).

¹¹⁶ Exemplo também utilizado por Pacheco (1907:468).

Maciel faz também referência à variação dialetal e enumera palavras, como comadre, que adquirem sentidos diferentes em determinadas regiões do Brasil – no norte, a madrinha do filho e no sul, parteira.

Trata ainda das propriedades semânticas: extensão e compreensão. Define a primeira como a propriedade que faz com que a significação da palavra se estenda a maior ou menor número de indivíduos. Exemplifica com as palavras flor e lírio, sendo flor o termo genérico e lírio, o específico.¹¹⁷ Já a segunda, a compreensão, é a noção invocada pelo termo.¹¹⁸ Encerra a parte de semântica apontando a existência de sinônimos imperfeitos.

Ao tratar da *Tropologia*, segunda parte da *Semiologia*, Maciel parte de uma comparação: os retóricos, os gramáticos, os professores – assim como os povos primitivos que se serviam de recursos míticos para explicação dos fenômenos naturais – praticaram um certo panteísmo gramatical ao considerar os nomes das figuras como termos técnicos com os quais se designam fenômenos lingüísticos. Tropos são, portanto, fenômenos relativos à significação das palavras no contexto em que estão inseridos.

Apresenta, em seqüência, detalhada exposição sobre metáfora, catacrese, metonímia e sinédoque. Após, ainda dentro do segmento destinado à semiologia, trata do emprego dos sinais de pontuação e da influência de tal emprego na significação das frases. Por fim, Maciel apresenta modelos de análise sintática de proposições (períodos) simples e compostas.

O leitor da *Grammatica Descriptiva* tem, sem dúvida, um estudo (ainda que de caráter incipiente) sistematizado do que Maciel chamou de *Semiologia*. Embora se compreenda a limitação imposta pelo fato de constar como segmento de um manual

¹¹⁷ Maciel apresenta noção semelhante à conhecida hoje como hiperônimos e hipônimos.

¹¹⁸ Maciel não apresenta maiores detalhes ou exemplos.

didático, a parte dedicada aos estudos semânticos por Maciel cumpre o seu papel de forma objetiva sem ser superficial.

10.4 Uma comparação entre três estudos sobre Semântica

Maximino Maciel parece ser, à época, o que menos aprofunda os estudos semânticos. Revela-se bastante didático, e conseqüentemente claro e objetivo, porém não aprofunda o tratamento de questões importantes levantadas por Bréal e Pacheco. Seu mérito reside no fato de ter apresentado, de forma didática, a semântica ao alunado.

Bréal parece ter sido mesmo o primeiro a produzir um tratado sobre semântica. Pacheco, embora esclareça que já havia elaborado *Noções de Semantica* ao conhecer a obra de Bréal, declara, ainda no prefácio, que em muito se serviu dos ensinamentos do mestre francês.

Bréal, em *Essai de Semantique* (1903), ocupa-se das causas intelectuais que culminaram na transformação das línguas; seus estudos fazem parte de um projeto maior, a construção do saber semântico como parte significativa da Lingüística de sua época. Inicialmente, define as chamadas leis intelectuais da linguagem, dentre as quais se destacam a da especialidade, a da analogia e a da repartição. Na segunda parte, discute as formas de fixação dos sentido das palavras, com destaque para a restrição e ampliação do sentido e a polissemia. Na terceira e última parte, trata das questões sintáticas, como a ordem das palavras, a força da transitividade dos verbos e o fenômeno de contágio.

Ao compararem-se as duas obras, pode-se perceber que Bréal atinge maior abstração nas idéias apresentadas, constituindo uma teoria semântica propriamente dita visto que procura traçar linhas universais para o estudo da significação. Pacheco, por sua vez, chega, em alguns pontos, a formular teoria, mas ocorre o predomínio, na maior parte

de sua obra, de uma descrição de elementos do léxico que sofreram a ação de fenômenos semânticos.

Procurar-se-á comprovar tal afirmação tomando por base três pontos, de alguma forma convergentes, entre as análises de Bréal e Pacheco: a linha teórica, a forma adotada na sistematização das idéias, a caracterização do povo como sujeito coletivo.

10.4.1 A linha teórica de Bréal e Pacheco

Pacheco, que faz diversas vezes referência ao lingüista francês, elabora uma obra cujo conteúdo se encontra preso à linha histórico-comparativista, com longos trechos de enumeração de exemplos latinos.

Após a leitura das duas obras, pode-se deduzir que é Bréal quem se revela um semanticista. Faz uso das contribuições do comparativismo, mas não fica preso a ele, enquanto Pacheco pouco inova. Embora tente aprofundar algumas questões, o último, em verdade, concentra-se em uma análise do léxico sob o ponto de vista diacrônico. Bréal parece ter uma independência e um lastro teórico maior que Pacheco para defender suas idéias a respeito dos estudos semânticos.

Já na primeira página de seu livro, Bréal critica o grande número de obras de gramática comparada que tem chegado aos alunos e afirma não concordar com isso. Reprova o excesso na aplicação das leis fonéticas, a qual dá a falsa impressão de que esse é o ponto mais importante dos estudos lingüísticos. Defende que é preciso extrair da Lingüística o que aparece como elemento de reflexão. Para isso, declara ter deixado de lado o estudo das mudanças fonéticas e passado a estudar as causas intelectuais responsáveis pela transformação das línguas. Bréal, assim, revela autonomia na procura do saber lingüístico. Evidencia, outrossim, que procura construir a ciência de seu tempo ao mencionar que procurou traçar grandes linhas, marcar grandes divisões, mas sabe ser seu

trabalho um plano provisório em um campo ainda não explorado e merecedor da atenção de várias gerações de lingüistas (1911:8).

Também nas páginas finais, Bréal critica o exagero do emprego das idéias do naturalismo à área lingüística. afirma que defender que a linguagem é um organismo é obscurecer as coisas e lançar uma semente de erro (1911:255); que sua exposição procura ser mais abstrata e mais verdadeira e que crê ser mais verdadeira a história da linguagem trazida pelas leis intelectuais (1911:257). Como se vê, Bréal assume uma posição teórica independente e inovadora.

10.4.2 A forma adotada para a sistematização das idéias

Nota-se que a forma como Bréal apresenta sua análise, dividindo-a em três partes, às quais parece pretender conferir o mesmo peso, é evidência de maior clareza em relação ao papel desempenhado por essas partes na descrição da nova seara: a semântica.

Pacheco, por sua vez, divide seu tratado de semântica em quinze capítulos, apresentando tanto similaridades como dessemelhanças com a obra do lingüista francês.

Talvez a maior semelhança entre eles esteja no fato de os dois atribuírem importante papel à analogia. Bréal a considera como uma lei intelectual da linguagem e Pacheco a define como uma das causas das contínuas mudanças de sentido em decorrência da lei do menor esforço, praticada espontaneamente pelos falantes. Bréal afirma, entretanto, que a analogia é um meio e não uma causa de mudanças. Para ele, as causas pelas quais as línguas recorrem à analogia seriam o desejo de mais clareza, a ênfase de uma similaridade ou oposição e o desejo de conformar-se a uma regra antiga ou nova (1911:60). Depois, apresenta detalhado estudo de verbos e nomes gregos e latinos.

Pacheco, no primeiro capítulo de *Noções de Semantica* (1903:20), utiliza-se das mesmas causas elencadas por Bréal, mas sem citá-lo. A seguir faz uma exaustiva

exemplificação de verbos e sufixos latinos e portugueses e as respectivas mudanças de sentido ao longo do tempo. Não se poderia dizer que Pacheco copia Bréal, mas sim que se utiliza de pontos da teoria do mestre francês e aplica-os ao português. Trabalha, como Bréal, a partir de exemplos de palavras latinas (algumas vezes gregas) e mostra a evolução sofrida por elas.

Dessa forma, já no primeiro capítulo, tem-se a clara percepção de que Bréal parece estar um passo à frente de Pacheco no que se refere à teorização dos estudos semânticos.

10.4.3 O povo como sujeito coletivo

Pacheco, assim como Bréal¹¹⁹ o fizera, atribui ao povo – como já visto em 10.2 – a responsabilidade pela evolução da linguagem. O povo, ao aplicar o processo da analogia, age como sujeito da mudança.

Ambos talvez tenham revelado, por meio disso, o momento em que viviam: já dispunham de condições de perceber os excessos das aplicações da teoria naturalista de Schlecher no meio lingüístico e passaram a buscar um estudo mais histórico, mais baseado no homem como o agente modificador do meio em que vive. Pacheco, em especial, vive em uma época de busca de identidade da nação brasileira. O fato de ele ocupar-se dos usos lingüísticos peculiares ao português falado no Brasil pode ser entendido como uma forma de engajamento no movimento sociocultural do final do século XIX, cujo objetivo maior era essa busca de identidade nacional.

Outro ponto cabe ser apontado para explicar a presença do povo na obra de Pacheco: a possibilidade de alguma influência dos neogramáticos entre os filólogos brasileiros. Para Cavaliere

¹¹⁹ Bréal diz que, como em todo lugar onde o espírito popular está em jogo, o falante é surpreendido pela simplicidade dos meios, a qual contrasta com a extensão e a grandeza dos efeitos obtidos (1911:7).

Fato inegável, contudo, constitui a absoluta desconsideração do movimento dos neogramáticos pela ampla maioria dos filólogos brasileiros. Dos gramáticos do final do século XIX, naturalmente, não se poderia esperar tal referência, já que o manifesto dos jovens gramáticos antecede apenas em alguns anos à edição da *Grammatica portugueza*, de Julio Ribeiro. Nossos filólogos do século XX, contudo, já teriam a oportunidade de conhecer a teoria de Brugmann e Osthoff de tal sorte que ao menos lhe fizessem alguma referência (2000:87).

Fazendo-se um levantamento entre os autores referidos por Pacheco encontram-se nomes pertencentes às diversas correntes que construíam o saber lingüístico da época, inclusive o de Brugmann. Acompanhando-se a ordem da citação desses autores em *Noções de Semantica*, encontram-se os nomes de Adolfo Coelho (pág. 9, 116); A. Curtius (9,26), J. Grimm (10), Bréal (11, 12, 53, 76, 130, 147, 172); Vandervelde (14, 167, 168); Whitney (15); Littré (16); Begehot (28); Schleicher e Corssen (29); Diez (58, 117, 135), Brygmann e Meunier (76); Thomson, Becker e Ticknor (119); Sayce e Bleeck (130); Schoff (131) Kowalewsky (165); Trübner (175).

Embora haja somente uma referência (rápida) a Brugmann, essa pode ser considerada uma evidência de que Pacheco tomou conhecimento da obra dos neogramáticos. Se assim o foi, pode-se encontrar aí uma possível explicação para a idéia de povo como sujeito coletivo, evidência clara na obra de Pacheco.

Uma das linhas principais da teoria dos neogramáticos concentra-se na afirmação de que a linguagem humana dispõe de um componente mental e um material. Decorre daí a afirmação de que a linguagem só pode ser estudada se o ser humano for considerado como o agente das modificações lingüísticas (CAVALIERE, 2000:89).

O fato de Pacheco fazer, reiteradas vezes (conforme 10.2), alusões ao povo como o agente das mudanças lingüísticas pode, por conseguinte, ser um indicativo de que, já no final do século XIX, as idéias dos neogramáticos deixavam influências entre os gramáticos brasileiros.

10.5 A importância dos estudos semânticos de Pacheco

Duas questões se colocam aqui : Pacheco realmente escreveu sobre o estudo da significação das palavras antes de Bréal ? Qual a efetiva contribuição de Pacheco para os estudos semânticos no Brasil?

10.5.1. A controvérsia Bréal x Pacheco.

Ao iniciar uma pesquisa sobre semântica, é comum encontrar-se certo questionamento a respeito de que Pacheco teria escrito sua obra (mas não a teria publicado) antes de Bréal.

O que se tem como comprovável é o fato de que, no início do século XIX, o estudo do significado das palavras começa a aparecer nas gramáticas. Os autores da época já empregavam o termo semasiologia ou estudo de significações, porém foi Michel Bréal o primeiro a usar o termo semântica para nomear a ciência que trata das significações e das leis que regem a transformação dos sentidos, em sua obra de 1883 *Les lois intellectuelles du langage, fragments de sémantique* (GUIRAUD,1980:10).

Após uma detalhada análise das obras de Pacheco e Bréal, é possível perceber alguns indícios de que a obra de Bréal foi realmente a primeira. Tais indícios são fornecidos de modo claro pelo próprio Pacheco ao citar, em várias passagens, fragmentos da obra francesa, mesmo que, em muitos momentos, não faça a devida referência como o exigem atualmente as normas de apresentação para trabalhos acadêmicos.

Há, dessa forma, muitos pontos de contato entre a obra de Pacheco e Bréal, mas o contrário não se verifica. Além disso, não é possível chegar a um consenso a partir da data das publicações de ambos pela falta de comprovação de dados. A referência de tempo mais aproximada está no prefácio de *Noções de Semantica*, na qual Pacheco alega, já em

1878, em sua *Grammatica Historica*, ter-se ocupado das causas das transformações dos sentidos. Logo em seguida, reconhece a grande influência recebida de Bréal.

Nessa mesma obra, Pacheco se refere a Bréal como um dos principais expoentes da ciência na França e cita trecho escrito, em 1864, pelo lingüista. Essa breve passagem mostra que Pacheco acompanhava as publicações do mestre francês, o que justifica a clara influência constatada em sua obra.

Frente à falta de informações mais específicas acerca da vida pessoal e profissional de Pacheco, não há como reverter o consenso vigente de que o lingüista francês parece mesmo ter sido o primeiro a escrever e a publicar um tratado específico sobre a ciência do significado.

10.5.2. A contribuição de Pacheco para os estudos semânticos no Brasil

Pode-se considerar Pacheco como o primeiro brasileiro a escrever e publicar uma obra especializada em estudos acerca da significação das palavras.

Conhecendo-lhe a obra, é possível entender seu potencial de pesquisador: Pacheco busca sempre acompanhar o que é produzido de ciência na Europa e é assim que se torna o difusor das idéias de Bréal no Brasil. O mesmo pioneirismo nos estudos semânticos atribuído a Bréal, no mundo, pode ser estendido, sem dúvida, a Pacheco em âmbito nacional. Ainda que o trabalho do brasileiro esteja fortemente marcado por uma preocupação com questões filológicas, característica da época, Pacheco pode ser considerado o primeiro brasileiro a se ocupar de uma formulação de teoria para as mudanças de sentido das palavras no tempo e no espaço.

Outro ponto que corrobora a posição inovadora de Pacheco é a constatação de que muitas das afirmações dele estão presentes na obra de semanticistas do século XX como Ullmann e Guiraud .

Escolheu-se, para algumas comparações, a obra *A Semântica*, de Pierre Guiraud (1980). É preciso alertar para o fato de que Guiraud é um teórico estruturalista, todavia a escolha do nome se deve à proximidade verificada entre pontos de sua obra e pontos apresentados por Pacheco na segunda metade do século XIX. A seguir, analisar-se-ão três aspectos convergentes na obra de ambos.

a) Os meios de criação de palavras

Em *Noções de Semantica*, Pacheco não trata da criação de palavras , mas sim do estudo da evolução regressiva da linguagem. Para ele, essa evolução se dá por meio de mudanças nas palavras e isso aponta para o fato de que a evolução ocorre de forma paralela a processos de perda ou mudança, lentos e intermitentes. Por isso, não trata propriamente dos meios de criação das palavras, e sim das causas dessas mudanças de sentido. Mesmo não sendo seu objetivo, pode-se perceber que já reconhece o valor dos processos morfológicos na produção de novas palavras por referência feita aos processos de derivação e composição: “Os processos de composição e derivação muito concorrem não só para a criação de palavras , senão também para o desenvolvimento dos sentidos” (1903:73).

Guiraud , que trata detalhadamente dos meios de criação das palavras , também dá aos processos de derivação e composição reconhecido valor ao afirmar que “A derivação e a composição fazem com que se possa fabricar palavras (...). É o procedimento por excelência da nomenclatura pura.” (1980:42).

Mais uma vez, Pacheco deixa evidências de que seus estudos sobre significação ultrapassam o que foi selecionado por ele para ser apresentado em *Noções de Semantica*.

b) O princípio da economia lingüística

Pacheco considera a lei do menor esforço como uma das causas da mudança progressiva de sentido das palavras. Afirma que o falante, procurando evitar trabalho

intelectual, utiliza palavras já existentes para nova denominação, modificando ou atualizando sentidos. Nesse processo de reutilização de elementos da língua, é freqüente o uso da analogia, com objetivo de criar vocábulos de sentido abstrato, expandir sentidos e diferenciar relações semânticas.

Do mesmo modo pensa Guiraud. Alega que a mudança de sentido das palavras pode ser decorrente da economia de palavras, levada a efeito pelo falante pelo princípio do menor esforço (1980:67). Atribui à analogia um valor ainda maior do que o conferido por Pacheco visto que a considera causa de mudanças lingüísticas. Obviamente o lingüista francês amplia a noção apresentada por Pacheco, porém é fato inegável que confirma a relevância do fenômeno analógico nos estudos lingüísticos.

c) a importância do plano sintático na significação da palavra

Pacheco preocupou-se em evidenciar a importância do plano sintático nos processos de mudança de sentido descritos por ele. Dedicou capítulo inteiro (43 páginas) a questões que envolviam tais alterações em decorrência de necessidades sintáticas. Dentre muitos exemplos, pode-se destacar a idéia de partitivo em construções com os verbos comer e beber (1903:143).

Quase um século depois, a mesma importância é atribuída por Guiraud, respaldado em Saussure. O primeiro explica que o sentido dado à palavra no discurso é dependente das relações estabelecidas entre ela e as demais em um certo contexto, ou seja, os sentidos que cada palavra pode assumir são definidos pelo conjunto dessas relações. Declara, ainda, que essa visão tem como base a noção saussuriana de valor. Há, portanto, um valor sintático que elege determinado sentido e ambos se complementam.

Como se vê , mais uma das idéias defendidas por Pacheco é mantida e ampliada em estudos posteriores.

Pretendeu-se, assim, mostrar que os estudos semânticos de Pacheco estavam à frente de seu tempo e que ele merece o mérito de ser o primeiro brasileiro a produzir material teórico acerca da ciência da significação em estudos lingüísticos.

11. A QUESTÃO ETIMOLÓGICA

A etimologia¹²⁰, na gramática científica, costumava ser apresentada como parte da morfologia. Constituía o ramo principal dos estudos filológicos e costumava ocupar-se do sentido e das modificações gramaticais sofridas pelas palavras. Tinha como base a fonética, associada ao método histórico-comparativo cujo “rigor metodológico estabelecia que para se chegar à etimologia de uma palavra era preciso determinar a maneira como esta palavra se transmitiu de geração a geração numa dada língua após certo momento de sua história” (CAVALIERE, 2000:68).

Pacheco¹²¹ define a etimologia como um ramo da Filologia o qual estuda não somente as formas primitivas e derivadas dos vocábulos, mas também suas modificações gramaticais e relações sintáticas. Assim como Ribeiro, apresenta detalhada exposição (75 páginas) acerca de cada tipo de palavra. Trata da questão etimológica em duas obras: *Grammatica Historica da Lingua Portugueza* (1878) e *Grammatica da Lingua Portugueza* (1907). Escolher-se-á, para análise, a primeira obra em que apresenta um prefácio e uma introdução em que trata da história externa e interna do português, tratando um pouco daquilo que hoje se conhece como etimologia. Pacheco também elenca elementos que compuseram a língua portuguesa: celta, grego, latino, germânico, semítico

¹²⁰ Júlio Ribeiro (1881:42) e Maximino Maciel (1931:214) reconhecem que o termo *lexiogenia* seria preferível ao etimologia. Como esse foi consagrado pelo uso, preferem mantê-lo.

¹²¹ Indicar-se-á apenas o número da página quando os exemplos e citações deste capítulo pertencerem à *Grammatica da Lingua Portugueza* (1907).

(fenício, hebraico, árabe), provençal, francês, indígena e outros de origem diversa. Nessas seções iniciais, Pacheco não chega a usar o termo etimologia e procura mostrar como foi a formação do léxico, e não um estudo etimológico propriamente dito.

Pacheco assevera que o léxico da língua portuguesa é composto por duas grandes camadas: uma de origem popular (anterior ao século XII e formada por elementos celtas, latinos, germânicos e semíticos) e outra (posterior) formada de elementos de origem clássica e de palavras provenientes de línguas modernas. Daí a necessidade, para se chegar à origem de um vocábulo, de procurar no latim vulgar e no português antigo. Concorda com Adolpho Coelho ao dizer que, ao haver sinonímia entre as formas do latim vulgar e o latim clássico, o vocábulo vulgar superava a forma literária. Defendia, como filólogo português, que o meio mais seguro para conhecer a origem da palavra é comparar a palavra de raiz latina, que não se encontra registrada pelos escritores clássicos, com o termo correspondente nas línguas românicas. Quanto maior for o número de dialetos em que se encontra o vocábulo, maior é a probabilidade de ter-se derivado do latim vulgar (1878:99). Elenca várias palavras que comprovam tal afirmação, das quais algumas são aqui transcritas:

PORTUGUÊS	LATIM VULGAR	LATIM LITERÁRIO
beijar	basiari	osculari
boca	bucca	os
casa	casa	domus
esposa	sponsa	uxor
porta	porta	ostium, jauna ¹²²
semana	septimana	hebdomar

¹²² Deve ter ocorrido erro de impressão: *jauna* por *janua*.

Mas Pacheco também mostra alguns pontos em que não concorda com Adolpho Coelho e outros filólogos, revelando bastante consistência em seus estudos etimológicos:

Discorda de A. Coelho, o qual considera que um termo não usado em latim após a época de Plauto, mas presente no português, deve ter persistido na língua vulgar – senão em Roma, pelo menos na península Ibérica (palavras como *avante*, *abortar*, *ajudar...*). Pacheco considera que o distinto filólogo português se engana, pois muitos desses termos foram reintroduzidos pela influência clássica. O período de d. Diniz até João I – especialmente no século XV – caracterizou-se pelo uso do latim nas escolas e, assim, muitas formas empregadas pelo povo foram abandonadas. Discorda, ainda, da etimologia da palavra *camisa* apresentada por A. Coelho e argumenta com uma série de informações:

(O mesmo Sr. Adolpho Coelho)... também muitas vezes desacerta nas etymologias, e outras – sem desculpa – confessa a sua ignorancia. Tratando, p. ex., da palavra *camisa* que, Faria de Souza deriva do punico, J. de Souza do arabe, e Constancio, com menor fundamento do egypcio, diz o Sr. A. Coelho que ‘é um problema a origem d’essa palavra.’ Pois quem tão severo se mostra com tantos benemeritos das patrias letras ignora que este nosso termo vem do latim vulgar *camisia*? De feito *camisa* ou *kemiso* = arabe *camíc* = sanscrito *kschumâ* (*kschaumi*) = linho, mas o vocabulo já era usado na Europa muito antes da conquista arabe (*camisia camixia*). J. Paulus (III século) diz: *Supparus, vestimentum lineum quod camisia dicitur*; e lê-se em S. Jeronymo (IV século) *subucula quod vulgo camisia vocant*. Para assertamos a origem de uma palavra com toda a confiança, faz-se muitas vezes mister saber a data da sua introdução na língua (1878:100).

Pacheco defende uma posição solitária em relação a outros filólogos e estudiosos que falam em vocalização da segunda consoante do grupo *ct* latino: “dão *todos* os glossologistas o nome de ‘vocalização da consoante, por estarem na persuasão de que a guttural latina resolveu-se em vogal.” (1878:97). Afirma que nunca se deixou convencer por esta hipótese e que, depois de estudos comparativos, concluiu não ser o *c* latino pronunciado em tais encontros; cada língua românica representou, na escrita, o alongamento da vogal precedente. Daí noite (português), notte (italiano); noche (espanhol) e nuit (francês).

Em certa passagem, Pacheco deixa transparecer que se dedica a fazer ciência, mesmo

que venha enfrentando dificuldades ou falta de credibilidade:

(...) mas longe de recuarmos, preparamos um trabalho mais meditado que vamos ter a honra de apresentar aos homens de verdadeira sciencia na Europa. A obscuridade do nosso nome foi causa de aqui nos verberarem a ousadia de aventurarmos as nossas theses – *sem a referenda de um alto ministro responsável*; curvâmo-nos ante o verdicto de tão egrégio tribunal, mas lembrando-nos de que – *nemo propheta acceptus est in pátria sua* – recorremos a outro cuja decisão mais acatamos, movidos não de philancia ou outro motivo menos nobre, mas unicamente do amor á sciencia, do sincero desejo de saber.

Ignorance is the curse of God
Knowledge the wing wherewith we fly to heaven
(SHAK.) (apud PACHECO,1878:98)

Vê-se, nessa passagem, que ele insinua não se fazer no Brasil, ainda, verdadeira ciência como aquela de que a Europa já dispunha; revela não ter referendo de um nome de alto escalão que o patrocinasse ou protegesse, mas, mesmo assim, continua a acreditar em sua função de discordar, pesquisar e procurar explicações fundamentadas em dados científicos.

Mesmo com todo o empenho demonstrado, Pacheco parece não ter avançado muito em relação a Ribeiro, considerado o fundador do período científico. Ambos concedem à etimologia o mesmo espaço em sua sinopse gramatical: última seção da morfologia. O segundo define etimologia como o conjunto de leis que regem a derivação das palavras nas diversas línguas. Apresenta detalhada descrição (50 páginas) desses elementos, especialmente dos afixos, e analisa cada classe de palavra em uma perspectiva diacrônica.

Destacar-se-á, como exemplo do modelo de exposição, a análise feita por Pacheco sobre o artigo na língua portuguesa. Para ele, o artigo é um elemento demonstrativo que se encontra em todas as línguas, pois pode ser considerado como um pronome demonstrativo que sofreu enfraquecimento. Alerta que há várias opiniões acerca da origem do artigo definido português, mas dedica-se a analisar três.

a) Menciona que alguns autores (sem especificá-los) consideram que o artigo definido viria do grego ? (m) e ? (fem). Pacheco rejeita de todo essa possibilidade. Julga

que, embora uma língua possa ter grandes influências sobre outra, não chega a ponto de implantar uma nova parte da oração (aqui entendida como classe de palavra). Reconhece a importância do grego na cultura e língua latina, mas lembra que, se o artigo não foi introduzidos no latim daquela época, não seria mais tarde, nas línguas neolatinas, que o seria (422).

b) Júlio Ribeiro e outros autores como Leoni e Egger, segundo Pacheco, defendem a idéia de que o artigo português seria proveniente do ablativo *hoc, hac*, que mais tarde teria passado a *ho, ha* e depois a *o, a*: “o artigo definido portuguez, cujas fórmulas flexionaes ou melhor variantes são *o, a, os, as* deriva-se de *hoc, hac, hos, has* fórmulas do ablativo singular e do acusativo plural do demonstrativo latino *hic, haec, hoc.*” Ribeiro (1881: 162), Pacheco pondera que, se todas as línguas românicas derivaram do artigo do demonstrativo latino *ille, illa, illud*, não há motivo aparente para que somente o português tenha passado a usar o ablativo *hoc, hac* em concorrência a *illo, illa* (424).

c) Pacheco defende a idéia de que a origem do artigo definido está em *illo, illa* (424). Comprova com expressões ou fragmentos de frases dos séculos XII e XIII, nas quais *ilo* já é empregado como *lo* (*por juízo de ilo rei, a los alcaaldes, las virtudes, los santos*); mostra também exemplos de ênclise pronominal do século XIII (*todolo, todolos*) e do século XV, quando já havia as formas *o, , os, as*. Dá como exemplo: “de máa ventura he ho¹²³ homem que sse fia per nenhuma molher; o curral era alto de muros; o iffante disse contra seu pae.” (425). Além disso, Pacheco apresenta como argumentos dois pontos:

c1) O fato de *illo homo* ser pronunciado com um único acento tônico, na primeira letra **o** de *homo*. O acento secundário, em geral sobre a sílaba inicial, deslocou-se para a segunda (*lo*), tendência comum aos proclíticos.

¹²³ Alerta que a grafia *ho* deve-se ao emprego abusivo da letra *h* no século XIV por parte dos latinistas (daí *hum, huma* – *h* conservado em nenhum).

c2) O fato de o artigo poder aparecer em construções como ‘*o homem, eu vi-o*’: “o artigo procede em linha recta do *illo*; prova-o mais a sua dupla formação (*o homem, eu vi-o* – v. Syntaxe)” (426).

Nessa passagem, Pacheco causa certa dúvida ao leitor, pois não fica claro se considera que são artigos as duas palavras. Mesmo o leitor remetendo-se ao capítulo que trata do artigo no livro de syntaxe, não é possível chegar a uma conclusão definitiva. O fato de ele apresentar a construção sintática com o complemento verbal deslocado e depois representado pelo pronome oblíquo (sem maiores explicações) deixa uma lacuna que compromete a força do argumento. Em contrapartida, em outros momentos, Pacheco apresentou aspectos morfológicos, fonológicos (prosódicos) e também sintáticos para comprovar suas afirmações. Nesse sentido, pode-se dizer que avançou em relação, por exemplo, a Ribeiro.

Em relação à etimologia das formas verbais, Pacheco também preserva o modelo adotado por Ribeiro. Parte da conjugação latina para explicar as desinências modo-temporais e número-pessoais do verbo português. Afirma que, embora tenham ocorrido muitas modificações, é possível mostrar ao aluno as características da conjugação portuguesa a partir da latina. Descreve a formação de cada tempo verbal, inclusive dos compostos. O que se nota, aqui, é não só a preocupação com a questão pedagógica, mas também a indicação do modelo de gramática adotado na época. Pacheco escrevia também para o alunado. Ao mesmo tempo, o modelo de gramática que adota ainda é basicamente o latino.

Também ao tratar da formação do futuro do subjuntivo, Pacheco aponta divergências entre gramáticos. Informa que alguns (entre os quais ele se inclui) defendem que se teria formado da segunda pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo enquanto outros defendem que viria do futuro perfeito do subjuntivo latino (*amauerim*).

Amares corresponde de feito a *teres de amar*; *amarmos*, a *termos de amar*, etc. mas não há diferenças entre esses dous paradigmas, desde que attendamos a que – como já vimos - o *v* caiu sempre, e bem assim o *m* da 1ª pess. do sing. e o *t* e *nt* das 3ªs, perdas estas que arrastaram forçosamente a queda do *i* da flexão, que d’outra fôrma tornar-se-ia final. Assim se explica a semelhança que apresentam com o infinito as 1ª e a 3ª pess. *Ama* (v) *er* (im), *ama* (v) *er* (it) = *amaer*, *amar* (438).

Vê-se, nessa passagem, que era função da etimologia naquela época reconstruir a forma das palavras, geralmente afetada por mudanças lentas mas ininterruptas. Em decorrência, os estudos etimológicos estavam bastante ligados à fonética como se pode ver no capítulo destinado à etimologia por Pacheco.

Ainda em relação à etimologia das formas verbais, convém citar três dentre os muitos pontos abordados por Pacheco:

a) o português deu preferência à forma analítica na conjugação do verbo passivo, mudança morfológica já freqüente no latim vulgar. As formas analíticas corresponderiam de forma mais adequada às características da língua praticada pelo povo.

b) o português absorveu, sob uma forma ativa, os verbos depoentes latinos, usados já como transitivos no latim vulgar.

c) os verbos pronominais do português tiveram sua origem em verbos da voz ativa acompanhados de um pronome reflexivo de 3ª pessoa: *Virgo de cespite se levat* (*a virgem levanta-se da relva*) (442). Por analogia, no português antigo, passaram a ser empregados desta forma verbos que não são propriamente reflexivos, mas simplesmente pronominais, nos quais o pronome não desempenha função nem de complemento direto ou indireto (“apoderar-se, partir-se, mover-se, deliberar-se”) (442).

Quanto à etimologia das palavras invariáveis, cabe destacar as afirmações de Pacheco para a preposição, a conjunção e a interjeição.

Pacheco detalha a formação das preposições portuguesas e reconhece que, em muitos casos, a distinção semântica se dá pelo valor sintático com que essas preposições

indicam circunstância de lugar, origem ou causa, afastamento. Vê-se, neste ponto, uma preocupação em mostrar ao aluno/leitor que não basta apenas memorizar as preposições para bem empregá-las. Pacheco alerta para o fato de que uma forma gramatical pode ser empregada com mais de um valor, dependente sempre do contexto sintático. Já Ribeiro (1881:187), não faz qualquer referência a esse tipo de situação e apresenta, de forma bastante objetiva, a listagem das preposições portuguesas e suas correspondentes latinas, sem detalhar a importância desses elementos de relação na frase portuguesa.

No tocante à conjunção, Pacheco e Ribeiro apresentam algo muito parecido. Apenas enumeram as conjunções com referências rápidas à origem latina.¹²⁴

Na análise da interjeição, Pacheco mostra uma descrição diferente daquela praticada por Ribeiro: “a interjeição, verdadeiro grito animal, mais clamor instintivo do que sinal de idéia, não está sujeita às leis do pensamento, não se governa pela grammatica, não tem derivação. As verdadeiras interjeições são sempre as mesmas em todas as linguas” (1881:191). Pacheco, por sua vez, considera a interjeição uma espécie de síntese da proposição, utilizada na expressão dos sentimentos próprios do ser humano. Divide-as em convencionais (origem em substantivos, adjetivos, verbos e advérbios); instintivas¹²⁵ ou naturais (ai, hui) e onomatopéicas (*bum, traz, psiu*; e as formadas com reforço como *zás trás, bum bum, tim tim, zum zum, babau, grogotó*) (463). Parece haver, nessa questão, uma certa confusão entre interjeições e palavras que configuram casos de onomatopéia.

Vê-se, no capítulo destinado aos estudos etimológicos, que Pacheco mantém o procedimento comum à época nessa área. Adota os mesmos passos metodológicos dos demais segmentos de sua *Grammatica*: parte de uma analogia com a língua latina, realiza uma descrição diacrônica (na qual cita literatos do século XII), utiliza exemplificação

¹²⁴ É necessário lembrar que a conjunção já foi alvo de estudo na parte dedicada à morfologia, o que pode, de certa forma, justificar a ausência de maiores explicações.

¹²⁵ Afirma que as instintivas e as onomatopéicas não têm etimologia.

de escritores portugueses, serve-se do método histórico-comparativo e toma como base teórica autores europeus, portugueses, ao fazer referências a Corssen (431), Diez (427), Darmesteter (389), Schuchardt (395).

CONCLUSÃO

Pacheco da Silva Júnior foi um estudioso cujas obras revelam as marcas de seu tempo.

A maior parte de seus trabalhos na área lingüística foi feita no último quartel do século XIX, no chamado período científico da gramática brasileira.

Ao término da análise de suas obras selecionadas para este trabalho, é possível considerá-lo como um estudioso que atuou de forma diversificada e profícua. Comportou-se como um filólogo quando se ocupou da reconstituição de elementos da fonética, etimologia, morfologia e sintaxe da língua portuguesa. Revelou-se um lingüista quando seguiu os princípios defendidos por Schleicher e tratou da natureza e regularidade das mudanças de sentido das palavras; das metáforas surgidas a partir da correlação entre naturalismo e língua; da origem comum entre as línguas e da necessidade de comparar elementos históricos para descrever a língua como resultado de mudanças e evolução. Mostrou-se, ainda, um gramático que busca uma descrição da língua portuguesa, no plano sincrônico e diacrônico, e inova ao buscar novas formas de reflexão e de análise não encontradas, por exemplo, em Ribeiro (1881).

Paralelamente a todas essas funções, Pacheco não deixou de ser professor e de preocupar-se com a questão do ensino no Brasil. Em diversos trechos das obras analisadas, encontram-se referências a isso, sobretudo, na *Grammatica de Lingua Portugueza* (1907). Foi confirmada, como se procurou mostrar ao longo deste trabalho,

a hipótese de que Pacheco, como os lingüistas da época, estava comprometido com o fazer científico, mas por não haver cursos superiores de Letras, direcionava a divulgação do produto de suas pesquisas para a área de ensino. A ciência tinha, assim, dupla função: produzir e aplicar conhecimento.

Um dado que pode corroborar essa afirmação é a freqüente menção a nomes de teóricos que tinham esse compromisso, como o de Darmesteter, inúmeras vezes elencado por Pacheco. Da mesma forma, é inegável o fato de que Pacheco revela metodologia e rigor ao aplicar os princípios das linhas teóricas a que se filia; fica claro, em várias passagens de seus livros, que procura aliar a descrição de fatos gramaticais a uma clara intenção pedagógica.

Dentre esses papéis acima elencados para definir Pacheco, talvez o mais atuante tenha sido o de lingüista. Declarando-se seguidor da linha histórico-comparativista ainda nas páginas iniciais da gramática histórica de 1878 e da gramática destinada aos liceus e colégios, de 1907, Pacheco adota recursos como farta exemplificação em latim (também apresenta dados em grego e sânscrito) revelando a prática de uma gramática baseada na história da língua; a influência comparativista pode ser comprovada pela freqüência com que se refere, por exemplo, a Bopp e Diez. Comprovou-se a segunda hipótese deste trabalho de que pode ser considerado pioneiro nos estudos histórico-comparativos no Brasil. Sua obra mostra que não ficou condicionado a apenas uma linha de atuação e isso pôde ser constatado pelas referências ao aspecto psicológico da linguagem, à variedade lingüística e à questão dialetal. De certa forma, vê-se aí uma mudança: Pacheco passa a incluir dados do registo oral da língua portuguesa falada no Brasil. Revela afastar-se do evolucionismo de Schleicher e aproximar-se mais de Whitney, mostrando reconhecer influências sociais na linguagem. Pode-se verificar esse fato na gramática de 1907, mas em especial em *Noções de Semantica* (1903).

Considera-se, por três razões a seguir apontadas, ser essa obra de 1903 a que representa a contribuição mais significativa da obra de Pacheco para a ciência lingüística.

A razão inicial refere-se ao fato de ser Pacheco o autor da primeira publicação especializada em semântica. Superada a polêmica de quem seria o primeiro a publicar sobre esse assunto, se ele ou Michel Bréal (como foi visto em 10.5, julga-se pertencer ao mestre francês esse mérito), cabe destacar que foi Pacheco o primeiro linguista brasileiro a tentar estabelecer um método de análise e de descrição da ciência da significação. Sem dúvida, mesmo revelando-se bastante influenciado por Bréal, Pacheco legou significativa contribuição aos estudos lingüísticos no tocante a causas e processos de mudanças no sentido das palavras.

A segunda razão para a afirmação feita é o fato de que Pacheco age como um verdadeiro pesquisador ao procurar estabelecer princípios e critérios de caráter geral para o estudo da significação. Embora a semântica seja vista por Pacheco predominantemente como o estudo das mudanças de sentido, o trabalho legado por ele foi relevante pela busca de elementos que poderiam ser encontrados em quaisquer línguas.

Por fim, a terceira razão está no pioneirismo (outra vez) de Pacheco em relação ao papel que as questões semânticas assumem na compreensão da gramática (aqui usada como sistema) de uma língua. Pode-se confirmar isso ao comparar duas afirmações feitas em obras distintas. Na *Grammatica da Lingua Portuguesa*, defende a importância da semântica no estudo da gramática de uma língua (1907:475); já em *Noções de Semantica* afirma que “a semantica é da maior importancia para o estudo da evolução lingüística: a grammatica, codificação das leis promulgadas pelo povo, consiste em grande parte em phenomenos semanticos” (1903:17), ou seja, defende que a descrição gramatical deve estar a serviço da significação e, conseqüentemente, da compreensão e análise dos elementos, categorias e funções lingüísticas. Pacheco demonstrou, nas

palavras de Coseriu, saber que

“en la lingüística (descriptiva e teórica), como en las demás ciencias del hombre, se trata de trasladar al plano de la reflexividad – es decir, de lo justificado y fundamentado – aquello que se sabe ya de manera intuitiva, de transformar lo ‘conocido’ en algo racionalmente ‘re-conocido’ (...) (1987:11).

Pretendeu-se, por todas as razões acima elencadas, comprovar que Pacheco exerceu distinto papel na lingüística brasileira do século XIX por ser capaz de elaborar teoria lingüística e por mostrar obediência a princípios teóricos sem perder o rigor científico e o desejo de busca e amadurecimento, características inerentes a todo aquele que desejar fazer ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, Cristina. *Filologia e Lingüística – outra vez*. Humanitas Filologia e Lingüística Portuguesa, n° 6, p. 161-198, 2004.

ARAÚJO, Antônio Martins de. *A herança de João de Barros e outros estudos*. São Luís: Edições AML, 2003

AUROUX, Silvain. *Histoire des idées linguistiques*. I TomeI. La Naissance des métalangues en Orient et en Occident. Liège-Bruxelles. Pierre Margada. Editeur, 1989.

AZEREDO, José Carlos. *Iniciação à sintaxe do português*. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro Palma (org.). *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BASTOS, Neusa Barbosa (org.). *Língua Portuguesa em calidoscópico*. São Paulo: EDUC, 2004.

BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. 17 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

_____. *Manuel Pacheco da Silva Junior e sua contribuição para os estudos filológicos no Brasil in Littera*. N° 15. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BRÉAL, Michel. *Essai de Sémantique*. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1911.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *História da Lingüística*. 4. ed. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo, Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

_____. *Princípios da Lingüística Geral*. 7 ed., Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *Iniciação ao Latim*. São Paulo: Ática, 1989.

CASAGRANDE, Nancy dos Santos. *A implantação da língua portuguesa no Brasil do século XVI: um percurso historiográfico*. São Paulo: EDUC, 2005.

CAVALIERE, Ricardo S. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: Ed. UFF, 2000.

_____. *Uma proposta de periodização dos estudos lingüísticos*. Confluência : Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n° 23, 2002.

_____. *O Epítome de Antonio de Moraes Silva na Historiografia Gramatical Brasileira*. Rio de Janeiro. n°s 25 e 26, 2003.

_____. *Dois textos precursores dos estudos lingüísticos no século XIX*. In Revista Portuguesa de Humanidade. Vol. 8 – ½ - Braga, 2004.

_____. *Pontos essenciais em Fonética e Fonologia*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

COSERIU, Eugenio. *Tradição e novidade na ciência da linguagem*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Ed. da USP, 1980.

_____. *Gramática, Semántica, Universales. Estudios de Lingüística Funcional*. Madrid: Gredos, 1987.

_____. *Lições de Lingüística Geral*. Tradução: Prof. Evanildo Bechara. Ao Livro Técnico, 1980.

_____. *O homem e a sua linguagem*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

CUNHA, Celso e LINDLEY, Cintra. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DORA, Escragnole. *Memoria histórica: commemorativa do 1º centenário do Collegio de Pedro Segundo (2 de dezembro de 1837)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1937.

ELIA, Sílvio. *Preparação à Lingüística Românica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

_____. *Fundamentos Histórico-Lingüísticos do Português do Brasil*. Rio de Janeiro : Lucerna, 2003.

_____. *Os estudos filológicos no Brasil*. In: Ensaio de filologia e lingüística. Rio de Janeiro: Grifo, 1975.

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções lingüísticas no séc. XVIII: a gramática portuguesa*. São Paulo: Unicamp, 1996. (Coleção Repertórios).

_____. *As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

_____. *De Moraes Silva a João Ribeiro – contribuição à História da Gramática no Brasil*. In: *Confluência*, n° 27 e 28. Rio de Janeiro, 2004.

FERNANDES DA COSTA, Acaciamaria de Fátima Oliveira. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6ª ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

GUIMARÃES, Eduardo. *História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2004.

GUIRAUD, Pierre. *A Semântica*. Tradução e adaptação de Maria Elisa Mascarenhas. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Sintaxe portuguesa para a linguagem culta contemporânea: teoria e prática*. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.

Historiografia da Lingüística Brasileira – Boletim VII – CEDOCH – DL/USP. Julho de 2004.

ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

JANKOWSKY, Kurt R. *The neogrammarians*. Paris: Mouton, 1972.

KOERNER, Konrad. *Persistent issues in linguistic historiography*. In: Koerner, Konrad. *Professing Linguistic Historiography*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. 1995.

_____. *Practicing Linguistic Historiography*. Selected Essays. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins Publishing Company. 1989.

_____. *Questões que persistem em Historiografia Lingüística*. In: *Revista ANPOLL*, n° 2, p. 47-70. 1996.

_____. *Toward a Historiography of Linguistics*. Selected Essays. Amsterdam: John Benjamins B. V., 1978.

KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

- LYONS, John. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Ed. Nacional: EDUSP, 1979.
- MACIEL, Maximino. *Grammatica descriptiva*. 1º milheiro da 12. ed.. Rio de Janeiro: F. Alves, 1931
- MARTELOTA, Mário Eduardo. *A mudança lingüística*. In CUNHA, Maria Angélica Furtado et alii (org.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro:DP&A, 2003.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *História da Língua Portuguesa*.Volume V. Século XIX. São Paulo: Ática, 1988.
- MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. 10. ed. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, Éditeur, Collection Linguistique, v. VIII, 1926.
- NARO, Anthony Julius. *Tendências atuais da Lingüística e da Filologia no Brasil*. Tradução de Maria Candido D. Bordenave e Marilda Winkler Averbug, revisão técnica de Lucia Maria Pinheiro Lobato. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1976.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma História das Idéias no Brasil*. São Paulo : Cortez, 2002.
- PAUL, HERMANN. *Princípios fundamentais da história da língua*. Tradução portuguesa de Maria Luisa Schermann. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.
- PERCIVAL, Keith W. *The applicability of Kuhn's paradigms to the history of linguistics*. In: *Language*, 1976 .
- PEREIRA, Octacílio A. *Almanach do pessoal docente e administrativo do Colégio Pedro II até 30 de junho de 1924*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1925. 2v.
- PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos 1 – 1820/1920. Fontes para a teoria e a historia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugeza*. São Paulo : Typ. De Jorge Seckler, 1881.
- ROBIN, Régine. *História e Lingüística*. Tradução de Adélia Bolle com colaboração de Marilda Pereira. São Paulo: Cultrix, 1977.
- ROBINS, R. H. *Pequena História da Lingüística*. Tradução de Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

SILVA JUNIOR, Manuel Pacheco da. *Estudos de lingua vernacula: phonologia*. Rio de Janeiro: Imp. Industrial, 1877.

_____. *Grammatica historica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Typ. A vapor de D. M. Hazlett, 1878.

_____. *Noções de Semantica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1903.

_____. ANDRADE, Boaventura Placido Lameira de. *Grammatica da lingua portugueza para uso nos gymnasios, lyceus e escolas normaes*. Rio de Janeiro: Livr. Clássicas de Alves. 1907.

SILVA NETO, Serafim da. *Manual de Filologia Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília, INL, 1977.

_____. *História da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília, INL, 1986.

SWIGGERS, Pierre. *Reflections on (Models for) Lingüistic Historiography*. In: HÜLLEN, Werner (Ed.) (1990). *Understanding the historiography of Linguistics. Problems and Projects*. Symposium at Essen, 23-25 november 1989. Münster:Nodus.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (org.). *Dispersos de J. Mattoso Câmara Júnior*. RJ : FGV, Serviço de Publicações, 1972.

ANUÁRIOS

ANNUARIO do Collegio Pedro II : 1º Anno. Rio de Janeiro : Typ. Revista dos Tribunais, 1914.

Anuário do Colégio Pedro II. Volume IX (1935-1936).

DICIONÁRIOS

Diccionario bibliographico Brasileiro. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900 (reimpressão de off-set. Conselho Federal de Cultura, 1970).

Dicionário Enciclopédico Abreviado. 7ª ed. Tomo II.

Dicionário Latino-Português. Ernesto Faria. Rio de Janeiro: Garnier, 2003.

Dictionnaire Français Portugais. Fernando V. Peixoto da Fonseca. Paris: Larousse, 1995.

Dicionário Prático de Regência Verbal. Celso Pedro Luft. 2. ed. São Paulo:Ática, 1993.

Enciclopédia e Dicionário Ilustrado. Koogan e Houaiss. 4. ed. Rio de Janeiro: Seifer, 1999.

Enciclopédia Italiana Di Scienza, Lettere et arti S.A. Treves – Treccani – Tummineeli – 1933 – XVII volume.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. V volume – 1967, Lisboa.

Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana. Tomo XVII, Tomo LIV, LXVI, XXVIII. Espasa – Caepe, S.A., Madrid: Rios Rosas, 1957.

Pequeno Dicionário Michaelis. Inglês-Português. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)